

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Josiane Weber

**INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA COMO ESTRATÉGIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR NA  
REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

Porto Alegre  
2024

Josiane Weber

**INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA COMO ESTRATÉGIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR NA  
REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

Tese de Doutorado apresentada como requisito  
parcial à obtenção do título de doutora em  
Administração da Escola de Administração da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Daniela Callegaro de Menezes

Porto Alegre  
2024

CIP - Catalogação na Publicação

WEBER, JOSIANE

Inovação social transformadora como estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina / JOSIANE WEBER. -- 2024.

264 f.

Orientadora: Daniela Callegaro de Menezes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Ecossistema de Inovação Social. 2. Agricultura Familiar. 3. Sustentabilidade. 4. Empoderamento. 5. Transformação Social. I. Callegaro de Menezes, Daniela, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Josiane Weber

### **Inovação social transformadora como estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Daniela Callegaro de Menezes

#### **BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Luis Felipe Machado do Nascimento

PPGA/UFRGS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Sehnem

PPGA/UNOESC e PPGA/UNISUL

Prof. Dr. Bruno Anicet Bittencourt

PPGA /UNISINOS

Daniela Callegaro de Menezes (orientadora)

PPGA/UFRGS

Dedico à minha mãe Nediva Aparecida Weber (*in memorian*), que com seu otimismo e sua fé inabalável me fez acreditar que era possível. Dedico também a minha Alice, que chegou durante este percurso e encheu a caminhada de amor e significado.

## AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido foi árduo, muitas vezes pensei que não chegaria ao final dessa jornada. No entanto, diversas pessoas contribuíram para tornar esse momento possível e a elas dedico minha gratidão:

À Dona Rosa e às mulheres camponesas que tive oportunidade de conhecer durante o percurso. Sua força, saberes e a forma respeitosa na relação com ser humano e à natureza se tornaram fonte de inspiração.

Aos pesquisadores e profissionais que participaram deste estudo, por compartilharem seu tempo, conhecimento e experiência, suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha orientadora Profa. Dra. Daniela Callegari de Menezes, pelo acolhimento, paciência e disponibilidade. Sem sua orientação essa etapa não seria concluída. Agradeço por guiar minha trajetória com tanta “boniteza”, como diria Paulo Freire.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) por ter concedido meu afastamento, possibilitando a dedicação necessária para essa formação.

Ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU/FUMDES), pelo financiamento desta pesquisa.

Aos professores Marcelo, Charles e Edivandro pelo incentivo durante as diferentes etapas desse processo. E, aos demais colegas da PROAE, sou grata por assumirem minhas responsabilidades nos períodos de ausência e pelo apoio incondicional.

Aos colegas, professores e servidores do PPGA/UFRGS pela oportunidade de tantas trocas e aprendizado. Especialmente, aos professores Liziane, Aurora e Luís Felipe por me resgatarem nos momentos mais difíceis, e aos professores Tânia e Eugênio (*in memoriam*) por me apresentarem a inovação social e suas inúmeras possibilidades.

Aos amigos por compreenderem os meus incontáveis “nãos”, em especial à Andressa e à Luana que foram suporte nos momentos mais críticos.

Ao Prof. Dr. Nelson Santos Machado, meu orientador de mestrado, que se tornou amigo e conselheiro, minha eterna gratidão por me fazer acreditar que era possível ir mais longe.

Às titias Mara, Marla, Salete e Duda que se tornaram rede de apoio, cuidando da Alice com carinho e permitindo, em diversos momentos, que eu pudesse me dedicar à pesquisa.

À minha psicóloga Salete Damian e a Dra. Rafaela Pavan, por cuidarem da minha saúde com dedicação e profissionalismo.

À minha família, meus amores Marcos, Alice e Vovó Salete, por serem cor quando tudo parecia cinza e luz quando eu só via escuridão. De forma muito especial, agradeço e dedico essa tese à mulher forte, negra, mãe solteira, empregada doméstica, que ousou abraçar esse sonho junto comigo: minha mãe, Dona Diva (*in memoriam*). Sem seu apoio nada disso seria possível.

Por fim, agradeço a Deus por ter me dado forças para continuar e me permitir vivenciar essa experiência ao lado de pessoas tão especiais.

## RESUMO

Frente aos desafios socioambientais que atingem a sociedade com impactos cada vez mais devastadores, iniciativas embasadas em uma visão holística, que consideram aspectos para além dos econômicos, tem conquistado cada vez mais espaço. Nesse sentido, emerge a inovação social como alternativa que busca promover o empoderamento, capacitando indivíduos para atuarem ativamente em transformações sociais em prol do desenvolvimento sustentável. Frente a esse contexto, a presente tese investiga os campos da inovação social e do desenvolvimento sustentável no contexto da agricultura familiar, guiada pela seguinte questão e pesquisa: *“Como iniciativas de inovação social, voltadas à agricultura familiar, contribuem para o desenvolvimento sustentável e promovem o (des) empoderamento dos atores envolvidos?”*. O objetivo central, consiste em identificar como a inovação social transformadora pode promover o desenvolvimento sustentável e o (des) empoderamento dos atores da agricultura familiar da Região Oeste de Santa Catarina. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa, realizadas pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas. A lente teórica adotada foi a Teoria da Inovação Social Transformadora (IST). Inspirada na metodologia do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) para mapeamento de Ecossistemas de Inovação Social (EIS), adota uma perspectiva multinível. O estudo, dividido em quatro etapas, contempla: i) a descrição do contexto, ii) identificação dos principais desafios e potencialidades para a agricultura familiar da região, iii) mapeamento dos atores, redes e iniciativas de inovação social que compõe o EIS e, iv) estudo de campo em uma iniciativa de inovação social, voltada à produção orgânica e agroecológica (iv). Os resultados estão de acordo com o pressuposto inicial de que a inovação social, especialmente em sua perspectiva transformadora, pode servir como estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, contribuindo com o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para o empoderamento. Os principais desafios apontados incluem questões inerentes à agricultura familiar e sua relação com as entidades representativas, relações com o poder público e relações com o agronegócio. As potencialidades englobam aspectos ligados à produção, mercados, pluriatividade e cooperação. Foram identificados e categorizados 45 atores de apoio, que assumem diferentes papéis e podem fomentar ou restringir as inovações sociais. Além disso, foram mapeadas 31 iniciativas de inovação social ligadas ao turismo rural, saúde, agroflorestas e fortalecimento dos mercados, por meio de circuitos curtos de comercialização. A atuação de redes, associações, cooperativas e movimentos sociais têm contribuído para o empoderamento dos atores, porém observa-se a necessidade de maior engajamento do poder público. Problemas de comunicação, divergências nas narrativas de mudança e a falta de unidade nas demandas foram considerados fatores de (des) empoderamento. Os achados desse estudo apresentam contribuições significativas para o campo científico, destaca-se o avanço na discussão sobre inovação social na perspectiva transformadora e a utilização da Teoria IST, preenchendo uma laguna em estudos nacionais ainda incipientes. Da mesma forma, a inovação social no rural merece atenção, já que as pesquisas têm se concentrado no contexto urbano. As principais contribuições práticas contemplam o mapeamento do EIS, que permite uma visão abrangente acerca do contexto, das dinâmicas e relações existentes, o que podem ser útil para apoiar a formulação de políticas e elaboração de estratégias sustentáveis. Além disso, conhecer os atores e os papéis que assumem pode contribuir para aprimorar as relações existentes e fortalecer a cooperação.

**Palavras-chave:** Ecossistemas de Inovação Social. Agricultura Familiar. Sustentabilidade. Empoderamento. Transformação Social.



## ABSTRACT

Faced with the socio-environmental challenges that are affecting society with increasingly devastating impacts, initiatives based on a holistic vision that consider aspects beyond the economic have been gaining more ground. In this context, social innovation is emerging as an alternative that seeks to promote empowerment, enabling individuals to actively participate in social transformations for sustainable development. This thesis investigates the fields of social innovation and sustainable development in the context of family farming, guided by the following research question: "How do social innovation initiatives aimed at family farming contribute to sustainable development and promote (dis)empowerment of the actors involved?". The main objective is to identify how transformative social innovation can promote sustainable development and the (dis)empowerment of family farming in the Western Region of Santa Catarina. To this end, a qualitative approach was adopted, with bibliographic and documentary research as semi-structured interviews. The theoretical lens adopted was the Theory of Transformative Social Innovation (TSI). Inspired by the methodology of the Social Innovation Observatory of Florianópolis (OBISF) for mapping Social Innovation Ecosystems (SIEs), it adopts a multi-level perspective. The study, divided into four stages, includes: i) a description of the context, ii) identification of the main challenges and potentials for family farming in the region, iii) mapping of actors, networks, and social innovation initiatives that make up the SIEs, and iv) a field study on a social innovation initiative focused on organic and agroecological production (iv). The results are in agreement with the initial assumption that social innovation, especially in its transformative perspective, can serve as a strategy for sustainable development in family farming, contributing to the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs) and to empowerment. The main challenges identified include issues inherent to family farming and its relationship with representative entities, relations with public authorities, and relations with agribusiness. The potentials encompass aspects related to production, markets, pluriactivity, and cooperation. Forty-five supporting actors were identified and categorized, who assume different roles and can foster or restrict social innovations. Additionally, 31 social innovation initiatives linked to rural tourism, health, agroforestry, and strengthening markets through short commercialization circuits were mapped. The actions of networks, associations, cooperatives, and social movements have contributed to the empowerment of actors, but there is a need for greater engagement by public authorities. Communication problems, divergences in change narratives, and lack of unity in demands were considered factors of (dis)empowerment. The findings of this study provide significant contributions to the scientific field, highlighting the advancement in the discussion on social innovation from a transformative perspective and the use of TSI Theory, filling a gap in still incipient national studies. Similarly, rural social innovation deserves attention, since research has focused on the urban context. The main practical contributions include the mapping of the SIEs, which provides a comprehensive view of the context, dynamics, and existing relationships, which can be useful for supporting the formulation of policies and sustainable strategies. Additionally, knowing the actors and the roles they assume can help improve existing relationships and strengthen cooperation.

**Keywords:** Social Innovation Ecosystems. Family Farming. Sustainability. Empowerment. Social Transformation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Síntese dos aspectos teóricos abordados na revisão da literatura .....	24
Figura 2 - Dois caminhos históricos por trás do conceito de tecnologias sociais. ....	30
Figura 3 - Heurística conceitual para explorar a dinâmica da IST .....	46
Figura 4 – Metodologia do Observatório de Inovação Social de Florianópolis.....	73
Figura 5 – Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.....	84
Figura 6 – Relações entre as temáticas da pesquisa. ....	85
Figura 7 – Caracterização da pesquisa .....	90
Figura 8 – EIS da Agricultura Familiar da região Oeste de Santa Catarina .....	93
Figura 9 - Categorias de análise .....	95
Figura 10 – A mesorregião Oeste Catarinense e suas cinco microrregiões.....	97
Figura 11 - Principais desafios .....	128
Figura 12 – Principais potencialidades.....	142
Figura 13 - Mapeamento dos atores, redes e iniciativas.....	152
Figura 14 - Ecossistema de Inovação Social .....	185
Figura 15 – Logo Associação Pitanga Rosa .....	190
Figura 16 – Cartilha de Orientação Técnica.....	203
Figura 17 – Ferramentas de empoderamento .....	204
Gráfico 1– Distribuição dos estabelecimentos .....	99
Gráfico 2 – Distribuição da área dos estabelecimentos.....	100
Gráfico 3 – Percentual de estabelecimentos e área da agricultura familiar.....	101
Quadro 1 – Explicação do sucesso com inovação tecnológica e social .....	25
Quadro 2 - Principais conceitos de inovação social .....	27
Quadro 3 - Definições de empreendedorismo social.....	34
Quadro 4 – Características comuns entre inovação social, tecnologias sociais e empreendedorismo social .....	36
Quadro 5 – Quatro tons de mudança e inovação .....	41
Quadro 6 - Método para reconstruir e analisar narrativas de mudança .....	44
Quadro 7 - Elementos do (des)empoderamento e relação com a inovação social .....	59
Quadro 8 - Classificação dos atores da inovação social.....	66
Quadro 9 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	78
Quadro 10 – Agricultura familiar e os ODS.....	80
Quadro 11 – Sistematização teórica da pesquisa.....	87
Quadro 12 - Perfil dos entrevistados .....	91
Quadro 13 - Síntese das fases da pesquisa .....	96
Quadro 14 - Linha do tempo – Fase I (1910-1930).....	107
Quadro 15 – Linha do tempo – Fase II (1940-1965).....	109
Quadro 16 – Linha do tempo – Fase III (1965-1980).....	112
Quadro 17 – Linha do tempo – Fase IV (1980-1990) .....	114
Quadro 18 – Linha do tempo – Fase V (1990 – dias atuais) .....	117
Quadro 19 - Desafios da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina.....	128
Quadro 20 – Principais desafios: categorias de análise e temas abordados .....	140
Quadro 21 - Potencialidades da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina .....	141

Quadro 22 – Principais potencialidades: categorias de análise e temas abordados.....	149
Quadro 23 – Síntese dos elementos da IST .....	198
Quadro 24 – Principais contribuições para o alcance dos ODS .....	207

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - N° de estabelecimentos (un.) – total x agricultura familiar – Santa Catarina.....	99
Tabela 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários (ha) – Santa Catarina.....	100
Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários associados as cooperativas .....	102

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABRAPCH	Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMMAD	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CRISES	Centro de Investigação sobre Inovações Sociais
CTPs	<i>Critical Turning Points</i>
DESIS	<i>Design for Social Innovation and Sustainability</i>
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBB	Fundação Banco do Brasil
FCES	Fórum Catarinense de Economia Solidária
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FUMDES	Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
GEN	<i>Global Ecovillage Network</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	<i>International Federation of Organic Agriculture Movements</i>
ITS	Instituto de Tecnologia Social
IST	Inovação Social Transformadora
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MLP	Perspectiva Multinível
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMLA	Modelo Mundial Latino-Americano
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	<i>Oxford Committee for Famine Relief</i>
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDRC	Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Chapecó
PIB	Produto Interno Bruto
PLACTS	Pensamento Latino-americano sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
TA	Tecnologia Apropriada
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
TRANSIT	<i>Transformative Social Innovation Theory</i>
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
UNDF	Década da Agricultura Familiar
UHE	Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1	OBJETIVOS .....	21
1.2	JUSTIFICATIVA .....	22
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>24</b>
2.1	INOVAÇÃO SOCIAL .....	24
2.1.1	Tecnologias sociais e empreendedorismo social .....	30
2.2	TEORIA DA INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA .....	37
2.2.1	Dinâmica da Inovação Social Transformadora.....	41
2.3	(DES) EMPODERAMENTO .....	49
2.4	O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL: ATORES, REDES E INICIATIVAS .....	60
2.4.1	Metodologia do Observatório de Inovação Social de Florianópolis para Mapeamento de Ecossistemas de Inovação Social.....	67
2.5	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, EMPODERAMENTO E INOVAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	74
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>88</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	88
3.2	ETAPAS DA PESQUISA.....	90
3.2.1	Etapa 1 – Exploração territorial e institucional.....	91
3.2.2	Etapa 2 – Potencialidades e desafios para a agricultura familiar .....	91
3.2.3	Etapa 3 – Cartografia do Ecossistema de Inovação social (EIS) .....	92
3.2.4	Etapa 4 – Estudo de Campo em Iniciativa de Inovação Social.....	94
3.3	DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	97
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>105</b>
4.1	EXPLORAÇÃO TERRITORIAL E INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA .....	105
4.1.1	Análise da Trajetória da Agricultura Familiar na Região Oeste de Santa Catarina .....	105
4.1.2	Ambiente institucional relacionado à agricultura familiar.....	120
4.1.3	Síntese do tópico.....	126
4.2	DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA .....	127
4.2.1	Desafios impostos à agricultura familiar da Região Oeste de Santa Catarina .....	128
4.2.2	Potencialidades para a Agricultura Familiar da Região Oeste de Santa Catarina.....	141
4.2.3	Síntese do tópico.....	150
4.3	CARTOGRAFIA DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL (EIS): ATORES, REDES E INICIATIVAS .....	151
4.3.1	Atores de Apoio: categorias e papéis.....	152
4.3.2	Iniciativas de Inovação Social .....	170
4.3.3	Síntese do tópico.....	185
4.4	INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA NA ASSOCIAÇÃO PITANGA ROSA .....	186
4.4.1	A Associação Pitanga Rosa .....	187
4.4.2	Elementos da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST).....	191
4.4.3	Desenvolvimento Sustentável e (des)empoderamento .....	199
4.4.4	Síntese do tópico.....	208
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>209</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>215</b>
	<b>APÊNDICE A - PARTICIPANTES DO PROJETO TRANSIT .....</b>	<b>240</b>
	<b>APÊNDICE B - REDES NO PROJETO TRANSIT .....</b>	<b>241</b>

<b>APÊNDICE C - PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A TEORIA DA INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA .....</b>	<b>242</b>
<b>APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>243</b>
<b>APÊNDICE E - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS.....</b>	<b>244</b>
<b>APÊNDICE F - ATORES DA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>248</b>
<b>APÊNDICE G - MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ .....</b>	<b>261</b>
<b>APÊNDICE H - LEGISLAÇÃO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>262</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a sociedade tem enfrentado inúmeras crises de ordem ambiental, social e econômica. A concentração de riqueza destaca as desigualdades sociais e, segundo a *Oxford Committee for Famine Relief* (OXFAM), em 2020, 1% da população mais rica detinha o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas (OXFAM, 2020). No período entre 2020 e 2023, a riqueza dos cinco homens mais ricos do mundo, passou de US\$ 405 bilhões para US\$ 869 bilhões. Por outro lado, 5 bilhões de pessoas ficaram ainda mais pobres (OXFAM, 2024).

No Brasil, embora tenha sido observada uma redução nos índices relacionados à pobreza, em 2022, 67,8 milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza, com renda de até R\$ 637,00 por mês. No mesmo período, encontravam-se em situação de extrema pobreza 12,7 milhões, cuja renda mensal era de até R\$ 200,00 (IBGE, 2023).

Quando se compara a pobreza rural à urbana, as desigualdades tornam-se ainda mais evidentes. Aproximadamente 80% das pessoas extremamente pobres no mundo, e com insegurança alimentar, residem em áreas rurais e dependem prioritariamente da agricultura de subsistência. A maioria são agricultores familiares que vivem na área rural e, junto com sua família, trabalham na agricultura. No entanto, esses agricultores enfrentam inúmeras dificuldades para acessar recursos produtivos, oportunidades e mercados (Schneider; Niederle, 2008; Nehring; De La o Campos, 2019; FAO, 2019a).

Na América Latina, a pobreza rural apresentou redução ao longo dos anos, porém em 2014 voltou a crescer. Praticamente metade da população rural da região é afetada pela pobreza e cerca de 25% vivem em extrema pobreza. Isso se deve a questões como a rápida urbanização, que resultou no esvaziamento da área rural, contribuindo para que essas populações ficassem à margem das políticas públicas. O foco do poder público volta-se para a área urbana, que abrange cerca de 81% do total da população (ONU, 2019; Trivelli, 2019).

Medina, Novaes e Teixeira (2017) apontam que 80% dos domicílios localizados em territórios rurais pobres do Brasil dispõe de ativos para a produção. No entanto, apenas 20% têm acesso às condições de comercialização e às políticas públicas. Dentre os fatores que limitam o desenvolvimento da agricultura familiar estão a falta de investimentos em infraestrutura, exclusão ou escassez dos meios de produção, o acesso a serviços, a insegurança alimentar e a vulnerabilidade em relação a situações adversas, como a seca (Waquil, 2013; Trivelli, 2019).

A discriminação em função da etnia, gênero e as questões geracionais também são listadas como fatores limitantes. O desenvolvimento da agricultura familiar requer ações que

vão além da questão da renda, mas que sejam pautadas na redução das desigualdades e da inclusão social, na promoção da participação social, da cidadania e da educação no campo (Waquil, 2013). Os investimentos devem contemplar o desenvolvimento não agrícola, como a geração de empregos, novos modelos de negócios, o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da infraestrutura rural (Trivelli, 2019).

Além disso, a diversificação das práticas de produção e de mercados favorece o fortalecimento da área. Essas ações capacitam esses atores a buscarem soluções para seus problemas, promovendo uma transição da agricultura de subsistência para uma posição social e econômica mais segura, que lhes permite investir no bem-estar de suas famílias, propriedades e comunidades (Kageyama; Hoffmann, 2016; Medina; Novaes; Teixeira, 2017; FAO, 2019b; Trivelli, 2019). Em outras palavras, pode-se dizer que são formas de promover o empoderamento dos agricultores familiares.

O fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para que ela possa desempenhar seu papel no enfrentamento dos diversos desafios da atualidade, como a insegurança alimentar. Apesar dos avanços nas últimas décadas para aumentar a produção de alimentos, ainda há numerosos obstáculos a serem superados, principalmente relacionados à produção, distribuição e consumo dos alimentos. Aproximadamente 828 milhões de pessoas vivem em estado de fome (FAO, 2022).

Até 2050, a produção de alimentos deve aumentar em 60% para atender à demanda da população mundial, estimada em 9 bilhões de pessoas. Além disso, os desafios contemplam o uso excessivo de agrotóxicos e o impacto da atividade agrícola no uso de recursos naturais. Estimativas indicam que cerca de 30% do consumo de toda a energia produzida, 70% da água doce e 20% das emissões de dióxido de carbono na atmosfera serão atribuídos à agricultura (FAO, 2017; 2022).

Por outro lado, a agricultura desempenha um papel essencial para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Cerca de 78% das 169 metas estabelecidas na Agenda 2030 dependem, de alguma forma, das ações desenvolvidas no cenário rural (FAO, 2019a). Neste contexto, destaca-se a contribuição da agricultura familiar, que no Brasil, é responsável pela maioria dos empregos gerados no campo (IBGE, 2017).

Além disso, é vista como o *locus* ideal para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que pode ser alcançada por meio de modelos alternativos de produção, como a produção orgânica e agroecológica. Essas práticas desafiam as estruturas vigentes nos sistemas alimentares e são consideradas promissoras na busca pela sustentabilidade (Hatt *et al.*, 2016).

Possibilitam uma produção mais segura tanto para o agricultor quanto para o meio ambiente e paralelamente, garantem que alimentos de qualidade cheguem à mesa do consumidor.

Segundo o relatório da *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM, 2024), em 2022, as terras agrícolas voltadas à produção de orgânicos no mundo totalizavam 96 milhões de hectares. A América Latina contava com um total de 9,6 milhões de hectares dedicados à produção orgânica, ocupando a terceira posição. No Brasil, aproximadamente 75% dos agricultores listados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) são classificados como agricultores familiares, os quais veem na produção orgânica e agroecológica uma oportunidade de agregar valor aos seus produtos (Brasil, 2017b).

Soma-se a isso a importância da agricultura familiar para a diversidade dos produtos e sua significativa participação na produção de alguns dos alimentos mais comuns na alimentação dos brasileiros, como feijão (70%), arroz (34%), leite (60%), mandioca (87%) e suínos (50%) (IBGE, 2006; União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, 2018). Assim, ao produzir alimentos com qualidade, diversidade e em quantidade, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional.

Cabe ressaltar que a agricultura familiar contribui na promoção da saúde pública, a qual tem enfrentado várias enfermidades decorrentes das transformações no padrão de consumo alimentar. Essas contribuições são valiosas porque esse modelo agrícola possui um maior potencial para produzir de maneira sustentável (Niederle; Fialho; Conterato, 2014; Terlau; Hirsch; Blanke, 2019).

Diante desse contexto, a agricultura familiar confronta-se com um paradoxo. Por um lado, ela enfrenta inúmeros desafios, destacando-se a pobreza, a insegurança alimentar e a falta de acesso a políticas públicas. Acrescentam-se a isso as pressões decorrentes do avanço das grandes empresas alimentares, bem como as dificuldades de acesso aos mercados, fatores que tornam os desafios ainda mais complexos. Por outro lado, a agricultura familiar demonstra ser uma solução não apenas para o enfrentamento das barreiras mencionadas, mas também como meio de atenuar os problemas ambientais e climáticos.

No entanto, para enfrentar de forma eficaz essas problemáticas, é fundamental que os agricultores familiares se tornem empoderados. O empoderamento é um processo que permite o desenvolvimento de capacidades para mobilizar recursos em prol de um objetivo. Ele é entendido tanto como meio quanto fim para a mudança social e pode manifestar-se em âmbito individual ou coletivo. Cabe destacar que, em muitos casos, ele pode gerar resultados negativos ou desempoderamento (Haxeltine *et al.*, 2017; Avelino *et al.*, 2020).

Assim, o agricultor familiar desempenha uma dupla função no contexto do desenvolvimento sustentável, atuando tanto como agente quanto beneficiário dos ODS (Terlau; Hirsch; Blanke, 2019). Entretanto, passar da condição de beneficiário para a condição de agente requer inclusão e o desenvolvimento de capacidades. O agricultor familiar empoderado torna-se protagonista em prol da mudança e da transformação, criando alternativas que contrapõe o sistema alimentar tradicional.

Essas alternativas podem ser materializadas por meio de novas formas de produção, distribuição e gestão. Como exemplo tem-se as cadeias curtas de abastecimento, a produção orgânica e agroecológica, a adoção de sistemas agroflorestais, a pluriatividade, dentre outras estratégias inovadoras e sustentáveis (Santo; Andion, 2022).

Além disso, as formas de organização dos agricultores familiares podem ser fortalecidas por meio da colaboração e participação. Tais abordagens desencadeiam mudanças nas relações sociais, redefinindo a relação entre produtor e consumidor e se traduzem em práticas como o associativismo e o cooperativismo.

Essas práticas contemplam novas maneiras de produzir, empreender e inovar, as quais abrangem aspectos econômicos e socioambientais. Assim, podem ser analisadas sob a perspectiva da inovação social, que implica em mudanças nas relações sociais e envolvem novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar (Avelino *et al.*, 2014; 2019). Consiste em uma intervenção iniciada por atores sociais, que buscam reconfiguração de cenários ou proposição de novas orientações culturais em prol da melhoria na qualidade de vida dos envolvidos (CRISES, 2015; 2020).

Reconhecida como uma abordagem promissora para enfrentar os grandes desafios do século, é considerada elemento-chave para alcançar as metas da Agenda 2030 (Marini Govigli *et al.*, 2022), uma vez que as inovações sociais são responsáveis por 75% do sucesso em inovação (Pot; Vaas, 2008; Gonçalves; D'angelo; Rocha, 2022). Aspectos centrais desse tipo de inovação, como a cooperação e a formação de redes, são fundamentais para enfrentar problemas globais (Neumeier, 2017).

No entanto, a inovação social não se constitui em uma solução mágica para resolver os desafios socioambientais. Mesmo sob perspectivas inclusivas, não há garantia de transformação social, havendo o risco de manutenção do *status quo*. A disseminação da inovação social depende de indivíduos inseridos na estrutura social local. Em função dessa dinâmica, muitos projetos de desenvolvimento voltados às famílias rurais têm curta duração, limitados à presença desses agentes no local. Assim, destaca-se a importância de valorizar os processos de

transformação social internalizados e fomentados pelas próprias comunidades rurais (Santo, 2023).

Dessa forma, são os atores locais que emergem como protagonistas nos processos de inovações sociais, baseando-se em suas experiências e na relação com o meio ambiente (Santo; Andion, 2022). Para uma inovação social ser considerada transformadora, ela deve desafiar, alterar e/ou substituir as instituições dominantes em determinados contextos (Haxeltine *et al.*, 2017; Avelino *et al.*, 2020; Loorbach *et al.*, 2020; Pel *et al.*, 2020).

A participação de diversos atores é um dos elementos centrais da inovação social. No entanto, a pesquisa destinada à categorização desses atores, aos papéis que assumem e às suas interações ainda é recente, exigindo mais investigação (Wittmayer *et al.*, 2017b; Neumeier, 2017; Ribas 2021). Assim, mapear esses atores e iniciativas, que juntos compõem o EIS, é um pré-requisito para a ocorrência de inovações sociais bem-sucedidas (Chueri; Vasconcelos; Dos Santos, 2019).

Na concepção de Avelino *et al.* (2017, p.7), compreender a transformação permite traduzir a “identificação coletiva de problemas em inovações sociais localizadas que podem estimular a inovação do sistema em escalas não locais”. O envolvimento de todos os atores e a formação de redes são fundamentais para essa tradução, já que as redes são espaços onde se transpõem as barreiras disciplinares.

Ao analisar as inovações sociais desenvolvidas na agricultura familiar com foco na produção orgânica e agroecológica, é pertinente indagar: “Quem são os atores envolvidos nos processos de inovação social? Que papéis assumem? Quais são as relações existentes entre eles? Responder a essas questões pode ser o ponto de partida para uma compreensão mais profunda da inovação social e de suas contribuições para o alcance dos ODS e para o empoderamento.

Por fim, cabe destacar a importância do mapeamento das iniciativas e dos atores envolvidos na busca por soluções para os problemas supracitados, bem como também compreender e descrever o contexto em que estão inseridos. As relações existentes entre esses elementos resultam na inovação social, da mesma forma que essas mesmas relações podem ser vistas como inovações.

Portanto, esta pesquisa centra-se nos temas do desenvolvimento sustentável e da inovação social, no contexto da agricultura familiar, que desempenha um papel de extrema relevância para o alcance dos ODS. Parte-se do pressuposto de que a inovação social pode ser uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e para o (des) empoderamento dos agricultores familiares. Para tanto, toma-se como base para as análises, a Teoria da Inovação

Social Transformadora (IST) e a abordagem metodológica proposta pelos pesquisadores do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF).

A centralidade nos atores e nas relações que estabelecem, apontadas por inúmeros autores ao conceituar a inovação social (Haxeltine *et al.*, 2013; Maurer; Silva, 2014; Avelino *et al.*, 2019; CRISES, 2020), é adotada para orientar este estudo. A Teoria da IST concentra-se na relação entre os atores e dedica atenção especial aos processos de (des) empoderamento. A proposta metodológica do OBISF busca mapear os atores do EIS e elucidar os papéis que desempenham e as interrelações entre eles.

Considerando as potencialidades da inovação social para promover a transformação social e a necessidade de desenvolver capacidades e empoderar indivíduos e comunidades, a pesquisa pretende responder à seguinte questão: ***“Como iniciativas de inovação social, voltadas à agricultura familiar, contribuem para o desenvolvimento sustentável e promovem o (des) empoderamento dos atores envolvidos?”***

Para responder essa questão, tem-se como objeto de estudo a agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, voltada à produção orgânica e agroecológica. A escolha desse *locus* se deve ao fato de que alguns agricultores, que foram excluídos do sistema de integração com os frigoríficos locais, estão se organizando por meio de associações e cooperativas e recebendo apoio de outros atores e movimentos sociais, para inovar e transformar sua realidade.

## 1.1 OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral ***analisar como a Inovação Social Transformadora pode promover o desenvolvimento sustentável e o (des) empoderamento dos agricultores familiares da Região Oeste de Santa Catarina.***

Para alcançar esse propósito foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o contexto da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina;
- Identificar as principais potencialidades e os desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar;
- Mapear atores, redes e iniciativas que atuam na agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, com foco na produção orgânica e agroecológica;
- Identificar os impactos da inovação social no alcance do desenvolvimento sustentável
- Identificar os impactos da inovação social no (des) empoderamento dos atores envolvidos.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Pesquisas sobre formas alternativas de empreender e inovar e seu impacto no desenvolvimento sustentável é ampla. No entanto, ainda há espaço para investigar como essas contribuições ocorrem e de que forma a inovação social pode promover o desenvolvimento de capacidades, empoderamento e transformação social. O presente estudo busca avançar na compreensão destas questões, abarcando aspectos ambientais, sociais e econômicos sob uma perspectiva de inovação social transformadora.

Nesse sentido, as contribuições teóricas incluem o avanço do conhecimento nesses campos de pesquisa e a análise a partir da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST), cujos estudos em âmbito nacional ainda são incipientes (Oliveira, 2021). Da mesma forma, a inovação social no contexto rural consiste em uma lacuna de pesquisa a ser explorada, já que os estudos nessa área se concentram no contexto urbano (Santo; Andion, 2022; Santo, 2023).

Abordar a agricultura familiar, e mais especificamente aquela voltada à produção sustentável, pode oferecer contribuições significativas dado o paradoxo enfrentado pelos agricultores familiares. Esses atores com papel essencial para o alcance das metas dos ODS ao mesmo tempo em que enfrentam inúmeros problemas socioambientais e econômicos (Schneider; Nierdele, 2008, Trivelli, 2019). Desenvolver uma agricultura sustentável no Brasil, que assume o primeiro lugar no uso de agrotóxicos, é um desafio que merece atenção (Mattei; Michellon, 2021).

Esta tese analisa as contribuições da inovação social para o alcance do desenvolvimento sustentável no contexto da agricultura familiar. Para tanto, coloca o ator social no centro da discussão com o intuito de identificar os interesses dos diferentes grupos e compreender o potencial das iniciativas de inovação social para o (des)empoderamento dos indivíduos e comunidades.

São as interações entre os atores e destes com o contexto, que permitem compreender o que pode promover ou restringir os processos de mudança (Wittmayer *et al.*, 2015b; Avelino *et al.*, 2017; Van Wijk *et al.*, 2018; Andion; Alperstedt; Graeff, 2020).

Nesse sentido, busca-se como contribuições práticas, oferecer às iniciativas pesquisadas, aos atores de apoio e aos formuladores de políticas públicas uma visão detalhada sobre o contexto em que os processos de inovação social se desenvolvem, as relações entre os diferentes atores e os papéis que assumem, a partir do mapeamento do Ecossistema de Inovação Social (EIS).

Mapear ecossistemas de inovação consiste em uma das principais ferramentas para redução de riscos (Adner, 2006). No entanto, embora os estudos no campo do EIS tenham ganhado espaço uma das principais tarefas dos pesquisadores da área consiste em aprofundar o conhecimento teórico e ampliar a compreensão sobre os processos de inovação social em diferentes contextos (Domanski; Hawald; Kaletka, 2020).

Ademais, busca-se a identificação de iniciativas inovadoras com propostas que possam ser reaplicadas em outros contextos. Este esforço pode auxiliar na tomada de decisão dos diferentes atores envolvidos nos processos de inovação social, bem como subsidiar a implementação de políticas e programas relacionados ao tema, dado que a inovação social representa 75% do sucesso em inovações (Pot; Vaas, 2008).

Além das contribuições teóricas e práticas, destaca-se como contribuição metodológica, a aplicação das ferramentas propostas pelo Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) para o mapeamento de EIS. Embora a metodologia já tenha sido utilizada para a cartografia em diferentes contextos, o rural ainda consiste em um campo a ser explorado (Santo; Andion, 2022).

Espera-se que o estudo amplie e dissemine práticas socialmente inclusivas, para fortalecer a agricultura familiar e a sustentabilidade da sociedade como um todo. Ressalta-se que essa pesquisa é financiada pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), mantido pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), executado pela Secretaria de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina (SED/SC).

A estrutura da tese inclui, além desta introdução, a revisão da literatura, os procedimentos metodológicos, a discussão e análise dos resultados, as considerações finais, as referências utilizadas e os apêndices. A contextualização inicial apresentou um panorama acerca do problema da pesquisa, a questão que norteou o desenvolvimento do estudo, bem como o objetivo geral e os específicos, além da justificativa. Na sequência são abordados os argumentos teóricos que sustentam as intenções explicitadas e fundamentam a elaboração da pesquisa.



## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo apresenta os fundamentos e reflexões teóricas que fundamentaram a elaboração da tese. Inicialmente, são apresentados os conceitos de Inovação Social (IS), Tecnologia Social (TS) e Empreendedorismo Social (ES), bem como as similaridades e distinções entre essas temáticas. Em seguida, são descritos os pressupostos da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST) e abordada a questão do (des)empoderamento dos indivíduos e comunidades.

Da mesma forma, aborda-se o conceito de Ecossistema de Inovação Social (EIS) e apresenta-se a metodologia do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) para o mapeamento do EIS. Destaca-se a importância de conhecer os diferentes atores, as relações e, as conexões entre desenvolvimento sustentável, empoderamento e inovação social no contexto da agricultura familiar, conforme a Figura 1.

Figura 1- Síntese dos aspectos teóricos abordados na revisão da literatura

Inovação Social	Teoria da Inovação Social Transformadora	(Des)empoderamento	Ecossistema de Inovação Social	Agricultura Familiar Sustentável
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos;</li> <li>• Inovação Social (IS);</li> <li>• Tecnologia Social (TS);</li> <li>• Empreendedorismo Social (ES);</li> <li>• Relação entre IS, TS e ES.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos e pressupostos da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST);</li> <li>• Elementos da IST;</li> <li>• Estudos anteriores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito, histórico e perspectivas;</li> <li>• Níveis e dimensões;</li> <li>• Mecanismos de empoderamento;</li> <li>• Desempoderamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito;</li> <li>• Redes, iniciativas e atores;</li> <li>• Categorização e papéis dos atores;</li> <li>• <i>Framework</i> OBISF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos e definições;</li> <li>• Desafios da Agricultura Familiar (AF);</li> <li>• AF e desenvolvimento sustentável;</li> <li>• IS e potencialidades para a AF.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

### 2.1 INOVAÇÃO SOCIAL

Este tópico aborda os conceitos de inovação social, tecnologias sociais e empreendedorismo social, destacando suas relações e características comuns, com o foco na resolução de problemas sociais e na criação de valor social. Por muito tempo, a inovação esteve associada, quase exclusivamente, ao campo tecnológico e era vista como propulsora do desenvolvimento pautado no crescimento econômico (André; Abreu, 2006; Almeida, 2014).

Nesse contexto Schumpeteriano, a inovação deveria gerar riqueza (Almeida, 2014). Com o advento do desenvolvimento sustentável e das lacunas deixadas pelo poder público e por organizações privadas no atendimento às demandas de uma parcela menos favorecida da

população, a inovação assumiu novas formas. Assim, emerge a inovação social com o objetivo de suprir essas lacunas (André; Abreu, 2006).

É importante diferenciar inovação de invenção: enquanto invenção está relacionada aos inventores em laboratórios e às ideias, a inovação demanda implementação e execução dessas ideias. Embora o termo seja frequentemente associado a algo totalmente novo, não precisa ser algo inteiramente novo e nem sempre provém do trabalho de cientistas em laboratório (Almeida, 2014).

O conceito de inovação, conforme proposto pelo Manual de Oslo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), originalmente concentrava-se na empresa, com ênfase na inovação tecnológica e de processos. No entanto, atualmente, inclui as inovações não tecnológicas, resultando na distinção de cinco tipos de inovações: processo, produto, serviços, marketing e organizacional. Essas inovações ocorrem no âmbito da produção e do mercado (Almeida, 2014; OECD, 2018).

Um estudo realizado por pesquisadores da Escola de Gestão de Rotterdam, da Universidade Erasmus na Holanda, mostra que as inovações tecnológicas correspondem a apenas 25% do sucesso em inovação, enquanto as inovações sociais são responsáveis por 75% do sucesso nesse processo (Quadro 1) (Pot; Vaas, 2008; Gonçalves; D'angelo; Rocha, 2022). Salienta-se que, embora os objetivos desses dois tipos de inovação sejam distintos, alguns resultados podem se sobrepôr, como o bem-estar de um grupo social (Cajaíba-Santana, 2014).

Na inovação tecnológica, o conhecimento resulta do desenvolvimento em pesquisas que visam aumentar a competitividade empresarial, com limitações impostas à sua disseminação. As inovações técnicas são voltadas aos avanços tecnológicos com o objetivo de criar novos produtos ou artefatos. Por outro lado, nas inovações sociais, é necessário que o conhecimento se expanda e difunda para outras comunidades, de modo que as inovações possam ser reaplicadas (Bignetti, 2011; Cajaíba-Santana, 2014).

Quadro 1 – Explicação do sucesso com inovação tecnológica e social

<b>Inovação Tecnológica</b>	<b>Inovação Social</b>
Conhecimento tecnológico	Gestão do conhecimento
Investimento em inovação, ciência e tecnologia	Experiência em educação
Pesquisa e desenvolvimento	Organização, gestão e trabalho
Criação do conhecimento	Aquisição, integração e aplicação de novos conhecimentos
<b>Explica 25% do sucesso de inovações</b>	<b>Explica 75% do sucesso de inovações</b>

Fonte: Pot e Vaas (2008, p. 469).

As principais diferenças entre inovação social e outros tipos de inovação residem na sua capacidade de buscar soluções para necessidades humanas e problemas sociais não atendidos pelos governos e organizações privadas. A inovação social mobiliza pessoas em prol de mudanças sociais *bottom-up*, com foco no bem-estar dos indivíduos e comunidades, fundamentada nos valores de cooperação, reciprocidade e solidariedade (Cloutier, 2003; Moulaert *et al.*, 2005; Maurer; Silva, 2014; Moulaert; Mehmood, 2020).

O debate sobre inovação social teve início a partir dos estudos de Taylor (1970), considerado um de seus precursores. Desde então, as discussões e publicações sobre o tema têm se expandido rapidamente, principalmente a partir dos anos 2000.

No entanto, o crescimento desse tema tem sido marcado por ambiguidade conceitual, diversidade de definições e configurações de pesquisa em um campo disperso e fragmentado, que procura conectar diferentes abordagens e disciplinas (Bignetti, 2011; Cajaíba-Santana, 2014; Van der Have; Rubalcaba, 2016).

A inovação social consiste em formas aperfeiçoadas de ação e novas maneiras de abordar questões sociais, com o objetivo de suprir necessidades sociais e promover uma nova organização social (Taylor, 1970). O Centro de Investigação sobre Inovações Sociais (CRISES), a define como uma intervenção iniciada por atores sociais que buscam mudança nas relações sociais, transformação de cenários ou proposição de novas orientações culturais em prol da qualidade de vida dos envolvidos (CRISES, 2015; 2020).

Cajaíba-Santana (2014) destaca a mudança social como característica central da inovação social. Essas inovações são orientadas para as práticas sociais e têm uma estrutura imaterial, consistindo em novas práticas que tendem a se institucionalizar. Nesse sentido, é fundamental evitar definições do tipo instrumental, ligadas à criação de produtos e serviços, que poderiam levar a uma visão muito estreita sobre o termo.

No entanto, outros pesquisadores definem a inovação social como novas ideias, atividades, produtos, serviços e modelos que, além de satisfazer as necessidades sociais, criam novas relações ou colaborações sociais (Mulgan *et al.*, 2008; Murray; Caulier-Grice; Mulgan, 2010). Moulaert *et al.* (2005) estabelecem uma conexão entre o conceito de inovação social e desenvolvimento territorial, definindo-o como inovações voltadas à satisfação humana. Seu objetivo é promover a inclusão social e atender necessidades humanas, como alimentação, educação, cultura e saúde.

Para o grupo *Transformative Social Innovation Theory* (Transit), a inovação social representa uma combinação de novas práticas e relações sociais, incluindo novas ideias, modelos, regras, serviços e produtos (Agostini, *et al.*, 2017; Backhaus; Genus; Wittmayer,

2018; Avelino *et al.*, 2019). Essa abordagem procura contemplar, de modo simultâneo, três atributos que, quando combinados, podem desencadear mudanças nas relações de poder: “i) satisfação das necessidades humanas não satisfeitas via mercado; ii) promoção da inclusão social; e iii) capacitação de agentes ou atores sujeitos [...] a processo de exclusão/marginalização social” (André; Abreu, 2006, p. 124).

Nas definições, observam-se aspectos relacionados às mudanças nas relações e práticas. Para Cajaíba-Santana (2014), as inovações sociais se traduzem em mudanças de atitude, comportamento e percepções, resultando em novas práticas sociais. Assim, cabe a reflexão sobre as estruturas sociais e como elas podem habilitar ou constringer os agentes durante a adoção dessas práticas. O Quadro 2 apresenta uma síntese dos principais conceitos de inovação social.

Quadro 2 - Principais conceitos de inovação social

<b>Conceitos de Inovação Social</b>	<b>Autor</b>
Formas aperfeiçoadas de ação e novas formas de fazer as coisas.	Taylor (1970)
Resposta a uma situação social desfavorável, com foco no bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.	Cloutier (2003)
Inovações voltadas à satisfação, atendimento das necessidades humanas e à inclusão social, com foco no desenvolvimento territorial.	Moulaert <i>et al.</i> (2005)
Ocorre a partir de uma ação planejada ou como resultado da mudança social e manifesta-se em três níveis: atores sociais, organizações e instituições.	Rodrigues (2007)
Reconhecida socialmente como uma resposta voltada à mudança social e às relações de poder. Contempla a satisfação das necessidades humanas, a inclusão social e a capacitação dos agentes.	André e Abreu (2006)
Consistem em novas ideias, produtos, serviços e modelos que atendem uma necessidade social e promovem novas relações ou colaborações sociais.	Mulgan <i>et al.</i> (2008) Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010)
Resulta do conhecimento aplicado às necessidades sociais por meio da cooperação e participação, de modo a gerar soluções novas e duradouras.	Bignetti (2011)
Representa respostas e soluções às necessidades sociais, buscando mudanças nas relações sociais, nos cenários ou propondo novas orientações culturais em prol da qualidade de vida.	CRISES (2015; 2020)
Novas práticas, relações sociais, ideias, modelos, regras, serviços e produtos voltadas ao empoderamento e à mudança da sociedade.	Haxeltine <i>et al.</i> (2013) Avelino <i>et al.</i> (2019)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As inovações sociais surgem como resultado de uma ação intencional, planejada previamente ou emergem de um processo de mudança social. Podem ocorrer em três níveis (atores sociais, organizações e instituições) e são executadas por organizações, indivíduos, empresas, organizações sociais, governos, comunidades ou a coletividade (grupos ou redes). (André; Abreu, 2006; Rodrigues, 2007; Murray; Caulier-Grice; Mulgan, 2010; Maurer; Silva, 2014).

As iniciativas de maior sucesso são pautadas pela colaboração de diferentes setores, incluindo todas as partes interessadas e os beneficiários. O foco das inovações sociais pode

estar nos resultados ou nos processos. Porém, é no âmbito dos processos que ela ganha maior relevância, tendo em vista que estes contemplam questões como inclusão e mudança social (André; Abreu, 2006; Maurer; Silva, 2014).

Dentre os resultados esperados estão os avanços no bem-estar social e econômico, melhorias na qualidade de vida, maior produtividade e rentabilidade. Espera-se ainda que os resultados das inovações sociais ofereçam contribuições para o alcance do desenvolvimento territorial. Da mesma forma, busca-se alterações nas relações sociais e mudanças relativas a atitudes, comportamentos e percepções de um determinado grupo de pessoas (Moulaert *et al.* 2005; Cajaíba-Santana, 2014; Maurer; Silva, 2014).

Van der Have e Rubalcaba (2016), no intuito de promover uma compreensão mais clara sobre inovação social, bem como a integração do conhecimento na área, desenvolveram uma pesquisa bibliométrica e análise de rede com base em 172 publicações sobre inovação social. Os resultados mostram a identificação de quatro *clusters* ou comunidades acadêmicas que trabalham a inovação social: psicologia comunitária, pesquisa de criatividade, desafios sociais e desenvolvimento local.

As pesquisas voltadas à **psicologia comunitária** estão centradas no processo e procuram compreender como as mudanças generalizadas se manifestam na sociedade. Alguns pesquisadores desse *cluster* têm abordado questões relacionadas ao gerenciamento de recursos naturais e ecológicos. Nesse contexto, a inovação social se traduz como uma abordagem para lidar com problemas complexos, como discriminação racial e de gênero, além de conflitos e desafios socioeconômicos (Van der Have; Rubalcaba, 2016, Foroudi *et al.*, 2021).

No *cluster* voltado à **pesquisa de criatividade**, os esforços se concentram no processo criativo, incorporando perspectivas do design e da inovação em ciência e tecnologia. Os trabalhos abordam temas como intraempreendedorismo e responsabilidade social corporativa. Orientado ao processo, esse grupo busca entender a geração e implementação de inovações sociais. Diferente dos demais, não está focado na inclusão social e nos desafios da sociedade (Van der Have; Rubalcaba, 2016).

O grupo de pesquisadores voltados aos **desafios sociais** entendem a inovação social como soluções inovadoras para as necessidades sociais não atendidas, contemplando os aspectos inovadores e não somente tecnológicos da inovação. A sustentabilidade relativa às condições climáticas, ambientais e saúde é um tema central nesse *cluster*. Conceitos como Gestão Estratégica de Nichos e Gerenciamento de Transição são frequentes. Esse *cluster* apresenta vínculos da inovação social com o empreendedorismo social e está direcionado aos resultados (Van der Have; Rubalcaba, 2016).

Em inovação social, o conceito de desenvolvimento territorial é discutido sob diferentes terminologias, como desenvolvimento local, desenvolvimento bifocal e desenvolvimento social urbano. Refere-se às mudanças e inclusão de grupos excluídos, com o foco nas melhorias sociais locais (Foroudi *et al.*, 2021). Para o grupo voltado ao **desenvolvimento local**, ‘local’ é entendido como uma comunidade, um bairro, uma cidade e contempla a zona urbana ou rural (Van der Have; Rubalcaba, 2016).

Os pesquisadores desse *cluster* analisam o papel que determinada inovação desempenha no desenvolvimento em diferentes contextos. Dentre os temas centrais estão o papel da governança e das instituições, a participação, a inclusão e o empoderamento, bem como, a busca pela coesão e mudança social. As pesquisas contemplam tanto o processo como o resultado de forma equilibrada (Van Der Have; Rubalcaba, 2016).

Os *clusters* voltados à psicologia comunitária à pesquisa de criatividade estão mais relacionados às pessoas e grupos de trabalho. As comunidades de pesquisa dedicadas aos desafios sociais e ao desenvolvimento local procuram compreender a inovação social em níveis, como cidades, regiões e a sociedade como um todo. No entanto, no caso da psicologia comunitária e do desenvolvimento local há alguma sobreposição, na forma de compreensão da mudança social nas comunidades (Van Der Have; Rubalcaba, 2016).

Ao abordar os fundamentos teóricos centrais da inovação social, Foroudi *et al.* (2021) elencam perspectivas teóricas amplamente utilizadas em pesquisas na área, dentre elas o empreendedorismo social. Segundo os autores, o termo é uma das palavras-chave mais utilizadas no domínio da inovação social. Da mesma forma, a literatura tem relacionado esse tipo de inovação às tecnologias sociais, às vezes tratando os dois termos como equivalentes (Pozzebon; Fontonelle, 2018).

Um dos desafios nesse sentido, está em criar um diálogo entre as temáticas das tecnologias sociais e da inovação social (Araújo; Cândido, 2015; Pozzebon; Fontonelle, 2018). Para Araújo e Cândido (2015, p.1), esses dois fenômenos podem ser vistos como “interdependentes e complementares que dentro de uma dinâmica de evolução sociotécnica se legitimam reciprocamente”.

Na América do Sul, a inovação social ganhou um termo equivalente, "tecnologia social" (Souza; Pozzebon, 2020). No entanto, há divergências em relação a essa concepção, inclusive no Brasil, onde alguns autores preferem estabelecer distinções entre as definições e usos desses termos. O próximo tópico aborda os conceitos de tecnologias sociais e empreendedorismo social e destaca as relações entre essas abordagens e a inovação social.

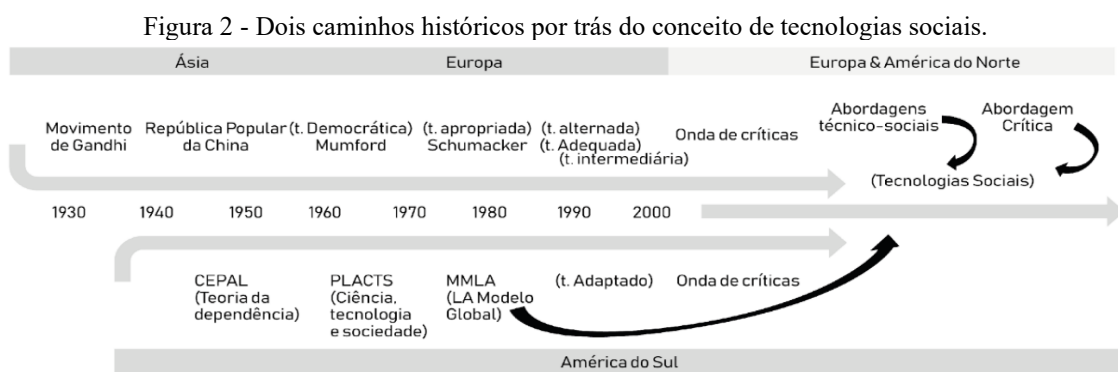
### 2.1.1 Tecnologias sociais e empreendedorismo social

A tecnologia, em seu sentido tradicional, está associada às ciências exatas, sendo sua relação com as ciências humanas recente. Com o intuito de repensar o papel da tecnologia na sociedade e ampliar a discussão sobre tecnologia, nos anos 1960, surge o conceito de Tecnologia Apropriada (TA). Essa nova visão contrapõe a abordagem dominante centrada apenas em aspectos econômicos e técnicos sob a ótica do capital (Rodrigues; Barbieri, 2008; Dagnino, 2009; Adams *et al.*, 2011; Pozzebon; Fontenelle, 2018).

Vale ressaltar que, em 1930, Mahatma Gandhi recomendava o uso de tecnologias que estivessem em harmonia com as culturas regionais e o meio ambiente. As TA foram concebidas como alternativas às tecnologias utilizadas nos países desenvolvidos e disseminadas aos demais, por meio das empresas multinacionais (Rodrigues; Barbieri, 2008; Adams *et al.*, 2011; Pozzebon; Fontenelle, 2018).

Porém, devido à globalização e ao aumento da competitividade, as TA foram perdendo força a partir da década de 1980. Em função dos problemas decorrentes da globalização, como a degradação ambiental e a exclusão social, elas ressurgiram nos anos 2000, renomeadas como tecnologias sociais. Desde então, têm sido fortalecidas pelo apoio dos governos, da sociedade e de agências das Nações Unidas (Rodrigues; Barbieri, 2008; Pozzebon; Fontenelle, 2018).

Pozzebon e Fontenelle (2018) apontam dois caminhos históricos (Figura 2) que convergem para a origem do conceito contemporâneo de tecnologias sociais. Por um lado, há a trajetória das tecnologias apropriadas, conforme explicitado. Por outro lado, há a construção do conceito de tecnologia social, influenciado por um movimento intelectual iniciado por pesquisadores latino-americanos a partir da década de 1940.



Fonte: Pozzebon e Fontenelle (2018, p. 1754).

Na primeira trajetória histórica, relativa às TA, além das contribuições de Mahatma Gandhi, destacam-se o papel de autores como Lewis Mumford (tecnologias democráticas) e Ernst Friedrich Schumacker (tecnologias apropriadas). Na década de 1970, emergem outros termos, como tecnologias adequadas ou alternativas. Embora mantivessem a ênfase no baixo custo e no uso de materiais e recursos humanos disponíveis, admitiam o desenvolvimento em escalas maiores (Duque; Valadão; Souza, 2017; Pozzebon; Fontenelle, 2018).

Dessa forma, abriu-se o caminho para a atuação de agências internacionais e empresas multinacionais. Esta abertura gerou críticas às TA, dentre elas, a percepção de que se tratava apenas de um rebaixamento das tecnologias convencionais, onde as soluções partiam dos pesquisadores e eram ofertadas aos pobres em atendimento às suas demandas. Nessa perspectiva, as TA acabavam aumentando as desigualdades sociais e reforçando as estruturas dominantes (Dagnino, 2009; Pozzebon; Fontenelle, 2018).

Quanto à segunda trajetória histórica, Pozzebon e Fontenelle (2018) destacam a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948. Esse fato marcou o início da corrente de pensamento latino-americana voltada à análise da relação entre o desenvolvimento tecnológico, as desigualdades sociais e a dependência periférica da região, que deram origem à Teoria da Dependência.

Durante as décadas de 1960 e 1970, iniciou-se a formulação do Pensamento Latino-Americano sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS), resultado das discussões “entre os defensores da manutenção do modelo primário-exportador - nossa «vocaçã» para o campo - e os defensores da industrialização via substituição de importações, fortemente inspirada nas ideias da CEPAL”. O PLACTS buscava uma análise mais crítica do pensamento dominante sobre ciência e tecnologia (Dagnino; Dias; Novaes, 2007, p. 246).

Tanto a CEPAL quanto o PLACTS defendiam a implementação de tecnologias, a partir de projetos nacionais adaptados às realidades locais, visando alavancar o desenvolvimento social e econômico na América Latina. Essa abordagem, juntamente com os estudos do grupo PLACTS, influenciou significativamente o desenvolvimento do conceito de tecnologia social (Pozzebon; Fontenelle, 2018).

Segundo Duque, Valadão e Souza (2017), os modelos alternativos de tecnologia visam romper com a visão unilateral da modernidade e oferecem uma alternativa à dependência gerada pelas tecnologias convencionais. A tecnologia social se fortaleceu por meio da negação da tecnologia convencional e tem como diferencial, a interação com as comunidades locais e a busca pela transformação social (Dagnino, 2009; Pozzebon; Fontenelle, 2018).



A tecnologia social pode ser definida como uma forma de desenvolver e implementar a tecnologia voltada à resolução de problemas sociais e ambientais, de modo a promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões (Thomas, 2009; Freitas; Segatto, 2014). Para Rodrigues e Barbieri (2008, p. 1070) são “produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”.

Tecnologias sociais não são um modelo estático, mas sim técnicas e metodologias voltadas à transformação. As pessoas que precisam de soluções tornam-se parte dela e assumem o papel de protagonistas no processo de mudança, com foco na inclusão social e na melhoria das condições de vida (Instituto de Tecnologia Social, 2023). Um aspecto central é a valorização dos conhecimentos e saberes populares, que devem ser aplicados de maneira consciente e crítica na busca por solução para problemas sociais e na promoção da emancipação social (Adams *et al.*, 2011).

Pozzebon, Tello-Rozas e Heck (2021) afirmam que a tecnologia social, em muitos casos, pode não ser percebida como inovação por seus promotores. Muitas vezes elas buscam resgatar práticas que resistiram ao colonialismo, visando revalorizar o saber popular e os recursos locais. Assim, os seus preceitos são muito próximos aos da Economia Solidária e de iniciativas da Economia Popular.

Dentre as características das tecnologias sociais, Dagnino (2009, p. 35) destaca o fato de ela ser “[...] resultado da ação de um coletivo de produtores sobre determinado processo de trabalho engendrado pela propriedade coletiva dos meios de produção, pelo controle autogestionário e pela cooperação voluntária e participativa”. Assim, reforça-se os aspectos relativos à cooperação, ao associativismo, à sustentabilidade e ao desenvolvimento local e sustentável (Rodrigues; Barbieri, 2008; Adams *et al.*, 2011; Freitas; Segatto, 2014; Nachtigall *et al.*, 2020).

Em síntese, as definições de tecnologias sociais pressupõem alteração na gestão da tecnologia, direcionando-a para o atender demandas sociais. Em um processo que envolve a participação da sociedade, ultrapassa as fronteiras das disciplinas e saberes e volta-se ao desenvolvimento sustentável. Abarca questões como inclusão social, autonomia, práticas democráticas, cidadania e empoderamento (Rodrigues; Barbieri, 2008; Thomas, 2009; Peyloubet *et al.*, 2010; Freitas; Segatto, 2014; Pozzebon; Fontenelle, 2018).

Pozzebon, Tello-Rozas e Heck (2021) elencam três elementos que diferenciam as inovações sociais das tecnologias sociais. O primeiro está relacionado a sua história, uma vez

que desde o princípio, a tecnologia social procura contestar a superioridade do conhecimento ocidental, bem como a hegemonia das tecnologias convencionais.

O segundo elemento, consiste no protagonismo do fator “local” desde a concepção ou implementação da tecnologia social. Nesse sentido, é essencial valorizar os saberes e recursos locais, bem como a manutenção da integração com outros saberes e recursos externos, se necessário. Dessa forma, busca-se promover a transformação das relações de produção e consumo, visando garantir maior autonomia às comunidades locais.

Por fim, o terceiro elemento que diferencia inovação social e tecnologias sociais, refere-se ao significado de “tecnologia”, o qual pode ser material, imaterial ou ambos. Enquanto uma tecnologia material consiste em um artefato ou dispositivo, uma tecnologia imaterial pode ser uma metodologia ou uma forma de fazer (Pozzebon; Tello-Rozas; Heck, 2021).

Assim, para que uma inovação social seja considerada uma tecnologia social, ela deve estar centrada em alguma ferramenta (material ou imaterial) que seja reconhecível, ou seja, que possibilite a identificação dos seus princípios fundamentais de funcionamento. Além disso, deve ser passível de ressignificação por meio de reconfiguração sociotécnica, de modo que possa ser reapropriada em outros contextos (Pozzebon; Tello-Rozas; Heck, 2021). Ambas as abordagens têm como objetivos comuns a inclusão social e a resolução de problemas sociais. Resultam de construções coletivas e visam à transformação social e à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Outro termo frequentemente relacionado à inovação social é o empreendedorismo social, que também atua no enfrentamento aos desafios sociais e ambientais que atingem sociedades em todo o mundo, em especial nos países em desenvolvimento.

Considerado um fenômeno novo, é um campo de estudo que tem ganhado relevância nos últimos anos e contempla diversas definições com diferentes enfoques. O conceito tem como premissa combinar valor social e econômico, atuando em prol da resolução de problemas sociais. Distingue-se do empreendedorismo em seu sentido tradicional, principalmente por seu caráter coletivo, sendo gerado ou fortalecido por meio de um processo coletivo (Dufays; Huybrechts, 2014; Bezerra-de-Souza; Teixeira, 2019; Dionisio, 2019).

Sob tal perspectiva, distancia-se da concepção do empreendedor como figura heroica e solitária. Embora a iniciativa começa com um empreendedor individual, ela precisa do coletivo para se desenvolver e alcançar seus objetivos. Assim, para evidenciar esta coalização, Dufays e Huybrechts (2014) utilizam o termo empreendedorismo social coletivo, que muitas vezes inclui a criação de cooperativas e organizações pautadas pela gestão coletiva.

A literatura apresenta duas concepções sobrepostas de empreendedorismo social. Na primeira vertente, o empreendedorismo social consiste na criação de mudanças sociais positivas. Independentemente das estruturas ou processos pelos quais essas mudanças ocorrem, nesse caso, o sucesso é medido pela “transformação social” alcançada (Tracey; Phillips, 2007).

A segunda vertente preocupa-se com a empresa para um propósito social, envolve a construção de organizações comercialmente viáveis e socialmente construtivas. Aqui, a ênfase é desenvolver produtos e serviços com fins sociais ou gerar excedentes para reinvestir em projetos sociais (Tracey; Phillips, 2007). O Quadro 3 resume algumas das principais definições sobre empreendedorismo social.

Quadro 3 - Definições de empreendedorismo social

<b>Definição</b>	<b>Autores</b>
Uso do comportamento empreendedor para fins sociais ou com lucros destinados a um determinado grupo de desfavorecidos.	Leadbetter (1997)
Identifica oportunidades para gerar mudanças sociais, cujos agentes são os empreendedores sociais, com a missão de criar e sustentar valor social.	Dees (1998)
Construto multidimensional, contempla o comportamento empreendedor em prol de uma missão social. Envolve a capacidade de reconhecer oportunidades para criação de valor social, características de inovação, proatividade, tomada de decisão e capacidade de assumir riscos.	Mort, Weerawardena e Carnegie (2002)
Cria soluções inovadoras para problemas sociais e mobiliza ideias, capacidades, recursos e arranjos sociais necessários para as transformações sociais.	Alvord, Brown e Letts (2004)
A combinação da desenvoltura do empreendedorismo tradicional com a missão de mudar a sociedade.	Seelos e Mair (2005)
Atividade inovadora, desenvolvida dentro ou por meio de organizações sem fins lucrativos, empresariais ou governamentais com o objetivo de criar valor social.	Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2012)
Processo inovador de criação de valor, combina recursos para explorar oportunidades que estimulem a mudança social e/ou o atendimento de necessidades sociais.	Mair e Marti (2006)
Exercido quando uma pessoa/grupo busca criar valor social, reconhecer e aproveitar oportunidades, usar inovação, assumir riscos e usar recurso escassos com engenhosidade.	Peredo e McLean (2006)
Iniciativa inovadora (com ou sem fins lucrativos) voltada a ajudar as pessoas.	Yunus (2008)
Atividades e processos empreendidos para explorar oportunidades que possam contribuir para o aumento da riqueza social.	Zahra <i>et al.</i> (2009)

Fonte: Zahra *et al.* (2009, p. 521); Dacin, Dacin e Matear (2010, p. 39-41).

As definições apresentadas evidenciam que mesmo que a comunidade científica ainda não tenha consenso quanto ao conceito de empreendedorismo social, a maioria dos estudiosos concordam que se trata de um processo voltado ao atendimento das necessidades sociais, focado na criação de valor social e na mudança social. Para alcançar seus objetivos, o empreendedorismo social precisa desenvolver-se e aumentar o número de iniciativas em escala global (Zahra *et al.*, 2009; Dacin; Dacin; Matear, 2010).

Contudo, a escala e o escopo dependem do número de indivíduos que optam por se tornar empreendedores focados, prioritariamente, na missão social (Seelos; Mair, 2005). Nesse contexto, torna-se relevante ressaltar o papel do empreendedor social, bem como aspectos do

comportamento empreendedor, como a capacidade de assumir riscos, mobilizar recursos, identificar e aproveitar oportunidades (Zahra *et al.*, 2009; Dacin; Dacin; Matear, 2010).

Giehl (2014) destaca a importância dos empreendedores sociais, ressaltando que são indivíduos persistentes, dotados de genialidade criativa, que investem com tenacidade recursos e energias com o objetivo de modificar a realidade e gerar transformações na vida das pessoas. Em definições propostas por autores como Zahra *et al.* (2009) e Dacin; Dacin e Matear (2010) é recorrente a menção ao caráter inovador, evidenciando a importância da inovação para o empreendedorismo social

O empreendedorismo, de forma geral, tem sido associado a questões relativas ao desenvolvimento e à inovação. No caso do empreendedorismo social, cujas iniciativas têm como objetivo central “a transformação, para melhor, de uma realidade deficitária” (Maurer; Silva, 2014, p. 47), estas relações direcionam-se para o desenvolvimento sustentável e para inovação social. Segundo Bansal, Garg e Sharma (2019), o empreendedorismo social tem sido reconhecido como uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Partzsch e Ziegler (2011) destacam a ênfase dada à inovação nas definições mais difundidas de empreendedorismo social. As raízes desse pensamento, que considera a inovação como o núcleo do empreendedorismo, remontam ao pensamento de J. Schumpeter, segundo o qual, a inovação é parte do processo econômico evolutivo. Por essa razão, estudos têm sido desenvolvidos para evidenciar as relações entre empreendedorismo social e inovação social (Medeiros *et al.*, 2017; Bezerra-de-Sousa; Teixeira, 2019).

Bezerra-de-Sousa e Teixeira (2019, p. 81) identificaram duas perspectivas, “o empreendedorismo social visto como uma inovação social e o empreendedorismo social visto como um campo propício para geração de inovação social”. Na primeira perspectiva, o empreendedorismo social é compreendido como uma inovação social, por ser uma atividade que busca atender de forma inovadora as necessidades sociais.

A segunda perspectiva pressupõe que o empreendedorismo social é em um campo propício para gerar inovações sociais, o que ocorre por meio da atuação do empreendedor social. Ambas visões entendem que a inovação social é um conceito mais amplo que não se limita ao empreendedorismo social (Bezerra-de-Souza; Teixeira, 2019).

A inovação social pode ocorrer em diferentes contextos, setores e níveis de análise, possibilitando a transformação sistemática da sociedade. Em ambos os casos, o empreendedor social é o ator principal, cuja ação viabiliza a implementação da inovação social e potencializa a criação de valor social (Partzsch; Ziegler, 2011; Cunha; Benneworth, 2014; Bezerra-de-Souza; Teixeira, 2019).

A ação empreendedora com fins sociais é a base da inovação social. Um aspecto recorrente é o foco em gerar valor social, o que representa uma mudança na realidade e na vida dos envolvidos. Essas mudanças se traduzem, entre outros fatores, no aumento do poder aquisitivo, da capacidade de consumo e da autonomia, gerando qualidade de vida e sustentabilidade. Ambas as abordagens surgem a partir da incapacidade do governo em satisfazer as necessidades sociais (Cunha; Benneworth, 2014; Giehl; 2014; Afonso *et al.*, 2015).

Fatores como inovação, criação de valor social e a figura do empreendedor social são características comuns a ambas as áreas. O empreendedor social desempenha um papel central e atua como elo de ligação, sendo seu poder inovador primordial para garantir um futuro mais sustentável. É comum a afirmação de que o empreendedorismo social pode oferecer contribuições significativas para o alcance do desenvolvimento sustentável (Cunha; Benneworth, 2014; Bansal; Garg; Sharma, 2019; Bozhikin; Macke; Da Costa, 2019).

Dentre esses elementos comuns as três abordagens, destacam-se a busca pela satisfação das necessidades humanas, por melhorias na qualidade de vida e a promoção da inclusão, participação e cooperação. Além disso, todas elas visam a transformação social, a mudança nas relações sociais e a inovação nas formas de desenvolver suas atividades. Tudo isso é realizado com foco na sustentabilidade, contemplando os pilares ambiental, social e econômico. O Quadro 4 apresenta uma síntese sobre as características que evidenciam as relações entre inovação social, tecnologias sociais e empreendedorismo social.

Quadro 4 – Características comuns entre inovação social, tecnologias sociais e empreendedorismo social

Relações entre os conceitos	Características comuns
Inovação Social Tecnologias Sociais Empreendedorismo Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Satisfação das necessidades humanas;</li> <li>✓ Melhorias na qualidade de vida;</li> <li>✓ Participação;</li> <li>✓ Cooperação;</li> <li>✓ Criação de valor social;</li> <li>✓ Transformação Social;</li> <li>✓ Inclusão social;</li> <li>✓ Sustentabilidade econômica, ambiental e social;</li> <li>✓ Novas formas de fazer;</li> <li>✓ Mudanças nas relações sociais.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Diante do exposto, acredita-se que a inovação social, entendida como um conceito amplo que engloba tanto o empreendedorismo social, como as tecnologias sociais, apresenta um grande potencial como estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar. Partindo deste pressuposto, a Teoria da Inovação Social Transformadora (IST), que

será abordada no próximo tópico, foi a lente escolhida para compreender como as iniciativas de inovação social atuam em prol da sustentabilidade.

## 2.2 TEORIA DA INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA

A inovação social tem sido cada vez mais conhecida como um “motor necessário para a transformação da sociedade” (Avelino *et al.*, 2014). Partindo desse pressuposto, foi desenvolvida a Teoria da Inovação Social Transformadora (IST), que explora as relações entre a mudança transformadora necessária e a inovação social, idealizada pelos pesquisadores do projeto de pesquisa *Transformative Social Innovation Theory* (TRANSIT),

O TRANSIT, desenvolvido entre 2014 e 2017 com apoio da Comissão Europeia, contou com a participação de doze universidades e centros de pesquisa da Europa e da América Latina (Apêndice A). O propósito foi responder à chamada para pesquisa “Inovação Social - Empoderando pessoas, mudando sociedades?”. Assim, o projeto buscou identificar como as redes de empreendedores e de projetos de inovação contribuem para a mudança social (Afonso *et al.*, 2015; Haxeltine *et al.*, 2017; Agostini *et al.*, 2017).

O objetivo do TRANSIT foi o desenvolvimento de uma “Teoria da Inovação Social Transformadora”, na qual o projeto procurou responder à questão de pesquisa “como e até que ponto a inovação social contribui para a transformação social que responde aos desafios sociais, e como as pessoas são capacitadas a contribuir para esse processo?” O projeto explorou transformações para tornar as sociedades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis, identificando o papel das inovações sociais nessas transformações sociais, por meio de pesquisa empírica e teórica (Haxeltine *et al.*, 2013; Avelino *et al.*, 2014).

Este grupo tem como foco o empoderamento e a mudança na sociedade e define a inovação social como uma combinação de novas práticas, novas relações sociais, incluindo novas ideias, modelos, regras, serviços e produtos. Os estudos foram baseados na realidade de 20 redes transnacionais de inovação social (Apêndice B), dentre elas Rede Ashoka, *Impact Hub*, *Global Ecovillage Network* (GEN), *Time Banks*, *Transition Towns* e *Slow Food International* (Agostini *et al.*, 2017; Backhaus; Genus; Wittmayer, 2018; Wittmayer *et al.*, 2019).

Inovações transformadoras são atividades, ideias e objetos compartilhados, por iniciativas enraizadas localmente que procuram desenvolver alternativas para regimes dominantes, os quais essas iniciativas, buscam desafiar, alterar ou substituir (Loorbach *et al.*, 2020). A maioria dos estudos adota uma abordagem interdisciplinar, reconhecendo diferentes perspectivas. Para compreender os fatores que promovem a mudança e os processos de

mudança transformadora são observadas as interações entre cultura, política, tecnologia, ecologia e economia (Avelino *et al.*, 2017).

A IST consiste em uma inovação social que, a partir de uma interação coevolutiva entre as diferentes dimensões de inovação e mudança, desafia, altera ou mesmo substitui as instituições dominantes. Assim, ela contribui para mudanças sistêmicas em respostas aos desafios impostos à sociedade.

A noção de “transformador”, no âmbito da IST, é entendida como um ajuste nos valores, perspectivas e comportamentos da sociedade. Para se tornar transformadora, a inovação social requer a coevolução de outros tipos de mudança e inovação (Afonso *et al.*, 2015; Agostini *et al.*, 2017; Avelino *et al.*, 2019).

O projeto TRANSIT baseia-se no campo emergente da inovação social e na pesquisa de transições para a sustentabilidade. A teoria da IST foi desenvolvida a partir de diversas outras abordagens e teorias, como a Teoria da Prática, Teoria Institucional, Teoria da Estruturação e Perspectiva Multinível (MLP).

A Teoria da Prática destaca a incorporação multidimensional de elementos individuais, estruturais, culturais e técnicos (Avelino *et al.*, 2014; 2019). A Teoria Institucional contempla as mudanças nos comportamentos e estruturas, determinadas pelo nível de eficiência e legitimidade organizacional. Sob essa perspectiva, as inovações resultam do intercâmbio e aplicação do conhecimento e recursos pelos atores que se mobilizam por meio de atividades de legitimação. Já a Teoria da Estruturação, refere-se a uma concepção ampliada da ação social, que oferece uma explicação para as evoluções e ações sociais, descrevendo a criação da inovação social como uma força transformadora por meio da interrelação entre atores, estruturas institucionais e os sistemas sociais (Cajaíba-Santana, 2014; Foroudi *et al.*, 2021).

Desenvolvida por autores como Rip e Kemp (1998), Geels (2005; 2010) e Geels e Schot (2010), a MLP sistematiza a dinâmica de transição por meio da interação entre três níveis: paisagens, regimes e nichos. Paisagens refletem as macrotendências exógenas; os regimes, dizem respeito às instituições e práticas dominantes; e os nichos são os locais onde ocorrem as práticas inovadoras. Para que aconteça a transição, as mudanças nos três níveis devem ocorrer de modo que se reforcem mutuamente, em uma transformação geral e sistêmica (Avelino *et al.*, 2019).

As inovações de nicho conseguem criar impulso interno, já os desenvolvimentos da paisagem, como as mudanças climáticas, conseguem pressionar o regime, desestabilizando-o. As mudanças climáticas podem criar pressão sobre o setor de energia fóssil, o que gera oportunidades para inovações de nicho, como a energia solar. Inicialmente, os conceitos

principais relacionados à inovação social transformadora foram associados aos diferentes níveis da MLP (Avelino *et al.*, 2014).

As inovações sociais estão relacionadas às mudanças ocorridas no nível micro (nichos) e as inovações no sistema são as mudanças que ocorrem no nível meso (regimes). Os *game-changers* são conceituados como os desenvolvimentos exógenos em nível macro (paisagens). A IST consiste na interação não linear entre esses diferentes níveis de mudança e inovação, e as narrativas de mudança são entendidas como a comunicação entre os três níveis (Haxeltine *et al.*, 2013; Avelino *et al.*, 2014; 2019).

Com o tempo, a evolução da Teoria da Inovação Social Transformadora levou a um rompimento com a MLP. Isso ocorreu, tanto pelas críticas impostas à Perspectiva Multinível quanto pela necessidade de abertura do quadro conceitual da IST, de modo a contemplar uma maior diversidade de fenômenos empíricos e perspectivas epistemológicas (Avelino *et al.*, 2014). As paisagens foram substituídas por desenvolvimentos que mudam o ‘jogo’ (*game-changers*) e o regime por instituições dominantes (Haxeltine *et al.*, 2017).

A construção da teoria, segundo (Haxeltine *et al.*, 2017), baseou-se em uma abordagem de Teoria de Médio Alcance (TMA) ou intermediária. Foram identificadas doze proposições, divididas em quatro grupos interrelacionados, que abordam diferentes conjuntos de relações da Inovação Social Transformadora. Esses grupos contemplam as relações dentro das iniciativas, nos processos de formação de redes, as relações com a mudança institucional e as relações com o contexto sociomaterial, conforme segue:

- i) **As relações sociais dentro de iniciativas individuais de inovação social:** diz respeito à forma como as iniciativas e seus membros buscam desenvolver coletivos empoderadores. Motivados pela insatisfação com as relações sociais institucionalizadas, os atores da inovação social buscam novos arranjos que satisfaçam suas necessidades de autonomia, relacionamento e competência. Procuram criar novas relações sociais com base na confiança, intimidade e conexão. Cientes da importância das relações interpessoais, consideradas a base para a mudança social, as iniciativas de inovação social procuram implementar estratégias para desenvolvê-las e assim, constituem-se como espaços de experimentação para relações sociais alternativas (Wittmayer *et al.*, 2017a; Pel *et al.*, 2020).
- ii) **Os processos de formação de redes de iniciativas de inovação social:** este grupo de relações preocupa-se com a forma como as iniciativas procuram formar redes (Pel *et*



*al.*, 2020). As iniciativas de inovação social tendem a formar ou se juntar a redes existentes para buscar apoio, capacitação e acesso a recursos (Wittmayer *et al.*, 2017a).

- iii) As relações das iniciativas e redes de inovação social com os processos de mudança institucional:** o foco neste grupo de relações é identificar como as iniciativas de inovação social procuram desafiar, alterar ou substituir as instituições existentes (Pel *et al.*, 2020). Para Wittmayer *et al.* (2017a), as iniciativas precisam identificar quais as instituições existentes precisam ser transformadas e como podem aproveitá-las ou recombina-las, resultando em novas alternativas ‘híbridas’. Ao longo de sua existência, as iniciativas de inovação social podem alterar seus objetivos, as narrativas e o foco dos esforços podem ser adaptados. A adaptação, muitas vezes, se faz necessária em função das interações com as instituições dominantes. Essas relações podem trazer o risco de ‘cooptação’ ou ‘captura’. Assim, as iniciativas precisam buscar o equilíbrio para conseguir acesso aos recursos necessários para o alcance de seus objetivos, sem perder a sua essência ou desvincular-se de seus valores.
- iv) As relações das iniciativas e redes de inovação social com o contexto sociomaterial:** este grupo de relações explora como as iniciativas de inovação social estão sendo moldadas por mudanças que ocorrem em contextos mais amplos na sociedade (Pel *et al.*, 2020), que de acordo com Wittmayer *et al.* (2017a, p. 18) incluem: “ascensão da sociedade em rede através das TIC e novas mídias sociais, mudanças demográficas, migração, crescentes desigualdades, emancipação, transformação do trabalho, bem-estar social e a mercantilização da sociedade”.

Esses quatro grupos consistem em “metaprocessos interligados em diferentes níveis de agregação” e são importantes para a dinâmica e agência da IST (Wittmayer *et al.*, 2017a, p. 13).

A ênfase nas relações sociais é uma característica proeminente da teoria e permeou todo seu desenvolvimento. O termo ‘relação’ traduz-se nas interações entre os atores e os processos de mudança e desenvolvimento, não se limitando às relações entre atores (Boggs; Rantisi, 2003; Haxeltine *et al.*, 2017).

A noção de IST pode ser entendida de três formas distintas, seja como um **tipo** específico de inovação social capaz de contribuir para a transformação da sociedade, como uma inovação social que tem **intenção** de contribuir para que tal transformação ocorra ou como um **processo** por meio do qual a inovação social contribui para a transformação. No âmbito do projeto TRANSIT, o foco está na IST como processo (Avelino *et al.*, 2014). Assim, um modelo conceitual será abordado no próximo tópico para facilitar a compreensão dessa teoria.

### 2.2.1 Dinâmica da Inovação Social Transformadora

Para compreender como a inovação social interage com outras formas de inovação e mudança, o conceito de Inovação Social Transformadora pode ser descompactado em diferentes conceitos fundamentais, entendidos como tons de mudança: 1) inovação social; 2) inovação no sistema; 3) *game-changers* (macrofenômenos ou divisores de águas); 4) narrativas de mudança e, 5) transformação social (Avelino *et al.*, 2014; 2019).

A **transformação social** resulta das interações entre esses quatro tons de mudança. Por exemplo, a crise econômica pode ser entendida como *game-changer*, nesse contexto uma narrativa de mudança seria ‘uma nova economia’. Reformas voltadas à questão social, como no sistema de saúde, bem-estar, assistência e educação, são vistas como inovações no sistema. O surgimento de novas moedas de troca ou novas práticas de design são exemplos de inovações sociais (Avelino *et al.*, 2014). O Quadro 5 apresenta esses tons de mudança e suas respectivas definições.

Quadro 5 – Quatro tons de mudança e inovação

Tons de mudança e inovação	Definições de trabalho
Inovação social	Mudança nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar.
Inovação no sistema	Mudança no nível dos subsistemas sociais, incluindo instituições, estruturas sociais e infraestruturas físicas.
<i>Game-changers</i> (macrofenômenos)	Macrofenômenos ou divisores de águas que são percebidos para mudar as regras, campos e jogadores no 'jogo' de interação social.
Narrativas de mudança	Discursos sobre mudança e inovação, ou seja, conjuntos de ideias, conceitos, metáforas e/ou linhas de história sobre mudança e inovação.
Transformações sociais	Mudança fundamental e persistente em toda a sociedade, simultânea e em múltiplas dimensões.

Fonte: Avelino *et al.* (2014, p. 9; 2019, 0. 197).

As **inovações sociais** consistem em mudanças nas relações sociais, envolvem novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar (Avelino *et al.*, 2014; 2019). Um exemplo de inovação social são os *Time banks*, que podem ser entendidos como moeda complementar. Eles consistem em redes de negociação e troca de serviços, que podem abranger desde passear com cães, lavar carros, ensinar idiomas e instrumentos musicais, até atividades mais complexas, como cuidar de crianças, idosos ou pessoas com deficiência (Avelino *et al.*, 2014).

As **inovações no sistema** são conceituadas como mudanças profundas nos sistemas sociais, que requerem interações entre as inovações sociais e outros tipos de inovação, como a inovação técnica. Trata-se de um processo de **mudança estrutural**, que ocorre nos subsistemas

sociais e inclui as instituições; as estruturas sociais e as infraestruturas físicas. As delimitações podem ser funcionais (energia, transporte, etc.) ou geográficas (cidade, região, etc.) e por estarem localizadas no nível meso das estruturas e práticas dominantes, requerem mudanças no regime (Avelino *et al.*, 2014; 2019).

As inovações de sistema são mais amplas que as inovações sociais. Por exemplo, enquanto o carro elétrico pode ser entendido como uma inovação social, um sistema de transporte baseado em eletricidade representa uma inovação do sistema. Neste caso, ocorre uma mudança no regime atual de carros movidos à gasolina, onde os postos de combustíveis seriam substituídos por pontos de recarga (Avelino *et al.*, 2014).

Os *game-changers* são macrofenômenos (eventos ou tendências) ou divisores de águas, que alteram as regras, no campo e nos jogadores do ‘jogo’ de interação social. Esses eventos podem provocar mudanças nos entendimentos, valores, instituições e relações sociais predominantes, redefinindo a organização da sociedade e estabelecendo novas condições para os atores sociais enfrentarem quando buscam influenciar e alterar as orientações da sociedade (Avelino *et al.*, 2017; 2019).

Para Avelino *et al.* (2014), os *game-changers* não existem separados da ação social e podem tanto impulsionar quanto barrar o desenvolvimento da inovação social transformadora. Eles podem fornecer alternativas socialmente inovadoras, a exemplo das cooperativas, os autores destacam que muitas vezes, eles renovam o interesse por soluções ou narrativas pré-existentes.

Loorbach *et al.* (2016) argumentam que os *game-changers* permitem aos inovadores sociais potencializarem as transformações promovidas por suas inovações sociais, ao jogarem de forma inteligente com as mudanças sociais. São exemplos de *game-changers* as questões demográficas (envelhecimento da população), fenômenos ecológicos (mudanças climáticas, perda da biodiversidade) e tendências sociotecnológicas (revolução das TIC) (Avelino *et al.*, 2017; 2019).

Movimentos sociais (ambientalistas, economia compartilhada) e desafios socioeconômicos e políticos (crises econômicas, desemprego, reforma social etc.) também são exemplos de *game-changers*. Os três grupos empíricos mais destacados em publicações sobre o tema são: 1) crises econômicas, sociais e ambientais, 2) intervenções de política nacional, e 3) entrelaçamento do social com o material, tanto em termos sociotécnicos quanto em termos socioecológicos (Avelino *et al.*, 2017; 2019).

Quanto à escala, destaca-se que os *game-changers* geralmente ocorrem no âmbito nacional ou superior, sendo muitos de natureza global ou internacional. Eles não devem ser

considerados sob um nível específico (meso, macro ou micro). Todos os elementos (regra, campo e jogadores) podem atuar como inovadores por si só (Avelino *et al.*, 2017).

No entanto, devemos ser críticos em relação à metáfora dos *game-changer*. Embora sua diversidade seja um ponto forte, pois permite diferentes abordagens para observar fenômenos empíricos de diferentes perspectivas, essa mesma amplitude se constitui em um ponto fraco, que dificulta o uso de definições e indicadores conceituais claros (Avelino *et al.*, 2017).

Por fim, as **narrativas de mudança** consistem nos discursos sobre mudança e inovação. Em outras palavras, traduzem-se no conjunto de ideias, conceitos, metáforas e/ou histórias sobre mudança e inovação. Elas podem revelar por que o mundo precisa mudar, quem tem poder para viabilizar a mudança e como ela pode ser realizada. Existem três tipos de narrativas de mudança: a local, em rede e social (Wittmayer *et al.*, 2015b; Avelino *et al.*, 2019).

A Economia Social é um exemplo de narrativa de mudança no nível da sociedade. Cada iniciativa local tem sua própria narrativa e dentro de uma iniciativa ou rede, as narrativas podem ser divergentes. Essas narrativas expressam como as iniciativas de inovação social percebem as mudanças no mundo e seu papel nesse contexto. Esta narrativa de mudança, trazida pelas iniciativas de inovação social, tem o objetivo de combater os discursos e os enquadramentos existentes. Para tanto, utilizam-se de contra-narrativas como parte de suas estratégias de enfrentamento (Wittmayer *et al.*, 2015a; Avelino *et al.*, 2019).

As contra-narrativas adotam ideias em prol da sustentabilidade e da inclusão, no entanto podem provocar a exclusão. Nem sempre as contra-narrativas podem ser facilmente desvinculadas dos discursos convencionais. A Economia Solidária e Economia Social, por exemplo, podem ser construídas como contra-narrativas, mas se sobrepõem a discursos políticos estabelecidos. Assim, diferentes discursos se misturam, mudando ao longo do tempo para formar diversas camadas de narrativas de mudança (Avelino *et al.*, 2019).

Para Wittmayer *et al.* (2015b), a análise das narrativas de mudança das iniciativas de inovação social deve concentrar-se no conteúdo, contemplando o contexto, os atores e o enredo:

- **O contexto** das narrativas engloba a descrição das ações indesejáveis ocorridas no passado, situações presentes problemáticas, bem como o futuro desejado. Ou seja, elas procuram descrever o passado, o presente, e o futuro esperado, considerando tempo (quando) e espaço (onde). Assim, cenário e justificativa são repassados aos diversos atores para o desenvolvimento de suas atividades, dentre eles as iniciativas de inovação social.

- Com relação aos **atores**, inicialmente destaca-se que eles podem ser humanos e não humanos. A análise desses atores em narrativas de mudança permite compreender quem se envolve em atividades que promovem ou dificultam a mudança social desejada. É possível distinguir os atores, os papéis que lhes são atribuídos e como são representados, aspectos que serão abordados nos próximos tópicos (Wittmayer *et al.*, 2015b).
- O **enredo** procura identificar como determinados eventos ou atividades conduzem do estado atual para uma situação futura. Ou seja, busca identificar como a mudança está ocorrendo. Wittmayer e colaboradores (2015b; 2019) elaboraram um *framework* (Quadro 6) para analisar as narrativas de mudança. A estrutura conceitual permite além da análise do conteúdo das narrativas de mudança, a sua construção e a identificação de papéis.

Quadro 6 - Método para reconstruir e analisar narrativas de mudança

<b>Conteúdo das narrativas de mudança (Contexto, Atores e Enredo)</b>	
<b>Contexto</b> (Por que o mundo precisa mudar?)	Por que a mudança é considerada necessária? Quais os problemas atuais? (Considerar o status quo e o objetivo desejado).
<b>Atores</b> (Quem são os atores relevantes?)	Quem está ou deveria estar impulsionando a mudança? Quem são os atores individuais, organizacionais e setoriais que conduzem e/ou impedem a mudança?
<b>Enredo</b> (Como o futuro desejado é alcançado?)	- Quais eventos, experiências ou atividades levam ao futuro desejado? - Quando e onde isso acontece?
<b>Construção da narrativa (Como são construídas as narrativas de mudança?)</b>	
- Em que atividades os atores se engajam para construir uma narrativa compartilhada de mudança? - Como as narrativas de mudança se relacionam com as narrativas sociais dominantes? - De que forma a construção de narrativas é mediada por tecnologias e infraestrutura de informação e comunicação?	
<b>Papel da narrativa (Que papel as narrativas de mudança desempenham nos processos de mudança social?)</b>	
- Que papéis as iniciativas de inovação social atribuem às suas narrativas/práticas narrativas? - Que papéis as narrativas de inovação social desempenham nos processos de transformação social?	

Fonte: Wittmayer *et al.* (2015b; 2019).

As narrativas consistem em uma visão particular da vida, do mundo ou de um evento. Podem conectar indivíduos ou iniciativas dispersas a tópicos específicos ou ambições transformadoras *bottom-up*, em redes regionais, nacionais ou transnacionais. A construção de narrativas surge das atividades nas quais os membros das iniciativas de inovação social se engajam e dependendo da forma como são construídas podem apresentar variações na forma como dão voz aos diferentes indivíduos e iniciativas. Por fim, destaca-se que existem inúmeras narrativas em diferentes momentos e níveis de análise que, ao interagirem, influenciam-se mutuamente (Wittmayer *et al.*, 2019).

A atuação das narrativas nos processos de mudança social pode ocorrer de três formas distintas, considerando que: 1) desencadeiam a imaginação, 2) são expressões de (contra) culturas e 3) são recursos para o empoderamento individual e coletivo. Três papéis assumidos pelas narrativas de mudança merecem destaque: mudar quadros, formar identidade e guiar a ação. Inicialmente, sublinha-se que a construção de narrativas alternativas tem em sua essência questionar e reenquadrar o *status quo* e desafiar e confrontar as normas, valores e crenças dominantes (Wittmayer *et al.*, 2015b; 2019).

Tanto a formação da identidade pessoal quanto de grupo depende do desenvolvimento de histórias coerentes, em sintonia com os valores e as expectativas dos envolvidos, já que contribuem para o empoderamento individual e coletivo. As narrativas de mudança criam um senso de pertencimento e uma identidade comunitária, estruturando ações e significados a partir de uma visão comum da realidade social e do futuro desejado (Wittmayer *et al.*, 2015b).

Por fim, as narrativas são capazes de evocar a imaginação e fornecer um guia para a ação. As narrativas e as práticas estão relacionadas e moldam-se mutuamente, assim, alinhar as atividades do dia a dia com o conteúdo das narrativas legitima as ideias e contribui para o alcance dos futuros desejados. Este alinhamento entre o discurso e a prática aumenta o engajamento de apoiadores e pode contribuir para o recrutamento de profissionais (Wittmayer *et al.*, 2019).

Portanto, as narrativas de mudança são capazes de revelar ideias sobre porque o mundo precisa mudar, quem tem poder para fazer a mudança e como ela pode ser realizada. Nem todas as narrativas de mudança apresentam todos os elementos propostos pelo método, em alguns casos, podem existir apenas fragmentos (Wittmayer *et al.*, 2015b). O interesse da IST tanto nas narrativas como nos *game-changers* está concentrado em como eles são percebidos, construídos e utilizados (Avelino *et al.*, 2019).

A interação entre inovações sociais, inovações no sistema, narrativas de mudança e *game-changers*, resulta na **transformação social**, que é uma mudança que alcança toda a sociedade. Essa mudança é fundamental e ocorre de forma persistente e irreversível. Diferente da inovação no sistema, a transformação social excede os subsistemas, como exemplos temos a revolução industrial, emancipação feminina, abolição da escravidão, ascensão do estado de bem-estar social e democratização (Avelino *et al.*, 2014).

Para que ocorra a transformação social, a mudança deve contemplar múltiplas dimensões de forma ampla em toda a sociedade. Ela pode ser entendida como “resultado (emergente) de interações coevolucionárias entre paradigmas em mudança e modelos mentais,

novas instituições políticas, novas estruturas físicas e desenvolvimentos inovadores” (Avelino *et al.*, 2014, p.18).

De acordo com a heurística conceitual desenvolvida para explorar a dinâmica da IST, a transformação da sociedade é o resultado da interação entre os quatro tons de mudança. Assim, inovação social, inovação no sistema, narrativas de mudança e *game-changers* se constituem em dimensões de inovação e mudança, que são distintas, porém entrelaçadas e parcialmente sobrepostas, conforme ilustrado na Figura 3 (Avelino *et al.*, 2014).

Essa heurística consiste em um mapa cognitivo que pode ter vários pontos de partida empíricos e que permite investigar tanto empiricamente quanto teoricamente a seguinte questão de pesquisa: “como a inovação social interage com outras formas de mudança e inovação, e como os atores são (des)empoderados neste processo?”. Parte da hipótese de que a transformação social é moldada e produzida por meio da interação entre os diferentes tons de mudança e serve para explorar empiricamente como ocorre tal interação (Haxeltine *et al.*, 2013; Avelino *et al.*, 2014).



Fonte: Avelino *et al.* (2014, p. 8).

A heurística da Inovação Social Transformadora contempla os principais elementos da teoria, permitindo abordar tanto os tons de mudanças quanto os mecanismos de empoderamento que levam os atores, redes e iniciativas a alcançarem a transformação social. Dentre as ferramentas propostas no âmbito do TRANSIT para facilitar as análises empíricas realizadas com base na teoria, estão os *Critical Turning Points* (CTPs), ou pontos críticos de virada, que permitem conhecer a história das iniciativas de inovação social (Pel; Zuijderwijk; Dimitru, 2015).

A análise se dá com base nos pontos críticos de virada e surpresas que permeiam os processos de inovação social transformadora. É muito provável que todas as iniciativas de

inovação social os vivenciam de alguma forma (Pel; Zuijderwijk; Dimitru, 2015). São essas mudanças que os pesquisadores do grupo TRANSIT definem como pontos críticos de virada.

Os CPTS são definidos como momentos ou eventos ocorridos em processos nos quais as iniciativas de inovação social passam ou decidem por mudanças de curso. Esses episódios críticos, que contam a história da evolução das iniciativas e evidenciam suas relações com outros atores. Permitem refletir sobre os processos pelos quais as iniciativas de inovação social alcançam seus objetivos e obtêm resultados transformadores (Pel; Zuijderwijk; Dimitru, 2015; Pel *et al.*, 2017; Wittmayer *et al.*, 2017a).

Essa análise da história também permite refletir sobre o futuro e apresenta tanto experiências exitosas quanto crises pelas quais as iniciativas tiveram que passar (Pel; Zuijderwijk; Dimitru, 2015). Trata-se de uma ferramenta “importante para permitir avanços e criação de conhecimentos concernentes a estas temáticas” (Agostini, 2017, p. 235-236)

Com relação à produção científica sobre a IST, levantamentos realizados nas bases de dados *Scielo* e *Web of Science* evidenciam a publicação de vários artigos científicos em diversos periódicos renomados (Apêndice C). Dentre os temas abordados estão o (des)empoderamento (Avelino *et al.*, 2020; 2017; 2019), os *game-changers* (Avelino *et al.*, 2017; Cipolla *et al.*, 2017), as narrativas de mudança (Wittmayer *et al.*, 2019) e o processo de construção da Teoria (Loorbach *et al.*, 2016; Pel *et al.*, 2020).

Nesses estudos, é recorrente a estratégia de conciliar os aspectos teóricos com os casos empíricos. Assim, os principais conceitos da teoria, aplicados empiricamente, auxiliam na compreensão das mudanças nas relações de poder na sociedade e ao papel do Estado no bem-estar (Avelino *et al.*, 2019).

Avelino *et al.* (2020) investigaram cinco redes: FEBEA, DESIS, *The Global Ecovillage Network*, *Impact Hub* e *Slow Food*, com o objetivo de analisar como as pessoas são empoderadas ou desempoderadas, em diferentes contextos, por meio dessas redes de inovação social. Como principal fator positivo, destaca-se que as redes permitem aos atores da inovação social ampliarem o impacto. Os aspectos de desempoderamento observados relacionam-se a perda do senso de autonomia e/ou competência em contextos institucionais desfavoráveis.

Loorbach *et al.* (2016) analisaram os *game-changers* e as narrativas de mudança no contexto da crise econômica, com o objetivo de responder como e quando um nível macro (paisagem) como a crise econômica, muda as regras e lógicas do regime dominante. Desenvolvido a partir de dois casos empíricos (*Time Banks* e *Transition Towns*), o estudo evidencia as diferentes visões da crise por meio das narrativas e práticas.



As narrativas de mudança também foram analisadas por Wittmayer *et al.* (2019), a partir de quatro casos: Ashoka, *Global Ecovillage Network*, RIPESS e *Shareable*. Os resultados evidenciam que essas narrativas procuram evidenciar falhas no sistema vigente e apresentar alternativas. De acordo com a forma como são construídas, de modo individual ou coletivo, elas refletem as mudanças almejadas. E ainda, permitem verificar a coerência entre teoria e prática das iniciativas, o que contribui para o engajamento de novos atores.

Pel, Wallenborn e Bauler (2016) utilizam a ameaça do apagão na Bélgica para ilustrar o papel da agência na inovação social no âmbito dos jogos de transformação. Com foco nos *game-changers*, o estudo conclui que em alguns casos é necessário ativar os jogadores, já que a transformação social não ocorre se eles estiverem passivos.

No Brasil, embora não sejam verificados muitos estudos utilizando esta lente teórica, foram encontradas algumas teses e dissertações que abordaram aspectos da teoria. A exemplo do trabalho de Agostini (2017) voltado a compreender o processo de inovação social e os fatores que influenciam as iniciativas de inovação social em contextos de vazios institucionais. Foram analisados três casos, um no México e dois nas regiões Norte e Sul do Brasil.

Os resultados do estudo indicam uma forte relação entre a inovação social e o contexto institucional no qual está inserida, evidenciando que as inovações sociais têm potencial para preencher os vazios institucionais. Semelhantemente, pontua que os múltiplos atores com interesses distintos e complementares ao atuarem conjuntamente podem promover a transformação social. Além disso, destaca a possibilidade da formação de instituições híbridas formadas pela associação das comunidades locais às instituições dominantes no contexto institucional (Agostini, 2017).

Cesar (2019) buscou “avaliar se iniciativas de inovação social podem contribuir para a promoção de práticas do decrescimento” (Cesar, 2019, p. 13)<sup>1</sup> e utilizou o banco de dados dos estudos de caso elaborados no âmbito do projeto TRANSIT como unidade de análise de sua pesquisa. Os resultados evidenciaram o número expressivo de iniciativas de inovação social existentes em nível global, com empreendedores focados na solução de problemas sociais.

Oliveira (2021) teve por objetivo analisar, sob a perspectiva da Teoria Inovação Social Transformadora, as práticas de inovação social adotadas por agricultores vinculados a uma cooperativa, buscando agregar as temáticas da inovação social rural e da economia solidária. Os resultados evidenciaram a presença desse tipo de inovação social, e as transformações observadas contemplaram o desenvolvimento de uma cultura de inovação.

---

<sup>1</sup> Decrescimento pode ser entendido como uma crítica ao crescimento como objetivo social (Cesar, 2019).

Esse processo foi facilitado pela adoção de práticas coletivas e autogestionárias da economia solidárias e pela formação permanente. Essas mudanças impactaram nos modos de viver dessa comunidade e resultaram em novas formas de produzir. Também promoveram a redução das desigualdades e a melhoria na qualidade de vida desses agricultores e agricultoras familiares (Oliveria, 2021).

Bueno (2018, p. 30) tinha como objetivo “[...] explorar, pela perspectiva do design estratégico, a integração de diferentes ecossistemas criativos que geram inovação social e colaboram com o desenvolvimento sustentável”. A pesquisadora busca na proposta do TRANSIT a compreensão complementar acerca das mudanças nas relações sociais, provocadas pela inovação social.

Já Lazzari (2019), teve por objetivo analisar as narrativas de mudança no contexto da economia compartilhada. Para tanto utilizou a estrutura analítica proposta por Wittmayer *et al.* (2015b). O estudo evidenciou que no caso da economia compartilhada, as narrativas de mudança diferem de acordo com a audiência e com o posicionamento - com ou sem fins lucrativos (Lazzari, 2019). O número reduzido de teses e dissertações evidencia a novidade da utilização da teoria em estudos de âmbito nacional.

A heurística conceitual apresenta a questão do (des)empoderamento, que é um tema recorrentemente abordado nas publicações do TRANSIT. Os atores individuais, as iniciativas e as redes são empoderados/capacitados ou desempoderados para oferecer contribuições ao processo de transformação social. O empoderamento se dá por meio de ferramentas como: governança, aprendizagem social, recursos e monitoramento (Haxeltine *et al.*, 2013; Avelino *et al.*, 2014), elementos que serão abordados no próximo tópico.

### 2.3 (DES) EMPODERAMENTO

Antes de adentrar o tema do empoderamento, é necessário compreender alguns aspectos acerca do poder. Avelino (2021, p. 440) argumenta que o poder pode ser pensado “como a (in)capacidade dos atores de mobilizar meios para alcançar fins. [...] (in)capacidade humana de transformar o que 'é' naquilo que a humanidade pensa que 'deveria ser'.” A autora destaca que a capacidade de um ator pode implicar em incapacidade em outro lugar. Assim, o poder pode ser capacitador ou restritivo.

O poder é criado nas relações e ambos podem mudar. Contudo, na ideia de poder/dominação o poder é entendido como “soma zero”, sob essa perspectiva, ele não poderia se expandir. O ganho de poder por um indivíduo implica na perda de poder por outro, assim, o

poder permanece com os poderosos, a menos que eles desistam de mantê-lo. Essa forma de compreensão negligencia a maioria das interações presentes na dinâmica do poder (Page; Czuba, 1999).

Por outro lado, tem-se o poder ancorado na colaboração e na partilha, denominado poder relacional. Sob esse ponto de vista, o ganho de poder de um ator contribui para o poder de outros, ao invés de diminuí-lo. É justamente no “poder com” que se embasa a possibilidade de empoderamento. Cabe destacar, em consonância com ampla discussão na literatura, que não se pode dar poder a outra pessoa, ou torná-la empoderada. O que é possível é oferecer oportunidades e recursos para que as pessoas avancem no empoderamento (Page; Czuba, 1999; Freire, 2005; Kleba; Cruz, 2021)

A utilização do termo “empoderamento” teve início nos anos 1970, vinculada a questões de direitos civis e a grupos minoritários. A partir da década de 1990, seu uso ganhou destaque nas agências internacionais de desenvolvimento, principalmente nos discursos relacionados à redução da pobreza e a questões de gênero. Atualmente, a maioria dos estudos continua com foco nessas temáticas, em especial ao feminismo. Ressalta-se que o uso indiscriminado do termo pode reduzi-lo apenas a uma palavra da moda (Calvés, 2009; Woodall; Warwick-Booth; Cross, 2012; Elshaer *et al.*, 2021; Al Hakim *et al.*, 2022).

De antemão, cabe destacar que uma das críticas dirigidas ao empoderamento está na apropriação do termo por organizações como Banco Mundial e Organização das Nações Unidas, que utilizam uma abordagem mais instrumental do conceito. Segundo os críticos, esta visão preocupa-se mais em como os pobres e mulheres podem contribuir com o desenvolvimento, do que efetivamente na mudança das relações de poder e na emancipação desses grupos sociais (Calvés, 2009).

Dessa forma, distancia-se do propósito inicial do empoderamento, que visava a participação ativa dos indivíduos por meio de iniciativas *bottom-up*, englobando dimensões tanto individuais quanto coletivas. A apropriação deturpada do termo assume uma noção mais individualizante do poder, relacionada à capacidade individual, realização e status. Nessa perspectiva, o empoderamento passa de libertador a liberal e desconsidera as relações de poder, os conflitos e as desigualdades sociais internas existentes nas comunidades (Calvés, 2009; Woodall; Warwick-Booth; Cross, 2012).

Conforme exposto, a versão inglesa do termo ‘*empowerment*’, focada no ato de “dar poder”, foi mais difundida do que as concepções iniciais, que enfatizavam o compartilhamento do poder, exercido de forma participativa. Assim, pressupõe-se que ao analisar estas questões sob a lente da inovação social, seja possível captar essa complexidade. Da mesma forma,

espera-se que tal associação ofereça subsídios que auxiliem na retomada da essência do empoderamento, que originalmente se alicerçava na transformação social por meio da mudança nas relações de poder.

O empoderamento, enquanto conceito polissêmico, é abordado a partir de diferentes disciplinas e arenas, dentre elas desenvolvimento comunitário, psicologia, educação, economia e movimentos sociais. Cada uma dessas perspectivas pode conferir ao empoderamento diferentes interpretações. Assim, seu significado não tem sido explicado ou definido na literatura, mas sim adaptado de acordo com as pessoas e o contexto envolvidos (Page; Czuba, 1999).

Para Kleba e Cruz (2021), o empoderamento pode ser compreendido a partir de duas vertentes. Uma voltada às pessoas em desvantagem estrutural e outra com foco em cidadãos engajados em movimentos sociais. Na primeira vertente, o objetivo está na inclusão de grupos ou indivíduos excluídos do acesso a serviços públicos e bens necessários à sua sobrevivência. Na segunda, que detêm maior atenção neste estudo, a ênfase recai na mobilização e práticas que impulsionem a melhoria da qualidade de vida e aumentem a autonomia.

Paulo Freire é um dos autores mais citados nas discussões sobre o tema, e seus esforços são reconhecidos em nível mundial. Segundo Freire (2005), o empoderamento consiste na capacidade dos indivíduos para fazerem suas próprias escolhas e se tornarem ativos politicamente. Na prática pedagógica, o empoderamento se traduz como o movimento que possibilita o desenvolvimento da consciência do indivíduo sobre si e sua condição. Essa abordagem busca promover a liberdade e ampliar a participação na sociedade (Calvés, 2009).

Nesse contexto, a visão do autor está alinhada ao pensamento de Sen (2010), que associa o desenvolvimento à ampliação das liberdades e ao aumento das capacidades individuais. Assim, como Paulo Freire, Amartya Sen também possui relevância nas discussões sobre a temática. Ambos defendem a importância de capacitar as pessoas para que possam transformar suas realidades e assumir o controle de suas vidas (Freire, 2005; Sen, 2010).

A concepção do desenvolvimento como liberdade pressupõe que a liberdade é um elemento fundamental no processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a expansão das liberdades é compreendida como um fim e um meio para alcançar o desenvolvimento. No entanto, essa abordagem requer que os indivíduos superem os obstáculos que limitam sua capacidade de escolha (Sen, 2010).

Para Sen (2010), o crescimento desempenha um papel importante na ampliação das capacidades humanas, ou seja, no conjunto de coisas que as pessoas podem ter ou fazer na vida. Ao evitar privações das capacidades, as pessoas podem contribuir para os processos de

desenvolvimento, passando de beneficiários passivos a agentes da mudança. Com base nessa visão, o autor desenvolveu a Abordagem das Capacitações.

A Abordagem das Capacitações apoia-se em três conceitos interligados: capacidades, funcionamentos e realizações (Sen, 2010). As capacidades de uma pessoa referem-se às combinações alternativas de funcionamentos que ela consegue realizar. Elas representam as oportunidades que uma pessoa tem para fazer escolhas que podem conduzir a novos resultados ou funcionamentos. A oportunidade de fazer uma determinada escolha depende da capacidade da pessoa e da configuração estrutural que ela tem a sua disposição (Conradie; Hüman-Hendricks; Roman, 2020).

Os funcionamentos, por sua vez, representam as atividades ou ações que uma pessoa pode realizar, como ver ou comer, ou até mesmo os estados de existência, como estar nutrido ou saudável. As capacidades são potenciais funcionamentos que ainda não foram realizados efetivamente. Já as realizações de um indivíduo são os funcionamentos que ele efetivamente escolhe ou alcança em sua vida (Sen, 2010; Conradie; Hüman-Hendricks; Roman, 2020).

Uma crítica à abordagem diz respeito à sua ênfase no indivíduo e na ampliação das suas capacidades. Essa perspectiva, centrada no indivíduo e em sua relação com o contexto social, pode negligenciar o papel das coletividades como o elo que os une. Na prática, a capacidade de escolher a vida que se tem motivos para valorizar, muitas vezes, depende, da atuação em conjunto com outros indivíduos que compartilhem valores semelhantes. Ou seja, as capacidades individuais dependem das capacidades coletivas (Evans, 2002).

Frente às críticas, é importante destacar que o potencial da Abordagem das Capacitações reside na possibilidade de promover um desenvolvimento mais igualitário (Kageyama, 2008). Acredita-se que ao agregar a proposta de Freire (2005), a questão das relações e do coletivo é fortalecida, permitindo que as duas perspectivas se complementem para proporcionar uma visão mais abrangente do empoderamento, que consiste, sobretudo, em um processo de mudança.

O conceito de empoderamento centra-se na ideia de poder, entendido como capacidade de implementação. É necessário que o poder possa mudar e se expandir, pois, se estiver intrinsecamente vinculado a uma posição ou indivíduo, o empoderamento pode não ocorrer. Assim, o objetivo é promover o poder nas pessoas, capacitando-as a realizar as mudanças desejadas em suas vidas, comunidades e na sociedade em geral (Page; Czuba, 1999; Andersson, 2015; Avelino, 2021; Kleba; Cruz, 2021).

Nesse sentido, é importante destacar que quando o contexto social muda, as relações de poder também se modificam. Ao analisar o empoderamento feminino, Al Hakim *et al.* (2022) identificaram três perspectivas que permitem uma visão abrangente do empoderamento: i)

recursos, como educação, acesso a crédito e a mercados; ii) processos, considerando o empoderamento como uma mudança ao longo do tempo, com foco no desenvolvimento da mulher; e, iii) agência, emergindo da visão da mulher como agente de mudança.

O empoderamento envolve tanto um processo quanto seus resultados. É um processo social que ocorre nas interações com outras pessoas e possui aspectos que podem variar de acordo com o contexto e as pessoas envolvidas. Segundo essa definição, o indivíduo e a comunidade estão fundamentalmente conectados. Portanto, qualquer compreensão sobre o termo deve contemplar esses três componentes básicos: i) multidimensional, ii) processo e iii) social (Page; Czuba, 1999; Andersson, 2015; Kleba; Cruz, 2021).

Na concepção de Avelino *et al.* (2019), o processo de empoderamento é dinâmico e vai além do acesso a recursos e instituições, uma vez que demanda estratégias, disposição, capacidade e vontade de mobilizá-los, além da crença de que se pode fazê-lo. Avelino *et al.* (2020), elencam três necessidade psicológicas básicas: a) autonomia; b) competência; e, c) relacionamento.

A autonomia está relacionada à capacidade de escolher suas próprias ações e agir de acordo com seus valores. A competência diz respeito à percepção de eficácia e ao domínio na realização das ações. O relacionamento refere-se à sensação de pertencimento a um grupo social e ao reconhecimento por parte desse grupo (Avelino *et al.*, 2020). O atendimento a essas necessidades contribui para o crescimento e o bem-estar humano, porém, quando essas demandas não são atendidas, podem surgir resultados negativos, a exemplo da alienação e da perda da motivação (Dumitru *et al.*, 2017).

O empoderamento é um estímulo intrínseco que engloba quatro constructos: significado, impacto, competência e autodeterminação. O significado refere-se ao cuidado com o trabalho designado e ao alinhamento entre valores pessoais e organizacionais. O impacto está relacionado ao sentimento de capacidade e aos resultados alcançados, enquanto a competência está associada às habilidades desenvolvidas (Hur, 2013; Elshaer *et al.*, 2021).

Por fim, a autodeterminação está relacionada à capacidade do indivíduo de tomar decisões e fazer escolhas. De acordo com a Teoria da Autodeterminação, a motivação pode ser autônoma, quando as ações são realizadas por convicções pessoais, ou não autônoma, quando são motivadas pelo medo ou desejo de alcançar um status (Hur, 2013; Dumitru *et al.*, 2017; Elshaer *et al.*, 2021). Essa teoria oferece subsídios para análise do empoderamento, que se constitui em um processo multinível e multidimensional.

Os diferentes níveis de empoderamento contemplam aspectos individuais e coletivos, que devem ser alcançados simultaneamente. A dimensão individual do empoderamento emerge

do desejo de mudança por parte do indivíduo, aliado à consciência em relação as lacunas de recursos que limitam o pleno desenvolvimento de suas capacidades (Page; Czuba, 1999; Woodall; Warwick-Booth; Cross, 2012; Hur, 2013; Casagrande *et al.*, 2018; Kleba; Cruz, 2021).

Nesse processo, o indivíduo é o elemento central, que a partir de uma decisão pessoal, se dispõe a enfrentar obstáculos e adversidades em busca de poder e autonomia. O empoderamento em nível individual evidencia o papel do empoderamento na transformação do sujeito em agente ativo nos processos de mudança. Guiado por seus valores e objetivos, busca alcançar autonomia, consciência, motivação, autoestima, capacidade de decisão e liderança (Sen, 2010; Hur, 2013; Casagrande *et al.*, 2018).

Entretanto, o empoderamento individual, por si só, possui pouca influência na mudança social, uma vez que as transformações requerem uma análise em nível relacional e contextual. O nível relacional diz respeito às relações com outros atores, o acesso à educação formal e à participação na sociedade. Já o nível contextual contempla questões amplas de interesse da sociedade como um todo, constituindo-se na esfera na qual a transformação social se torna mais visível (Sen, 2010; Hur, 2013; Casagrande *et al.*, 2018).

Ambos os níveis têm relação com o empoderamento coletivo e abrangem aspectos como o sentimento de pertencimento, o envolvimento na comunidade, a participação ativa na tomada de decisões e na construção conjunta da comunidade. Dentre as dimensões, destacam-se as sociológicas, psicológicas, econômicas e tecnológicas (Page; Czuba, 1999; Woodall; Warwick-Booth; Cross, 2012; Hur, 2013; Casagrande *et al.*, 2018; Kleba; Cruz, 2021).

De acordo com Elshaer *et al.* (2021), o empoderamento contempla as dimensões psicológica, política e social. Tye *et al.* (2018) identificaram três pilares do empoderamento: dimensão estrutural, dimensão psicológica e dimensão de recursos. Para Avelino *et al.* (2020), ao considerar a dimensão psicológica, que precede o acesso aos recursos, deve-se refletir sobre o velho ditado popular sobre “dar o peixe” ou “ensinar a pescar”

“[...] para dar poder a um homem, não devemos dar-lhe o peixe, mas sim uma vara de pescar. Mas e se a vara quebrar? E, se o homem não souber que pode pescar, fazer uma vara de pescar, ou não tiver motivação para realizar qualquer uma destas atividades?” (Avelino *et al.*, 2020, p. 957).

Ou seja, esse tipo de empoderamento está associado tanto à capacidade de obter os recursos quanto à capacidade e à motivação para utilizá-los, sendo que o principal resultado consiste no sentir-se empoderado. Como exemplos, pode-se citar o apoio social, a intimidade

relacional nas organizações e a facilitação do empoderamento de outros indivíduos. O empoderamento psicológico, em muitos casos, depende daqueles que dispõem dos recursos ou têm a capacidade de fornecê-los (Tye *et al.*, 2018; Avelino *et al.*, 2020; Elshaer *et al.*, 2021).

Destaca-se que os recursos, entendidos como a soma das capacidades disponíveis, desempenham um papel central para que ocorra empoderamento. Recursos podem ser definidos como uma dimensão específica ou como parte da dimensão política, a qual abrange também a agência, as realizações ou conquistas e o estado de direito. A agência, nesse contexto, traduz-se na capacidade de fazer escolhas que podem desafiar as relações de poder (Tye *et al.*, 2018; Elshaer *et al.*, 2021).

As realizações ou conquistas referem-se à capacidade dos indivíduos de se destacarem e realizarem seu potencial. Por fim, o estado de direito relaciona-se às leis para aprimoramento da capacidade econômica, da participação política e eliminação de regulamentações discriminatórias (Tye *et al.*, 2018; Elshaer *et al.*, 2021). O empoderamento social, conforme Elshaer *et al.* (2021), baseia-se fundamentalmente em duas esferas: cultura e práticas sociais.

Nesse contexto, tanto um grupo quanto um indivíduo devem demonstrar a capacidade de “navegar em seu ambiente social e natural, reconhecer suas potencialidades e limites e transformá-lo em diálogo com as necessidades e desejos de todos (humanos e não humanos) considerados dignos de participar desse processo”. O empoderamento social depende do contexto, e os aspectos culturais devem ser considerados e relacionados às práticas (Kleba; Cruz, 2021, p. 34).

A dimensão estrutural compreende o oferecimento de um ambiente facilitador e a retirada de barreiras. Consiste nos processos que facilitam o acesso à informação, apoio e recursos. Está relacionada ao papel e ao comportamento de atores que podem facilitar e oportunizar tais acessos. Como exemplos, pode-se citar a disponibilidade de internet e o uso de redes sociais para engajar entidades com propósitos semelhantes, que, sozinhas seriam impotentes, mas que, ao se conectarem, buscam apoio social (Tye *et al.*, 2018).

Porém, cabe destacar que mera existência de um ambiente facilitador pode ser insuficiente para influenciar o empoderamento, pois a dimensão estrutural, isoladamente, pode não induzir os indivíduos a se sentirem empoderados. Acredita-se que é no conjunto dessas dimensões, contemplando os diferentes níveis, que o empoderamento se materializa. Contudo, a maioria dos estudos que abordam essa temática têm se concentrado exclusivamente em uma das dimensões, não permitindo uma visão holística do empoderamento (Tye *et al.*, 2018).

Muitos discursos sobre inovação social argumentam que os atores são capacitados por meio dela para otimizar as formas de enfrentamento aos desafios da sociedade. Essas



expectativas em relação ao papel da inovação social remetem à necessidade de refletir sobre seu potencial empoderador. Frequentemente, o empoderamento é empregado como metáfora geral que descreve como as iniciativas de inovação social são habilitadas, ou como os nichos ganham força em relação aos regimes (Avelino *et al.*, 2019; 2020).

As narrativas de mudança das iniciativas de inovação social representam poderosos recursos de empoderamento coletivo e individual (Wittmayer *et al.*, 2015b; Wittmayer *et al.*, 2019). No âmbito da Inovação Social Transformadora (IST), a agência é fator determinante para o surgimento da inovação social e atua como catalisadora do empoderamento (Avelino *et al.*, 2020; Dalla Torre *et al.*, 2020).

Ela se traduz na capacidade dos atores em reconhecer necessidades, explorar uma gama diversificada de recursos (sociais, normativos, financeiros) e envolver a sociedade civil por meio de ações coletivas. O empoderamento possibilita aos atores locais desenvolverem capacidades para mobilizar recursos (humanos, materiais e naturais, entre outros) para alcançar determinado objetivo (Avelino *et al.*, 2020; Dalla Torre *et al.*, 2020).

As iniciativas de inovação social que atuam em prol de mudanças transformadoras para sociedades mais sustentáveis e inclusivas podem fornecer alternativas que atendam às necessidades psicológicas básicas dos indivíduos. Essas iniciativas podem promover um senso de pertencimento, autonomia e competência, aumentando o empoderamento, que, na perspectiva da IST, é tanto uma condição quanto um resultado pretendido de mudanças nas relações sociais e nas instituições dominantes (Avelino *et al.*, 2019).

Wittmayer *et al.* (2017a) identificaram quatro mecanismos de empoderamento: financiamento; legitimidade; compartilhamento de conhecimento, aprendizagem e apoio de pares; e, visibilidade e identidade. A formação de redes amplia o acesso a esses mecanismos, que podem ser alcançados a partir de quatro elementos: governança, aprendizagem social, recursos e monitoramento (Avelino *et al.*, 2019; 2020; Loorbach *et al.*, 2020).

No âmbito do projeto TRANSIT, a **governança** compreende os processos de regulamentação e tomada de decisão conduzidos pelos diferentes atores envolvidos na inovação social. Trata-se de um conjunto de atividades amplamente distribuídas que envolvem atores para além das redes de inovação social, incluindo o governo ou outras iniciativas de inovação social. Ela pode ser dividida em dois tipos: governança interna e governança externa (Pel *et al.*, 2015b; Pennink; Zuijderwijk, 2015; Wittmayer *et al.*, 2017a).

Na governança interna, o foco está na tomada de decisão interna, enquanto a governança externa se concentra nos mecanismos e estruturas que influenciam as redes e iniciativas. Dentro das iniciativas de inovação social, os membros muitas vezes se organizam de maneira

alternativa, utilizando a auto-organização, o que proporciona os indivíduos e equipes maior liberdade na tomada de decisões (Pel *et al.*, 2015b; Pennink; Zuijderwijk, 2015).

A rede *Impact Hub*, por exemplo, busca alcançar seus resultados por meio da holocracia, um modelo de gestão no qual são renunciadas as posições de hierarquia. A ênfase, tanto na tomada de decisões quanto no desenvolvimento das atividades, está no propósito organizacional (Pel *et al.*, 2015b). A adoção de modelos de governança e processos decisórios inclusivos é uma condição necessária para o desenvolvimento da inovação social e para a concretização da transformação social almejada.

Para que a participação ocorra de forma efetiva, os atores precisam estar comprometidos e desenvolver habilidades que podem ser alcançadas por meio da **aprendizagem social**. Que se traduz em um conjunto de processos pelos quais grupos ou comunidades obtém, por meio da interação social, uma nova compreensão de como as relações e práticas sociais podem ser organizadas de modo diferente e como a mudança pode ser realizada (Dumitru *et al.*, 2017).

A aprendizagem social é prerrogativa de fundamental importância para que as iniciativas de inovação social promovam transformações sociais. Esse modo de aprendizagem ocorre quando as iniciativas “alcançam novos significados compartilhados, por meio da interação, experimentação coletiva e reflexão conjunta, e estes passam a se situar em normas e práticas compartilhadas” (Wittmayer *et al.*, 2017a, p. 27).

O foco na educação dos seus membros é uma estratégia das iniciativas de inovação social para desenvolver a cooperação, a capacidade de resolução de conflitos e para a aquisição de competências sociais. Os participantes atuam na construção de alternativas aos arranjos sociais e às instituições existentes, além de promover a aprendizagem social (Dumitru *et al.*, 2017; Wittmayer *et al.*, 2017a), para tanto precisam:

- 1) adquirir conhecimento específico sobre como instituições e sistemas particulares funcionam e como perpetuam valores e práticas que não são desejáveis; 2) desenvolver competências para cooperar e lidar com tensões para criar novas relações sociais e manter a motivação diante dos obstáculos; e, 3) desenvolver estratégias eficazes de engajamento com outros atores e instituições relevantes, a fim de alcançar seus objetivos, que muitas vezes incluem a mudança dos estados de coisas existentes (Wittmayer *et al.*, 2017a, p. 27).

No caso das cooperativas de crédito, por exemplo, os associados geralmente não possuem conhecimentos prévios sobre finanças e economia. Portanto, as cooperativas investem na educação voltada à regulamentação que rege as atividades no âmbito das instituições financeiras. Além disso, a formação inclui princípios éticos de solidariedade, confiança e inclusão na criação de serviços financeiros. A aprendizagem social compartilhada visa adquirir

o conhecimento necessário para defender propostas, atuar ativamente na tomada de decisões cooperativa e, assim, romper relações de poder existentes (Dumitru *et al.*, 2017).

Para o desenvolvimento e a obtenção dos resultados almejados, as iniciativas de inovação social precisam de **recursos**. Para gerar impacto positivo, são utilizados recursos que normalmente seriam desperdiçados. No início das atividades, as iniciativas demandam pouco capital para tornar produtivos recursos como “mão de obra subutilizada, capacidades ociosas, materiais descartados, equipamentos indesejados ou quebrados, prédios vazios e terrenos baldios” (Weaver *et al.*, 2017, p.3).

Ativos tangíveis e intangíveis são criados e/ou reforçados pelos processos de inovação social, como *software* e plataformas de internet usados para auto-organização e aprendizagem social. Além disso, a criação de identidade é fundamental tanto para recrutar quanto para reter e comprometer os membros. É importante destacar que os principais recursos mobilizados não são financeiros, mas sim o tempo, o talento e os bens dos membros (Weaver *et al.*, 2017).

Esses recursos incluem voluntariado, troca de serviços, redes de compartilhamento de informações, espaços físicos e equipamentos, e parcerias com universidades, dentre outros. No entanto, ainda é necessário captar recursos monetários para atender aos custos operacionais básicos. Além disso, à medida que a iniciativa se formaliza, a demanda por recursos para sua manutenção tende a aumentar (Weaver *et al.*, 2017).

Os recursos podem ser supridos por agentes externos, os quais podem impor exigências que vão contra os valores seminais dessas iniciativas (Wittmayer *et al.*, 2017a). Como exemplo de iniciativas que passaram por transformações que alteraram os propósitos iniciais, Pel *et al.* (2015b) citam AIRBNB e UBER. Preservar a autonomia, a liberdade e a integridade dos seus propósitos são razões pelos quais muitas iniciativas preferem usar recursos não monetários.

De qualquer modo, a captação de recursos é uma atividade que demanda grande parte do tempo dos inovadores sociais. Além disso, a competição por recursos pode inibir a cooperação entre as iniciativas e redes. Cabe destacar que não há hierarquia de relevância entre os diferentes recursos. Todos estão inter-relacionados e a mobilização de um tipo de recurso pode exigir o uso de outros (Weaver *et al.*, 2017; Wittmayer *et al.*, 2017a).

Com o interesse por parte dos governos e investidores de impacto social em financiar iniciativas de inovação social, surge a necessidade de **avaliação e monitoramento** do seu desempenho. O monitoramento é o processo pelo qual os atores avaliam o impacto e o progresso de suas iniciativas ou redes no contexto dos sistemas sociais. Ele deve ser capaz de demonstrar um impacto positivo para os financiadores e embasar propostas de melhorias no desempenho das iniciativas (Wittmayer *et al.*, 2015a; Wittmayer *et al.*, 2017a).

Os financiadores precisam saber que seu investimento está sendo utilizado de forma eficaz, mas essa prestação de contas demanda tempo e requer conhecimentos e ferramentas adequadas. Outro fator a ser considerado na avaliação e no monitoramento é a possível divergência nos resultados esperados pelos investidores, que nem sempre são os mesmos almejados pelos membros das iniciativas de inovação social (Weaver *et al.*, 2017).

Para os pesquisadores do TRANSIT, em muitas iniciativas de inovação social, a avaliação e o monitoramento não têm recebido a devida atenção (Weaver *et al.*, 2017), o que pode prejudicar a manutenção ou expansão de suas atividades. O Quadro 7 apresenta as definições de governança, aprendizagem social, recursos e monitoramento e sua vinculação com as dimensões da inovação social, definidas do âmbito do projeto.

Quadro 7 - Elementos do (des)empoderamento e relação com a inovação social

<b>Elemento</b>	<b>Definição</b>	<b>Dimensão da inovação social</b>
Governança	Processos de governança (regulamentação, tomada de decisão, direção) pelos diferentes tipos de atores.	Organizar
Aprendizagem Social	Processos de aprendizagem (para aquisição de informação, conhecimento experiência), entre indivíduos e grupos ao nível da iniciativa/rede, e também no contexto social.	Enquadrar e/ou Conhecer
Recursos	Processo pelo qual os atores adquirem os recursos (humanos, monetários, naturais, tecnológicos, informações etc.) necessários para atingir seus objetivos.	Fazer
Monitoramento	Processo que os atores usam para avaliar o impacto ou avanço de sua iniciativa ou rede no contexto dos sistemas sociais.	Fazer

Fonte: Wittmayer *et al.* (2015a).

Todos os elementos apresentados são fundamentais para que ocorra o empoderamento dos atores, redes e iniciativas. Da mesma forma, a falta de atenção à governança, aprendizagem social, recursos ou monitoramento pode levar ao desempoderamento, entendido como situações contrárias ao empoderamento. Isso inclui processos nos quais os atores perdem o acesso às instituições e recursos, bem como a capacidade e a vontade de mobilizá-los (Avelino *et al.*, 2019; 2020).

Avelino *et al.* (2020) ressaltam que no âmbito da Inovação Social Transformadora, as análises devem considerar as relações de poder e os processos de desempoderamento, que podem ser intencionais ou não-intencionais. Como exemplo, Woodall, Warwick-Booth e Cross (2012), citam a competição por recursos, onde o direcionamento de recursos para algumas pessoas pode provocar o deslocamento de poder ou desempoderamento de outras.

Para Avelino (2017), os processos pelos quais as iniciativas de inovação obtêm a capacidade de mobilizar recursos e instituições em prol de um objetivo podem ser denominados Ecossistemas de Inovação Social (EIS). O próximo tópico discorre sobre esse conceito, bem

como sobre a importância, classificação e os papéis que os diferentes atores desempenham no processo de inovação social.

#### 2.4 O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL: ATORES, REDES E INICIATIVAS

A análise dos Ecossistemas de Inovação (EI) tem recebido significativa atenção ao longo dos anos, entretanto, quando se trata de Ecossistemas de Inovação Social (EIS), a pesquisa ainda permanece escassa. Uma busca realizada na base Scopus, em julho de 2023, com o termo “*social innovation ecosystems*”, resultou em apenas 40 documentos. Diante desse panorama, uma das principais tarefas dos pesquisadores da área consiste em aprofundar o conhecimento acerca dos fundamentos teóricos subjacentes ao conceito, bem como compreender a criação, a inserção na sociedade e a manutenção das inovações sociais (Chueri; Vasconcelos; Dos Santos, 2019; Domanski; Howaldt; Kaletka, 2020).

Para Andion *et al.* (2022), os EIS consistem em redes sociais formadas por atores, instituições, artefatos e experiências de diferentes setores da sociedade, com o objetivo de buscar soluções para situações problemáticas. Trata-se de um ambiente favorável, onde os atores estabelecem interações organizadas e sistêmicas e contribuem para criar, avançar e difundir inovações. Esses ecossistemas são elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e social, atuando como potencializadores da econômica local até o nível nacional (Spinosa; Schlemm, 2014; De Borba; Macedo; Teixeira, 2017; Gomes, 2021).

Na concepção de Chueri, Vasconcelos e Dos Santos (2019, p. 219), o EIS é definido como “um conjunto de atores de diferentes setores da sociedade e seus ambientes com normas legais e culturais, infraestruturas de apoio e muitos outros elementos, que permitem ou inibem o desenvolvimento de inovações sociais”. Trata-se de uma forma promissora de dar sentido à agência em inovação social. Constitui-se em um movimento caracterizado pelos esforços de diferentes atores, que criam condições para desenvolver, apoiar e fomentar iniciativas de inovação social bem-sucedidas (Pel *et al.*, 2019; Chueri; Vasconcelos; Dos Santos, 2019).

Os Ecossistemas de Inovação Social podem ser definidos como “constelações de redes empoderadoras”, que contemplam três dimensões: incorporação local (comunidade local), conectividade translocal (redes) e ressonância discursiva (sociedade). A incorporação local está vinculada aos processos de empoderamento voltados à legitimidade, em atendimento às necessidades locais. Nesse sentido, destaca-se o exemplo do movimento *Slow Food*, que busca a valorização das tradições culinárias locais (Pel *et al.*, 2019).

A dimensão ‘incorporação local’ contempla a massa crítica para a qual a proximidade local é importante, tanto para recrutar voluntários quanto para iniciativas que exijam relações de confiança e proximidade pré-existentes, a exemplo dos *Time banks*. Essa dimensão considera ainda a provisão de estruturas e recursos, como quando uma instituição de ensino oferece estrutura física e tecnológica para o desenvolvimento das inovações sociais (Pel *et al.*, 2019).

Além disso, a incorporação local engloba a ancoragem institucional, que inclui questões de governança mais inclusiva e democrática, alcançada por meio de vínculos de proximidade entre os governos e a comunidade, como no caso do Orçamento Participativo. Já a conectividade translocal refere-se ao desenvolvimento de massa crítica, construção de voz política e a troca de conhecimento. Engloba também o desenvolvimento de identidade coletiva materializada por meio de marcas e logotipos, todos esses elementos em nível translocal (Pel *et al.*, 2019).

A ressonância discursiva concentra-se na esfera comunicativa dos conceitos socialmente inovadores e abrange quatro processos de empoderamento: a circulação dos modelos organizacionais, as práticas, os enquadramentos e os dados (Pel *et al.*, 2019). Nesse contexto, a interação dos diferentes atores, organizados em redes, permite a cocriação de valor da inovação social (Kumari *et al.*, 2019). Assim, a criação de redes voltadas ao compartilhamento de ideias e informações entre os diferentes atores e iniciativas assume um papel de destaque (Chueri; Vasconcelos; Dos Santos, 2019).

Dessa forma, estudar a formação e a dinâmica das redes é fundamental, visto que essas redes potencializam a inovação social. Paralelamente, a compreensão das redes permite aprofundar o conhecimento acerca dos processos de empoderamento. As redes translocais, em especial, tem potencial para contribuir com a promoção do empoderamento, uma vez que viabilizam o acesso aos recursos necessários para concretizar ideias. Essas redes, enraizadas localmente e conectadas globalmente, facilitam a troca e tradução de ideias, objetos e práticas, que permitem o desenvolvimento de inovações transformadoras mais amplas (Avelino *et al.*, 2020).

No âmbito da aprendizagem social, as redes desempenham um papel de extrema relevância, facilitando a interação entre os praticantes e as iniciativas de inovação social. Elas oferecem oportunidades para um aprendizado aprimorado e suporte para a prática e a experiência de pertencimento e conexão. Além disso, contribuem para alcançar a legitimidade das iniciativas locais de inovação social, que consistem em um coletivo de pessoas que trabalham juntas no desenvolvimento de ideias, objetos ou atividades socialmente inovadores (Wittmayer *et al.*, 2017a).

Uma rede composta por tais iniciativas configura-se em uma rede de inovação social, que tem por objetivo contribuir para que as iniciativas avancem na difusão de novas ideias, valores e práticas. Tanto as iniciativas quanto as redes e os atores envolvidos na inovação social transformadora moldam e são moldados pelas relações sociais em mudança e pelas dinâmicas institucionais (Wittmayer *et al.*, 2017a).

O desafio das iniciativas consiste na busca por esses avanços ao mesmo tempo em que procuram evitar o enfraquecimento. Para obter sucesso, os atores da inovação social precisam criar identidades coletivas por meio de suas redes. No entanto, esse processo pode tornar seus discursos menos coerentes, à medida em que podem ocorrer divergências entre o discurso e a prática (Wittmayer *et al.*, 2017a).

A incoerência também pode surgir da divergência entre os interesses dos múltiplos atores que compõe uma iniciativa, rede e o EIS como um todo. Além dos atores tradicionalmente impulsionadores da inovação tecnológica, como empresas, departamentos de P&D e governos, na inovação social se faz presente a agência inovadora de atores como sociedade civil e movimentos sociais (Pel *et al.*, 2019).

A importância das interações entre os atores fica evidente a partir da própria definição da inovação social, que enfatiza a participação, os relacionamentos e as colaborações (Pel *et al.*, 2015a; Eichler; Schwarz, 2019). Inovações sociais efetivas requerem a capacidade de engajar esses múltiplos atores e suas interconexões. Nesse sentido, uma questão-chave é a investigação dos papéis assumidos pelos atores, bem como das interações que ocorrem entre eles (Chueri; Vasconcelos; Dos Santos, 2019; Domanski; Howaldt; Kaletka, 2020).

No entanto, a questão dos atores é um assunto no campo da inovação social que precisa avançar. As pesquisas devem dedicar-se a identificar “quais são os atores envolvidos e quais as diferentes relações que eles desempenham em iniciativas de IS” (Agostini *et al.*, 2017, p. 395). Dada a centralidade dos atores e a importância das relações estabelecidas no processo de inovação social, estudos têm sido desenvolvidos com foco na classificação desses atores (Tardiff; Harrison, 2005; Wittmayer *et al.*, 2017b), nos relacionamentos desenvolvidos e nos papéis que assumem no EIS (Rollin; Vincent, 2007; Castro-Arce; Vanclay, 2020).

Quando se trata de ecossistemas de inovação, uma das abordagens mais utilizadas é a Tríplice Hélice, proposta por Etzkowitz e Leydesdorff (2000). O modelo contempla as instituições de ensino, representadas pelas universidades, o governo e as empresas. Em complemento a essa sistematização, Carayannis e Campbell (2009), propõe a Quadrupla Hélice, que inclui a sociedade civil como ator relevante no contexto da inovação. Ao tratar dos EIS,

Andion *et al.* (2022), classificam os atores como agentes de suporte ou promotores da inovação social.

Os atores constituem uma das dimensões de análise da inovação social, conforme proposto por Tardiff e Harrison (2005), que os dividem em: atores sociais, organizações, instituições e intermediários. De forma semelhante, a classificação proposta por Agostini *et al.* (2017) contempla: organizações, instituições e indivíduos. Os atores sociais incluem aqueles que estão dentro da sociedade civil, como os movimentos cooperativos, associativos, comunitários e sindicatos (Maurer; Silva, 2014).

Dentre os atores organizacionais estão as empresas, organizações da economia social, empreendimentos coletivos e beneficiários. Atores institucionais contemplam as instituições do Estado e a identidade, normas e valores (Tardif; Harrison, 2005; Maurer; Silva, 2014). Araújo Aguiar e Moreira (2022), ao avaliarem o ecossistema de negócios sociais, propõem uma classificação dos atores institucionais em quatro categorias: instituições do governo, instituições de ensino, instituições financeiras e intermediários.

Atores intermediários ou “híbridos” envolvem a relação entre atores de diferentes categorias e resultam em comissões ou redes sociais bi- ou trilaterais de alianças ou de inovação (Tardif; Harrison, 2005; Maurer; Silva, 2014). Eichler e Schwarz (2019) identificaram cinco categorias de atores ou inovadores sociais: i) empreendedores sociais e cidadãos individuais; ii) organizações não governamentais e organizações sem fins lucrativos; iii) instituições públicas; iv) sociedade civil; e, v) empresas.

Em consonância com as categorias apresentadas, Wittmayer *et al.* (2015b) pontuam que a classificação pode ocorrer em relação ao setor de vinculação do ator e ao nível de segregação. No agrupamento relacionado ao setor, tem-se: governos, mercado, comunidade e Terceiro Setor. Considerando os diferentes níveis de agregação, os atores classificam em: setores, individual (cidadão, empreendedor social etc.) ou atores organizacionais (empresa, município).

Chueri, Vasconcelos e Dos Santos (2019) afirmam que todos esses atores possuem habilidades, conhecimentos e competências distintas. Eles podem assumir diferentes papéis nos processos de inovação social, os quais variam de acordo com as inovações e os ecossistemas. Esses papéis contemplam múltiplas dimensões, culturas e identidades, e, em alguns casos, podem se sobrepor, ou seja, um mesmo ator pode desempenhar diferentes papéis (Rollin; Vincent, 2007; Pel *et al.*, 2015b; Correia; Oliveira; Gomez, 2016; Araújo Aguiar; Moreira, 2022).

Os papéis consistem em “entendimentos compartilhados, descritos como um conjunto de atividades e atitudes reconhecíveis usadas por um ator para lidar com situações recorrentes”.



As diferentes perspectivas ontológicas indicam que: a) os papéis existem e os atores assumem ou desempenham os papéis (perspectiva funcionalista); b) os atores têm liberdade para assumir um papel previamente determinado (perspectiva interacionista); e, c) os atores usam, criam ou negociam papéis (perspectiva construtivista) (Wittmayer *et al.*, 2017b, p.51).

Embora possam ser entendidos como tipos ideais, os papéis são socialmente construídos e, assim, abertos à negociação e à mudança. Uma alteração na compreensão dos papéis pode indicar mudanças nas interações e relações entre os atores dessa comunidade, as quais são importantes para que ocorram as transições rumo a uma sociedade mais sustentável (Wittmayer *et al.*, 2017b). Assim, também foram propostas classificações com base nos papéis.

O papel dos atores organizacionais, de acordo com Correia, Oliveira e Gomez, (2016), contempla: a identificação de necessidades sociais não satisfeitas; a gestão de relações sociais com foco na participação e governança; a identificação de capacidade inovadora nas ideias implementadas e a divulgação das melhorias sociais obtidas pela comunidade. Rollin e Vincent (2007) classificam os atores como: detentores da ideia; financiadores; partidários ou parceiros; e usuários.

Os detentores da ideia são responsáveis pela criação ou desenvolvimento da inovação social. Os partidários ou parceiros são aqueles que acompanham, apoiam e promovem a iniciativa de inovação social. Os financiadores podem ser fundações, organizações públicas ou privadas que financiam o processo de inovação social. Por fim, os usuários são os atores beneficiários da inovação social (Rollin; Vincent, 2007).

Os papéis identificados por Andion *et al.* (2022), com base em estudos anteriores (Caulier-Grice *et al.*, 2014; Stam, 2015), contemplam: aceleração; suporte técnico; articulação e links, pesquisa e aprendizado; certificação; comunicação e diálogo; financiamento e subsídios; treinamento; incubação; e promoção do empreendedorismo social.

A aceleração refere-se à alavancagem e a promoção da escalabilidade das iniciativas de inovação social. O suporte técnico engloba serviços de assessoria, consultoria e acompanhamento. A articulação e links envolve a promoção de interação e parcerias entre os atores do EIS.

O papel voltado à ‘pesquisa e aprendizado’ contempla a cocriação e difusão do conhecimento e a promoção e transferência de pesquisa. A certificação compreende o fornecimento de selos de qualidade e criação de padrões de referências. A interação entre os atores está relacionada ao papel de comunicação e diálogo. O ‘financiamento e subsídios’ contempla o fornecimento de recursos financeiros, subsídios, prêmios e outras formas de financiamento (Andion *et al.*, 2022).

O papel voltado ao ‘treinamento’ dedica-se à capacitação dos atores por meio da realização de treinamentos técnicos. Os papéis desenvolvidos pelos diferentes atores do Ecossistema de Inovação Social contemplam ainda a incubação de iniciativas de inovação social e o incentivo ao empreendedorismo e à criação de negócios sociais, denominado promoção do empreendedorismo social (Andion *et al.*, 2022).

Segundo o modelo utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para representar o ecossistema de negócios inclusivos, os atores assumem quatro diferentes papéis: a) de informação, ligado ao conhecimento, capacitação e tecnologia; b) de incentivo, que viabiliza isenções e promove eventos de fomento; c) de implementação, que apoia áreas como logística, operação, marketing, comunicação e estrutura física e; d) de investimento, que fornece apoio financeiro (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2015; Araújo Aguiar; Moreira, 2022).

Para promover o fortalecimento do capital social, o empoderamento e estimular a confiança, as instituições podem desempenhar “papéis de ponte”: 1) facilitador de rede; 2) agente de conhecimento; 3) agente de recursos; 4) agente de transparência e mediador na resolução de conflitos; e, 5) facilitador na construção de visão compartilhada. O facilitador de redes fomenta a colaboração, contribui para melhorar as relações e criar consciência e empatia com relação às necessidades dos diferentes atores (Castro-Arce; Vanclay, 2020).

Os agentes de conhecimento auxiliam na troca entre conhecimento local, ciência e experiência técnica. Eles oferecem tecnologias, capacidades e habilidades necessárias para o desenvolvimento das iniciativas. Ao assumirem o papel de agentes de recursos, os intermediários atuam para conectar os diferentes atores, criando oportunidades para que expressem seus interesses e contribuam com recursos para enfrentar problemas específicos (Castro-Arce; Vanclay, 2020).

Relacionados à questão dos recursos, estão os papéis dos ‘financiadores e de investimento’, responsáveis por financiar as iniciativas de inovação social (Rollin; Vincent, 2007; PNUD, 2015). O agente de transparência e mediador na resolução de conflitos facilita o fluxo de conhecimento e recursos. As iniciativas de inovação social atuam ativamente em atividades ligadas à criação, compartilhamento e tradução do conhecimento (PNUD, 2015; Castro-Arce; Vanclay, 2020).

Os intermediários também atuam como facilitadores na construção de uma visão compartilhada, processo pelo qual os atores, com suas próprias visões, missões e agendas, de forma colaborativa, chegam a uma visão compartilhada que atenda seus propósitos e necessidades (Castro-Arce; Vanclay, 2020). Dentre esses atores estão as Instituições de Ensino

Superior (IES), que atuam como promotoras de uma cultura baseada na confiança e na aprendizagem, reduzindo conflitos entre os atores (Chueri; Vasconcelos; Dos Santos, 2019).

Além do compartilhamento de conhecimento e da aprendizagem coletiva, as IES desenvolvem pesquisas colaborativas e fomentam o empreendedorismo. Como facilitadoras de redes, proporcionam a criação de novos espaços físicos colaborativos, trazendo mudanças positivas e promovendo a inovação social (Chueri; Vasconcelos; Dos Santos, 2019; Kumari *et al.*, 2019). O Quadro 8 apresenta uma síntese das classificações dos atores da inovação social e dos papéis que podem assumir.

Quadro 8 - Classificação dos atores da inovação social

Setor/Nível	Papéis
<p><b>Tardif e Harrison (2005)</b> Sociais, organizações, instituições e intermediários.</p> <p><b>Wittmayer <i>et al.</i> (2017b)</b> i) Setor: governos, mercado, comunidade e terceiro setor. ii) Nível: individual e organizacional.</p> <p><b>Agostini <i>et al.</i> (2017)</b> Instituições, organizações e indivíduos.</p> <p><b>Eichler e Schwarz (2019)</b> Empreendedores sociais e cidadãos individuais, ONGs e Organizações sem Fins Lucrativos, instituições públicas, sociedade civil e empresas.</p> <p><b>Araújo Aguiar e Moreira (2022)</b> Instituições do governo; instituições de ensino; instituições financeiras; intermediários.</p> <p><b>Etzkowitz e Leydesdorff (2000) e Carayannis e Campbell (2009)</b> Universidade, empresa, governo e sociedade civil.</p>	<p><b>Rollin e Vincent (2007)</b> Detentores da ideia, financiadores, partidários/parceiros e usuários.</p> <p><b>Correia, Oliveira e Gomez (2016)</b> Identificação de necessidades, gestão das relações sociais, identificação de capacidade inovadora e, divulgação.</p> <p><b>Castro-Arce e Vanclay (2020)</b> Facilitador de rede, agente de conhecimento, agente de recursos, agente de transparência e resolução de conflitos e facilitador da visão compartilhada.</p> <p><b>PNUD (2015); Araújo Aguiar e Moreira, (2022)</b> Informação, incentivo, implementação e investimento.</p> <p><b>Andion <i>et al.</i> (2022)</b> Aceleração, suporte técnico, articulação e links, pesquisa e aprendizado, certificação, comunicação e diálogo, financiamento e subsídios, treinamento, incubação, e promoção do empreendedorismo social.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O mapeamento de atores dentro dos Ecossistemas de Inovação é um desafio, pois muitos atores desconhecem seu papel nesse contexto (Araújo Aguiar; Moreira, 2022). Assim, esse processo torna-se fundamental, uma vez que proporciona informações essenciais para reduzir os riscos e aumentar as possibilidades de sucesso (Adner, 2006; Hamad *et al.*, 2015). Mapear os EIS é uma tendência de pesquisa nessa área, dada a escassez de estudos, especialmente no que diz respeito à inovação social.

Pel *et al.* (2019) analisaram os Ecossistemas de Inovação das 20 redes que participaram do projeto TRANSIT, enquanto Santo e Voks (2021) estudaram a composição do Ecossistema de Inovação Social na fronteira Brasil-Bolívia. Os pesquisadores que integram o Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) também têm desenvolvido estudos voltados ao

mapeamento de EIS. Para isso, eles desenvolveram uma metodologia que será apresentada no próximo tópico (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Andion *et al.*, 2022; Fraga; Alperstedt, 2022).

#### **2.4.1 Metodologia do Observatório de Inovação Social de Florianópolis para Mapeamento de Ecossistemas de Inovação Social**

Criado em 2017 por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), o Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) tem por objetivo mapear o Ecossistema de Inovação Social (EIS) de Florianópolis. Dessa forma, busca identificar e mapear a rede composta por diferentes atores e setores que fomentam a inovação social no município (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Magalhães; Andion; Alperstedt, 2020; Andion *et al.*, 2022; Fraga; Alperstedt, 2022).

Os resultados empíricos estão disponibilizados em uma plataforma online, construída de forma colaborativa ([www.observafloripa.com.br](http://www.observafloripa.com.br)). A ferramenta permite conhecer, acompanhar e analisar o EIS da cidade, facilitando interações e novas conexões entre os atores que o compõe. A plataforma também está voltada à aprendizagem colaborativa na rede, com o objetivo de dar visibilidade aos atores e às ações por eles desenvolvidas (Magalhães; Andion; Alperstedt, 2020).

A metodologia contempla atores de apoio, iniciativas de inovação social e suas interações. As iniciativas de inovação social são coletivas e podem ser formais ou informais, enquanto os atores de apoio oferecem suporte às iniciativas por meio de financiamento, capacitação e outros papéis desempenhados em prol da inovação social (Manoel; Andion, 2023). O *framework* foi desenvolvido com base em quatro pressupostos inter-relacionados:

Pressuposto 1: Considera que os EIS estão imersos em trajetórias longas de configuração dos problemas públicos em territórios específicos (possuindo inscrição temporal e espacial). [...]

Pressuposto 2: Interpreta as dinâmicas de inovação social enquanto processos de mudanças (incrementais ou mais amplos) que produzem consequências e que emergem das associações entre múltiplos atores humanos e não humanos (indivíduos, coletivos, organizações, instituições, tecnologias, metodologias etc.) em arenas públicas. [...]

Pressuposto 3: Examina as dinâmicas de inovação social enquanto imersas em “campos de experiências” (Cefaï, 2014)<sup>2</sup> nos quais diferentes públicos se engajam na solução de situações problemáticas e em processos de investigação pública.[...]

---

<sup>2</sup> CEFAÏ, D. Investigar los problemas públicos con más y allá de Joseph Gusfield. *In*: GUSFIELD, J. **La cultura de los problemas públicos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014 (p. 11-54).

Pressuposto 4: Para analisar o alcance e as consequências das dinâmicas de inovação social se torna importante religá-las aos processos de mudança social mais amplos, considerando a conexão implícita das dimensões macro, meso e micro da realidade social e privilegiando uma perspectiva longitudinal (Andion; Alperstedt; Graeff, p. 188-189, 2020).

Ao analisar o EIS deve-se levar em conta o cenário sócio-histórico, institucional e territorial e considerar as demandas e os problemas públicos do território, relativo à escala macro. A observação em escala meso busca identificar os principais atores e suas interações, tendo em vista que os ecossistemas se formam a partir das interconexões entre eles. Além disso, a análise do EIS deve buscar uma compreensão também em escala micro, por meio do acompanhamento das iniciativas (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020).

O nível micro permite identificar como ocorrem os processos de inovação social, ou como os públicos atuam na resolução de situações problemáticas. Por fim, deve-se propor uma análise que considere os níveis macro, meso e micro em conjunto, permitindo a compreensão das dinâmicas a partir das quais os atores promovem ou não a mudança. Em síntese, o nível macro refere-se ao contexto institucional, o nível meso relaciona-se ao ecossistema e o nível micro diz respeito às experiências (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Santo; Andion, 2020).

A metodologia permite compreender em que medida a rede pode impulsionar ou dificultar a inovação e produzir mudanças sociais em determinado contexto. Os argumentos teóricos são desenvolvidos em quatro etapas: exploração territorial e institucional; cartografia do ecossistema de inovação social; etnografia em arenas públicas<sup>3</sup> e escalas interrelacionadas. As etapas não ocorrem de forma linear e abarcam os níveis macro, meso e micro, além das interfaces entre eles (Santo; Andion, 2020; Andion *et al.*, 2022).

#### **a) Exploração territorial e institucional**

A etapa denominada ‘exploração territorial e institucional’ parte da análise do ambiente institucional, contemplando leis, regulamentos, políticas e programas públicos que apoiam a inovação social na cidade. Ela também considera a dimensão territorial e histórica do EIS, incluindo seu surgimento e desenvolvimento. Procura identificar os principais problemas públicos e demandas sociais em determinado território (Andion *et al.*, 2022).

Esta fase é realizada por meio da análise documental e de conteúdo, com a cidade como unidade de análise, explorando a trajetória do EIS e suas interações. O objetivo é responder

---

<sup>3</sup> As arenas públicas são interpretadas aqui como espaços públicos para além dos dispositivos institucionais, técnicos e legais onde múltiplos atores (da sociedade civil, mercado, governo e universidades) realizam ações públicas (Andion *et al.*, 2022, p. 1260 *apud* Cefai, 2002 ).

questões como: Quais são os principais problemas públicos da cidade? Qual a trajetória do EIS? Qual é o ambiente institucional (regulação e políticas públicas) relacionado à inovação social? (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020).

Posteriormente, as informações coletadas são relacionadas às iniciativas de inovação social a serem mapeadas. Essa etapa permite a identificação e observação da trajetória e da dimensão institucional do EIS, bem como das demandas locais. Conhecer os problemas públicos e as demandas do território, bem como considerar o contexto sócio-histórico, institucional e territorial, oferece uma visão abrangente do nível macro (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Magalhães; Andion; Alperstedt, 2020; Andion *et al.*, 2022).

Cabe ressaltar que o contexto é construído historicamente e de maneira coletiva, e, nesse sentido, o ambiente tem impacto na maneira de compreender determinado problema público (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Santo; Andion, 2020). A inovação social está relacionada à ação social coletiva voltada para a mudança social e só pode se estabelecer e difundir se estiver inserida no contexto institucional (Cajaíba-Santana, 2014; Van Wijk *et al.*, 2018).

Nesse sentido, destaca-se o papel da abordagem institucional para apoiar as análises no âmbito dos Ecossistemas de Inovação Social. Originada de teorias da ciência política, sociologia e economia, a Teoria Institucional aborda a ideia de instituições e padrões nos quais indivíduos, grupos e organizações estão inseridos. Esses padrões podem ser comportamentais, normativos, procedimentos, valores ou crenças (Dimaggio; Powell, 1991; Machado-da-Silva; Gonçalves, 1999).

A abordagem institucionalista considera as mediações entre estruturas sociais e comportamentos individuais ou manifestações coletivas (Dimaggio; Powell, 1991). As organizações são influenciadas pelo seu contexto, e o ambiente organizacional, sob a perspectiva da Teoria Institucional de base sociológica, é socialmente construído. Os atores processam cognitivamente os estímulos ambientais “por meio de sistemas simbólicos socialmente constituídos que, por sua vez, dão origem a instituições ou estruturas sociais que obtêm alto grau de aceitação” (Scott, 2008, p. 821).

A Teoria Institucional é fundamentada em três pilares: regulativo, normativo e cognitivo ou cultural. O pilar regulativo consiste no sistema estável de regras, formais ou informais. O pilar normativo abrange as normas e valores que estabelecem como as coisas devem ser realizadas. O pilar cognitivo ou cultural diz respeito às crenças e valores compartilhados entre indivíduos nas relações sociais. Esses pilares institucionais são os elementos analíticos que constituem as instituições, entendidas como normas, regras, convenções e valores (Scott, 1992; 2008; Agostini, 2017).

O ambiente institucional é um dos construtos centrais da Teoria Institucional e pode ser entendido como as “regras do jogo” (Williamson, 2000), ou seja, são as normas e exigências às quais as organizações devem se adequar para alcançar legitimidade e obter apoio (Scott, 1992). Esse ambiente é composto por instituições formais (leis e regulamentos) e informais (normas, valores e sistemas cognitivo-culturais). Os sistemas cognitivo-culturais consistem em “concepções compartilhadas da realidade, expectativas obrigatórias e crenças comuns” (Purtik; Arenas, 2019).

Sob a perspectiva institucional, a inovação social é o resultado das trocas de reconhecimento e recursos entre atores, os quais são mobilizados por meio de atividades de legitimação (Cajaíba-Santana, 2014). A legitimação é um elemento competitivo entre as organizações, impulsionada pela pressão imposta por outras organizações, e tem como objetivo a própria sobrevivência. Ela pode ser alcançada por meio da utilização de práticas e estruturas semelhantes às utilizadas em seu campo organizacional (Dimaggio; Powell, 1991).

Forças poderosas levam as organizações a se tornarem similares em um mesmo contexto institucional. O processo que analisa essas similaridades é denominado isomorfismo, um fenômeno que pode ocorrer de forma gradual ao longo da estruturação do campo. Ele acontece por meio de mecanismos coercitivos, miméticos ou normativos, que, embora distintos em seus processos, são capazes de operar simultaneamente. Destaca-se que seus efeitos nem sempre são facilmente identificáveis (Dimaggio; Powell, 1991).

Por meio de uma obrigação ou imposição legal, tem-se o isomorfismo coercitivo, em que as pressões formais ou informais estão relacionadas às expectativas culturais da sociedade. O isomorfismo normativo, por sua vez, representa normas idealizadas e consideradas corretas a serem seguidas, envolvendo entidades profissionais capazes de regulamentar as regras e normas de acordo com seus interesses (Dimaggio; Powell, 1991).

O isomorfismo mimético ocorre quando as organizações adotam comportamentos ou medidas que tiveram êxito em outras organizações. Esse mecanismo é utilizado diante de problemas que as instituições não conseguem resolver de forma independente, como a escassez de tecnologias organizacionais, ou ainda, frente ao ambiente de incerteza. Ele se manifesta como uma forma de fortalecer a legitimidade organizacional (Dimaggio; Powell, 1991).

A Teoria Institucional possibilita compreender a inovação social a partir de sua natureza multinível e complexa. Observar o nível macro é fundamental, já que muitos estudos se concentram no nível micro de análise. Entender o ambiente institucional amplia a visão de como as normas, regras e crenças são construídas. Da mesma forma, ampliar o olhar para o contexto

institucional permite identificar fatores que podem facilitar ou restringir o desenvolvimento de inovação sociais (Van Wijk *et al.*, 2018).

### **b) Cartografia do Ecossistema de Inovação Social**

Os Ecossistema de Inovação Social (EIS) emergem a partir das interconexões existentes nas diferentes arenas públicas, ou seja, nos espaços públicos onde as ações coletivas ocorrem. Para compreender a dinâmica do EIS, é importante identificar os atores e suas interações, bem como suas práticas e as consequências que elas produzem. Essa análise é realizada no nível meso (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020).

A cartografia do EIS é realizada por meio de questionários e entrevistas com atores e apoiadores da inovação social da cidade, utilizando a técnica bola de neve. As informações coletadas incluem contatos, escala de atuação, funções e atividades desenvolvidas, iniciativas apoiadas e parcerias com outros atores de apoio. Além disso, são coletados dados secundários sobre o formato legal, as causas e os públicos com as quais as iniciativas de inovação social trabalham (Andion *et al.*, 2022).

As perguntas que norteiam o desenvolvimento dessa fase são: Quem são os atores de apoio e quais papéis eles desempenham? Quais iniciativas promovem inovação social e como são formadas? Quais interações ocorrem? Quais são as principais causas? Quem são os públicos-alvo? A unidade de análise é o EIS e suas interações, incluindo atores de apoio e iniciativas de inovação social (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Andion *et al.*, 2022).

As iniciativas cadastradas no OBISF classificam-se como: mapeadas, observadas, acompanhadas ou inativas. Esses diferentes *status* têm como base as informações disponíveis e o nível de contato com os pesquisadores. As iniciativas mapeadas são aquelas indicadas por outras iniciativas ou que se autocadastraram na plataforma. Os dados podem ser provenientes de fontes secundárias e as informações não precisam ser completas (Magalhães; Andion; Alperste 2020; Manoel; Andion, 2023).

Iniciativas observadas possuem informações completas e validadas pelos pesquisadores do OBISF, por meio da coleta de dados primários. As iniciativas acompanhadas são aquelas que recebem acompanhamento contínuo e sistemático dos pesquisadores. Iniciativas que encerraram suas atividades, embora tenham feito parte do EIS em algum momento são classificadas como inativas (Magalhães; Andion; Alperstedt, 2020; Manoel; Andion, 2023).

Através da cartografia, é possível identificar a organização de diferentes redes de atores que atuam no enfrentamento de problemas públicos da cidade. No âmbito do OBISF, foram identificadas dezessete arenas públicas que abordam uma variedade de problemas públicos



relacionados às questões socioambientais, mobilidade urbana, questões de gênero, étnicas e raciais, insegurança alimentar e nutricional, dentre outros (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Magalhães; Andion; Alperstedt, 2020).

### **c) Etnografia em arenas públicas**

A análise dos Ecossistemas de Inovação Social vai além de uma perspectiva macroestrutural, uma vez que busca acompanhar e observar *in loco* as iniciativas de inovação social. Esse processo é fundamental para compreender e identificar “a condição dos “públicos” para lidar com situações problemáticas, ou seja, como identificá-las, interpretá-las, elaborar críticas, co-construir conhecimento e/ou propor soluções para elas” (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020, p. 189).

O acompanhamento das iniciativas de inovação social é realizado por meio de uma abordagem etnográfica, na etapa de “etnografia em arenas públicas”. Essa fase consiste em um trabalho de campo, onde as unidades de análise são as arenas públicas, experiências e práticas de “investigação pública”. Contempla o nível micro e utiliza técnicas de observação sistemática e acompanhamento (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Andion *et al.*, 2022).

As questões a serem respondidas são: Quais públicos estão mobilizados em torno das iniciativas? Quais problemas públicos eles buscam responder? Que soluções são propostas? Quais metodologias e tecnologias são aplicadas? Qual a incidência na esfera pública e relação com os problemas públicos da cidade? No caso do OBISF, a seleção das arenas públicas se deu em função de sua importância no EIS, número de iniciativas e o seu papel no fortalecimento da democracia e da sustentabilidade (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Andion *et al.*, 2022).

### **d) Escalas interrelacionadas:**

Interrelacionar escalas permite uma compreensão mais profunda dos processos de inovação social como práticas, alcances e limites. A etapa relativa às “escalas interrelacionadas” tem como objetivo estabelecer conexões entre a dimensão “histórica, territorial e institucional (macroescala) com uma análise de sua rede, formas de cooperação e interação (mesoescala) às práticas dos atores e o impacto do ecossistema de inovação social na esfera pública (microescala)” (Andion *et al.*, 2022, p.1267).

Nesta fase, busca-se responder às seguintes questões: Qual a trajetória do EIS, sua configuração e particularidades? Qual o impacto do EIS nos problemas públicos? Como apoiar e favorecer práticas de “investigação pública”? Quais as conclusões e recomendações do

OBISF? (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020). Este processo requer a observação da constituição do EIS e do potencial criativo dos diversos atores que o compõe (Andion *et al.*, 2022).

O *framework* proposto (Figura 4) sintetiza as etapas propostas pela metodologia que considera que os atores governamentais, da sociedade civil e as empresas privadas desempenham papel fundamental na promoção da inovação social. Por meio de suas dinâmicas, eles podem apoiar ou inibir o desenvolvimento de soluções para os problemas enfrentados pela sociedade em diferentes áreas (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020).

Figura 4 – Metodologia do Observatório de Inovação Social de Florianópolis



Fonte: Santo e Voks (2021, p. 866); Andion, Alperstedt e Graeff (2020, p. 195).

Um exemplo de aplicação da metodologia é o estudo de Fraga e Alperstedt (2022), que teve como objetivo analisar a arena de promoção dos direitos das mulheres no município de Florianópolis, em Santa Catarina. As autoras classificaram os múltiplos níveis de análise da seguinte forma: i) nível macro: o contexto nacional de promoção dos direitos das mulheres; ii) nível meso: os atores e as redes presentes na arena de Florianópolis, suas conexões e inter-relações; e iii) nível micro: as controvérsias, limites e alcances da arena a partir da perspectiva dos próprios atores envolvidos.

Reconhecer e analisar a esfera local é extremamente relevante no âmbito do desenvolvimento, tanto em termos econômicos quanto sustentáveis (Gomes, 2021). Isso evidencia a importância do mapeamento do EIS com vistas à criação de um ambiente favorável para a inovação social. O próximo tópico sintetiza as abordagens discutidas nesse capítulo, destacando as relações entre os temas centrais da pesquisa: desenvolvimento sustentável, empoderamento e inovação social no contexto da agricultura familiar.

## 2.5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, EMPODERAMENTO E INOVAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Não existe uma definição global quanto ao conceito de agricultura familiar. No entanto, tem-se uma generalização que, considera agricultor familiar aquele que vive na área rural e trabalha na agricultura junto com sua família. A expressão começou a ser utilizada no Brasil durante os anos 1990. O reconhecimento dessa categoria social pelo governo impulsionou a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas a esse grupo social historicamente negligenciado (Schneider, 2003; Schneider; Niederle, 2008; Tait; Neves; Gonçalves, 2020).

Uma das principais ações foi a criação da “Lei da Agricultura Familiar” (Lei 11.326/2006), que define agricultor familiar como aquele exerce atividades no meio rural e atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) área de até quatro módulos fiscais; ii) uso predominante de mão de obra da própria família; iii) percentual mínimo da renda familiar proveniente das atividades rurais; e, iv) gestão do estabelecimento em conjunto com a família (Brasil, 2006c).

Em 2017, a Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 9.064, que também dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA). A UFPA é definida como os indivíduos de uma família que “explorem uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que residam no estabelecimento ou em local próximo a ele” (Brasil, 2017a).

Contudo, essa definição acaba por negligenciar a diversidade da agricultura familiar, que contempla camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores e outros grupos que representam diversas regiões e biomas (FAO, 2019b). Muitos pesquisadores buscam compreender a heterogeneidade do mundo rural, impulsionando formas mais efetivas de apoio e fomento às práticas agrícolas (Tait; Neves; Gonçalves, 2020).

Essa heterogeneidade não se resume apenas à renda bruta, tamanho da área ou quantidade de mão de obra contratada. Ela implica em estabelecer uma agenda de pesquisa que leve em consideração as diferentes regiões do país, fatores como mercantilização, externalidades, taxas de retorno dos produtos da agricultura familiar e suas relações com o desenvolvimento rural (Conterato; Schneider; Waquil, 2010).

Uma perspectiva que pode ser utilizada para embasar essas análises são os “estilos de agricultura”, que consistem em “um complexo e integrado conjunto de noções, normas, conhecimentos, experiências, etc., portados por um grupo de agricultores em uma região específica, que descreve o modo com que a práxis agrícola é levada adiante” (Ploeg, 1994, p.

17). Cazella *et al.* (2020) identificaram quatro categorias de agricultores familiares na região Oeste de Santa Catarina.

Essas categorias abrangem a diversidade socioeconômica da agricultura familiar regional e contemplam agricultores: a) que tem contratos de integração com agroindústrias de aves e suínos; b) dedicados à prática de agricultura convencional, voltada à produção de grãos e leite; c) inseridos em Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), incluindo as “agroindústrias familiares rurais”; e, d) agricultores com pouca inserção em mercados, como indígenas e “agricultores pobres” beneficiários de auxílios e programas assistenciais (Cazella *et al.*, 2020).

Mesmo diante de toda essa diversidade, o atual padrão de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade, potencializa a participação da agricultura familiar na oferta agrícola (Simões do Carmo, 1998; Guimarães; Ribeiro; Echeverría, 2011). Isso ocorre devido às peculiaridades do modo camponês de fazer agricultura, sua “forma de criar, desenvolver, associar, usar e reproduzir recursos”, dando à sustentabilidade um papel proeminente nesse contexto (Ploeg, 2008, p. 30).

Assim, a agricultura familiar é o *locus* ideal para promover a agricultura sustentável devido às suas características de diversificação de culturas, maior possibilidade de adaptação aos ecossistemas locais, ao conhecimento dos produtos e em função de atuar em escalas menores. No entanto, são necessárias alterações nas técnicas de cultivo, reestruturação da extensão rural e da assistência técnica (Simões do Carmo, 1998; Guimarães; Ribeiro; Echeverría, 2011).

Além disso, é imprescindível implementar políticas científicas e tecnológicas adequadas a um desenvolvimento rural sustentável. As transformações demandadas muitas vezes são amplas e radicais, e podem começar com um processo de “transição agroecológica”, passando do desenvolvimento rural e agricultura convencional para modelos mais sustentáveis (Simões do Carmo, 1998; Associação Brasileira de Agroecologia, 2020; Tait; Neves; Gonçalves, 2020).

A agroecologia e a produção orgânica são formas de avançar em direção ao desenvolvimento sustentável (Caporal, 2009). A agricultura orgânica ganha destaque na Inglaterra em 1925, nos Estados Unidos em 1940 e emerge no Brasil na década de 1970. Porém, o debate intensificou-se apenas na década de 1990, após a ECO 92, que trouxe maior visibilidade ao tema da sustentabilidade, o que contribuiu para o aumento dos pontos de venda dos produtos orgânicos (Zucatto, 2009; Niederle; Fialho; Conterato, 2014; Tomazzoni; Schneider, 2020).

Da mesma forma, fatores como a preocupação com a segurança alimentar, saúde e qualidade de vida influenciaram positivamente a produção e o consumo. No entanto, esse tipo de produção ainda é pouco expressivo no país (Tomazzoni; Schneider, 2020). Agricultura orgânica consiste no modelo de produção que busca mitigar a poluição e seus efeitos, sem o uso de produtos químicos e organismos geneticamente modificados (Zucatto, 2009).

As práticas empregadas visam a redução dos níveis de poluição da água, do ar e do solo, bem como o aumento da resiliência e da rentabilidade dos agroecossistemas, com o objetivo de ampliar a produção de forma sustentável (Zucatto, 2009). De acordo com o Art.1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Brasil, 2003b).

A agroecologia, por sua vez, representa a caracterização da agricultura como um processo social, perpassando a conotação técnica para contemplar uma perspectiva política. Esse enfoque se dá em função de que, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, a promoção da agroecologia tem sido diretamente vinculada aos movimentos sociais associados à agricultura familiar e camponesa (Niederle *et al.*, 2019).

Além de enfatizar questões socioeconômicas, Galicia Gallardo *et al.* (2021) afirmam que a agroecologia também contribui para a segurança alimentar, educação e conservação dos recursos naturais. Ela representa uma alternativa para a construção de um novo paradigma agrícola, focado em ampliar as condições de acesso a alimentos saudáveis por meio de uma produção ecologicamente equilibrada, socialmente justa e inclusiva (Brasil, 2016a).

Com base em diferentes áreas do conhecimento, a agroecologia aborda o desenvolvimento a partir de uma perspectiva ecológica e sociocultural, pautado na equidade social e de gênero e na diversidade. O caráter multidisciplinar desse campo é considerado fator-chave, uma vez que as disciplinas convencionais têm demonstrado limitações na busca por soluções para problemas socioambientais, muitas vezes perpetuando paradigmas dominantes (Borsatto; Carmo, 2012; Tait; Neves; Gonçalves, 2020).

A agroecologia viabiliza a construção de saberes para enfrentar a crise socioambiental (Borsatto; Carmo, 2012). Ao contrário da agricultura convencional, ela apresenta um posicionamento crítico frente aos problemas oriundos do capitalismo e prevê a promoção da autonomia e da soberania alimentar dos povos e comunidades (ABA, 2020; Tait; Neves; Gonçalves, 2020). Assim, pode ser entendida como “uma ciência para o futuro sustentável” (Caporal; Costabeber; Paulus, 2011, p. 50).

Embora seja difícil determinar o momento em que a questão ambiental e a sustentabilidade foram consolidadas nos estudos rurais, estabelecer conexões entre aspectos econômicos, sociais e ambientais é um requisito fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável (FAO/INCRA, 1994; Simões do Carmo, 1998; Guimarães; Ribeiro; Echeverría, 2011; Niederle; Fialho; Conterato, 2014). Segundo Coletti (2020, p.103)

A convergência entre agricultura familiar e agroecologia é grande e imbricada, e parece apontar para a não existência da agroecologia sem agricultura familiar e, a não sustentabilidade da agricultura familiar sem a agroecologia. Ao afirmarmos que o conceito de agricultura familiar se vincula ao tema desenvolvimento sustentável, não estamos afirmando que ela é sustentável, mas que reúne um conjunto de características que, se incentivadas, podem promover o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o potencial da agricultura familiar pode ser percebido desde 1987, com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” que trazia a preocupação sobre a utilização dos recursos naturais. O documento deu origem ao uso do termo ‘desenvolvimento sustentável’, entendido como “aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, 1991, p. 9; Niederle; Fialho; Conterato, 2014).

A literatura apresenta diversas definições para o termo, refletindo uma série de possibilidades e interpretações. Essas divergências contribuem para a falta de consenso sobre o conceito, em partes, devido à natureza transdisciplinar do tema e ao seu estudo por várias áreas do conhecimento. No entanto, o objetivo central é promover o crescimento econômico sem causar destruição ambiental, ou seja, conciliar as demandas econômicas às questões socioambientais (Mebratu, 1998; Van Bellen, 2010).

Na concepção de Elkington (2001), devem ser considerados os pilares social, ambiental e econômico da sustentabilidade. O autor desenvolveu o modelo *Triple Bottom Line* (TBL), que tem por objetivo buscar o equilíbrio entre a eficiência econômica, a equidade social e a preservação ambiental. Para Sachs (2008, p. 10), no que se refere ao desenvolvimento, “[...] a

adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”.

As práticas agrícolas alternativas desenvolvidas pelos agricultores familiares contemplam os aspectos sociais, econômicos e ambientais da sustentabilidade. Assim, esses atores assumem um papel central para o alcance do desenvolvimento sustentável. Aproximadamente 78% das metas da Agenda 2030 dependem, de alguma forma, do mundo rural (Un General Assembly, 2015; FAO, 2018; Organização das Nações Unidas - ONU, 2019; Tait; Neves; Gonçalves, 2020).

A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos (Quadro 9) destinados a enfrentar problemas como pobreza, fome, igualdade de gênero, educação, emprego, energia, clima, entre outros. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram projetados para buscar soluções para os desafios enfrentados pela humanidade por meio da colaboração entre atores locais, nacionais, regionais e internacionais (Un General Assembly, 2015; Nachtigall *et al.*, 2020).

Quadro 9 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

<b>ODS</b>	<b>Descrição</b>
ODS 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
ODS 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
ODS 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
ODS 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
ODS 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
ODS 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
ODS 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
ODS 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
ODS 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
ODS 14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
ODS 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: UN General Assembly (2015, p. 14).

Pode-se dizer que a Agenda 2030 representa um caminho possível para o avanço em direção a um mundo mais sustentável, porém não deve ser vista como uma solução milagrosa para resolver todas as demandas socioambientais da sociedade. O cenário atual torna muito difícil a consecução dos ODS. Não haverá avanços para alcançar essas metas enquanto não for enfrentado o problema da pobreza rural e oportunizada a garantia de direito e cidadania à população rural (Trivelli, 2019).

Nesse contexto, é fundamental estabelecer programas e políticas públicas abrangentes que possibilitam a inclusão produtiva e fortaleçam a agricultura familiar. Contudo, o que se observa são políticas assistenciais para transferência de renda, as quais não contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento rural. Além de contemplar a proteção social, as políticas públicas devem promover o acesso aos recursos naturais, aos insumos e a serviços especializados (Medina; Novaes; Teixeira, 2017).

Isso permitiria melhorias no acesso aos serviços básicos e no desenvolvimento de capacidades nas áreas rurais. Essas questões são pré-requisitos para que os agricultores familiares desempenhem seu papel no processo de mudança contribuindo para a geração de renda, oportunidades e desenvolvimento de práticas agrícolas mais resilientes e produtivas (FAO, 2019b).

O acesso à infraestrutura, tecnologia e inovação auxilia no atendimento às necessidades dos agricultores para fornecer alimentos saudáveis, nutritivos e seguros; reduzir as perdas de alimentos; produzir de maneira sustentável e eficiente e melhorar sua habilidade de adaptação e enfrentamento às mudanças climáticas (FAO, 2019b).

Além disso, é necessário proteger a cultura e o patrimônio natural presentes na agricultura familiar, buscar cada vez mais a igualdade de gênero e dar voz e reconhecimento aos agricultores familiares. Para tanto, deve-se promover o acesso a mercados, crédito e apoio institucional, bem como investimentos sociais e financeiros (Medina; Novaes; Teixeira, 2017; Terlau; Hirsch; Blanke, 2019; FAO, 2019b).

Para Arantes *et al.* (2022), a migração entre as mulheres é maior, devido às perspectivas profissionais serem menores em relação às dos homens. Contudo, os autores enfatizam que esse tema precisa ser mais explorado pela literatura. Algumas contribuições da agricultura familiar para o alcance dos ODS podem ser observadas no Quadro 10.



Quadro 10 – Agricultura familiar e os ODS

ODS	Contribuições
ODS 3, 4, 6 e 7	Agricultores familiares e suas organizações podem oferecer serviços rurais inclusivos e contribuir para o desenvolvimento territorial.
ODS 1 e 10	Agricultores familiares pobres podem passar da subsistência para a criação de oportunidades de geração de renda nas áreas rurais.
ODS 5	Mulheres agricultoras são essenciais para alcançar sistemas alimentares sustentáveis, produtivos e inclusivos.
ODS 2	Agricultores familiares podem implementar práticas agrícolas resilientes e altamente produtivas que criam oportunidades de geração de renda.
ODS 8 e 9	Agricultores familiares permitem sistemas alimentares diversificados que podem criar oportunidades de emprego nas áreas rurais e afetar positivamente a mobilidade rural-urbana, especialmente para os jovens.
ODS 11	Agricultores familiares podem viabilizar sistemas alimentares que fortaleçam a integração sustentável entre as áreas urbana e rural.
ODS 14 e 15	Agricultores familiares podem preservar biodiversidade, meio ambiente e cultura.
ODS 12	Agricultores familiares podem contribuir para tornar os sistemas alimentares mais sustentáveis.
ODS 16 e 17	O fortalecimento da capacidade dos agricultores familiares e de suas organizações torna os agricultores familiares mais capazes de servir às suas comunidades.
ODS 13	Agricultores familiares podem promover sistemas alimentares mais resistentes às mudanças climáticas.

Fonte: FAO (2019b, p. 10-11).

O fortalecimento da agricultura familiar pode contribuir para reduzir os principais desafios enfrentados por esses agricultores. Dentre eles estão o êxodo rural, o envelhecimento da população rural, os problemas encontrados para sucessão devido à falta de incentivos para que os jovens permaneçam no campo. A sucessão familiar e a juventude rural da região têm sido amplamente discutidas na literatura. Pesquisadores têm se dedicado a compreender como ocorre o processo sucessório e a identificar os fatores que o influenciam (Kruger *et al.*, 2019; Kroth *et al.*, 2020; Breitenbach; Corazza, 2021; Nottar; Favretto, 2021).

Para desencadear o potencial transformador dos agricultores familiares, a ONU lançou a Década da Agricultura Familiar (UNDF), que contempla o período de 2019-2028. Esta iniciativa se traduz em um plano de ação global alinhado aos ODS que visa combater a fome e a pobreza rural, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar (FAO, 2019b). O plano é formado por sete eixos ou pilares:

- Pilar 01: Desenvolver um ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar;
- Pilar 02: Apoiar a juventude e garantir a sustentabilidade geracional da agricultura familiar;
- Pilar 03: Promover a equidade de gênero na agricultura familiar e o papel de liderança da mulher rural;
- Pilar 04: Fortalecer as organizações e capacidades de agricultores familiares para gerar conhecimento, representar os agricultores e fornecer serviços inclusivos no continuum urbano-rural;
- Pilar 05: Melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar dos agricultores familiares, famílias rurais e comunidades;

- Pilar 06: Promover a sustentabilidade da agricultura familiar para sistemas alimentares resilientes ao clima; e,
- Pilar 07: Fortalecer a multidimensionalidade da agricultura familiar para promover inovações sociais que contribuam para o desenvolvimento territorial e sistemas alimentares que salvaguardem a biodiversidade, o meio ambiente e a cultura (FAO, 2019b, p. 14-26).

A UNDFP propõe uma abordagem denexo que compreende o desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva multidimensional e os ODS como interconectados uns aos outros. A proposta ajuda a identificar as relações entre eles, auxiliando na redução de riscos de intervenções setoriais específicas, de modo que ações em um setor não prejudiquem os demais, ao mesmo tempo em que procura auxiliar na priorização das ações (FAO, 2019b).

Para Marques (2009), a agricultura possui um papel fundamental tanto no setor econômico quanto nos processos que envolvem a transformação ou recombinação de recursos, levando a “novos desenvolvimentos rurais”. Essa recombinação de recursos também é observada a partir da pluriatividade, ou multifuncionalidade da agricultura familiar.

A multifuncionalidade refere-se a novas atividades, como turismo rural, produtos orgânicos, trabalho casual, entre outros, desenvolvidas em conjunto com as formas convencionais (Ploeg, 2015). A pluriatividade é definida por Schneider (2003, p.100) como “situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas”.

Para oferecer contribuições ao desenvolvimento sustentável, os agricultores familiares precisam tornar-se agentes de mudanças. Nesse sentido, acredita-se que a inovação social possa oferecer contribuições significativas. Essa inovação pautada por princípios como a participação e a cooperação, visa alcançar a transformação social, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, bem como fomentar o desenvolvimento de capacidades e o empoderamento dos indivíduos e comunidades (Bignetti, 2011; Avelino *et al.*, 2020; CRISES, 2020).

Embora o debate acerca da inovação social seja concentrado principalmente no contexto urbano, no rural também tem inovação social. Nesse cenário, ela atua como catalisadora no enfrentamento aos desafios sociais atuais e futuros, sendo uma ferramenta poderosa para apoiar os agricultores familiares (Santo; Andion, 2022).

É importante reconhecer essa inovação como produto do ecossistema local, que tem como ator central a comunidade e sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, ela traz benefícios não apenas para a agricultura familiar, mas para a sociedade como um todo. No entanto, essa relação ainda é recente no Brasil, com poucos pesquisadores que abordam a

inovação social no rural (Santo; Andion, 2022). As pesquisas nessa área têm se concentrado em seis eixos prioritários:

- Formação de redes de relações sociais e empoderamento dos atores rurais;
- Oferta de novos serviços e produtos;
- Participação do Estado em diferentes programas/políticas públicas;
- Valorizações sociais e culturais e a história rural de longo prazo;
- Realização de pesquisa, identificação de metodologias e elaboração de novos conhecimentos;
- Sustentabilidade (agroecologia, preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida) (Santo; Andion, 2022, p.7).

As alternativas elaboradas pelos agricultores familiares transformam não apenas o processo de produção agrícola, mas também as relações sociais, e parecem contribuir na transição para a sustentabilidade (Marques, 2009). A inovação social no contexto rural está associada ao turismo rural, à inclusão produtiva e à comercialização de produtos em feiras orgânicas (Santo; Andion, 2022).

Marques (2009) identifica a produção ecológica de plantas medicinais como uma novidade desenvolvida pela agricultura familiar. Essas práticas promovem a integração de atividades não agrícolas, em especial ligadas à área da saúde. Elas permitem a ressignificação do uso das plantas e uma revalorização dos saberes locais. Além disso, em sua perspectiva transformadora, a inovação social está associada à economia solidária, que pode ser vista como elemento facilitador para esse tipo de inovação (Oliveira, 2021; Pozzebon; Tello-Rozas; Heck, 2021).

Entre as estratégias adotadas nas comunidades rurais para enfrentar pressões, destacam-se a produção orgânica e agroecológica, a certificação dos produtos e as formas de organização por meio de associações e cooperativas. Com relação aos processos de certificação, destaca-se que ela pode ser realizada por auditoria ou por meio da certificação participativa. Na certificação por auditoria, as normas são estabelecidas à distância, não considerando as especificidades locais, e têm como base a independência da organização certificadora e a competência do auditor. Já no modelo de certificação participativa, as normas são construídas coletivamente, podendo ser revisadas a partir de novas discussões coletivas. Os membros são co-responsáveis pelo cumprimento das normas e pelo controle social (Serva; Andion, 2020).

A Rede Ecovida desenvolve os processos de certificação participativa, pautados participação e interação entre os produtores. As relações de proximidade e confiança mútua são fundamentais para que o modelo funcione. Os participantes se organizam por meio de reuniões nas diferentes instâncias (grupos, associações, cooperativas, núcleos regionais e estaduais). Os

núcleos são a instância superior e, embora possuam sua organização interna, devem respeitar tanto as normativas legais quanto o regimento interno da rede (Serva; Andion, 2020; Rede Ecovida, 2023).

Além disso, as cooperativas desenvolvem um importante papel no desenvolvimento desse tipo de produção e nos processos de certificação. Inclusive, a rápida expansão da produção de orgânicos tem sido relacionada ao cooperativismo, que emerge como uma alternativa ao capitalismo tradicional e visa introduzir elementos da economia de mercado na economia camponesa (Chayanov, 2017; Galicia Gallardo *et al.*, 2021; Tomazzoni; Schneider, 2020).

O cooperativismo representa uma transformação da agricultura individualista para um sistema econômico pautado na cooperação e coletividade (Chayanov, 2017). Na América Latina, as cooperativas rurais são frequentemente organizadas localmente e buscam corrigir problemas estruturais. Tem por objetivo fomentar a competitividade dos agricultores familiares, reduzir os riscos, agregar valor aos produtos e ampliar o acesso a mercados (Galicia Gallardo *et al.*, 2021; Milani *et al.*, 2020).

As cooperativas buscam oferecer benefícios que incluem o acesso aos meios de produção e tecnologias, como o fornecimento de insumos, assistência técnica, armazenamento, industrialização da produção e acesso ao crédito. Além disso, são meios para capacitação, orientação e troca de saberes, e contribuem para o aumento da qualidade de vida, atuando em discussões sobre saúde, educação e infraestrutura (Chayanov, 2017; Milani *et al.* 2020; Tomazzoni; Schneider, 2020).

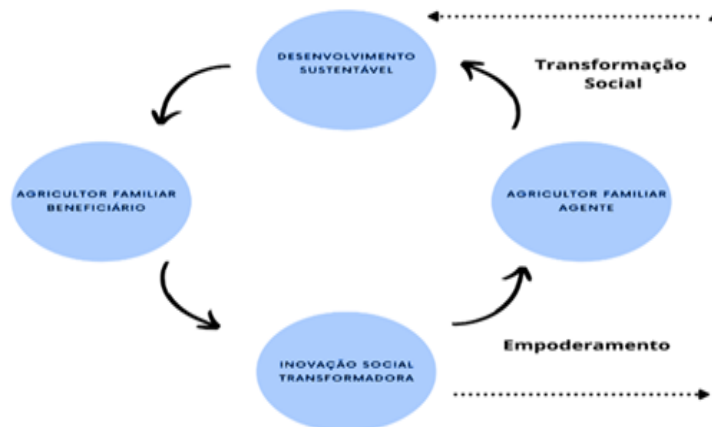
O cooperativismo tem suas bases em sete princípios, que procuram preservar sua essência: 1) adesão livre e voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; e, 7) interesse pela comunidade (Organização das Cooperativas Brasileiras, 2024). Nas palavras de Pinho (2004, p. 267), estes princípios se constituem nas “próprias regras ou normas de funcionamento das cooperativas”.

Assim como a inovação social, o cooperativismo, em especial no âmbito da agricultura familiar, também está alicerçado na ação coletiva dos atores sociais e agentes econômicos ligados ao desenvolvimento (Tomazzoni; Schneider, 2020). Ambos se dedicam ao empoderamento dos atores, por meio de aprendizagem social, acesso à recursos e formas de gestão mais democráticas que focam na participação e inclusão dos atores (Van Der Have; Rubalcaba, 2016; Avelino *et al.*, 2020).

O conceito de inovação social também está associado a agroecologia, cadeias curtas, agroflorestas, espaço pluriativo, entre outras atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Essas práticas contemplam novas formas de fazer, organizar, enquadrar e conhecer, e podem ser consideradas inovações sociais (Backhaus; Genus; Wittmayer, 2018; Wittmayer *et al.*, 2019; Avelino *et al.*, 2020). No entanto, para que a inovação social seja transformadora, as alternativas desenvolvidas precisam desafiar, alterar ou substituir as instituições dominantes (Loorbach *et al.*, 2020).

O foco deve estar nas relações sociais e nas transformações mais amplas que perpassem o contexto em que as inovações sociais são desenvolvidas (Avelino *et al.*, 2019; 2020), evidenciando assim o papel dos atores nesses processos. Assim, o agricultor familiar assume dupla função, como beneficiário e como agente do desenvolvimento sustentável, ou seja, o empoderamento desses atores, resulta no fortalecimento de sua contribuição para o alcance dos ODS (Terlau; Hirsch; Blanke, 2019), conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 – Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O agricultor familiar, enquanto beneficiário do desenvolvimento sustentável, tem suas necessidades básicas supridas. Por meio da inovação social, ele desenvolve capacidades e se empodera. O empoderamento fortalece a condição de agente do agricultor, tornando-o protagonista no processo e contribuindo ativamente para o avanço do desenvolvimento sustentável social, ambiental e econômico, efetivando assim a transformação social (Avelino *et al.*, 2020; Terlau; Hirsch; Blanke, 2019).

O empoderamento, no âmbito da inovação social, se constitui como meio e fim para a mudança social. Ele pode ser alcançado por meio de quatro elementos: governança, aprendizagem social, recursos e monitoramento. São os atores da inovação social que

desempenham papéis que viabilizam a efetivação desses elementos. Cabe destacar que, em alguns casos, as ações voltadas ao empoderamento podem ter efeitos negativos, resultando em desempoderamento (Avelino *et al.*, 2019; 2020; Haxeltine *et al.*, 2017).

Esse ciclo de promoção do empoderamento e da transformação social é viabilizado por meio da mobilização de diversos atores, além do agricultor familiar (Figura 6). Eles representam diferentes setores da sociedade: governo, instituições de ensino, instituições privadas e organizações da sociedade civil (Tardiff; Harrison, 2005; Maurer; Silva, 2014; Agostini *et al.*, 2017). Esses atores podem atuar como promotores da inovação social ou como atores de apoio, oferecendo suporte para que as iniciativas de inovação social possam se desenvolver (Andion *et al.*, 2022).

Os atores e iniciativas se organizam por meio de redes para alcançar seus objetivos, e o conjunto desses elementos, juntamente com as relações que estabelecem, constitui o Ecossistema de Inovação Social (EIS) (Andion *et al.*; 2022). As narrativas de mudança construídas no âmbito do EIS tem grande importância para comunicar as ambições dos diferentes atores, permitindo o alinhamento dos objetivos. No entanto, cabe mencionar que nem sempre essas narrativas estão em consonância, o que dificulta o desenvolvimento da inovação social (Wittmayer *et al.*, 2015b; Avelino *et al.*, 2019).

Figura 6 – Relações entre as temáticas da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A dinâmica estabelecida no contexto do EIS é complexa, pois além de comportar múltiplos atores com interesses e papéis distintos, ela sofre influência de diversos elementos. Nesse sentido, destacam-se o ambiente institucional, o contexto e os ‘eventos críticos’. Assim como ocorre com os relacionamentos entre os atores, esses fatores também podem facilitar ou dificultar o estabelecimento da inovação social (Oliveira, 2021; Andion *et al.*, 2022).

É essa dinâmica estabelecida entre os atores que promove a inovação social, a mudança estrutural e a transformação social (Avelino *et al.*, 2020). O Quadro 11 apresenta a sistematização teórica da pesquisa, relacionando os objetivos às categorias de análise e os elementos a serem considerados em cada uma delas. Da mesma forma, evidencia os aportes teóricos utilizados para embasar a análise dos dados. A próxima seção aborda os aspectos metodológicos do estudo.

Quadro 11 – Sistematização teórica da pesquisa

Objetivo	Categorias de análise	Elementos de análise	Autores de referência
<p>Descrever o contexto da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina.</p> <p>Identificar as principais potencialidade e desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar</p>	Contexto	<p><b>Agricultura familiar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aspectos históricos</li> <li>- Ambiente institucional</li> <li>- Desafios</li> <li>- Potencialidades</li> </ul>	<p>Caporal (2009); Cazella <i>et al.</i> (2020); Marques (2009); Niederle <i>et al.</i> (2019); Tomazzoni e Schneider (2020); Wittmayer <i>et al.</i> (2015b).</p>
<p>Mapear atores, redes e iniciativas que atuam na agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, com foco na produção orgânica e agroecológica.</p>	Atores	<p><b>Ecossistema de Inovação Social:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Categorização dos atores: Governo; Iniciativa privada; Instituições de ensino; Sociedade civil</li> <li>- Identificação dos papéis:</li> <li>- Análise das relações estabelecidas:</li> </ul>	<p>Avelino <i>et al.</i> (2020); Andion <i>et al.</i> (2022); Cajaiba-Santana (2014); Domanski, Howaldt e Kaletka (2020); Moulaert e Mehmood (2020); Pel <i>et al.</i> (2019); Pozzebon, Tello-Rozas e Heck, (2021); Tardif e Harrisson (2005); Wittmayer <i>et al.</i> (2019).</p>
<p>Identificar os impactos da inovação social no alcance do desenvolvimento sustentável.</p>	Inovação Social Transformadora	<p><b>Iniciativa de Inovação Social:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Narrativas de mudança: discursos ou conjuntos de ideias, conceitos, metáforas e/ou linhas de história sobre mudança e inovação.</li> <li>- Eventos Críticos: Macrofenômenos ou divisores de águas que são percebidos para mudar as regras, campos e jogadores no 'jogo' de interação social.</li> </ul> <p>- Inovação Social: Mudança nas relações sociais, novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar</p> <p>- Mudança Estrutural: Mudança no nível dos subsistemas sociais, incluindo instituições, estruturas sociais e infraestruturas físicas.</p> <p>Transformação Social: Mudança fundamental e persistente em toda a sociedade, simultânea e em múltiplas dimensões.</p>	<p>Agostini <i>et al.</i> (2017); Avelino <i>et al.</i> (2014; 2017; 2019); Haxeltine <i>et al.</i> (2017); Loorbach <i>et al.</i> (2020); Oliveira (2021); Pel, Zuijderwijk e Dimitru (2015); Pel <i>et al.</i> (2015a; 2015b; 2020); (Pozzebon; Fontenelle, (2018); Wittmayer <i>et al.</i> (2015b; 2019).</p>
<p>Identificar os impactos da inovação social no (des) empoderamento dos atores envolvidos.</p>	Impactos	<p><b>Impactos da inovação social para:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento Sustentável (Social; Ambiental; Econômico)</li> <li>- Alcance dos ODS</li> <li>- (Des)empoderamento (Governança; Aprendizagem; Recursos; Monitoramento)</li> </ul>	<p>Avelino (2021); Avelino <i>et al.</i> (2020); Van Bellen (2010); Elkington (2001); Elshaer <i>et al.</i> (2021); FAO (2017; 2019a; 2019b); Freitas; Segatto, 2014; Freire (2005); Kleba e Cruz, (2021); Płachciak (2017); Sen (2010); Sachs, (2002; 2004); UN General Assembly (2015).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta as escolhas metodológicas empregadas para o desenvolvimento da tese. Para tanto, foi dividida em três subseções que contemplam: a caracterização da pesquisa, apresentação do objeto de estudo e descrição das etapas seguidas para responder à questão de pesquisa e aos objetivos propostos.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A abordagem qualitativa adotada neste estudo é amplamente reconhecida por sua capacidade de aprofundar a compreensão dos fatos investigados, bem como de interpretar o significado atribuído a um determinado problema humano ou social. Esse tipo de abordagem permite compreender o objeto de estudo em seus cenários naturais e interpretar os fenômenos com base nos significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa (Denzin; Lincoln, 2006; Creswell, 2010).

O propósito desta pesquisa é compreender como iniciativas de inovação social, voltadas à agricultura familiar, contribuem para o desenvolvimento sustentável e promovem o (des)empoderamento dos atores envolvidos. Para tanto, busca identificar esses atores e os papéis que desempenham nos processos de mudança social no âmbito da agricultura familiar. Além disso, procura descrever o contexto em que as iniciativas de inovação social emergem e se desenvolvem.

Diante desses objetivos, optou-se pela abordagem qualitativa, que congrega significado e interpreta o universo da produção humana através das relações, das representações e da intencionalidade (Bardin, 2010; Minayo, 2011). Os desafios enfrentados e as soluções inovadoras encontradas pelos agricultores familiares também recebem atenção, classificando o estudo como exploratório e descritivo.

A pesquisa exploratória possibilita diversas descobertas, as quais podem prover novas informações para estudos mais extensos (Collis; Hussey, 2005). Já a pesquisa descritiva busca identificar, avaliar e descrever um problema, situação ou fenômeno específico (Hair *et al.*, 2005; Oliveira, 2011). O estudo adotou uma abordagem teórico/empírica e empregou múltiplos métodos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de campo.

Essa combinação de abordagens e técnicas visa assegurar a validade da pesquisa e possibilita a triangulação dos dados, fortalecendo a credibilidade e integridade dos resultados

(Denzin; Lincoln, 2006; Creswell, 2010). A triangulação permite que os dados “possam ser comparados para confirmar ou contradizer os resultados uns dos outros” (Barbour, 2009, p. 73).

As pesquisas bibliográfica e documental desempenharam papel fundamental na elaboração da revisão de literatura, que serviu para embasar as escolhas teóricas e metodológicas, além de contribuir para a delimitação da região de estudo. O estudo de campo foi utilizado para obter informações e conhecimentos relacionados ao problema de pesquisa, por meio da observação dos fenômenos conforme ocorrem (Lakatos; Marconi, 2010).

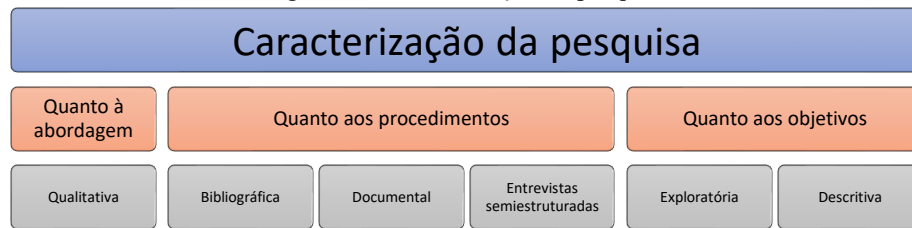
Para a coleta de dados primários, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, considerando sua maior flexibilidade em relação às estruturadas, ao mesmo tempo em que os roteiros guiam o trabalho do pesquisador (Lakatos; Marconi, 2010). As entrevistas foram gravadas, mediante a autorização dos participantes, e posteriormente transcritas. Em alguns casos, utilizou-se a plataforma digital de videoconferência *Google Meet*, devido à localização e disponibilidade dos entrevistados.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, cujo objetivo é ultrapassar as incertezas, enriquecer a interpretação dos dados coletados e qualificar as vivências dos sujeitos e suas percepções sobre um determinado fenômeno. Este método contempla três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A fase de pré-análise contempla a seleção, organização e uma leitura “flutuante”, ou seja, um primeiro contato com o material coletado (Bardin, 2010).

Na fase de exploração, ocorre a leitura aprofundada, a codificação, classificação e categorização do material. A codificação consiste na transformação dos dados brutos do texto, com o objetivo de facilitar a representação do conteúdo ou a sua expressão (Godoy, 1995; Bardin, 2010; Mozzato; Grzybovski, 2011). Flick (2009, p. 132) aponta que a categorização “[...] não é a única maneira de analisar dados, mas é a mais destacada quando os dados resultam de entrevistas, grupos focais ou de observações”.

As categorias de análise, embora definidas *a priori*, foram complementadas durante o desenvolvimento da pesquisa com o objetivo de enriquecer a análise, tornando as definições mais abertas e flexíveis. A Figura 7 sintetiza a caracterização da pesquisa, que parte de uma abordagem qualitativa, classifica-se como exploratória e descritiva e foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

Figura 7 – Caracterização da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Acredita-se que as escolhas metodológicas e a combinação de abordagens e técnicas utilizadas garantem uma compreensão aprofundada do papel da inovação social para o desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, asseguram a validade e a credibilidade dos resultados. A próxima sessão apresenta o detalhamento das etapas da pesquisa.

### 3.2 ETAPAS DA PESQUISA

A revisão de literatura permitiu conhecer a proposta metodológica do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF), que inspirou a sistematização do caminho metodológico percorrido. Assim, o estudo foi dividido em quatro etapas que contemplam: exploração territorial e institucional, identificação de potencialidades e desafios para a agricultura familiar, cartografia do ecossistema de inovação social e o estudo de campo em uma iniciativa de inovação social. Essas diferentes etapas abarcam os níveis macro, meso e micro e as interrelações entre eles.

Os participantes do estudo foram selecionados por meio da amostragem intencional, na qual o pesquisador, a partir do seu julgamento, realiza a seleção. Este tipo de amostragem parte do pressuposto de que os elementos escolhidos representam a amostra. Suas principais vantagens são sua conveniência, rapidez e baixo custo (Hair *et al.*, 2005; Thiry-Cherques, 2009). Além disso, utilizou-se a técnica bola de neve (*snowball*), que consiste na indicação dos participantes iniciais a novos participantes sucessivamente (Baldin; Munhoz, 2011; Costa, 2018).

Também denominada amostragem de rede, a *snowball* “é associada a estudos fenomenológicos nos quais é essencial incluir pessoas com experiência nos fenômenos que estão sendo estudados na amostra” (Collis; Hussey, 2005, p. 153). A quantidade de sujeitos da pesquisa foi pautada na saturação empírica, que ocorre quando novas informações não acrescentam esclarecimentos adicionais ao estudo (Hair *et al.*, 2005).

Os entrevistados são especialistas na área da agricultura familiar, especialmente na região do estudo. São pesquisadores e profissionais vinculados a diferentes setores da sociedade, bem como a fundadora da iniciativa de inovação selecionada para o estudo de campo. O Quadro 12 apresenta a relação dos participantes do estudo, contemplando idade, escolaridade, cargo/função, instituição, tipo de ator e as etapas da pesquisa em que participaram.

Quadro 12 - Perfil dos entrevistados

ID	Idade	Escolaridade	Cargo/Função	Instituição/Local	Ator	Etapas
E1	54	Mestrado	Gestor	ALESC/Florianópolis	Governo	2 e 3
E2	33	Mestrado	Nutricionista	UFFS/Chapecó	Universidade	2 e 3
E3	54	Doutorado	Pesquisadora	UNOESC/Chapecó	Universidade	2 e 3
E4	48	Doutorado	Consultor	FETRAF/Chapecó	Sociedade Civil	2 e 3
E5	54	Doutorado	Economista	UFFS/Chapecó	Universidade	2 e 3
E6	48	Doutorado	Docente	UFFS/Chapecó	Universidade	2 e 3
E7	49	Doutorado	Docente	IFSC/São Carlos	Universidade	2 e 3
E8	59	Doutorado	Agrônomo	EPAGRI/Chapecó	Governo	2 e 3
E9	38	Doutorado	Docente	Unochapecó/Chapecó	Universidade	2 e 3
E10	59	Doutorado	Extensionista	Epagri/Planalto Alegre	Governo	2 e 3
E11	72	Ensino Médio	Agricultora	Pitanga Rosa/Chapecó	Sociedade Civil	4

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

### 3.2.1 Etapa 1 – Exploração territorial e institucional

A primeira etapa do estudo, que contempla a exploração territorial e institucional, busca responder ao Objetivo Específico 1 ‘*Descrever o contexto da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina*’. Desenvolvida a partir de dados secundários, por meio da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica permitiu explorar o histórico da formação e o desenvolvimento da agricultura na região.

A pesquisa documental, realizada em sites oficiais do governo, possibilitou compreender o ambiente institucional. Foram listadas as principais legislações que regulamentam a agricultura familiar e a produção orgânica e agroecológica, contemplando normativas nacionais, estaduais e municipais. Nessa etapa do estudo, os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. E, em conjunto com a segunda etapa do estudo, contemplou o nível macro da análise.

### 3.2.2 Etapa 2 – Potencialidades e desafios para a agricultura familiar

Essa etapa foi desenvolvida com o propósito de identificar os principais desafios e potencialidades para a agricultura familiar, a partir da perspectiva dos especialistas (Quadro

12). Dedicou-se a responder ao Objetivo Específico 2 ‘*Identificar as principais potencialidade e desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar*’. Para tanto, foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas (Apêndice E).

As entrevistas ocorreram no período entre outubro de 2022 e junho de 2023, com duração média de 45 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas, com a devida autorização dos participantes e posteriormente transcritas. Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo e utilizou-se o *software* Nvivo como ferramenta de apoio.

O Nvivo é amplamente utilizado em pesquisas no campo da administração e constitui-se em um meio válido para a análise de dados qualitativos, que exige um grande envolvimento do pesquisador. O *software* potencializa os resultados da pesquisa e aumenta o alcance e a profundidade das análises. Para além de validar e agilizar as análises, gera uma maior confiança devido a qualificar o material coletado (Mozzato; Grzybovski, 2011).

O contexto da agricultura familiar da região Oeste foi definido *a priori* como categoria central de análise, focada no nível macro (Figura 10). As subcategorias contemplaram o ambiente histórico e institucional e o panorama dessa área na atualidade, ambos discutidos na etapa anterior. Os aspectos relativos aos desafios encontrados pelos agricultores familiares e as potencialidades identificadas pelos entrevistados, também foram definidos como subcategorias.

### **3.2.3 Etapa 3 – Cartografia do Ecosistema de Inovação social (EIS)**

Na cartografia do Ecosistema de Inovação Social (EIS), o foco foi ‘*mapear atores de apoio, redes e iniciativas de inovação social que atuam na agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina, com foco na produção orgânica e agroecológica*’ (Objetivo Específico 3). Os atores de apoio foram categorizados com base nos setores aos quais pertencem: governos, instituições de ensino superior, sociedade civil e iniciativa privada. Também buscou-se compreender os papéis que esses atores desempenham no contexto do EIS.

Com relação as iniciativas de inovação social mapeadas, procurou-se caracterizá-las como inovações sociais, identificando elementos como mudanças nas relações sociais, provocadas a partir de novas formas de fazer, organizar, enquadrar e conhecer (Avelino *et al.*, 2019). Buscou-se identificar as formas de atuação, os problemas que pretendem resolver e as contribuições que oferecem para o desenvolvimento sustentável no âmbito do EIS.

Essa etapa foi desenvolvida a partir da combinação de dados primários e secundários. Para o mapeamento dos atores de apoio, iniciou-se as entrevistas com os especialistas (Quadro 12). No caso das iniciativas, utilizou-se uma consulta na base de dados da Rede Transforma da

Fundação Banco do Brasil (FBB), considerada uma das bases mais completas do país. Atualmente, conta com 678 iniciativas certificadas e abrange todo o território nacional (Transforma, 2023).

O envolvimento da FBB com o desenvolvimento sustentável e a transformação social teve início em 1985. Em 2001, foi criado o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, o principal instrumento para identificação e certificação de tecnologias sociais. A premiação, realizada a cada dois anos, tem como objetivo promover as tecnologias sociais por meio da identificação, certificação e premiação de iniciativas já aplicadas e implementadas (Gonçalves; D'angelo; Rocha, 2022; Transforma, 2023).

A busca contemplou a seleção do estado de Santa Catarina, resultando em vinte e duas tecnologias sociais certificadas. Após a análise, restaram três que atendiam aos critérios estabelecidos, ou seja, foco na agricultura familiar e estar localizada na região do estudo. Tanto com relação aos atores quanto no âmbito das iniciativas, as informações foram complementadas por meio de pesquisa documental nos sites das instituições mapeadas, sempre que necessário. Essa complementação inclui dados como tipo de organização, informações de contato e endereço.

A análise dos dados utilizou a técnica de análise do conteúdo. A categoria central de análise nessa etapa, que representa o nível meso, pode ser visualizada na Figura 9, denominada Ecossistema de Inovação Social, que contempla duas subcategorias: atores e iniciativas. As informações foram sistematizadas em uma planilha contendo a categorização dos atores e algumas informações sobre a organização. Além disso, utilizou-se a ferramenta *Google My maps* para ilustrar o mapeamento realizado (Figura 8).



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Google Maps* (2024).

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1jD6NkTGa83yuUPmGryePkFDnOjUHQFw&usp=sharing>

A partir do mapeamento do Ecossistema de Inovação Social, foi selecionada uma iniciativa de inovação social para participar do estudo de campo (Etapa 4). Os critérios de seleção contemplaram: i) manifestação de interesse em participar do estudo; ii) desenvolver ações relacionadas à agricultura familiar com foco na produção orgânica e/ou agroecologia.

Dessa forma, foi escolhida para a realização do estudo de campo a Associação Pitanga Rosa. Além de atender aos critérios supracitados, a Associação consiste em uma instituição de interesse público para o município de Chapecó. Além disso, trata-se de uma tecnologia social certificada e premiada Rede Transforma da Fundação Banco do Brasil.

### 3.2.4 Etapa 4 – Estudo de Campo em Iniciativa de Inovação Social

Para fins deste estudo, a fase “etnografia em arenas públicas”, proposta pela metodologia do OBISF, foi adaptada para “estudo de campo em iniciativas de inovação social”. O objetivo foi verificar empiricamente alguns dos elementos apontados nas fases anteriores, a partir da análise de uma iniciativa de inovação social sob a perspectiva da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST).

O estudo de campo, representa o nível micro de análise e foi desenvolvido por meio de entrevista semiestruturada com a presidente e fundadora da iniciativa selecionada (Quadro 12). Também foi realizada pesquisa documental, a partir de documentos institucionais, redes sociais da associação e documentários.

A análise dos dados embasou-se na análise de conteúdo. As principais categorias de análise nesta etapa são a Inovação Social Transformadora e seus impactos. As subcategorias vinculadas à IST foram definidas como: narrativas de mudança, eventos críticos, inovação social, mudança estrutural e transformação social. Cabe salientar que foram realizadas algumas adaptações ao modelo proposto pelos pesquisadores do projeto Transit.

Os *game-changers*, foram alterados para eventos críticos, buscando contemplar a perspectiva dos *Critical Turning Points* (CTPs). Segundo Pel *et al.* (2015a), os eventos críticos são os elementos capazes de alterar o contexto para fomentar a mudança. A inovação de sistema, seguindo a proposição de Oliveira (2021), foi utilizada como mudança estrutural e representa as mudanças ocorridas nas estruturas sociais, nas formas de produção, nos modos de vida e nas formas de mobilização dos atores.

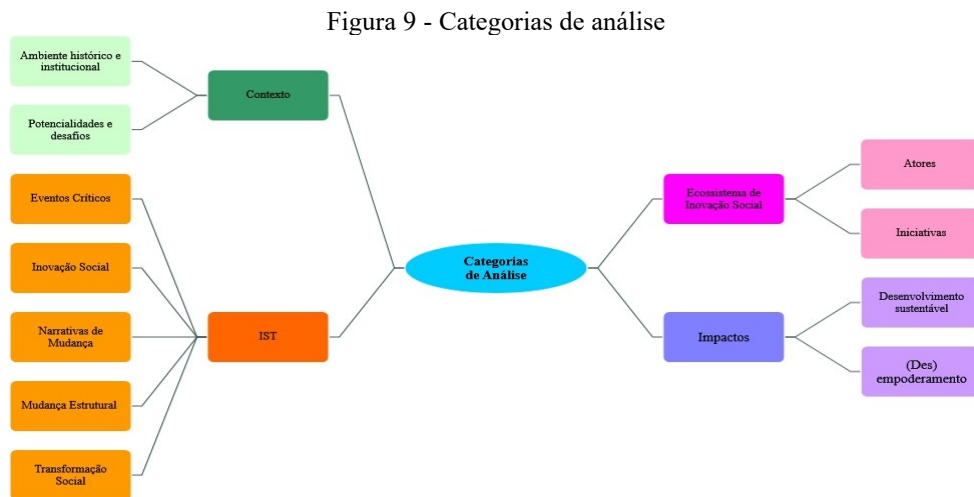
Agregou-se a essa etapa, a discussão relacionada à fase denominada “escalas interrelacionadas”, que segundo a metodologia OBISF visa fornecer uma perspectiva multinível. Assim, após a realização do estudo de campo, buscou-se relacionar os resultados

encontrados nos diferentes níveis, com o intuito de explicitar as contribuições da inovação social para a transformação social.

A análise dedicou-se a *‘identificar os impactos da iniciativa de inovação social selecionada no alcance do desenvolvimento sustentável’* (Objetivo Específico 4) e *‘os impactos no (des)empoderamento dos atores envolvidos’* (Objetivo Específico 5). Nesse contexto, emerge outra categoria central de análise, definida como *‘impactos’*, a qual se desmembra em duas subcategorias: empoderamento e desenvolvimento sustentável (Figura 9).

Cada uma das etapas descritas foi concebida como uma dimensão de análise, a saber: 1) exploração territorial e institucional; 2) potencialidades e desafios; 3) cartografia do Ecosistema de Inovação Social; e, 4) Estudo de campo em iniciativa de inovação social.

As etapas 1 e 2 apresentam o contexto da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina. A etapa 3 refere-se ao mapeamento dos atores e iniciativas de inovação social que compõe o Ecosistema de Inovação Social. Já a etapa 4 procura ilustrar empiricamente as contribuições da Inovação Social Transformadora para o desenvolvimento sustentável e para o (des)empoderamento dos atores. Essas dimensões foram relacionadas aos objetivos específicos do estudo.



Fonte: Dados da pesquisa, via Nvivo (2024).

O Quadro 13 sintetiza as relações entre as etapas apresentadas neste tópico e os objetivos específicos do estudo, evidencia os níveis, as categorias e subcategorias de análise, bem como as técnicas de coleta e análise de dados utilizadas em cada uma das etapas do estudo. A organização metodológica se propôs a contemplar tanto a abordagem metodológica quanto a teoria que fundamentam o desenvolvimento e as análises no âmbito deste estudo.



Quadro 13 - Síntese das fases da pesquisa

<b>Etapa</b>	<b>Categorias/subcategorias</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Coleta e análise</b>
<b>Etapa 1</b> Exploração territorial e institucional (Macro)	<b>Contexto:</b> - Aspectos Históricos - Ambiente Institucional	<b>OE.1</b> - Descrever o contexto da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina.	1. Pesquisa bibliográfica e documental 2. Análise de conteúdo
<b>Etapa 2</b> Desafios e potencialidades (Macro)	<b>Contexto:</b> - Desafios - Potencialidades	<b>OE.2</b> - Identificar as principais potencialidade e desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar.	1. Entrevistas semiestruturadas com especialistas 2. Análise de conteúdo
<b>Etapa 3</b> Cartografia do EIS (Meso)	<b>Atores:</b> - Categorização - Relações - Papéis	<b>OE.3</b> - Mapear atores, redes e iniciativas que atuam na agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, com foco na produção orgânica e agroecológica.	1. Entrevistas semiestruturadas com especialistas 2. Pesquisa bibliográfica e documental 3. Análise de conteúdo
<b>Etapa 4</b> Estudo de campo em iniciativa de inovação social (Micro/Multinível)	<b>Inovação Social Transformadora:</b> - Narrativas de mudança - Eventos Críticos - Inovação Social - Mudança Estrutural - Transformação Social  <b>Impactos:</b> - Desenvolvimento Sustentável - (des)empoderamento	<b>OE.4</b> - Identificar os impactos da inovação social no alcance do desenvolvimento sustentável.  <b>OE.5</b> - Identificar os impactos da inovação social no (des) empoderamento dos atores envolvidos.	1. Entrevistas semiestruturadas com: 1.1 Especialistas 1.2 Representante da iniciativa de inovação social. 2. Estudo de campo 5. Análise de conteúdo

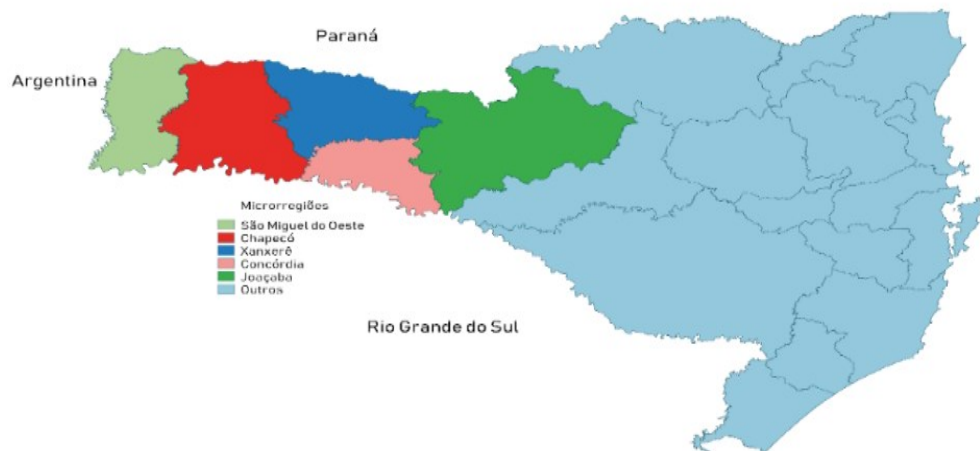
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

### 3.3 DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O estado de Santa Catarina, o menor da Região Sul do Brasil, possui um território de 95,4 mil km<sup>2</sup>. Com capital em Florianópolis, compreende um total de 295 municípios, entre os quais se destacam Joinville, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Lages e Jaraguá do Sul. A divisão territorial do estado é estabelecida em seis mesorregiões: Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense (Santa Catarina, 2021a).

A Mesorregião Oeste se destaca como a maior tanto em termos de extensão territorial, quanto em relação ao número de municípios. É composta por 118 municípios que ocupam aproximadamente um terço da área total do estado (Figura 10). Essa mesorregião subdivide-se em cinco microrregiões: São Miguel do Oeste, com 21 municípios; Xanxerê, com 17; Concórdia, com 15; Joaçaba, com 27 e Chapecó, com 38 municípios (Begnini; Almeida, 2016).

Figura 10 – A mesorregião Oeste Catarinense e suas cinco microrregiões



Fonte: Begnini e Almeida (2016, p. 549).

A população de Santa Catarina é de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, com 1,2 milhões localizados na Região Oeste. A microrregião de Chapecó possui uma população de 450 mil habitantes, sendo que o município de Chapecó concentra a maior parcela dessa população (227.587 habitantes) e é considerado um polo regional (Morgan *et al.*, 2015; IBGE, 2021; Santa Catarina, 2021a).

Aproximadamente 350 mil pessoas vivem nas áreas rurais na região Oeste e são esses produtores rurais que ajudam a movimentar 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Em 2020, o agronegócio representou 70% das exportações em Santa Catarina, com a região Oeste

se destacando por sua capacidade produtiva, que supera as demandas regional e estadual. A região é reconhecida como o “celeiro” do estado, com 80% das propriedades dedicadas à agricultura familiar (Exterckoter, 2016; IBGE, 2017; Santa Catarina, 2021a).

Santa Catarina é o maior produtor nacional de suínos, maçã, cebola, pescados, ostras e mexilhões, e ocupa a segunda posição na produção de aves, alho e arroz. Além disso, é um grande produtor de tabaco, erva-mate, mel, uva, cevada, palmito, trigo e leite. A produção leiteira está presente em 71 mil propriedades rurais (Gouvêa, 2019). Vale ressaltar que Santa Catarina é o quarto maior produtor de alimentos orgânicos no país, com 1.412 produtores cadastrados (Santa Catarina, 2021a; Brasil, 2023h).

A agricultura familiar da Região Oeste apresenta particularidades decorrentes dos processos da modernização tardia, marcada pela integração às grandes agroindústrias de um lado e pela resistência de parte dos agricultores excluídos desse processo, de outro. Estes últimos, buscam formas diferenciadas de produção, pautadas pela sustentabilidade e pela cooperação, com apoio dos movimentos sociais, associações e cooperativas.

É neste segundo grupo que está o foco da pesquisa, que buscou identificar experiências inovadoras na agricultura familiar da região, que possam ser disseminadas e reaplicadas em outros locais. Adicionalmente, espera-se oferecer contribuições para o fomento ao desenvolvimento sustentável dessa área, melhorias no acesso aos mercados, qualidade de vida e empoderamento dos atores envolvidos. O tópico 4.1 apresenta uma análise mais detalhada sobre a agricultura familiar do Oeste Catarinense.

A análise abrange os níveis macro, meso e micro. Para tanto, foi selecionada uma iniciativa considerada socialmente inovadora para demonstrar empiricamente o potencial da inovação social transformadora em prol do desenvolvimento sustentável e do empoderamento.

Com base nos dados do Censo Agropecuário dos anos de 2006 e 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta-se um panorama abrangente sobre a agricultura familiar e a produção orgânica na região Oeste de Santa Catarina. Observa-se que nesse período houve redução de aproximadamente 11% no número total de estabelecimentos agropecuários da região (IBGE, 2006; 2017).

Ao analisar somente os dados da agricultura familiar a retração corresponde a cerca 17%, com o número de estabelecimentos passando de 73.463 em 2006 para 61.317 em 2017. Percentuais superiores aos verificados em âmbito nacional e estadual, que correspondem a 11% e 15%, respectivamente (IBGE, 2006; 2017). A Tabela 1, apresenta o número de estabelecimentos das mesorregiões catarinenses e as respectivas variações ocorridas no período.

Tabela 1 - Nº de estabelecimentos (un.) – total x agricultura familiar – Santa Catarina

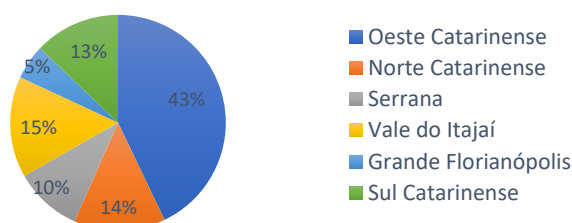
Santa Catarina e Mesorregiões	Nº de Estabelecimentos				Variação %	
	2006		2017		Total	AF
	Total	AF	Total	AF		
Santa Catarina	193.668	168.512	183.066	142.987	-5	-15
Oeste Catarinense	82.143	73.463	72.857	61.317	-11	-17
Norte Catarinense	23.711	20.359	25.147	19.629	6	-4
Serrana	21.216	16.034	22.633	14.533	7	-9
Vale do Itajaí	28.187	24.905	29.085	21.666	3	-13
Grande Florianópolis	11.254	9.751	10.088	7.466	-10	-23
Sul Catarinense	27.157	24.000	23.256	18.376	-14	-23

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006; 2017).

Pode-se observar que a região Oeste concentra o maior número de estabelecimentos agropecuários e responde por 43% do total de estabelecimentos da agricultura familiar (IBGE, 2017). O Gráfico 1, apresenta a distribuição do número de estabelecimentos da agricultura familiar entre as seis mesorregiões do estado, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Gráfico 1– Distribuição dos estabelecimentos

## Estabelecimentos Agricultura Familiar



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017).

Com relação às reduções observadas no número de estabelecimentos agropecuários, cabe mencionar a mudança na metodologia adotada pelo IBGE. Conforme destacam Valadares e Alves (2020), em 2006, um novo questionário foi aberto para cadastrar as informações dos produtores sem área. Em 2017, essas informações foram registradas no questionário do empregador.

No caso da agricultura familiar, diversos fatores precisam ser atendidos para o enquadramento do estabelecimento nessa categoria. Ao deixar de atender algum desses critérios, pode ocorrer a reclassificação (Valadares; Alves, 2020). Nesse sentido, as reduções observadas, podem ser resultado tanto das mudanças metodológicas do IBGE, quanto da reclassificação da propriedade em função do não atendimento dos critérios de classificação.

Com relação à área ocupada, em âmbito nacional, constatou-se um aumento de 5% na área total e 1% na área ocupada pela agricultura familiar. Em Santa Catarina observa-se um crescimento de 6% na área total e uma retração de 7% na área voltada à agricultura familiar (IBGE, 2006; 2017). A Tabela 2 apresenta a distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários entre as mesorregiões catarinenses.

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários (ha) – Santa Catarina

Santa Catarina e Mesorregiões	Área (Hectares)				Variação %	
	2006		2017		Total	AF
	Total	AF	Total	AF		
Santa Catarina	6.062.506	2.643.241	6.448.785	2.456.219	6	-7
Oeste Catarinense	2.054.094	1.182.355	2.161.884	1.092.475	5	-8
Norte Catarinense	855.575	294.718	948.963	304.978	11	3
Serrana	1.627.876	323.010	1.871.105	310.915	15	-4
Vale do Itajaí	720.600	381.917	721.040	345.164	0,1	-10
Grande Florianópolis	277.118	139.788	265.754	125.991	-4	-10
Sul Catarinense	530.242	321.453	480.041	276.696	-9	-14

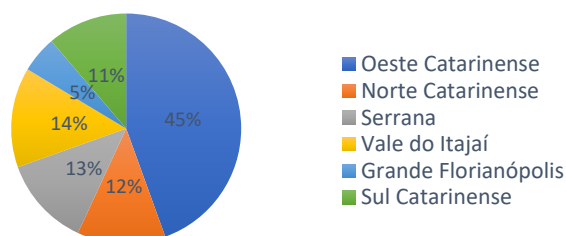
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006; 2017).

No Oeste Catarinense, o crescimento da área total foi de 5%, enquanto na agricultura familiar ocorreu uma redução de 8%, passando de 1.182.355 hectares em 2006 para 1.092.475 hectares em 2017 (IBGE, 2006; 2017). Além das questões metodológicas pontuadas anteriormente, esses dados evidenciam o avanço da concentração das áreas rurais e, consequentemente, da produção.

O Gráfico 2 ilustra a distribuição da área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar entre as seis mesorregiões catarinenses, de acordo com os dados do Censo Agropecuários de 2017. A área ocupada pela agricultura familiar na região Oeste representa 45% dos 2.456.219 hectares dedicados a esse segmento no estado.

Gráfico 2 – Distribuição da área dos estabelecimentos

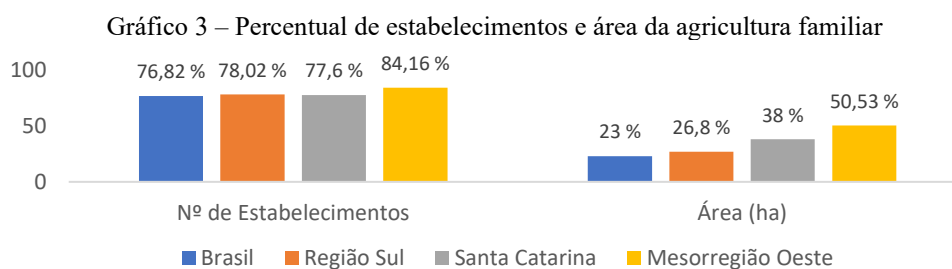
Área ocupada pela Agricultura Familiar



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017).

Os dados apresentados evidenciam a importância da agricultura familiar na região foco do estudo. Os percentuais, tanto em relação ao número de estabelecimentos quanto à área

ocupada por esse seguimento são superiores aos observados no âmbito nacional, na região Sul e no estado de Santa Catarina (Gráfico 3). Enquanto o percentual dos estabelecimentos gira em torno de 76% e 78% nos demais locais, na região Oeste corresponde a 84,16% do total (IBGE, 2017).



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017).

A área ocupada pela agricultura familiar na região corresponde a mais de 50% da área total. Ao passo que, em âmbito nacional e estadual esses estabelecimentos ocupam cerca de 23% e 38%, respectivamente. Da mesma forma, supera o percentual encontrado na região Sul, que é de 26,8% (IBGE, 2017). Mesmo frente às reduções observadas na área e no número de estabelecimentos, na região Oeste, a agricultura familiar ainda é predominante.

Essa agricultura familiar, conforme pontuado, é diferenciada devido a uma parte dos produtores estar associada às agroindústrias por meio do sistema de integração, enquanto outra parcela atua de forma independente do agronegócio. Esse segundo grupo tem criado alternativas para assegurar sua permanência no campo e concentra-se especialmente em práticas focadas na sustentabilidade. No entanto, produzir de forma sustentável é um grande desafio.

Enfrentar esse desafio torna-se uma tarefa ainda mais complexa no contexto de países que fazem uso intensivo dos agrotóxicos. Nesse cenário, o Brasil, se destaca como maior consumidor mundial desses produtos (Mattei; Michellon, 2021). Assim, é relevante conhecer a realidade dos agricultores dedicados à produção orgânica e agroecológica. Embora exista consenso sobre as contribuições desse tipo de produção em termos ambientais, sociais e econômicos, ela ainda é pouco expressiva frente à produção agropecuária nacional, com índices abaixo de 2% do total.

Em Santa Catarina verifica-se uma retração na quantidade de unidades produtivas que praticam a produção orgânica, passando de 3.256 em 2006 para 2.921 em 2017. Na região Oeste, em 2006 foram registradas 947 unidades produtivas e em 2017, 786. Porém, ao analisar a produção certificada, percebe-se um aumento no número de estabelecimentos, que passou de 123 para 786 nesse período (IBGE, 2006; 2017).

Nesse sentido, deve-se considerar as alterações na metodologia adotada para coleta de dados dos Censos Agropecuários. A partir do Censo de 2006, o IBGE começou a coletar informações sobre a produção orgânica. Na ocasião, além de identificar se a unidade agropecuária praticava agricultura orgânica, também buscou-se verificar se essa produção era certificada (Mattei; Michellon, 2021),

Segundo a metodologia adotada em 2006, a produção orgânica era definida como “estabelecimentos nos quais foram adotadas práticas de produção agropecuária que não utilizassem insumos artificiais [...], bem como outras medidas orientadas para a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente” (IBGE, 2006, p. 49). Já a metodologia adotada em 2017 considerou produtores orgânicos somente as unidades agropecuárias que detinham certificação da produção. Assim, não foram disponibilizados dados sobre a produção orgânica não-certificada (Tomazzoni; Schneider, 2020).

Os desafios enfrentados pelos agricultores familiares, evidenciam a importância da cooperação e, ao mesmo tempo, justificam o crescimento no número de estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas. No período entre 2006 e 2017 observou-se, em âmbito nacional, um crescimento de 67,3% no número de produtores que relataram estar associados a cooperativas (IBGE, 2006; 2017).

Em 2006, na agricultura familiar foram registradas 237.836 unidades agropecuárias associadas a cooperativas, que representavam 5,45% do total. Em 2017, esse aumentou para 412.305 unidades agropecuárias, correspondendo a 10,57% do total (Tabela 3). Destaca-se que 72,1% dos estabelecimentos associados a cooperativas pertencem à agricultura familiar (IBGE, 2016; 2017; Tomazzoni; Schneider, 2020).

Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários associados as cooperativas

Região	Número de Estabelecimentos					
	Total	Não Familiar Cooperativa	%	Total	Familiar Cooperativa	%
Brasil	1.175.916	167.133	14,21	3.897.408	412.305	10,57
Região Sul	187.457	65.727	35,06	665.767	248.036	37,25
Santa Catarina	40.079	10.640	26,54	142.987	53.202	37,20
Oeste Catarinense	11.540	4.703	40,75	61.317	33.193	54,13

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017).

Os dados evidenciam o cooperativismo como uma forte característica da região Oeste Catarinense. Na agricultura familiar, verifica-se que 54,13% das unidades produtivas estão associadas a cooperativas. Na agricultura não familiar, esse percentual é de 40,75%, índices superiores aos observados em âmbito nacional e estadual (IBGE, 2017). Esses números

ratificam a cooperação como uma das especificidades da agricultura familiar na região e demonstram a importância do cooperativismo e sua proeminência na região Sul do país.

Além disso, observa-se que na agricultura familiar os índices relativos à associação a cooperativas na região Sul do país, em Santa Catarina e na Região Oeste são superiores aos registrados na agricultura não familiar. Isso é contrário ao observado em âmbito nacional, onde os índices da agricultura não familiar são superiores. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, no Brasil, a associação a cooperativas apresentou índices de 14,21% para a agricultura não familiar, enquanto na agricultura familiar, foi de 10,57% (IBGE, 2017).

A partir dos dados do Censo Agropecuário e de estudos anteriores, é possível relacionar o cooperativismo com a certificação da produção orgânica. O fomento e apoio ao processo de certificação é importante papel desempenhado por essas organizações. Os índices de certificação são maiores em unidades vinculadas às cooperativas, com 15% das propriedades certificadas associadas a cooperativas, enquanto em propriedades não certificadas, esse índice é de 5,33% (IBGE, 2017; Tomazzoni; Schneider, 2020).

O Censo Agropecuário também fornece informações sobre o pessoal ocupado no campo, e permite conhecer a importância da agricultura familiar nesse aspecto. Ela é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa e emprega 70% dos brasileiros que trabalham no campo, totalizando mais de 10 milhões de pessoas. Trata-se de número expressivo, embora no período entre 2006 e 2017 ocorreu uma redução no número de trabalhadores da área rural (IBGE, 2017; UNICAFES, 2018).

Essa retração foi de 8,8%, passando de 16.568.205 pessoas em 2006 para 15.105.125 em 2017. Ao analisar os dados da agricultura familiar, a redução foi 18%, ou 2.207.551 pessoas. Em Santa Catarina, também reduziu o pessoal ocupado, em 2017 cerca de 502 mil pessoas estavam atuando em atividades agropecuárias, sendo que 82% delas, estavam vinculadas à agricultura familiar (IBGE, 2006; 2017; Fossá, 2022).

Esse tópico demonstrou a realidade da agricultura familiar e da produção orgânica, a partir da análise dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Realizou-se uma análise comparativa que evidenciou a redução no número de estabelecimento e da área destinada à agricultura familiar. Também foram apresentados dados relativos à produção orgânica, que vem crescendo ao longo dos anos, embora ainda seja inexpressiva frente ao tamanho do setor rural brasileiro.

O enfoque no Oeste Catarinense evidenciou a importância da agricultura familiar para a região, que apresenta dados superiores aos observados em âmbito nacional e estadual. Também foi possível ratificar uma característica apontada na literatura acerca do



cooperativismo como forte característica da região. A análise dos dados censitários, reafirmou as especificidades dessa região.

Cabe destacar que a delimitação da agricultura familiar da Região Oeste de Santa Catarina não é entendida aqui apenas como um recorte geográfico, mas sim como um fenômeno social. O próximo tópico detalhará as etapas da pesquisa, contemplando os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise utilizados em cada uma delas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção se dedica à análise e discussão dos resultados da pesquisa e segue uma estrutura que permite responder adequadamente às questões investigadas. A organização do capítulo foi inspirada na metodologia do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF), composta por quatro etapas distintas: i) exploração territorial e institucional, ii) levantamento de potencialidades e desafios para a agricultura familiar, iii) mapeamento do Ecossistema de Inovação Social e iv) estudo de campo.

### 4.1 EXPLORAÇÃO TERRITORIAL E INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Este tópico tem por objetivo descrever o contexto da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina. A análise, focada no nível macro, desmembra-se em duas partes. A primeira delas é dedicada à análise da trajetória de desenvolvimento da agricultura familiar. A segunda, apresenta uma síntese do ambiente institucional e destaca as principais legislações e normativas relacionadas à agricultura familiar e à produção orgânica e agroecológica.

#### 4.1.1 Análise da Trajetória da Agricultura Familiar na Região Oeste de Santa Catarina

A trajetória da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina é um tema de interesse para vários pesquisadores ao longo dos anos (Campos, 1987; Coletti, 2009; Exterckoter, 2016; Elias, 2020; Motter, 2020; Fossá, 2021; Von Dentz, 2022). As análises abrangem aspectos como a formação histórica, territorial e socioeconômica, organizadas em diferentes fases ou ciclos. Com base em estudos anteriores, adotou-se uma sistematização composta por cinco fases que contemplam o período de 1910 até os dias atuais.

É relevante destacar algumas especificidades quanto à ocupação, as quais tiveram impacto no desenvolvimento da região. Essa ocupação se deu de forma gradual e tardia e baseou-se na história de três grupos principais: os indígenas, os caboclos e os colonizadores europeus (Begnini; Almeida, 2016; Elias, 2020). Conforme proposto por Exterckoter (2016), devido à complexidade envolvida, a sistematização aqui apresentada não considera o período em que a região era habitada apenas por indígenas.

A primeira fase da formação econômica (1910-1930) caracteriza-se pela produção extrativista e de subsistência, bem como pela formação do capital comercial. Na época, a região

Oeste era pouco integrada à economia nacional, sendo a extração de erva-mate uma das principais atividades econômicas. O produto era transportado pelos tropeiros<sup>5</sup> para comercialização em outros estados brasileiros e na Argentina (Coletti, 2009; Exterckoter, 2016; Motter, 2020).

A população era pequena, composta principalmente por camponeses caboclos, negros e indígenas, os quais não detinham a propriedade da terra (Motter, 2020). O comércio funcionava por meio de trocas, onde os agricultores trocavam produtos como “fumo, milho, feijão e erva-mate por bebidas, querosene, pólvora e instrumentos de trabalho”. Ou seja, a produção excedente era comercializada para aquisição de produtos essenciais (Exterckoter, 2016, p. 196).

Alguns eventos, como a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que passava por Santa Catarina, e a Guerra do Contestado<sup>6</sup> são considerados responsáveis pela inserção da região Oeste na economia capitalista (Exterckoter, 2016). Além disso, a intensificação da colonização contribuiu para o desenvolvimento regional. Embora esse processo tenha iniciado em 1910, ele se intensificou somente após o fim do conflito, em 1916 (Poli, 2001).

O governo catarinense promoveu a colonização concedendo áreas de terra para empresas colonizadoras. Essas empresas realizavam a extração da madeira e, posteriormente dividiam a área em pequenos lotes, que eram vendidos aos imigrantes. Esse modelo resultou na predominância de formas de organização e produção ligadas à agricultura familiar, uma característica que distingue a agricultura familiar de Santa Catarina em relação aos outros estados brasileiros (Poli, 2001; Exterckoter, 2016; Elias, 2020).

Os camponeses, em sua maioria descendentes de imigrantes de origem italiana, alemã e polonesa, oriundos do Rio Grande do Sul, eram responsáveis pela retirada de caboclos que habitavam a região (Poli, 2001). Somente após a chegada desses imigrantes, houve melhorias nas técnicas de utilização do solo e cultivo. Entre os costumes e práticas trazidas por estes agricultores estava o envolvimento de todos os membros da família no trabalho da propriedade, ou seja, as atividades eram embasadas na agricultura familiar (Begnini; Almeida, 2016; Elias, 2020, Motter, 2020).

---

<sup>5</sup> Tropeiros transportavam o gado entre as regiões até os anos de 1940 (Motter, 2020).

<sup>6</sup> A Guerra do Contestado foi um conflito armado, ocorrido entre outubro de 1912 e agosto de 1916, que confrontou, de um lado, a população sertaneja e, do outro, as forças do governo estadual e federal, em terras do Oeste paranaense e catarinense (Radin; Corazza, 2018, p.79).

Esse novo perfil de agricultor que passou a habitar a região não estava interessado apenas na subsistência, mas também atuava com foco no mercado. Nesse sentido, na década de 1920, a madeira ganhou destaque nas exportações catarinenses, contribuindo para a integração da economia estadual ao restante do país. Além disso, esses imigrantes iniciaram o cultivo do fumo com fins comerciais, ampliando a entrada de recursos nas propriedades (Exterckoter, 2016).

A madeira, no entanto, não contribuiu significativamente para a formação econômica do Oeste catarinense, uma vez que os recursos obtidos por meio dela eram enviados para outros locais. Apesar de ter promovido a urbanização, visto que povoados se formavam onde residiam os trabalhadores, a maior herança desse ciclo foi a grande devastação das matas que existiam na região (Radin; Corazza, 2018).

Em síntese, inicialmente, o produto mais relevante na formação econômica regional foi a erva-mate. Entretanto, a partir de 1910, a Argentina, principal mercado consumidor, iniciou a sua própria produção. Assim, outras atividades, como a extração da madeira e o cultivo de fumo, ganharam maior relevância (Exterckoter, 2016). Cabe mencionar que, desde o início da ocupação, a produção de aves e porcos era desenvolvida, e em 1930, a região já se destacava nacionalmente na produção de alimentos (Motter, 2020). O Quadro 14 apresenta alguns dos principais eventos ocorridos nessa fase.

Quadro 14 - Linha do tempo – Fase I (1910-1930)  
Produção extrativista e de subsistência e formação de capital comercial

<b>Ano</b>	<b>Principais eventos</b>
1910	Início da colonização. Finalizado trecho da rodovia em SC.
1912	Início da Guerra do Contestado.
1916	Fim da Guerra do Contestado.
1917	Criação do município de Chapecó.
1920	Destaque para extração de madeira.
1922	Início da venda de lotes por empresas colonizadoras.
1929	Crise mundial 1929.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das diferentes fontes citadas no texto (2024).

A segunda fase (1940-1965) é caracterizada pela formação do capital agroindustrial e pela transformação da produção agrícola em uma policultura, com a suinocultura ocupando posição de maior relevância. Nesse período, a região Oeste passou por intensas mudanças, dentre elas o declínio da indústria madeireira, a ascensão da suinocultura e a crise na fomicultura na década de 1940, superada somente nos anos 1980. Assim, é possível afirmar que a produção de suínos substituiu a fomicultura como atividade principal (Campos, 1987; Coletti, 2009; Exterckoter, 2016).

Grisa *et al.* (2020), seguindo a mesma linha de pensamento, argumentam que as principais mudanças ocorreram a partir de 1950, quando o setor agroindustrial se destacou entre as atividades econômicas. No entanto, é importante ressaltar que o crescimento da produção estava mais relacionado ao aumento no número de produtores de matérias-primas do que a avanços tecnológicos (Motter, 2020). Além disso, houve o fortalecimento das vendas de excedentes, em especial para o estado de São Paulo (Von Dentz, 2022).

A transformação do capital comercial para o industrial foi impulsionada pela suinocultura e sua industrialização (Coletti, 2009). Nesse sentido, os comerciantes ganharam maior visibilidade ao atuarem como intermediários entre os produtores e o mercado consumidor. Foi a partir da acumulação de capital por parte desses atores que teve início o processamento de carnes de aves e suínos na região (Motter, 2020).

O comércio de suínos vivos, inicialmente visto como uma atividade lucrativa, tornou-se menos atrativo devido à dificuldade de competir com a região sudeste. Diante disso, os comerciantes direcionaram seus esforços para o abate de suínos, resultando na emergência dos primeiros frigoríficos na região (Exterckoter, 2016). Entre eles, destacam-se a Perdigão S/A comércio e indústria (1940), Sadia Concórdia S/A (1944), S/A Ind. E Com. Chapecó – SAIC (1952), Frigorífico Seara (1956), dentre outros (Coletti, 2009).

Inicialmente, a relação entre o agricultor e a indústria, era desenvolvida com autonomia do produtor, o qual era responsável por todo o processo de produção e não dependia de recursos externos. Essa relação se dava por meio de um processo produtivo de ciclo completo, e os pequenos agricultores entregavam sua produção às agroindústrias mediante acordos informais. Nesse contexto, o cultivo do milho era uma alternativa de produção que servia tanto para comercialização quanto para a alimentação dos animais (Exterckoter, 2016; Motter, 2020).

Diante dos avanços da suinocultura, o Estado desempenhava papel central, com a implementação de políticas públicas voltadas à assistência técnica e à concessão de crédito. Essas políticas eram operacionalizadas pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), atualmente Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). A ACARESC, fundada em 1957, chegou a Chapecó em 1963, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural (Chapecó, 2015; Motter, 2020).

Nessa fase, observou-se o aumento da imigração para a região em função da multiplicação de unidades familiares dedicadas à suinocultura (Fossá, 2021). O crescimento populacional gerou maior demanda por diferentes produtos e serviços e influenciou a

organização territorial. Assim, essa nova realidade, resultou na emancipação de 48 municípios no Oeste Catarinense no período entre 1950 e 1960 (Von Dentz, 2022).

No início dos anos 1960, devido à crise econômica enfrentada no país, o poder aquisitivo da população brasileira sofreu uma redução significativa. Em função disso, o consumo de carne suína também reduziu drasticamente e foi substituído pelo consumo de carne de aves. Assim, as agroindústrias ampliaram a produção de aves, que até então era realizada na região por frigoríficos como a Sadia e a Perdigão, mas em menor escala (Motter, 2020).

Além da crise econômica, outros eventos importantes influenciaram o desenvolvimento e a formação econômica da região nesse período. Dentre eles, Exterckoter (2016) destaca as secas severas vivenciadas nos anos de 1945 e 1951. Segundo o autor, essas ocorrências ambientais começam a impactar mais fortemente a economia devido ao crescimento populacional e ao fortalecimento da agricultura.

É também nessa fase, a partir dos anos 1960, que tem início no Brasil a Revolução Verde. Outro fato relevante, consistiu na criação do Ginásio Agrícola em Concórdia, atualmente denominado Instituto Federal Catarinense (IFC) – *Campus* Concórdia. Todos esses acontecimentos tiveram papel relevante nesse contexto, favorecendo ou dificultando o desenvolvimento local (Exterckoter, 2016). O Quadro 15 apresenta a relação dos principais eventos ocorrido no período compreendido entre os anos 1940 e 1965.

Quadro 15 – Linha do tempo – Fase II (1940-1965)  
Formação do capital agroindustrial, policultura, destaque na suinocultura

Ano	Principais eventos
1940	Fundação da Perdigão. Extrativismo de madeira em destaque, ascensão da suinocultura e declínio da fumicultura.
1944	Fundação da Sadia. Seca severa.
1945	Seca severa.
1950	Intensifica-se a suinocultura.
1951	Seca severa.
1952	Fundação do Frigoríficos Chapecó.
1956	Fundação do Frigorífico Seara.
1957	Criação da ACARESC (atualmente EPAGRI).
1960	Intensifica-se a Revolução Verde no Brasil. Criação da Cooperativa Central.
1963	ACARESC chega à Chapecó.
1965	Criação do IFC.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das diferentes fontes citadas no texto (2024).

Na terceira fase (1965-1980), a região passou por mudanças significativas que contemplaram a economia, a agricultura e a sociedade. Dentre essas transformações, destacam-se a monopolização do capital agroindustrial, a consolidação do mercado de trabalho urbano industrial e a modernização agrícola com adoção de modernas técnicas de produção. Essa fase

está alinhada a um período de forte crescimento econômico no Brasil, o qual contribuiu para acelerar o desenvolvimento da região Oeste Catarinense (Von Dentz, 2022).

Além disso, o período contemplou alterações nas relações estabelecidas entre agroindústria e agricultor e a ativa participação do Estado no fomento ao setor agroindustrial. A Revolução Verde, que emergiu no Brasil em 1960, apresentou transformações mais intensas em Santa Catarina somente a partir de 1980. Na Região Oeste, elas se traduziram principalmente pela formação de grandes conglomerados agroindustriais, consolidação do mercado de trabalho e o surgimento da urbanização (Exterckoter, 2016; Elias, 2020).

Os eventos ocorridos nessa fase desempenharam papel crucial para consolidação do complexo agroindustrial de carnes no Oeste de Santa Catarina, o qual conta com um dos maiores frigoríficos da América do Sul (Motter, 2020; Grisa *et al.*, 2020). As principais mudanças ocorridas nesse momento da formação econômica da região se deram em função da modernização da agricultura. A atuação do Estado também contribuiu para a fundação a Cooperalfa e da Cooperativa Central Aurora, em Chapecó (Exterckoter, 2016; Elias, 2020).

O modelo de integração dos produtores às agroindústrias teve início na década de 1950 e se intensificou na década de 1980. Esse processo iniciou-se como estratégia por parte das agroindústrias “de assumirem o controle da produção da matéria-prima que processam. A forma que ela se realiza é através de um contrato de compra e venda de produtos entre as empresas agroindustriais e os agricultores” (Coletti, 2020, p. 29). Esse sistema, criado e ainda predominante na região Oeste, passou a se disseminar pelo país a partir dos anos 1970 (Motter, 2020).

Antes do sistema de integração, os pequenos produtores se submetiam aos comerciantes, os quais determinavam os preços dos produtos, que frequentemente eram entregues por meio de trocas. Com a formalização do novo modelo, esses agricultores passaram a se sujeitar às normas das agroindústrias, o que aumentou ainda mais a complexidade dos processos. Os novos procedimentos impostos aos agricultores foram responsáveis pelas transformações ocorridas nas áreas rurais nos anos seguintes (Exterckoter, 2016; Motter, 2020).

Um evento considerado divisor de águas na produção de suínos foi a ‘Peste Suína Africana’<sup>7</sup>. Embora a doença continue sendo objeto de controvérsias entre diferentes grupos de pesquisadores, foi justamente a partir desse episódio que ocorreram as mudanças mais impactantes na suinocultura. De fato, observou-se uma transição do modelo tradicional, para

---

<sup>7</sup> A ‘Peste Suína Africana’ consiste em uma doença que atinge as raças crioulas ou tradicionais (Exterckoter, 2016).

um modelo geneticamente modificado, o que exigiu grandes investimentos e adequações (Exterckoter, 2016).

Como resultado, a partir do final da década de 1970, ocorreram grandes manifestações e a mobilização dos agricultores, que sob a liderança de agentes religiosos, decidiram reagir à exploração e opressão que estavam vivenciando (Exterckoter, 2016). Essas mobilizações coletivas deram origem a vários movimentos sociais. Um exemplo dessas manifestações, foi um protesto ocorrido em 1978, no município de Chapecó, que contou com a participação de aproximadamente 20 mil produtores rurais (Chapecó, 2015).

Dentre os movimentos sociais que surgiram nesse contexto, destacam-se: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Com o passar do tempo, esses movimentos ganharam visibilidade e passaram a atuar em âmbito nacional (Rover, 2010).

Essas formas de organização dos agricultores têm como objetivo fortalecer a agricultura familiar e, de acordo com Radin e Corazza (2018, p.114), tem como principais características a “mobilização coletiva por direitos, por justiça e por melhores condições de vida. Buscam ser autônomas em relação ao Estado e se afirmam como importante fator de transformação social”. Esses grupos tiveram apoio dos partidos políticos de esquerda e de organizações da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (Rover, 2010; Radin; Corazza, 2018).

Uma figura, em especial, que contribuiu para a defesa dos direitos, no contexto rural, foi o bispo Dom José Gomes (1921-2002), que chegou à Chapecó em 1968. Durante sua trajetória realizou várias atividades sociais e apoiou as lutas dos movimentos sociais rurais em favor dos indígenas, das mulheres camponesas, dos trabalhadores sem-terra, entre outros. Ele atuava por meio de pastorais como a Pastoral da Saúde, da Juventude e da Terra e sua atuação o levou a sofrer pressão e perseguição por parte da elite local (Radin; Corazza, 2018).

Além das transformações no modelo vigente e, em consequência a mobilização e reação dos agricultores, Exterckoter (2016) cita a seca, ocorrida entre 1977 e 1978, como responsável por agravar os problemas vivenciados na região. Em síntese, essa fase contou com profundas mudanças no âmbito econômico, social e, sobretudo, na agricultura, que continuam influenciando a região na atualidade. O Quadro 16 lista os principais eventos ocorridos no período compreendido entre os anos de 1965 e 1980.



Quadro 16 – Linha do tempo – Fase III (1965-1980)  
 Monopolização do capital agroindustrial, modernização e sistema de integração.  
 Consolidação do mercado de trabalho urbano e industrial

<b>Ano</b>	<b>Principais eventos</b>
1967	Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó.
1967	Fundação da Cooperalfa.
1968	Criação da Fundação Universitária do Oeste Catarinense e da Associação de Municípios do Oeste Catarinense (AMOSOC).
1969	Fundação da Cooperativa Central Aurora.
1970	Intensificação da suinocultura. Início da avicultura. Concentração do capital agroindustrial. Surgimento de novos movimentos sociais.
1972	Primeiro curso superior em Chapecó.
1973	Início das atividades do Frigorífico Aurora.
1975	Instalação da Embrapa Suínos e Aves (Concórdia).
1977	Seca severa.
1978	Manifestação – Peste Suína. Seca severa.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das diferentes fontes citadas no texto (2024).

A quarta fase (1980-1990) é caracterizada pela diversificação e ampliação da produção agroindustrial, bem como pela integração e seleção dos produtores de suínos (Coletti, 2009; Exterckoter, 2016). Segundo Motter (2020), ocorreu a redução da atuação do Estado na articulação das atividades agrícolas, levando a uma fase de transição que contemplou o período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990 e culminou na consolidação do agronegócio nos anos 2000.

Segundo Coletti (2009), por meio da diversificação da produção, as agroindústrias buscaram atender demandas de mercados internos e externos, que se tornaram mais exigentes quanto à qualidade e variedade dos produtos. Outro ponto relevante foi a internalização da pesquisa e da assistência técnica. Simultaneamente, intensificaram-se os processos de integração dos agricultores às agroindústrias, visando ampliar o controle do sistema produtivo, bem como a pressão para aumentar a produção nas propriedades (Exterckoter, 2016).

Dois aspectos principais tiveram impacto nessa fase. Em primeiro lugar, a reorganização das atividades agroindustriais tornou-se crucial para aumentar a produtividade e a lucratividade, agregando valor aos produtos. Por outro lado, a crise na economia brasileira, relacionada à dívida externa, a abertura de mercados e as reformas econômicas adotadas pelo governo, provocaram alterações substanciais no modelo agroindustrial vigente (Exterckoter, 2016; Motter, 2020).

Seguindo as tendências mundiais, as agroindústrias da região Oeste Catarinense buscaram agregar valor aos produtos finais, introduzindo novas tecnologias tanto em relação aos equipamentos quanto no melhoramento genético e nutricional dos animais, com o fito de aumentar a qualidade da matéria prima para o processamento industrial. Os produtores integrados, assim, foram os mais impactados por este processo (Motter, 2020, p.73).

Esse movimento de reestruturação e especialização teve um forte impacto nas propriedades rurais. Os agricultores precisaram implementar novas técnicas, raças de suínos, estruturas, máquinas e equipamentos (Von Dentz, 2022). Essas exigências resultaram na exclusão de uma parcela significativa de agricultores. Entre 1980 e 1985, ocorreu um aumento em 373% no número de produtores integrados e uma redução de 32% no número total de suinocultores (Coletti, 2009; Exterckoter, 2016).

Mesmo frente ao cenário adverso, surgiram empresas para atender às demandas em vários setores, como transporte rodoviário, manutenção de máquinas e equipamentos industriais, entre outras. Todo esse movimento também contribuiu para a emancipação de 46 pequenos distritos no Oeste de Santa Catarina, nos anos 1990 (Von Dentz, 2022). Foi nessa época que se verificaram os primeiros problemas ambientais relacionados à poluição das águas, em especial, devido à atividade suinocultura (Exterckoter, 2016).

Intensificou-se também a luta pela terra, com as primeiras ocupações realizadas a partir de 1980, sendo a primeira delas registrada no município de Campo Erê, na Fazenda Burro Branco. Posteriormente, em 1985, mais de 2000 famílias ocupam terras improdutivas localizadas em diferentes municípios da região (Exterckoter, 2016). Essas ocupações foram respaldadas pelo MST, fundado em 1984, dando continuidade à forte ação desses movimentos na região Oeste (Radin; Corazza, 2018).

Em 1981, foi fundado o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), que posteriormente, em 2004, tornou-se o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Desde a sua criação, o movimento busca ampliar o espaço e a voz das mulheres, tanto na família quanto nos espaços de organização da categoria. Dedicar-se à luta pelos direitos dessas trabalhadoras, como aposentadoria rural e o salário maternidade. Além da causa feminista, as camponesas lutam pela transformação da sociedade (Radin; Corazza, 2018).

Essa fase, em síntese, foi marcada pela abertura de mercados, diversificação e ampliação da produção e do sistema de integração. Culminando na divisão dos agricultores em dois grupos, um deles formado pelos que atendiam aos critérios impostos pela agroindústria. O outro constituído por agricultores que se organizavam em busca de alternativas de sobrevivência, já que haviam sido excluídos do sistema vigente. Além disso, destaca-se a redução da atuação do Estado na atividade agroindustrial e o fortalecimento dos movimentos sociais. O Quadro 17 apresenta os principais eventos ocorridos neste período.

Quadro 17 – Linha do tempo – Fase IV (1980-1990)  
Diversificação e ampliação da produção agroindustrial, integração dos produtores de suínos.

Ano	Principais eventos
1980	Diversificação da produção. Intensificação da integração. Exclusão de uma parcela de agricultores familiares da atividade suínica. Incremento da atividade leiteira.
1984	Criação do Movimento dos Sem-Terra (MST).
1985	Ocupação de famílias sem-terra em vários municípios da região.
1987	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).
1988	Nova Constituição Federal. Início das feiras livres de peixe vivo em Chapecó. Seca severa.
1989	Criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO).
1990	Criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) por meio da fusão de diferentes fundações.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das diferentes fontes citadas no texto (2024).

Na quinta fase (1990 - dias atuais) permanece o enfrentamento à grande crise iniciada na fase anterior e agravada nesse período (Coletti, 2009; Exterckoter, 2016). Para Von Dentz (2022), a crise foi responsável pela reestruturação dos processos produtivos, conduzida pelas indústrias na busca por automatização focada na redução de custos. Motter (2020, p. 223) cita como principais características dessa fase “o imperativo da economia política do agronegócio, a centralização de capitais, a ampliação do mercado externo, a constituição das redes agroindustriais e a dependência do setor ao mercado externo.”

Por outro lado, as mudanças no modelo agrícola vigente levaram ao incremento de alternativas de diversificação agrícolas e não agrícolas na agricultura familiar. Assim, ganha ascensão a produção leiteira, que embora já existisse anteriormente, não era considerada muito relevante do ponto de vista socioeconômico. No entanto, frente às mudanças ocorridas, torna-se uma alternativa para o aumento de renda e permanência no campo (Konrad; Silva, 2012; Morgan *et al.*, 2015; Coletti, 2020).

Von Dentz (2022) faz um recorte dos avanços no desenvolvimento econômico ocorridos no Brasil e na região Oeste a partir do ano de 2003. Segundo o autor, foi possível observar um ciclo de crescimento, em especial devido à política econômica nacional, que propiciou, dentre outros fatores: a retomada de empregos, a valorização do salário-mínimo e a manutenção dos direitos trabalhistas. Assim, embora este período tenha iniciado com enfrentamento a adversidades, com o tempo observa-se a recuperação e o desenvolvimento da economia.

No âmbito do agronegócio, essa fase foi marcada pelas fusões, internacionalização e fortalecimento de grandes grupos industriais (Motter, 2020). Muitas empresas pequenas foram incorporadas às empresas maiores, da mesma forma ocorreu a expansão dessas empresas maiores para outros estados como Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás (Von Dentz, 2022). Em 2009 teve início o processo de fusão entre a Sadia e a Perdigão, o qual foi finalizado em 2013 e deu origem à Brasil Food – BRF (Coletti, 2020).

Em Chapecó, em 1996 ocorreu a insolvência do Frigorífico Chapecó, gerando impactos consideráveis na economia regional. Além de influenciar na redução da receita de vários municípios, foram afetados diretamente os produtores integrados e milhares de empregados que foram demitidos (Chapecó, 2015). Pode-se dizer que para enfrentar as pressões econômicas e sanitárias, as agroindústrias citadas anteriormente buscaram se fortalecer por meio das fusões, já o Frigorífico Chapecó não conseguiu sobreviver à crise.

Além da atividade leiteira, verificou-se o crescimento na produção de milho, carne de aves, suínos e bovinos de corte. Simultaneamente, observou-se a redução no número de unidades produtivas, evidenciando a concentração da produção agropecuária no estado, impulsionada pela especialização do processo produtivo (Von Dentz, 2022). A partir dos anos 2000, ocorreu também a redução na área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários (Motter, 2020).

Devido à adoção de tecnologias de ponta, é cada vez mais comum que as propriedades ligadas à suinocultura não se dediquem a outros segmentos. É justamente a concentração das atividades que explica a relação entre a redução no número de produtores e o aumento da produção. Isso ocorre devido à “necessidade de o complexo produtivo regional acompanhar as demandas de mercado, as exigências sanitárias que surgem e a diminuição de custos nos processos de produção” (Von Dentz, 2022, p. 457).

A produção de aves e suínos nas propriedades da agricultura familiar acaba interferindo nas suas formas de produzir. Centrados no atendimento às demandas da integração, os agricultores familiares acabaram deixando de lado a produção para autoconsumo e a diversidade produtiva. Nesse sentido, cabe mencionar que o modelo de integração, interfere também na alimentação dos agricultores, que passam a consumir mais produtos industrializados (Grisa *et al.*, 2020).

Mesmo frente a esse contexto de avanço do complexo agroindustrial, nesta fase também é possível observar o fortalecimento da agricultura familiar. Esse grupo social, que até então se mobilizava para o enfrentamento às pressões do agronegócio, focado nas relações estabelecidas com as agroindústrias, começa a demandar ações do governo (Exterckoter, 2016). Dessa forma, emergem programas e políticas importantes com foco nesse público, os quais serão abordados nas próximas seções.

Esses agricultores passam a se auto-organizar na busca por soluções para garantir sua permanência no campo (Exterckoter, 2016). Foi o processo de reestruturação que levantou a necessidade de ampliar a cooperação entre os produtores (Von Dentz, 2022). No caso dos agricultores familiares, a organização ocorre por meio das associações, cooperativas e dos

movimentos sociais. Nesse período, pode-se destacar a fundação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O MPA, filiado a Via Campesina, surge em 1996, com o objetivo de ampliar a produção de alimentos saudáveis e garantir a soberania alimentar no país. Na região Oeste, o movimento é representado pela Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), uma Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, que visa estimular e assessorar os agricultores em prol do desenvolvimento de uma agricultura familiar pautada por valores como a solidariedade e a sustentabilidade (Radin; Corazza, 2018).

Além disso, emergem organizações como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), fundada em Santa Catarina em 1997. Posteriormente, surgem a FETRAF-SUL (2001) e a FETRAF-Brasil (2004). A Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (COOPEROESTE) foi fundada em 1996 por assentados da reforma agrária, contando com a organização do MST. Em 1998, ocorreu a criação da Rede Ecovida em Santa Catarina e, no ano seguinte, da Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF).

São organizações como estas que garantem a sobrevivência da agricultura familiar mesmo em períodos de maior turbulência, como o enfretamento às questões ambientais ou à redução do apoio governamental. Como exemplo, pode-se citar o período a partir de 2016, quando a atuação do estado se voltou para o agronegócio, resultando, segundo Coletti (2020), em um enfraquecimento das políticas e programas direcionados à agricultura familiar.

Nos últimos anos, aconteceram eventos que impactaram tanto as agroindústrias quanto a agricultura familiar, como o escândalo do leite adulterado, em 2014 e da operação “carne fraca” em 2018. Para Motter (2020), essas operações colocaram em xeque a credibilidade dos produtos, resultando na redução do consumo interno e externo. As agroindústrias, em especial, sofreram com a redução de exportações, as quais foram retomadas somente após fortes mobilizações diplomáticas. No entanto, essa retomada veio acompanhada de um controle externo mais rígido quanto às normas sanitárias.

Devido à pandemia do Covid-19, que teve início no Brasil em 2020, as agroindústrias precisaram suspender as atividades em determinados momentos, ocasionando redução nas exportações e mudanças nas regulamentações sanitárias. No âmbito da agricultura familiar, observou-se dificuldade no acesso a insumos e a comercialização foi prejudicada, principalmente em relação às vendas diretas, como as feiras. Em ambos os casos, a saúde dos trabalhadores teve impactos na produção, e a atuação do governo foi fundamental. Da mesma forma, as entidades da agricultura familiar assumiram papel central no enfrentamento à crise sanitária.

Além desses fatores, nessa fase, a região continuou sofrendo com as constantes secas e o agravamento dos problemas ambientais. No âmbito educacional, destaca-se o reconhecimento da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) como universidade, em 1995, a criação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e a implantação do *campus* da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) na região Oeste, ambos em 2002.

Posteriormente, a partir de 2006, tem-se a criação de um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) em Chapecó, e a partir de então, foram criados novos *campi* em outras cidades da região. Em 2010, ocorreu a implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *campi* nos três estados da região sul. Além disso, a região passou a contar com diversas Instituições de Ensino Superior (IES) particulares.

Essas IES públicas, privadas e comunitárias são essenciais para o desenvolvimento regional. Especialmente as instituições comunitárias e as públicas, ao desenvolverem pesquisa, ensino e extensão com este foco, contribuem tanto com os avanços do agronegócio quanto para o fortalecimento da agricultura familiar. O Quadro 18 apresenta uma síntese sobre alguns dos principais eventos ocorridos ao longo dessa fase, contemplando o período entre o início dos anos 1990 até os dias atuais.

Quadro 18 – Linha do tempo – Fase V (1990 – dias atuais)  
Fortalecimento da Agricultura Familiar

Ano	Principais eventos
1991	Criação da EPAGRI. Crise na suinocultura.
1995	Abertura do Mercosul. Reconhecimento da UNOESC como universidade.
1996	Insolvência do Frigorífico Chapecó. Criação do PRONAF. Criação da COOPEROESTE. Constituição do Instituto SAGA.
1996	Criação do movimento do Pequenos Agricultores (MPA).
1997	Criação da FETRAFSC.
1998	Fundação da Rede Ecovida em Santa Catarina.
1999	Criação da Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF).
2001	Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL).
2002	Criação da Unochapecó e do <i>campus</i> UDESC no Oeste. Seca Severa.
2004	Criação do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Criação da FETRAF-Brasil. Seca severa
2005	Seca severa.
2006	Seca severa.
2008	Seca severa.
2009	Início da fusão dos Frigoríficos Perdigão e Sadia. Seca severa.
2010	Início das atividades Programa SC Rural. Instalação da UFFS em Chapecó.
2011	Problemas econômicos na suinocultura. Seca severa.
2012	Seca severa.
2014	Escândalo leite adulterado.
2018	Operação Carne Fraca.
2020	Pandemia Covid-19.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das diferentes fontes citadas no texto (2024).

A análise das transformações ocorridas ao longo dos anos permite compreender que a modernização foi a principal responsável por acentuar a diferenciação social entre os agricultores. De um lado, aqueles com maior capacidade de adotar as inovações e, de outro, os menos capitalizados que acabavam sendo excluídos. Esse fenômeno ampliava a concentração da produção, deixando parte das propriedades fora do mercado, resultando no êxodo rural e regional dessa parcela da população que não tinha acesso às tecnologias (Coletti, 2020; Fossá, 2021).

Mesmo frente à vulnerabilidade econômica e social enfrentada por grande parte dos agricultores familiares, ainda são as propriedades rurais da agricultura familiar que asseguram, por meio do sistema de integração, a capacidade produtiva das agroindústrias voltadas ao abate de suínos e aves, que, assim como as cooperativas de produção agropecuária, ainda são predominantes na região (Fossá, 2021).

Atualmente, além dos rebanhos de suínos e aves, a agropecuária também se dedica à bovinocultura de leite, sendo essas as três atividades centrais. Com relação as principais atividades agrícolas em lavouras temporárias estão os cultivos tradicionais de milho e soja. Já nas lavouras permanentes, destaca-se a erva-mate. Além disso, observa-se a produção de feijão, mandioca, aveia e frutas como laranja, limão, pêssego, tangerina e uva (Mior, 2005; Konrad; Silva, 2012; Morgan *et al.*, 2015; Chapecó, 2015; IBGE, 2021).

A agricultura tem grandes impactos na utilização de recursos naturais, como água e energia. Por essa razão, ao abordar a agricultura familiar e a produção de alimentos, deve-se considerar esses elementos, bem como as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. No Brasil, conforme Tonezer *et al.* (2016), as usinas hidrelétricas ainda são responsáveis pela maior parte da produção de energia elétrica, e na região Oeste de Santa Catarina, não é diferente.

O território do Oeste Catarinense é contemplado pela bacia do Rio Uruguai, que possui um projeto de utilização integral, com 22 pontos passíveis de aproveitamento. A região concentra 89 dos 206 empreendimentos de geração de energia hidrelétrica presentes no estado. Esses empreendimentos contemplam três Usinas Hidrelétricas (UHE), 53 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) e 33 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). De modo geral, as PCHs e CGHs possuem tamanho e potencial reduzidos, mas têm como vantagem um menor impacto ambiental (Tonezer *et al.*, 2016; Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas, 2021).

Mesmo com tamanho reduzido, as PCHs são responsáveis por 3,5% da capacidade do sistema nacional de energia (ABRAPCH, 2021). As usinas hidrelétricas na região incluem a

UHE Machadinho, a UHE Itá e a UHE Foz do Chapecó. A UHE Machadinho possui um reservatório que atinge 56,7 km<sup>2</sup> e 1.850 famílias, cerca de 8.000 mil pessoas, das quais 20% eram trabalhadores sem terras. A Usina Foz do Chapecó atingiu 1.700 propriedades e concedeu 2.000 indenizações (Tonezer *et al.*, 2016).

A UHE Itá afeta aproximadamente 141Km<sup>2</sup> entre as áreas de alagamento e as de preservação ambiental. O projeto atingiu 3.500 famílias e 36 comunidades rurais, levando à total inundação da cidade de Itá, que exigiu sua reconstrução. As três UHEs juntas afetaram 7.350 famílias, incluindo camponesas, ribeirinhas e indígenas. Inundaram uma área de 267 km<sup>2</sup>, que contemplava terras com potencial agrícola (Tonezer *et al.*, 2016). A instalação dessas usinas resultou em problemas de ordem ambiental, social e econômica, que atingem principalmente a agricultura familiar (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2020).

As usinas hidrelétricas possuem alto custo de distribuição por estarem localizadas longe dos centros consumidores. Outro fator negativo é a falta de controle, já que dependem fortemente das condições climáticas. Assim, seguindo a linha do que vem sendo proposto pela Agenda 2030, emergem iniciativas que potencializam o uso de energias renováveis, a exemplo da energia eólica, dos biocombustíveis e da energia solar (Araújo da Silva Junior *et al.*, 2020; Sobrosa Neto, 2023)

Conforme Sobrosa Neto (2023), na região Oeste de Santa Catarina, o biogás demonstra grande potencial de produção e uso, principalmente em função da criação de suínos. O biogás consiste na mistura de gases, em especial o metano e o dióxido de carbono, resultante do tratamento de resíduos. Ele pode ser utilizado na geração de energia elétrica, energia térmica e biocombustível. Além disso, os resíduos podem ser transformados em biofertilizantes.

Um projeto inovador está em desenvolvimento no município de Itapiranga, trata-se da construção um sistema interligado de biogás, para transformar os resíduos orgânicos de 11 propriedades rurais em energia elétrica. O gasoduto, com 11 km de extensão, conta com investimentos de R\$ 6,6 milhões e está sendo desenvolvido em parceria entre órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa), Fundação de Estudos e pesquisas Socioeconômicos (FEPESE) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre outros (Eletrosul, 2024).

Os biodigestores estão presentes em muitas propriedades da região e tem como objetivo mitigar a contaminação dos mananciais causados pela suinocultura. Além disso, eles são capazes de gerar energia, tornando as propriedades autossuficientes. Apesar dos benefícios, os biodigestores são pouco utilizados devido ao alto custo. Para Araújo da Silva Junior *et al.*



(2020), trata-se de uma oportunidade para fomentar o desenvolvimento local e regional, tanto em termos econômicos quanto sociais e ambientais.

Essa etapa apresentou a trajetória histórica da ocupação territorial e da formação econômica da agricultura familiar na região Oeste, resultado de “um longo e peculiar processo histórico, cujo traço principal talvez tenha sido seu alongado isolamento e sua tardia incorporação à economia nacional” (Radin; Corazza, 2018, p. 60). O objetivo foi analisar as relações instituídas entre os agricultores familiares e o agronegócio ao longo do tempo, traçando uma linha do tempo dos principais eventos críticos que tiveram impactos positivos e negativos no desenvolvimento da agricultura familiar.

Permitiu ainda, destacar a diversidade dos grupos que compõe esse seguimento, cuja variedade, aliado ao processo de formação, é responsável pelo potencial da agricultura familiar na atualidade (Fossá, 2022). Uma parcela desses agricultores tem buscado alternativas de produção mais sustentáveis, como a produção orgânica e agroecológica. O próximo tópico um panorama sobre o ambiente institucional relacionado à agricultura familiar.

#### **4.1.2 Ambiente institucional relacionado à agricultura familiar**

O levantamento sobre o ambiente institucional foi desenvolvido a partir da pesquisa documental e apresenta as principais legislações, programas e políticas públicas voltadas à agricultura familiar em âmbito nacional, estadual e municipal, em específico no município de Chapecó, por ser referência na região de estudo. Contempla o período desde o início da década de 1990 até 2023 e também abordará algumas regulamentações acerca da produção orgânica e agroecológica.

A primeira política brasileira voltada especificamente para a Agricultura Familiar foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído por meio do Decreto Presidencial nº 1946/1996. O programa foi formulado a partir do diálogo entre o governo, a comunidade científica e os movimentos sociais (Brasil, 1996; Troian; Machado, 2020). Em Santa Catarina, o PRONAF foi regulamentado pelo Decreto nº 1.103/1996, que criou o Programa Estadual de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF/SC) (Santa Catarina, 1996).

Fossá (2022) destaca que o PRONAF possui linhas específicas voltadas à sustentabilidade, denominadas pelo autor como linhas “verdes”. Porém, tanto em âmbito nacional quanto estadual, o número de contratos é muito pequeno, fato que reforça a falta de incentivo à produção orgânica e agroecológica no país. É imperativo intensificar o apoio à

agricultura sustentável e inclusiva, disponibilizando crédito para grupos mais vulneráveis e excluídos, como as mulheres e a juventude.

Contudo, a Agricultura Familiar só obteve reconhecimento oficial como categoria social, a partir da promulgação da “Lei da Agricultura Familiar” (Lei nº 11.326/2006), regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017. Essa legislação estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, bem como os critérios que definem o que é agricultura familiar no Brasil (Brasil, 2006c; 2017a).

Esse reconhecimento por parte do estado impactou na implementação de programas e políticas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar. Uma das principais formas de apoio do poder público ocorre por meio dos mercados institucionais. Nesse sentido, destaca-se a importância de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Souza-Esquerdo; Bergamasco, 2014; Lopes; Doula, 2019).

O PAA, instituído pela Lei nº 10.696/2003, é uma das principais iniciativas do Projeto Fome Zero, criado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O programa visava facilitar o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, especialmente para os indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica (Brasil, 2003a; Souza-Esquerdo; Bergamasco, 2014).

No entanto, o PAA não se limitava apenas a suprir essas necessidades de alimentação. Ele atuava para fomentar a produção e promover a comercialização de alimentos pela agricultura familiar. Quando possível, viabilizava o armazenamento dos produtos, auxiliando os agricultores familiares na comercialização a preços justos. Além disso, o programa buscava promover a inclusão social nas comunidades rurais (Brasil, 2003a; Souza-Esquerdo; Bergamasco, 2014).

Evidencia-se assim, que o programa é uma iniciativa abrangente que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Contudo, assim como ocorre com outros programas e políticas, o PAA tem sofrido alterações ao longo dos anos. Em 2021, ele foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB), criado pelo Lei nº 14.284/ 2021 (Art. 30), com a finalidade de promover o acesso à alimentação através de doação às pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de incentivar a agricultura familiar (Brasil, 2021).

O programa tinha o propósito de fortalecer circuitos locais e regionais de comercialização; valorizar a produção orgânica e agroecológica e estimular o cooperativismo e o associativismo (Brasil, 2021). Em 2023, com a troca do governo federal, o PAB é revogado

e o PAA retomado. Essa transição ocorreu com a substituição do Decreto nº 8.473/2015 pelo Decreto nº 11.476/ 2023, regulamentando a Medida Provisória nº 1.166/2023. Essas normativas revogaram o Art. 30 da Lei nº 14.284/2021 que instituía o PAB (Brasil, 2015; 2021; 2023a; 2023b).

O novo formato do Programa de Aquisição de Alimentos prioriza grupos mais vulneráveis da sociedade, abrangendo os povos indígenas, assentados da reforma agrária, agricultores de comunidades quilombolas e tradicionais, além de negros, mulheres e jovens rurais. Além do fomento à produção familiar desses grupos, o novo PAA também amplia a participação mínima das mulheres, passando de 40% para 50%. A participação feminina na execução do programa é calculada a partir da análise do conjunto de modalidades que o compõe (Brasil, 2023a).

Também voltado ao incentivo à agricultura familiar, por meio do fomento às compras institucionais, tem-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implementado na década de 1950, com a finalidade inicial de suprir deficiências nutricionais das crianças carentes (Souza-Esquerdo; Bergamasco, 2014; Lopes; Doula, 2019). Ao longo do tempo, o programa passou por modificações que o levaram a extrapolar seus propósitos iniciais, especialmente a partir de 1990, com o fortalecimento da agricultura familiar (Elias *et al.*, 2019).

Assim, a agricultura familiar tem seu campo de ação ampliado para outras áreas de atuação do estado. Para Elias *et al.* (2019, p. 216), são essas transformações que “permitiram a convergência entre agricultura familiar, educação e segurança alimentar”. Um exemplo é a Lei nº 11.947/2009, que estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo PNAE devem ser utilizados na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar (Brasil, 2009).

Posteriormente, em 2015, o Decreto nº 8.473/2015, atualmente revogado, estendeu a todos os órgãos públicos a obrigação de garantir no mínimo 30% do total de aquisições de gêneros alimentício da agricultura familiar. Assim, a partir dessa normativa, todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional passaram obrigatoriamente a adquirir produtos da agricultura familiar, resultando na ampliação dos mercados institucionais (Brasil, 2009; 2015).

Além de proporcionar um mercado seguro para os produtos da agricultura familiar, esses programas incentivam a cooperação e organização dos agricultores, contribuindo para a qualificação da produção de alimentos locais e regionais, e a valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais locais. Tais medidas produzem impacto positivo na geração de emprego e renda no campo (Franzoni; Silva, 2016; Lopes; Doula, 2019). Tanto o PNAE quanto o PAA são ferramentas essenciais para promover o desenvolvimento local e sustentável.

Essas iniciativas também fomentam a adoção de práticas sustentáveis, a exemplo da produção orgânica e agroecológica, consideradas as bases para o desenvolvimento rural sustentável. A agricultura orgânica foi reconhecida oficialmente por meio da Instrução Normativa 007/1999, que dispõe sobre normas para a produção de orgânicos de origem vegetal e animal. A construção de políticas nessa área ganhou destaque a partir de 2002, quando atores dos movimentos sociais e sindicais passaram a integrar a estrutura do Estado, em função da eleição do presidente Lula (Brasil, 1999; Niederle *et al.*, 2019).

A Lei nº 10.831/2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323/2007, estabeleceu o regramento para a produção e a comercialização dos produtos orgânicos. Posteriormente, o Decreto nº 7.794/2012 instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Vinculado a essa política, foi lançado o Programa Ecoforte, desenvolvido com apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), uma iniciativa do governo federal voltada ao fomento da produção orgânica (Brasil, 2003b; 2012; 2017b; Schmitt *et al.*, 2020).

Em 2014, foram investidos 32,6 milhões por meio de editais do Ecoforte Extrativismo e Ecoforte Redes, atendendo um total de 28 projetos. Em 2016, um novo edital do Ecoforte extrativismo atendeu 23 projetos com investimentos de 12,4 milhões. No período entre 2017 e 2019, o Ecoforte Redes investiu 23 milhões em atendimento a 28 projetos (Schmitt *et al.*, 2020). Contudo, nos últimos anos, essas políticas públicas têm enfraquecido devido a diversos fatores, nesse sentido, Niederle *et al.* (2019, p. 286) destacam que:

A extinção das políticas de desenvolvimento territorial, a redução dos programas de extensão rural, o fim dos núcleos de agroecologia e a reestruturação da Embrapa são exemplos de uma profunda ruptura no que diz respeito ao reconhecimento da agroecologia como referencial de políticas públicas.

Dentre as políticas voltadas à agricultura familiar em âmbito estadual, destaca-se a Política Estadual de Desenvolvimento Rural, instituída pela Lei nº 8.676/1992, que em seu Art. 1º, inciso I, destaca a “importância do trabalho familiar da pequena e média produção agrícola, pecuária, florestal, pesqueira e agroindustrial, bem como suas respectivas formas associativas” (Santa Catarina, 1992). Mesmo antes do reconhecimento da agricultura familiar enquanto categorial social, a política estadual já evidenciava a importância do pequeno produtor e do trabalho da família.

Com relação à agricultura sustentável, o governo catarinense instituiu em 2019 a Política Estadual de Incentivo às Feiras de Produtos Orgânicos, regulamentada pela Lei nº 17.677/2019.

Os objetivos da política incluem a promoção da segurança alimentar e nutricional, o estímulo ao consumo de orgânicos, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e economia solidária e a conscientização da população sobre os benefícios da alimentação saudável (Santa Catarina, 2019a).

Em 2021, foi instituída, pela Lei nº 18.200/2021, a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), representando um passo importante e inovador no fomento e incentivo à produção orgânica e agroecológica. Além disso, a política tem por objetivo promover e incentivar os processos de transição agroecológica e o fortalecimento da pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural voltadas a essas práticas sustentáveis (Santa Catarina, 2021c).

Um dos principais objetivos da agroecologia e da produção orgânica é propiciar ao agricultor familiar uma alternativa viável para permanecer no campo. Da mesma forma, transformar a propriedade em um espaço pluriativo pode contribuir para aumentar a renda do agricultor familiar e melhorar sua qualidade de vida. Uma das formas para alcançar esses objetivos é o turismo rural. Em Santa Catarina, a Política de Apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), instituída pela Lei nº 14.361/2008, busca contribuir com o desenvolvimento dessa atividade (Santa Catarina, 2008).

As ações da TRAF são voltadas à promoção do desenvolvimento do turismo sustentável; ao fortalecimento dos territórios rurais e incentivo à diversificação da produção. Além disso, a política visa estimular à produção orgânica e agroecológica e o fomento à comercialização direta de produtos oriundos da agricultura familiar aos visitantes. Busca promover a capacitação dos agricultores familiares, fomentar formas associativas de organização social e valorizar o artesanato e o modo de vida rural (Santa Catarina, 2008).

Em Santa Catarina, a Lei 17.706/2019, prevê a inclusão das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa normativa tem relação com a agricultura familiar por contemplar o uso de plantas medicinais (Santa Catarina, 2019b). Seguem os fundamentos da Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares (PNPIC) no SUS, aprovada pela Portaria nº 971/2006 e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos instituída pelo Decreto nº 5.813/2006 (Brasil, 2006a; 2006b) .

A atividade agrícola impacta e é impactada pelas questões climáticas, assim, as legislações que abordam essa temática são relevantes no contexto institucional da agricultura familiar. Tanto a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina (Lei nº 14.829/2009) quanto a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) foram implementadas em 2009 (Brasil, 2009b; Santa Catarina, 2009).

A estiagem e as secas frequentes causam prejuízos aos agricultores familiares. Assim, para reduzir esses impactos, tecnologias sociais são implantadas com o apoio de órgãos como a Embrapa e a Epagri, para captação e tratamento de águas. Por meio do Projeto Água para Todos, o estado investe R\$ 4,5 milhões destinados à perfuração de poços, armazenamento e distribuição de água para as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais. Embora tenha seus méritos, sabe-se que em alguns casos, a perfuração dos poços pode causar problemas no lençol freático (EPAGRI, 2020).

Além das políticas supracitadas, os agricultores familiares de Santa Catarina contam com alguns programas de apoio. O Programa Terra Boa, por exemplo, beneficiou 68 mil produtores rurais em 2022. Esse programa busca melhorias na produção por meio da adoção de tecnologias e investimentos, sendo executado em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). As ações abrangem a subvenção, aquisição e o fornecimento de insumos para a agricultura e agropecuária (PROJETASC, 2022).

Cabe destacar que, assim como ocorre em âmbito nacional, as legislações estaduais são periodicamente atualizadas para acompanhar as inovações na agricultura familiar. Um exemplo é a Lei nº 18.079/2021, que alterou a Lei nº 8.676/1992 e incluiu, no âmbito do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, a implantação de agroflorestas (Santa Catarina, 1992; 2021b). Dessa forma, ao acompanhar as transformações, o estado pode além de apoiar, regulamentar o desenvolvimento dessas atividades.

No âmbito municipal também são observadas iniciativas de fomento ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar. Considerando o papel de destaque no município de Chapecó na região Oeste, são apresentadas algumas das principais normativas instituídas pelo poder público municipal. O principal documento encontrado sobre a temática foi o Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Chapecó, previsto no Plano Diretor do Município (Chapecó, 2015).

O PDRC é um instrumento de planejamento do território rural que considera os aspectos sociais, econômicos, políticos e administrativos do município e da região. Apresenta propostas para o desenvolvimento econômico, a organização e o uso do solo e da infraestrutura e outros elementos da estrutura rural (Chapecó, 2015). O município também conta com o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural de Chapecó, instituído pela Lei nº 6677/2014, alterada pela Lei nº 7162/2018 (Chapecó, 2014; 2018).

O Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural de Chapecó é uma política voltada ao “desenvolvimento rural e incentivo à avicultura, bovinocultura, fuminicultura, suinocultura, piscicultura, agroindústria familiar, construção de cisternas e outros empreendimentos rurais no

município de Chapecó” (Chapecó, 2014, p.1). As modalidades de auxílio contemplam: i) auxílio ao produtor rural, que realiza o pagamento ao produtor rural pelos serviços realizados dentro da propriedade; ii) Fontes de Água na Propriedade; e, iii) Malha viária dentro das propriedades (Chapecó, 2015; 2018).

Para fomentar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, a prefeitura organiza feiras-livres. Com vista a dar transparência ao processo de seleção dos feirantes, foi instituída a Lei nº 7.220/2019, que dispõe sobre a regulação de Feiras-Livres de Agricultores na Macrozona Urbana do Município de Chapecó e busca garantir a oferta de produtos de qualidade aos consumidores e a inclusão dos agricultores familiares (Chapecó, 2019).

Esse tópico apresentou um panorama abrangente do contexto institucional da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica, contemplando legislações pertinentes. Buscou abarcar normativas de abrangência nacional, estadual e municipal, mais especificamente do município de Chapecó. Essa análise documental permite compreender a evolução e o desenvolvimento da agricultura familiar a partir da atuação do estado. O Apêndice H apresenta a síntese das principais legislações discutidas ao longo do texto.

O monitoramento e avaliação dessas políticas públicas são atividades extremamente relevantes e possibilitam embasar junto aos governos, a necessidade de atendimento às demandas da sociedade. Assim, guiam as melhorias estruturais necessárias para o alcance de melhores resultados (Andrade *et al.*, 2019). Além disso, essas ações permitem verificar a efetividade das políticas públicas, bem como sua eficácia para mitigar os desafios enfrentados pelo agricultor familiar.

#### **4.1.3 Síntese do tópico**

Esse tópico apresentou os principais elementos da formação econômica e desenvolvimento da agricultura familiar da região. Desenvolvida a partir de cinco fases, contemplou o período entre 1910 até os dias atuais, foram destacados eventos críticos que impactaram em transformações na agricultura da região. Algumas especificidades identificadas permanecem em evidência no contexto atual, a exemplo da divisão das propriedades em pequenos lotes e do trabalho desenvolvido prioritariamente pela família.

A tradição da região como grande produtora de alimentos, a diversidade agrícola e o surgimento dos primeiros frigoríficos são observados nas primeiras fases. Da mesma forma, a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial ocorre nesse período, enquanto o reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social e a

implementação de ações governamentais específicas para esse grupo tem início somente nas fases finais, a partir dos anos 1990.

A discussão também destacou importantes atores que fizeram parte dessa trajetória e influenciaram o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Impactando também na formulação e implementação de políticas públicas, na promoção da agricultura sustentável e na defesa de direitos. A partir das legislações e normativas identificadas, pode-se evidenciar o papel do estado voltado à regulamentação, fomento e promoção da sustentabilidade.

A modernização agrícola pode ser entendida como um *evento crítico* que gerou a exclusão de parte dos agricultores familiares. A organização desse grupo, a qual contou com apoio de outros atores, gerou *narrativas de mudança*, fortalecidas com o surgimento dos movimentos sociais. A partir dessas narrativas, pautadas na cooperação, sustentabilidade, agroecologia, entre outros, são implementadas formas alternativas de produzir, organizar e comercializar.

Essas novas formas de atuação podem ser definidas como *inovações sociais*. Todos esses elementos contribuem para o empoderamento dos agricultores familiares e suas organizações representativas. Produzindo *mudanças estruturais*, por exemplo por meio da implementação de políticas públicas e de direitos. A inovação social pode ser vista como transformadora, a medida em que são observados nesse contexto o surgimento de novas relações sociais, novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar (Avelino *et al.*, 2019).

Ao longo do tempo muitas dessas barreiras permaneceram, porém também existem possibilidades a serem exploradas, considerando algumas das principais características da região. Dentre elas, destacam-se: a forte influência dos movimentos sociais, associações e cooperativas, as terras próprias para uma cultura diversificada, a existência de instituições de ensino, pesquisa e extensão e a grande quantidade de agricultores familiares. O próximo tópico explora as potencialidades e desafios regionais a partir da perspectiva de especialistas na área.

#### 4.2 DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Este tópico tem como propósito complementar a contextualização da agricultura familiar do Oeste Catarinense. Apresenta, a partir da percepção de especialistas na área, os principais desafios e potencialidades para o desenvolvimento da agricultura familiar. Os dados foram sistematizados em duas subseções e discutidos a partir de categorias de análise definidas com base nos resultados das entrevistas.



#### 4.2.1 Desafios impostos à agricultura familiar da Região Oeste de Santa Catarina

Os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares foram organizados em três subcategorias: agricultura familiar e suas organizações; relações com o agronegócio; e relações com o poder público. As respostas abarcam aspectos intrínsecos à agricultura familiar, como o trabalho no campo, os modos de produção e as formas de comercialização. Além disso, foram apontadas questões culturais e ideológicas que permeiam a dinâmica da agricultura familiar enquanto categoria social.

Os resultados apontam dificuldades nas relações estabelecidas com os demais atores que atuam nesse contexto, como os órgãos governamentais, as entidades representativas e as agroindústrias. De modo geral, esse tópico centra-se nas insustentabilidades enfrentadas pelos agricultores familiares. O Quadro 19 apresenta os resultados das codificações, com o número de menções para cada uma das três subcategorias supracitadas.

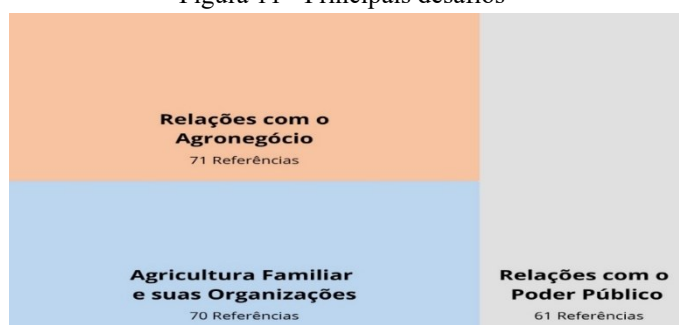
Quadro 19 - Desafios da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina

<b>Desafios</b>	<b>Fontes</b>	<b>Referências</b>
Agricultura familiar e suas organizações	10	70
Relações com o agronegócio	8	71
Relações com o poder público	10	61

Fonte: elaborado pela autora, a partir do Nvivo (2024).

A subcategoria ‘relações com o agronegócio’ foi a que apresentou maior número de menções, com 71 referências. Apenas dois dos participantes do estudo não indicaram essa categoria como desafio para a agricultura familiar. Todos os entrevistados apontaram desafios próprios da agricultura familiar, totalizando 70 referências. Da mesma forma, as relações estabelecidas com o poder público foram mencionadas por todos os especialistas e totalizaram 61 referências. A Figura 11 ilustra onde se encontram os desafios enfrentados pelo agricultor familiar.

Figura 11 - Principais desafios



Fonte: elaborado pela autora a partir do Nvivo (2024).

A subcategoria ‘agricultura familiar e suas organizações’ contempla aspectos inerentes à atividade do agricultor familiar e às relações que estabelece com as organizações representativas, como sindicatos, movimentos sociais, associações e cooperativas, entre outras. Os desafios abarcam a dependência do agricultor familiar em relação à natureza, considerando que a atividade agrícola está sujeita às intempéries climáticas, por exemplo. No que se refere às formas de produção, foi citada a dificuldade de produzir de modo sustentável devido ao uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos.

Mesmo aqueles que optam pela agroecologia ou produção orgânica enfrentam obstáculos, como a proximidade com vizinhos que utilizam agroquímicos. Em muitos casos, o agricultor têm poucas escolhas em função do avanço das grandes empresas agroalimentares e à dominação tecnológica de algumas poucas organizações, que impõem novos modos de produção. Essas questões serão abordadas em maior profundidade na subcategoria ‘relações com o agronegócio’.

Neste momento, cabe discutir a produção sustentável e como os agricultores familiares têm se relacionado com ela. Os resultados do estudo evidenciam uma certa resistência por parte dos produtores sobre essas formas alternativas de produzir. Abdicar do uso de agrotóxicos implicaria em aumentar a penosidade do trabalho, impactando também na escala de produção. Porém, essa tese pode ser refutada a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que produz de forma sustentável e em grande escala.

E7 - Está no discurso deles, mas por desconhecimento eu acho. Eles falam que o sistema agroflorestal ou a produção de orgânicos são coisas diferentes. [...] - “é porque na agroecologia hoje a gente tem que usar muito inçada”. [...] Então eles têm essa visão. Outra coisa assim que eu acho que é ideológico na verdade, - “a não dá para produzir em larga escala sem pôr veneno”. Mentira o MST produz arroz orgânico, produz toneladas, sem ter uso de agrotóxico.

Questões culturais e ideológicas foram relacionadas a essa visão de parte dos agricultores familiares. Ainda no que se refere à produção, foi mencionada a dificuldade de acesso à tecnologia, que poderia reduzir a penosidade do trabalho e aumentar a renda na propriedade. Para aqueles que participam do sistema de integração, permanecer integrado requer adequação constante, ampliando a dependência desses agricultores em relação às grandes agroindústrias.

Outro ponto levantado diz respeito à comercialização. Neste sentido, as dificuldades contemplam a falta de espaço para a agricultura familiar, especialmente nos supermercados. Mesmo nas feiras, existem desafios a serem superados, como a falta de apoio governamental e

a ausência da cultura do “ir à feira” por parte da população urbana. Além disso, tem-se a incerteza da comercialização devido à falta de previsibilidade da demanda. Segundo uma das entrevistadas, os agricultores relatam que “às vezes sobra produtos e às vezes falta” (E7).

Quando se trata de produtos agroecológicos ou orgânicos, o baixo número de produtores foi citado como responsável pelo preço superior em relação aos produtos da agricultura convencional. O tempo necessário para a venda direta também é visto como uma questão a ser superada, considerando a intensa demanda diária de trabalho desenvolvido pelos membros da família na propriedade. Nesse sentido, a ausência de tecnologias acessíveis para aperfeiçoar a venda *online* também é um desafio a ser superado. Essa modalidade de comercialização, embora tenha apresentado bons resultados durante a pandemia, não avançou após esse período devido à falta de investimentos.

Todos esses elementos afetam a qualidade de vida, tornam o meio rural menos atrativo e refletem na permanência ou não da juventude rural. A migração para as cidades, o êxodo rural e o envelhecimento da população do campo dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar e até mesmo a garantia de sua sobrevivência. Conforme observa um dos participantes do estudo

E10 - [...] então a gente percebe várias famílias já com uma certa idade com limitações físicas inclusive, problema de coluna, problema de articulação, tem muitas famílias que em função do grande esforço que fizeram ao longo da sua jornada de agricultores, né, agora depois de uma idade começam a apresentar problemas de saúde, então tem vários exemplos, não é exceção, acho que isso está distribuído, por outro lado a gente tem uma deficiência da juventude, que o jovem a força de trabalho do jovem no espaço rural, já houve um esvaziamento mais intenso em outros momentos atrás, no tempo (...) então são algumas limitações, questão mesmo do tempo, do recurso, ainda que tenham linhas diferentes, disponível, da força de trabalho, das limitações físicas, enfim.

Assim, encontrar formas para manter o jovem no campo se constitui em um dos grandes desafios impostos à agricultura familiar. Breitenbach e Corazza (2021) afirmam que a vergonha de ser agricultor é um dos fatores que desestimulam a permanência. Esses achados estão de acordo com os encontrados neste estudo, que também destaca a penosidade do trabalho e a desvalorização da figura do agricultor familiar “Porque ah... ninguém quer trabalhar sob mau tempo todo dia, ninguém quer ser estereotipado (E1)”.

Participantes do estudo que atuam como docentes na região, relataram a dificuldade de alguns de seus alunos se identificarem como agricultores familiares. “Por que as pessoas, elas acham que o agricultor familiar, principalmente aquele aluno que é agricultor, se ele se

denominar como agricultor familiar ele é atrasado [...] eles não querem ser chamados de agricultores familiares” (E9).

Ainda com relação a essa questão da identidade, foi observado que aqueles agricultores familiares ligados à agricultura sustentável possuem uma maior consciência de classe em relação aos vinculados ao agronegócio por meio do sistema de integração. Conforme pontua um dos participantes do estudo

E9 - Então, se aquele produtor orgânico que está num circuito curto ele é agricultor familiar assim como aquele produtor de suínos que entrega aqui para BRF, por exemplo. Mas a concepção desses dois não fecham. Porque esse que está produzindo suínos, ele não tem, se nós pensarmos em termos de consciência de classe, inclusive ele não sabe que ele muitas vezes defende o que não é para ele.

Essa visão demonstra a falta de valorização da agricultura familiar, que torna o meio rural menos atrativo para o jovem, impactando no aumento do êxodo rural. Paralelo a isso, ainda que em menores proporções, inicia-se um movimento no sentido oposto de retorno da juventude rural. Conforme pontua um dos entrevistados “[...] também temos jovens que estão prontos para ir novamente da cidade para o campo. É um fenômeno novo. E isso é um progresso não só para a região, mas também para todo o país” (E6).

Ao abordar a questão de gênero, ainda existem inúmeros obstáculos a serem superados, como a resistência imposta às mulheres em assumir o comando nos casos de sucessão. É comum que a mulher fique condicionada a um papel mais voltado aos afazeres domésticos e atividades consideradas menos lucrativas. Essas questões foram associadas a aspectos culturais da região. Contudo, conforme discutido por várias organizações internacionais, como ONU e FAO, a atuação das mulheres é extremamente relevante para o desenvolvimento sustentável, para agregar valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e promover a produção orgânica e agroecológica.

A discussão nesse contexto aborda fatores econômicos, ambientais e sociais que influenciam o desenvolvimento da agricultura familiar na região *locus* do estudo. As questões econômicas estão relacionadas à renda e ao acesso aos mercados, uma vez que o agricultor familiar que deseja ganhar competitividade e acessar às tecnologias acaba aumentando sua dependência devido à necessidade de financiamento junto às instituições financeiras.

Os aspectos sociais foram relacionados às questões culturais e ideológicas ligadas à falta de valorização da agricultura familiar, que afeta o senso de pertencimento à essa categoria social por parte do jovem. Além disso, foram citadas a ausência de espaços de lazer para a juventude,

a penosidade do trabalho no campo e as questões de gênero. As principais questões ambientais apontadas referem-se ao clima e às intempéries que influenciam na produção.

Tornar o meio rural mais atrativo para o jovem e reduzir o êxodo rural requer a valorização da agricultura familiar, por meio de investimentos em infraestrutura e em atendimento às demandas da categoria. Assim, o agricultor familiar empodera-se e pode contribuir em prol do desenvolvimento sustentável e do alcance dos ODS. Além disso, é necessário ampliar o acesso ao crédito e aos mercados para prover uma renda adequada e melhorias na qualidade de vida, conforme observam os participantes do estudo:

E8 – [...] porque aí um outro desafio é exatamente a questão: - “Como você consegue criar um meio rural que seja atrativo aos interesses dos jovens permanecerem?”. Atualmente não é assim, eles vão embora. Então o nosso meio rural vem envelhecendo e basicamente os filhos vão embora e vai ficando um meio rural de idosos, aí eles vão se aposentando e vai havendo um esvaziamento do meio rural.

E3 – [...] a sucessão é um grande problema porque os jovens querem lazer, eles querem renda. E assim, no próprio campo não existe muitas opções de lazer. Então é uma das grandes queixas deles [...] é que eles não querem ficar porque não tem lazer.

E1 - Então a lógica de você passar uma imagem de sucesso, a lógica de você construir uma fonte de renda completa, contínua.

Os desafios enfrentados pela agricultura familiar implicam no enfraquecimento das organizações que a representam, cuja continuidade depende da existência do agricultor familiar. No entanto, são elas que tem o papel de fortalecer a categoria, por meio de iniciativas que busquem empoderar e capacitar esses indivíduos, promovendo a formação de consciência política e da cidadania.

Enfrentar o esvaziamento do campo é um dos principais desafios para essas entidades representativas, as quais relatam que a dificuldade vai muito além de conscientizar esses sujeitos e de promover a participação. Nesse caso, o obstáculo consiste na redução do número de agricultores a serem representados. Um exemplo é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), cujos agricultores não se mobilizam mais, pois suas demandas já foram atendidas.

No caso do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), observa-se um envelhecimento do próprio movimento. As agricultoras que lideram o MMC estão envelhecendo e não foi constituída uma nova base para garantir a sucessão dentro do movimento. Embora haja participação de mulheres mais jovens, elas não têm perspectiva de permanecer no campo ou assumir atividades de lideranças, conforme relatam os participantes do estudo:

E4 – O MMC, a meu ver, é um movimento que envelhece também. As mulheres que estão ali são lideranças de muitos anos já, inclusive aquelas que conseguiram aposentadoria rural das demais agricultoras. Então é um grupo social já envelhecido. [...] O MAB, por exemplo, não consegue mobilizar muita gente porque não tem mais esse sujeito que está sendo atingido por esses processos. Os que têm já foram representados de algum modo, estão organizados no entorno das barragens por aí e eles não militam muito mais. Então está ocorrendo o esvaziando desses movimentos. [...] não é só porque...- “há tem o problema na representatividade”, mas tem a redução, inclusive do sujeito que você representava.

E1 – [...] cadê a voz de quem deveria ter feito contramovimento pra segurar o jovem no campo de fato? Então esses órgãos de apoio, eles são corresponsáveis por essa omissão e o direcionamento de quem ficou. [...] Toda uma outra lógica virou política. E esse é o grande mal dos movimentos sociais de modo geral aqui na região [...] então, esse olhar empobrecido do papel e das potencialidades que existem no campo é da omissão do poder público e dos próprios movimentos que ocuparam espaços de poder e que esqueceram das bases.

A própria caracterização da agricultura familiar representa uma barreira enfrentada por essas organizações e outros atores envolvidos na área. Embora existam definições legais sobre quem pode ser considerado agricultor familiar e conceituações teóricas bem estabelecidas, é importante considerar as especificidades da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina. Assim sendo, as entidades representativas da categoria trabalham a partir de uma concepção ampliada que perpassa os aspectos normativos.

Para a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF/SC), a agricultura familiar vai além das questões legais, envolvendo o modo de vida dos sujeitos do campo. Observa-se que essa definição pode ser confusa inclusive para o agricultor familiar, já que contempla dimensões culturais e ideológicas relacionadas à sua identidade. Essa preocupação em relação às definições e conceitos que permeiam a categoria se materializa nas palavras de alguns dos participantes do estudo, ao refletirem sobre o assunto:

E9 – E é muito engraçado também porque as concepções elas acabam se misturando. [...] aqui a gente tem uma dificuldade de saber quem é o agricultor familiar.

E8 – [...] umas das características da agricultura familiar a nível de complexidade, especialmente na nossa região aqui, ela não é muito fácil decifrar, de entender.

E1 – A categoria de agricultura familiar você tem que dimensionar, tem que conceitualizar muito bem, parametrizar muito bem, porque hoje... – ‘O que é de fato a agricultura familiar?’. Há 10 anos atrás era uma relação, era uma visão de um mundo e uma forma de atuação. Isso também tem a ver com a região e com o patamar que essa região tem hoje de inserção dentro das novas tecnologias, dentro da integração com a agroindústria, dentro das relações políticas que existem dentro do território dela.

E4 - Mas a FETRAF não trabalha com essa questão do legalismo, que define uma propriedade pelo tamanho. Mas pela concepção do que ela compreende de campo, sendo a agricultura familiar como um processo de produção ligado ao modo de vida do sujeito que está ali.

E7 - [...] eles se acham, às vezes, do agronegócio, porque muitos produzem, integrado. Produz ave e porco, para as agroindústrias [...]. Eles se acham do agronegócio assim, sabe? Tem 10 hectares de terra e se acha do agronegócio.

A dificuldade em conceituar e compreender a agricultura familiar da região é, em parte, resultado da forte influência do agronegócio. Conforme discutido anteriormente, em Santa Catarina, aproximadamente 85% dos estabelecimentos rurais pertencem à agricultura familiar, dos quais quase metade estão concentrados na região Oeste (IBGE, 2017). Porém, ela não é homogênea, pois existem agricultores familiares que participam do sistema de integração.

O nível de complexidade aumenta quando um mesmo agricultor está inserido em diferentes mercados. Por exemplo, alguns agricultores estão integrados ao agronegócio, mas também produzem para comercializar nas feiras ou no mercado informal. Em ambos os casos são agricultores familiares, a diferença concentra-se em aspectos como a escala de produção e a intensidade de capital e tecnologia envolvidos no processo, conforme descreve um dos entrevistados:

E8 - [...] você tem um agricultor que tem um aviário, mas que produz para feira livre, o agricultor que tem um aviário e produz salames para comercializar e os amigos que moram na cidade que encomendam lá. Por exemplo, produção confinada de leite com cem vacas leiteiras, tudo mecanizado. Tem agricultores que já tem ordenha que é feita por robô, eu conheço alguns que tem. São agricultores familiares, e só esse robô custa um milhão de reais. [...] até aquele agricultor que produz leite ainda no sistema tradicional, mais convencional a base de pasto. Com quinze, vinte animais, até menos às vezes, que entrega duzentos litros de leite por dia, uma escala bem menor. Ou então agricultores que já foram excluídos de atividade leiteira. Que transformam esse leite em queijo e que vendem o queijo, informalmente, nas cidades.

A subcategoria de análise ‘relações com o agronegócio’ aborda a relação dicotômica entre agronegócio e agricultura familiar, uma dinâmica que não é novidade e que vem se desenvolvendo desde a Revolução Verde. Com o passar dos anos, as disparidades ficaram ainda mais evidentes, especialmente em termos de investimentos financeiros, pesquisa e assistência técnica, bem como devido à atuação governamental concretizada a partir da implementação de políticas públicas.

Na região Oeste, a relação entre o agronegócio e a agricultura familiar é materializada por meio do sistema de integração, que impõe ao agricultor familiar novas formas de produção. O processo produtivo passa a seguir as normas das agroindústrias e grandes cooperativas, que também adquirem a produção. Assim, se por um lado existe a dicotomia entre agricultura familiar e agronegócio, por outro lado há uma certa dificuldade em fazer as devidas distinções entre ambos.

Quando o agricultor familiar produz para o agronegócio, insere-se nas cadeias longas de produção, nas quais grandes corporações definem o que produzir, como e para quem. O domínio do agronegócio na região, focado na industrialização e na monocultura é colocado

como um dos grandes desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar. Tendo em vista que acaba suplantando duas de suas grandes potencialidades: a diversidade e a qualidade dos alimentos.

O foco na produção de *commodities* contribui para o aumento das desigualdades sociais e da fome, no Brasil e no mundo. Manter-se nesse mercado exige muitos investimentos em tecnologia para garantir a produção em escala, o que nem todos os produtores conseguem atender. Nesse sentido, foi relatado que a porta das *commodities* está se fechando rapidamente para os agricultores familiares menos capitalizados. Porém, esse sistema não é interessante para o agricultor familiar, que precisa de geração de renda durante o ano todo, algo que poderia ser mais fácil por meio de uma produção diversificada.

E4 - Santa Catarina é o grande laboratório da Revolução Verde no Brasil. [...] Todos os processos que deram certo na Revolução Verde aqui em Santa Catarina, foram espalhados por outras regiões do Brasil.

E6 - Com as tecnologias do pacote tecnológico que visam a industrialização cada vez maior da agricultura, impulsionadas por muitas cooperativas em nossa região, estamos produzindo alimentos de pior qualidade, com mais custos e destruindo o meio ambiente.

E8 - Os mercados das *commodities* ainda são a principal opção de inserção econômica desses agricultores [...]. Mas nesse mercado fica quem tiver uma escala mínima de produção. Que tenha condições de ter uma estrutura mínima que viabilize a compra de máquinas e equipamentos para ter uma produção, altas produtividades, altíssima tecnologia. Os demais não têm mais como permanecer na produção de grãos.

E9 - E esse produtor de soja, esse produtor de milho, esse produtor de suíno, esse produtor de frango ele é o hegemônico. E o agricultor agroecológico, aquele que vende na feira enfim, é a resistência, é o alternativo.

O agronegócio, por meio de tecnologias como os transgênicos e o uso intensivo de agrotóxicos, retira a liberdade de escolha em termos de produção e consumo. Os agricultores ficam reféns devido à necessidade de aquisição de sementes e insumos, enquanto os consumidores ficam sem alternativas de consumo. A dependência em relação às grandes corporações agrícolas, que dominam cada vez mais o sistema produtivo, é um tema recorrente. Segundo os participantes do estudo, diante desse cenário, a agricultura familiar acaba perdendo a sua essência.

E4 - Quando você vai propor, por exemplo, o modo de produção diferenciado, sustentável, tá, você vai enfrentar toda essa estrutura que tem pelo menos, pelo menos 70 anos aqui implementado e é uma estrutura de resultado, é inquestionável isso. De resultado, tanto que o nosso PIB, boa parte é do agronegócio. Em torno de 40 e 50% quase. Santa Catarina é agronegócio, é poderoso o negócio. [...] Então assim, muitas das potencialidades que estaria colocado em Santa Catarina hoje, por exemplo, para produzir de modo sustentável, elas são sobrepostas por essas estruturas de produção dos pacotes tecnológicos, de modo especial, norte-americanos ou europeus, da Bayer.



Enfim... de outros lugares que nem são mais implementados na Europa, mas que continuam sendo implementados hoje aqui.

Os elevados investimentos em tecnologia também resultam em uma dependência do sistema financeiro. O agricultor familiar cooptado por esse sistema acaba deixando de produzir, inclusive para autoconsumo. É justamente nesse tipo de produção que reside a manutenção das tradições e da cultura, evidencia a qualidade dos alimentos e contribui para a saúde e a segurança alimentar do agricultor e sua família. Além disso, o excedente poderia garantir uma renda adicional e movimentar o mercado local por meio das cadeias curtas.

E6 – [...] os agricultores estão colocados numa condição de submissão, muitas vezes em função do fornecimento de alguns insumos que eles mesmos não podem produzir. As grandes corporações agrícolas têm monopolizado o fornecimento desses insumos. E4 - Nessa grande lógica do agronegócio, principalmente das integrações, em Santa Catarina esse sujeito do campo, ele não é mais dono do seu tempo. Ele não é mais dono da sua propriedade. [...] Ele é condicionado dentro de um contrato social que determina o que ele vai produzir e como ele vai usar o tempo dele nesse processo de produção.

E7 – [...] por exemplo, se você tem uma granja de uma agroindústria, você não pode ter uma galinha caipira porque segundo a agroindústria vai contaminar as outras galinhas. Então assim, a gente vê que eles têm terra, estão nessa lógica e recebem o dinheiro e não plantam um pé de alface. Compram tudo no mercado.

E4 – [...] ele não produz mais pão em casa, ele não produz mais mandioca em casa. Porque é perda de tempo e não tem mais a horta também. Por quê? Porque ele compra tudo no supermercado dessa grande cooperativa.

Atrelado a isso, observa-se um movimento no sentido de invisibilizar a existência da agricultura familiar e dos povos tradicionais. A narrativa do “agro é pop, agro é tech” é vista um importante fator limitante. A agricultura familiar não possui a mesma capacidade de inserção na mídia para contrapor esses discursos hegemônicos. Ou seja, a contra narrativa ainda carece de mais espaço para se disseminar, trata-se de uma luta desigual, como expressam os participantes do estudo:

E4 - Aquela propaganda de que ‘o agro é pop, o agro é tec, o agro é tudo’, por exemplo, ele faz até com que a pitanga e a guabiroba se tornem agro, que são nativas. Esse sistema tem 52 inserções por dia na TV. [...] O Globo Rural no domingo de manhã chega a 98.000.000 (noventa e oito milhões) de famílias no Brasil. Então nós estamos fazendo a disputa de linguagem, sem ferramentas de comunicação de massa. Então, é desigual. É muito desigual!

E6 - Existe uma forte pressão da mídia como um instrumento, um aparato todo de propaganda para cima da sociedade. Para fazer com que a sociedade consuma aquilo que ela não está disposta a consumir.

E5 - O termo agronegócio no qual, ele volta a tentar englobar todo o mundo a tornar uma outra identidade que destrói aí a identidade agricultura familiar. Ou esconde ela ou torna ela uma peça acessória ao movimento do agronegócio.

Mesmo frente à importância do agronegócio para o desenvolvimento econômico da região, devem ser considerados outros aspectos, como os sociais e ambientais. Para alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões, é importante observar a diversidade, a qual o agronegócio acaba por vezes suplantando. Além disso, o uso desenfreado de agrotóxicos acelera a degradação ambiental.

A dimensão social é impactada pela dependência do agricultor familiar, que reflete na sua capacidade de geração de renda. Também está relacionada à saúde e à insegurança alimentar, devido ao consumo de alimentos de baixa qualidade. De modo geral, as relações com o agronegócio, assim como aquelas estabelecidas com as entidades representativas e os aspectos próprios da dinâmica da agricultura familiar, têm impacto na qualidade de vida do agricultor familiar.

Para resistir aos avanços do agronegócio, a agricultura familiar requer apoio governamental, da mesma forma, o fomento à produção orgânica e agroecológica depende de ações governamentais. A subcategoria ‘relações com o poder público’ aborda essas e outras questões pertinentes às ações e omissões do Estado em relação à agricultura familiar. Os resultados da pesquisa apontam o enfraquecimento das políticas públicas e a extinção de ministérios e programas importantes para a agricultura familiar

Aqui cabe um adendo com relação ao período da coleta de dados, que foi realizada antes da transição no governo federal, ocorrida em 2023. É a partir daquele contexto que os participantes do estudo listaram os desafios encontrados nas relações entre a agricultura familiar e o poder público. Após o desenvolvimento dessa etapa da pesquisa, ocorreu uma reformulação na estrutura do governo e algumas das medidas apontadas pelos entrevistados, foram revertidas.

Foi unânime a preocupação, por parte dos entrevistados, com o enfraquecimento das políticas públicas e o avanço do agronegócio. Além disso, destacaram a liberação de agrotóxicos e o fortalecimento da bancada do agronegócio no legislativo, atrelados a uma política determinada a “passar a boiada”<sup>8</sup>. Um exemplo foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016. As atribuições do MDA estavam vinculadas diretamente à promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar.

Criado em 1996, o MDA era responsável por políticas voltadas à reforma agrária e ao acesso ao crédito. Durante alguns anos, foi reduzido a uma secretaria vinculada à Casa Civil,

---

<sup>8</sup> A expressão “passar a boiada” foi abordada de forma recorrente pela mídia, após o então Ministro do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles usá-la em uma reunião ministerial, ocorrida em abril de 2020. O vídeo da reunião tornou-se público por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). A fala do Ministro foi vinculada a uma série de medidas que flexibilizavam a proteção ambiental.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Assim, muitas de suas atribuições foram transferidas para outros órgãos. Além da redução dos investimentos, a extinção do MDA deixou os programas “muito soltos” (E7), reduzindo a efetividade das ações propostas.

Dentre esses programas estão o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), embora vinculada ao Ministério da Saúde (MS), também tinha relações estabelecidas junto ao MDA, em função do PRONAF.

Com relação ao crédito, os participantes do estudo consideram que os programas voltados a viabilizar o acesso ao crédito, criados pelo governo federal, ainda são limitados. Observam que o PRONAF, ao longo dos últimos anos, perdeu sua essência e atualmente se assemelha a um financiamento bancário ‘normal’. Além disso, evidenciam a carência em programas com foco na agricultura familiar sustentável ou alternativa.

Da mesma forma, foi destacada a redução dos investimentos em programas voltados à aquisição de alimentos, como o PAA e PNAE. As compras institucionais são responsáveis por grande parte da renda de muitos agricultores familiares. Assim, essas ações têm impacto direto na vida dessas famílias. Também foi relatada a dificuldade dos agricultores familiares em participarem dos processos de compras públicas.

Outro obstáculo relacionado ao poder público diz respeito às questões burocráticas. As normas, que por vezes são tão rigorosas que restringem a atuação dos agricultores familiares, que ao não conseguirem atendê-las, ficam impedidos de formalizar-se, passando a atuar apenas no mercado informal. Nesse sentido, evidencia-se, mais uma vez, a falta de valorização da agricultura familiar, privando estes sujeitos do empoderamento que poderiam obter por meio do acesso ao crédito, aos mercados e à renda.

Também foi abordada a Política de Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS) e sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável, tendo em vista que, a produção de fitoterápicos requer o cultivo de plantas medicinais livre de agrotóxicos. Um dos entrevistados, envolvido na condução dessa política pública no estado, relata preocupação com a sua implementação. Embora existam políticas estaduais e nacionais na área, observa-se a falta de regulamentação e incentivos governamentais para o setor.

Além disso, ressalta-se a crescente consolidação do agronegócio em termos de representatividade política, fortalecendo ainda mais o setor em detrimento da agricultura

familiar. A limitação de recursos tem gerado uma reação em cadeia. Um exemplo foi a redução de ações voltadas à agricultura familiar em uma universidade pública, após a mudança de governo em âmbito federal e estadual, em 2016

E6 – [...] a agroindústria, que tem poder cada vez maior no Brasil, também no parlamento, mas especialmente agora no governo.

E9 - Com agronegócio, a agricultura familiar ou essa produção mais alternativa, a gente tem um grande entrave que é o Senado. A gente sabe que o Senado ele é muito do (Partido X), então vai querer vir com tudo para a questão do liberalismo e de produção de *commodities*.

E3 - Então a universidade, na gestão anterior [...] em termos de governo, se tinham mais ações. Então com o governo atual, que é mais focado para o agronegócio, não houve muitos incentivos. Então eu acho que encolheu muito a questão das pesquisas, dos projetos de ajuda a essa população.

E8 - Sem dúvidas nenhuma a fragilização das políticas públicas no Governo Federal teve um grande impacto nessa agricultura, desde cortes do PRONAF, redução dos recursos. [...] Tem um conjunto de desafios que tem que ser superados para esses agricultores conseguirem se inserir esses novos mercados, eu vou citar por exemplo, a questão da legislação higiênico sanitária e fiscal, para você produzir por exemplo, um queijo artesanal, um embutido, produto de origem animal em especial, as normas são muito duras, e são poucos agricultores que conseguem formalizar essas produções.

E1 - Legislação não falta para dar diretrizes. Então você tem uma Política Estadual de Práticas de Plantas Medicinais, tem uma Política Estadual de PICS, de práticas integrativas. Mas você não tem regulamentação nenhuma.

Por outro lado, evidenciou-se uma maior mobilização e engajamento dos agricultores familiares, diante de governos que privilegiam o agronegócio ou que não são alinhados com os interesses da agricultura familiar. No entanto, cabe destacar que os movimentos sociais precisam de organização e estratégias de mobilização constante, independentemente do governo vigente, para que seus esforços gerem efeitos esperados.

A participação da sociedade civil é de fundamental importância na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, Fóruns e Conselhos representam ferramentas que permitem ao poder público estabelecer uma comunicação efetiva com a sociedade. Dada a diversidade dos grupos que compõe esses espaços de discussão é possível conhecer as demandas e buscar equilíbrio entre os interesses distintos. Por essa razão, a extinção desses espaços de discussão produz impactos negativos na elaboração de políticas públicas mais inclusivas.

E2 - Geralmente tinha um representante da sociedade civil, tinham representantes do governo. Então tem uma relação bem certinha de quem deve compor. Quem organiza é a Secretaria dos Conselhos do próprio município.

E4 – [...] nos governos, mesmo que era do nosso campo, se tem dados de que apenas 15% dos agricultores familiares conseguiram melhorar de vida. Então significa o que? Que mesmo sendo o governo do teu campo, significa que faltou também desses atores sociais avançarem na busca da construção de políticas ou de processos que pudessem... pelo menos que um grupo social maior desses representados pudessem ter melhorado de vida no campo.

As barreiras impostas à agricultura familiar apontados pelos participantes da pesquisa, em sua maioria já forma relatados em estudos anteriores. Exterckoter (2016, p. 13) ao estudar a região, destaca como principais desafios “o êxodo rural, o envelhecimento da população e o comprometimento da qualidade ambiental”. A sucessão familiar foi discutida no âmbito da região Sul (Breitenbach; Corazza, 2021) e no Oeste Catarinense (Kruger *et al.*, 2019), e os resultados evidenciaram o apoio governamental, como determinante para o processo sucessório.

A ação do poder público é fundamental no estímulo à agroecologia e à produção orgânica. A falta de investimentos nessa área é um grande obstáculo para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Esses apontamentos reafirmam os achados de Fossá (2021), para quem políticas como o PRONAF podem ampliar as linhas de crédito para fomentar a agricultura sustentável e promover a inclusão de jovens, mulheres e outros grupos sociais vulneráveis.

O Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Chapecó (PDRC), além de apontar esses fatores limitantes, acrescenta que os problemas ambientais estão relacionados ao uso indiscriminado de agroquímicos, à contaminação das águas e à questão climática. Cita aspectos econômicos, como a concentração do PIB rural em apenas quatro cadeias (leite, aves, suínos e grãos) e as dificuldades na comercialização.

Ou seja, o PDRC confirma os resultados do estudo acerca da perda da diversidade na agricultura familiar. Além disso, aponta a falta de investimentos em infraestrutura e telecomunicação nas áreas rurais (Chapecó, 2015). O Quadro 20, apresenta uma síntese dos desafios apontados, listando os principais temas discutidos em cada uma das categorias de análise.

Quadro 20 – Principais desafios: categorias de análise e temas abordados

<b>Categorias de análise</b>	<b>Temas abordados</b>
Agricultura familiar e suas organizações	Penosidade do trabalho, envelhecimento da população rural, êxodo rural, falta de valorização da agricultura familiar, dependência em relação à natureza, dificuldade para produzir de modo sustentável, questões culturais e ideológicas, dificuldade para definir a agricultura familiar, barreiras para acesso a mercados, redução no número de atores a serem representados pelos movimentos sociais, envelhecimento e falta de formação de base desses movimentos. Dependência em relação às grandes corporações agrícolas e ao sistema financeiro.
Relações com o agronegócio	Sistema de integração, uso excessivo de agrotóxicos, degradação ambiental, transgênicos, dependência do agricultor familiar, dificuldade com relação ao acesso às tecnologias, foco na monocultura, industrialização, sobreposição à agricultura familiar ou sua tentativa de invisibiliza-la, via disseminação de narrativas na mídia. Disparidade em relação aos investimentos financeiros, em pesquisa e assistência técnica. Inibe a produção para autoconsumo, e por consequência, a qualidade dos alimentos e a manutenção de tradições e questões culturais.
Relações com o poder público	Rigidez nas regulamentações para comercialização, carência de políticas voltadas à produção sustentável e grupos com maior vulnerabilidade como mulheres e jovens,

	dentre outros grupos, foco em políticas assistencialistas. Enfraquecimento de políticas públicas, extinção de ministérios e programas importantes para o setor. Expansão das liberações para uso de agrotóxicos. Fortalecimento da bancada voltada ao agronegócio no legislativo. Programas de acesso ao crédito ainda são limitados para uma grande parcela dos agricultores menos capitalizados. Processos de compras públicos muito burocráticos. Falta de fomento e incentivos para a agricultura familiar. Extinção de fóruns e conselhos.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os resultados da pesquisa evidenciam a importância e predominância do agronegócio na região Oeste de Santa Catarina. Destaca-se que embora as relações com o agronegócio tenham sido consideradas um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura familiar, a discussão não visa sobrepor um tipo de agricultura ao outro. Conforme as palavras de uma das participantes do estudo “ Eu acho que o Brasil é dual. A gente sempre teve essa dualidade na agricultura. Eu acho que precisa ter um olhar sensível para os dois” (E9).

Nesse sentido, as relações estabelecidas no âmbito das organizações representativas do agricultor familiar são vistas como alternativa para esses atores buscarem o reconhecimento e a valorização da agricultura familiar. A mobilização constante desses grupos é uma maneira de dar à categoria junto ao poder público e a sociedade em geral. O próximo tópico abordará as potencialidades presentes para esta área na região Oeste de Santa Catarina.

#### 4.2.2 Potencialidades para a Agricultura Familiar da Região Oeste de Santa Catarina

Este tópico apresenta as principais potencialidades identificadas na agricultura familiar da região Oeste, conforme elencadas pelos participantes do estudo. As informações foram sistematizadas com o objetivo de fornecer uma perspectiva abrangente acerca das possibilidades para o desenvolvimento do setor. Foram identificadas, com apoio do *software* Nvivo, quatro subcategorias: produção, mercados, pluriatividade e cooperação. O Quadro 21 apresenta os resultados dessas codificações, destacando o número de menções para cada uma das categorias.

Quadro 21 - Potencialidades da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina

Potencialidades	Fontes	Referências
Produção	10	64
Mercados	9	37
Pluriatividade	9	25
Cooperação	9	21

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Nvivo (2024).

A subcategoria ‘produção’ foi citada por todos os participantes do estudo, destacando-se com o maior número de menções, totalizando 64 referências. As demais subcategorias foram

citadas por nove dos participantes. As potencialidades relacionadas aos ‘mercados’ foram referenciadas 37 vezes, enquanto a subcategoria ‘pluriatividade’ obteve 25 menções e a subcategoria ‘cooperação’ foi mencionada 21 vezes. A Figura 12 ilustra graficamente onde se encontram as principais potencialidades da agricultura familiar.

Figura 12 – Principais potencialidades



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Nvivo (2024).

Notavelmente, ocorreu a predominância da categoria ‘produção’, evidenciando o potencial existente nas formas de produção da agricultura familiar. Embora nem todos os agricultores familiares adotam métodos sustentáveis, é justamente nesse contexto agrícola que se observa a maior probabilidade de encontrar essas práticas. Segundo a FAO (2019b), os agricultores familiares são capazes de implementar prática agrícolas resilientes, com alta produtividade, que promovem a conservação da biodiversidade e do meio ambiente.

Além disso, a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção dos alimentos que chegam à mesa do consumidor. São essas possibilidades que permitem ao agricultor familiar oferecer contribuições para o alcance de sistema alimentares sustentáveis, inclusivos e diversificados, bem como para a geração de renda nas áreas rurais (FAO, 2019b). Nessa subcategoria foram abordados aspectos relativos à produção orgânica, à agroecologia e aos processos de transição agroecológica.

É importante ressaltar que, embora a produção orgânica e agroecológica tenham sido incluídas na mesma subcategoria, existem distinções entre elas. Conforme discutido anteriormente, a agroecologia vai além da questão do uso de agroquímicos e do pilar ambiental da sustentabilidade. Ela contempla questões culturais, sociais e preocupa-se com a qualidade de vida e com o empoderamento do agricultor familiar (Caporal; Costabeber; Paulus, 2011; Niederle *et al.*, 2019).

Em consonância com o posicionamento da FAO, os resultados da pesquisa apontaram os principais benefícios da produção sustentável, os quais abarcam possíveis melhorias na

qualidade de vida. Foram listados e aspectos relativos à saúde, tanto do produtor rural, ao não fazer uso dos agroquímicos, quanto do consumidor ao consumir produtos mais saudáveis. Sob essa ótica, os principais benefícios estão ligados à segurança alimentar e aos ganhos no aspecto nutricional.

Adicionalmente, associado à saúde, foi abordado o cultivo de plantas medicinais como uma importante potencialidade para a agricultura familiar regional. Como exemplo, destaca-se um projeto em desenvolvimento voltado à implementação de um Arranjo Produtivo Local (APL) direcionado ao fomento da produção de plantas medicinais. Da mesma forma, foram citados aspectos relativos ao meio ambiente, agroecologia e ao alcance de um desenvolvimento local sustentável.

O processo de transição agroecológica merece uma atenção especial, pois é justamente nessa fase que o agricultor, além de acessar conhecimentos tradicionais, necessita de um suporte mais intensivo. Esse apoio contempla os órgãos governamentais e as entidades representativas, já que a assistência necessária vai desde a conscientização até o suporte técnico. O destaque para a agroecologia pode ser evidenciado a partir das falas de alguns dos participantes da pesquisa:

E1 – Então a agroecologia é uma abordagem, é um modo de vida que permite que a gente possa ter uma esperança. [...] Eu acho que a agroecologia é o caminho.

E3 - Porque a agroecologia é muito mais do que a agricultura orgânica em si [...] eles têm uma paixão por uma causa muito grande, que é de você vender a preços justos também. De você preservar o meio ambiente, de você não deixar sumir algumas espécies até de sementes que vão gerar produtos diferenciados, orgânicos. Então eles têm toda uma preocupação [...] nossa, fiquei encantada com a forma que eles se organizam, a forma como eles defendem essa causa.

E6 - A agroecologia é a forma mais avançada de tecnologia disponível para fortalecer a agricultura familiar.

Experiências bem-sucedidas, como o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH) e os Sistemas Agroflorestais (SAF), foram citadas como exemplos. Essas e outras práticas inovadoras desenvolvidas na região serão apresentadas mais detalhadamente nas próximas seções. Foi amplamente destacado o potencial e as contribuições relacionadas à qualidade e à diversidade dos produtos oriundos da agricultura familiar, evidenciadas sobretudo na produção orgânica e agroecológica.

Tanto a diversidade quanto a qualidade foram fortemente relacionadas à produção para autoconsumo. Embora a perda desses elementos tenha sido citada como um desafio importante a ser superado, eles também se constituem em potencialidades primordiais para o desenvolvimento do setor. Considerando que, nesse contexto, o agricultor familiar produz e ao mesmo tempo consome parte de sua produção.



Nesse sentido, destaca-se a preservação da biodiversidade, que tradicionalmente ocorre por meio da produção e troca de sementes crioulas. Essa temática vincula-se muito fortemente às questões de gênero, destacando o papel da mulher, em especial quando se trata da agroecologia.

Ao homem, tradicionalmente, cabe a parte comercial da propriedade, que na região está muito ligada ao agronegócio. A mulher, por sua vez, assume a responsabilidade pela preservação e troca de sementes, no cuidado com a horta, no resgate de saberes tradicionais. Valorizar estes aspectos, principalmente por meio da agroecologia, é uma forma de dar visibilidade e destacar a importância da mulher. Isso se constitui em uma oportunidade de empoderamento, conforme já evidenciado em estudos anteriores (Andersson, 2015).

Esse empoderamento advém do protagonismo assumido pelas mulheres rurais por meio da agroecologia. Enquanto na agricultura convencional as práticas estão, em sua maioria, sob responsabilidade masculina, a agricultura sustentável reforça a importância e a participação feminina (Andersson, 2015). Os achados desse estudo estão alinhados a esse posicionamento, conforme evidenciam as falas de alguns dos participantes

E9 - A questão da produção orgânica, porque o que [...] os produtores produziam para comer, eles produziam diferentes do que eles produziam para vender. Porque para venda precisava de um produto aparentemente mais bonito, mas tinha mais veneno. E o que eles comiam que era do autoconsumo era sem veneno. Então, eles produziam separado.

E6 - Uma outra forma típica do atual momento e que coloca a agricultura familiar no foco de muitas grandes organizações mundiais, inclusive a FAO, se refere à produção de alimentos com maior qualidade. E essa é uma das características históricas da agricultura familiar: produzir com maior qualidade, porque as pessoas que produzem são as mesmas que consomem.

E5 - Porque aí pela forma tradicional de organização das propriedades rurais e das famílias, o homem sempre teve o protagonismo mais no comercial e a mulher no cuidado. [...] Então, se quiser buscar aonde está a diversidade e o potencial da agricultura familiar, vai para dentro da cozinha, para dentro das propriedades, ver o que o povo está fazendo para si mesmo [...] ali tu vai encontrar dentro da parte do autoconsumo, a preservação de sementes, de jeitos de fazer as coisas, da tradição, da forma tradicional de fazer. Então ela se preserva dentro desse espaço da produção em torno de casa, na horta.

E7 - [...] elas estão sempre inventando outras coisas, fazendo uma compota de doce, fazendo queijo, pão, bolacha, não sei o que... até para o próprio consumo. [...] Eu vejo que essa perspectiva de fazer uma agricultura familiar diversificada e tal está mais na perspectiva das mulheres.

A produção leiteira também é vista como uma potencialidade. Embora seja uma atividade mais tradicional, se constitui em uma alternativa para os agricultores excluídos do sistema de integração. Dentre as principais vantagens está o fato de que ela permite uma renda constante ao longo do ano. O trabalho não é tão penoso quanto a lavoura, podendo ser realizado

por agricultores mais idosos. Permite agregar valor a partir da produção de produtos derivados, ampliando as oportunidades de comercialização e aumento da renda, conforme observam alguns dos entrevistados

E8 – [...] aí surgiu o leite com opção, atividade leiteira de reinserção desses agricultores aos mercados. Então essas são as atividades, em especial leite que consegue inserir o maior número de agricultores.

E7 - E outra coisa também que muitos ali, os pais trabalham, é com o leite. Que é uma coisa assim também bem comum nos assentamentos. Porque o leite ele não tem sazonalidade [...] não tem safra. Então isso também pode um mês ou outro aumentar um pouco ou reduzir. Mas é algo que garante uma renda para eles e não é uma situação tão, como que eu posso dizer... não é uma situação assim tão opressora como a agroindústria da carne.

Após discutir sobre o potencial encontrado nas formas de produção da agricultura familiar, cabe explorar as estratégias utilizadas para comercialização. Embora a dificuldade de acesso aos mercados tenha sido considerada um grande desafio, as alternativas de encontradas nessa área são vistas como potencialidades. Nesse contexto, a subcategoria ‘mercados’ aborda a inserção econômica dos agricultores familiares, especialmente a partir das cadeias curtas ou Circuitos Curtos de Comercialização (CCC).

Conforme já apontado na literatura (Cazella *et al.*, 2020), os resultados da pesquisa evidenciam que as famílias que aderem a esses formatos de comercialização são as que têm maior probabilidade de produzir para autoconsumo. São esses agricultores que relatam ter maior economia na aquisição de alimentos, em função da maior variedade da produção e devido à melhor percepção de valor monetário, adquirida junto aos clientes em função da venda direta. Ademais, são formas de ampliar a renda dessas famílias.

Dentre os benefícios citados, a redução de intermediários foi destacada como elemento central devido ao seu impacto positivo na redução do desperdício de alimentos e dos gastos com transportes. Isso consequentemente reduz a poluição decorrente das distâncias percorridas nas cadeias longas. A oferta de produtos frescos, com maior qualidade e diversidade, e com preços mais acessíveis para o consumidor, impacta positivamente na saúde e na segurança alimentar.

Ao oportunizar o acesso a mercados, as cadeias curtas contribuem para aumentar a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e fortalecem o desenvolvimento regional sustentável. Além disso, permitem uma maior aproximação entre o agricultor e o consumidor, uma reaproximação entre o campo e a cidade. Da mesma forma, foi relatada a importância das compras institucionais, consideradas fator determinante na renda de muitas famílias.

Nesse sentido, os participantes do estudo apontam a necessidade de fortalecimento de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse olhar para os mercados institucionais é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar, já que se traduzem em grandes oportunidades de inserção nos mercados para o agricultor familiar.

E1 - Então é um nicho no mercado que eles ocuparam e estão tentando tirar o melhor proveito dali, até mesmo porque você tem um preço diferenciado. Quando você fala no produto orgânico, num PNAE, num PAA, que são programas de aquisição, você tem um valor diferenciado.

E3 - [...] a gente ganha muito em termos de qualidade do alimento que é disponibilizado. Nós temos um impacto econômico porque a gente injeta na economia local um recurso que poderia ir para um grande comercializador. A gente tem um ponto de vista ambiental, porque a gente trabalha numa cadeia curta de produção e distribuição de alimentos e também traz esses agricultores para uma relação de consumo maior do que eles estão acostumados. Então, acho que tem várias frentes. Ele ajuda socialmente; economicamente; em termos ambientais. Eu acho que só existem ganhos.

Contudo, os agricultores precisam ampliar suas alternativas de inserção econômica, para não ficarem dependentes exclusivamente desses programas de governo. Nesse sentido, merece destaque o papel das feiras da agricultura familiar e feiras agroecológicas. Existem feiras desenvolvidas em parceria com universidades, citadas como exemplo de experiências inovadoras, além das tradicionais feiras livres em Chapecó, coordenadas pela prefeitura municipal.

A certificação da produção orgânica e agroecológica, assim como a certificação de procedência por meio de selos, foram citadas como formas de valorização dos produtos. Na região, destaca-se a existência do selo de qualidade ‘Sabor Colonial’, implementado a partir do Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira (Propagro), institucionalizado em 1998, por meio da Lei Estadual nº 10.731 (Santa Catarina, 1998).

Algumas oportunidades que poderiam ser melhor exploradas na região dizem respeito à formação de parcerias com a iniciativa privada para potencializar a venda de produtos orgânicos e agroecológicos. Uma possibilidade seria estabelecer uma relação mais próxima com proprietários de restaurantes. A exemplo do que já ocorre em outros locais, seria importante que esses empresários conheçam o processo produtivo para compreender como funciona a oferta de produtos.

Também foi citada a destinação de espaços para venda dentro dos supermercados, no formato de quiosques, semelhante às iniciativas que já são desenvolvidas em grandes centros.

Foi relatada a existência de um projeto para um ônibus voltado à comercialização de produtos da agricultura familiar. Ao circular pela cidade de Chapecó, ele facilitaria o acesso dos consumidores aos alimentos frescos e saudáveis. Por outro lado, seria uma oportunidade de renda para o agricultor familiar.

Apesar de parecer promissora, a ideia não foi implementada até o momento, por diversos fatores, incluindo questões burocráticas. São alternativas que poderiam ampliar os locais de oferta dos produtos da agricultura familiar, disponibilizando-os também para o consumidor que não tem a cultura do ‘ir à feira’. Foram citadas experiências exitosas desenvolvidas durante a pandemia, as quais poderiam ser melhor exploradas, conforme ilustram as falas de alguns dos entrevistados

E3 - Tem que respeitar os ciclos da natureza. Então, ele chamava esses donos de restaurante para conhecer a propriedade para ver como que era feito e justificar por que que não pode o ano todo ter todos os produtos que precisa ter uma rotatividade das culturas.

E6 - Se conseguirmos agregar mais valor a essa produção, industrializando-a e colocando-a no mercado de uma forma diferenciada, também articulando a relação com o consumidor, certamente nós teríamos uma produção de alimentos mais saudável. [...] No contexto de pandemia esse tipo de tese se fortaleceu, especialmente com a maior preocupação com a saúde dos alimentos e as novas formas de mercado, fortalecidas com as entregas diretamente nas casas dos consumidores.

E3 - Bom, na pandemia eles tiveram que começar a usar mais o *WhatsApp* para venda, mas ainda penso, eles não têm muitos aplicativos, essas coisas. Para tornar mais prático até a própria forma de você fazer o pedido.

Os entrevistados destacam a importância de agregar valor aos produtos para comercialização e pensar em formas de potencializar o uso da propriedade. Nesse sentido, foi mencionada a ‘pluriatividade’, cujas atividades não precisam estar necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra. Além de conduzir a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade, ela contribui para aumentar a renda e a inserção profissional dos membros da família.

Neste estudo, a pluriatividade foi associada ao turismo rural, citado como uma ferramenta valiosa para reaproximar o campo e a cidade. Da mesma forma, as agroindústrias familiares consistem em uma forma de agregar valor à produção. Normalmente os produtos provenientes dessas agroindústrias são de origem orgânica ou agroecológica. Contudo, essas iniciativas ainda carecem de mais investimentos e políticas públicas para aumentarem seu alcance.

São inovações que podem ser impulsionadas por meio da organização dos agricultores familiares em associações e cooperativas. Ficou evidente a importância da ‘cooperação’ e sua

contribuição tanto para a produção quanto para a comercialização dos produtos. A economia solidária e o cooperativismo são muito presentes na região, elas permitem o compartilhamento de conhecimentos, experiências e recursos, conforme relatam os participantes do estudo

E6 - Poderíamos considerar aqui também uma perspectiva importante para a agricultura familiar que é a chamada pluriatividade, ou então, multifuncionalidade da agricultura familiar. Em outras palavras: a partir da produção de alimentos, podemos integrá-la a outras atividades econômicas, como por exemplo o turismo [...] essas diversas atividades integradas, por sua vez, poderiam contribuir para que os agricultores pudessem ter uma melhor ocupação do seu tempo de trabalho no ano inteiro. [...] Uma das formas possíveis para conseguir agregar valor à essa produção é industrializar e comercializar ela de forma cooperativa.

E3 - E outra questão, talvez a própria agregar valor ao produto já na propriedade, tem pequenas agroindústrias e tudo, mas a gente vê que ainda é carente esse sistema. [...] essa questão, dessa preocupação em trabalhar de maneira diferente, de ter toda essa preocupação com o meio ambiente e também, como é uma causa que se defende, ela é muito além do que justamente você só ter um negócio.

E8 - [...] muitas dessas agroindústrias são, senão são completamente orgânicas ou agroecológicas, se aproximam disso, desse movimento.

E4 - Então, as potencialidades do campo, elas são imensas, desde o turismo rural, algumas experiências vêm surgindo na região [...] citando um exemplo daqui, no ASAS que é de agroflorestas. [...] que não é só agrofloresta. É um espaço pluriativo de atividades que acontecem ali, de renda, de qualidade de vida e de potencialidades sendo implementadas ali e que é uma catarse para qualquer ser humano urbanoide como eu e você ir lá e visitar.

E7 - Tem a experiência lá do Pachamama, no assentamento em que eles fazem as feiras, o café colonial, essas coisas assim.

E4 - tentando trazer eles para dentro do princípio de que cooperação intercooperação não são conceitos da economia solidária, ou da administração, ou do cooperativismo, enfim. Mas é princípio universal das relações do mundo, de tudo o que participa aqui nesse mundo se dá para cooperação e intercooperação. Para mim, essa é a definição primeira, nada nesse mundo existe isoladamente.

Várias das potencialidades descritas pelos participantes da pesquisa já foram apontadas em documentos e estudos anteriores. O Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Chapecó aponta como fatores positivos a produção orgânica, a diversificação na produção, a qualidade dos alimentos, o incentivo à comercialização por meio das feiras livres e do PAA. Além disso, destaca as oportunidades de desenvolvimento da agricultura familiar por meio da pluriatividade, do agroturismo e do associativismo dos produtores (Chapecó, 2015).

No entanto, destaca-se que enquanto o poder público municipal coloca o sistema de integração e as grandes cooperativas e agroindústrias como oportunidades de desenvolvimento regional (Chapecó, 2015), os participantes do estudo os percebem como desafios para a agricultura familiar. Os resultados do estudo evidenciam que as cooperativas da agricultura familiar e as pequenas agroindústrias teriam maiores condições de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Conforme evidenciam estudos anteriores, os entrevistados percebem que as atividades produtivas voltadas à subsistência familiar podem se tornar alternativa de renda, fomentando assim a competitividade das pequenas propriedades rurais familiares no mercado de consumo. Ações que podem servir de estímulo para a permanência no campo, já que podem “contribuir para o fortalecimento econômico, social e familiar por meio de alternativas de produção” (Morgan *et al.*, 2015, p. 144).

Exterckoter (2016) destaca a resiliência dos agricultores familiares e suas organizações para responder aos desafios impostos ao setor, observada a partir das estratégias adaptativas adotadas. A exemplo da pluriatividade, produção para autoconsumo, diversificação produtiva e transformação da matéria-prima na propriedade. Algumas dessas propostas socialmente inovadoras, sintetizadas do Quadro 22, serão apresentados no decorrer desse estudo.

Quadro 22 – Principais potencialidades: categorias de análise e temas abordados

<b>Categorias de análise</b>	<b>Principais temas abordados</b>
Produção	Maior probabilidade para adoção de práticas sustentáveis; preservação da biodiversidade e do meio ambiente. Diversidade, qualidade e quantidade de alimentos produzidos. Produção orgânica e agroecológica, impactando na qualidade de vida, na saúde e no empoderamento. Promoção da segurança alimentar e nutricional. Cultivo de plantas medicinais, produção e troca de sementes. Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH) e os Sistemas Agroflorestais (SAF). Produção para autoconsumo, produção leiteira.
Mercados	Circuitos Curtos de Comercialização, feiras, espaços nos supermercados, estabelecer parcerias com os restaurantes, aproximar o produtor e o consumidor, cestas de produtos, vendas <i>online</i> , venda direta promove a redução de desperdício, movimenta o comércio local, aumenta a renda da família, impacta positivamente na segurança alimentar. Compras institucionais (PNAE, PAA). Ônibus para circular nos bairros comercializando os produtos da agricultura familiar.
Pluriatividade	Processamento dos alimentos na propriedade, agregando valor aos produtos, agroindústrias familiares. Turismo Rural, Rotas de Turismo.
Cooperação	Cooperativas, associações, agroindústrias coletivas, movimentos sociais, organizações representativas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Observa-se que muitas das potencialidades são suplantadas pelos desafios. O potencial da agricultura familiar relacionado à diversidade da produção, por exemplo, acaba não se desenvolvendo em função da produção de monoculturas e do avanço do agronegócio. Conforme pontua um dos entrevistados

E5 - A sustentabilidade ela vem da diversidade. E o agronegócio ele vem exatamente de eliminar a diversidade. Os padrões tecnológicos vão avançando, tu vais unificando tudo, tu impões um modelo e aí elimina a diversidade toda e essa eliminação da diversidade aí se torna a grande trava, digamos, para a questão da sustentabilidade e se torna o grande desafio, porque é exatamente na diversidade que está o grande potencial da agricultura familiar.

Nesse sentido, fica evidente a dificuldade no relacionamento entre o agronegócio e a agricultura familiar, em especial aquela voltada à produção orgânica e agroecológica. Ou seja, sob a perspectiva multinível (MLP), expressa a dificuldade de relacionamento entre o nicho (agroecologia) e o regime (agronegócio). O próximo tópico sintetiza a discussão acerca das potencialidades e desafios apresentados.

### 4.2.3 Síntese do tópico

Esse tópico procurou abordar, a partir do ponto de vista dos especialistas, os principais desafios e potencialidades encontrados no âmbito da agricultura familiar na Região Oeste de Santa Catarina. Os desafios contemplam a dinâmica da agricultura familiar e sua relação com as organizações que a representam. Essa categoria inclui a dependência da natureza, penosidade do trabalho, dificuldade de acesso a mercados, envelhecimento da população rural, questões de gênero, êxodo rural, dentre outros.

As relações estabelecidas com o agronegócio consistem em uma forte característica da região e representam desafios para agricultura familiar desde o início de seu desenvolvimento. Se traduzem especialmente no sistema de integração e na imposição de modelos de produção que tiram a autonomia do agricultor rural. O foco na monocultura impacta na diversidade e o uso de agroquímicos implica na redução da qualidade dos alimentos produzidos.

Ao atuar nesse contexto, o agricultor familiar aumenta sua dependência em relação as grandes empresas fornecedoras de sementes e insumos, bem como do sistema financeiro. As dificuldades encontradas nas relações com o poder público contemplam o enfraquecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, redução de investimento e reconfigurações na estrutura de governo. Esses fatores impactam na execução de diversos programas que são fundamentais para o desenvolvimento do setor. Essas alterações na atuação do governo foram citadas como *eventos críticos* por vários entrevistados.

A falta de infraestrutura no meio rural, impacta em aspectos como a comercialização dos produtos e a permanência do jovem no campo. Embora existam inúmeros desafios a serem superados, os resultados do estudo apontam a existência de inúmeras potencialidades a serem exploradas. Nesse sentido, foram listadas oportunidades ligadas à produção, comercialização, pluriatividade e cooperação.

Esses elementos contemplam visões de futuro com relação ao desenvolvimento da agricultura familiar, as quais podem ser entendidas como *narrativas de mudança*. Dentre elas, destacam-se à agroecologia e à produção orgânica, os circuitos curtos de comercialização, o

cooperativismo e à pluriatividade. São oportunidades de fortalecer a agricultura familiar, gerar renda para o agricultor familiar, preservar a biodiversidade e as tradições e a cultura local.

Foi destacada a necessidade de ampliar o acesso aos mercados, seja por meio das compras institucionais, da venda direta ou da ampliação de parcerias com supermercados e restaurantes da região. As potencialidades listadas pelos participantes do estudo, demonstraram ter condições de atender aos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável.

Elas podem ser entendidas como inovações sociais, na medida em que propõe novas formas de relacionamento, de produção, de comercialização, ou ainda, o resgate de tradições no desenvolvimento destas atividades. Contudo, superar as barreiras que impedem o empoderamento dos agricultores familiares, de modo que possam contribuir para que ocorram transformações sociais, requer o envolvimento de múltiplos atores.

Esses atores podem tanto potencializar quanto restringir o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Para a Teoria da Inovação Social Transformadora (IST), as mudanças ocorrem a partir das relações estabelecidas no âmbito de um Ecossistema de Inovação Social (EIS). Assim, destaca-se a importância em conhecer esses atores e os papéis que desempenham, conforme mapeamento a ser discutido no próximo tópico.

#### 4.3 CARTOGRAFIA DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL (EIS): ATORES, REDES E INICIATIVAS

Este tópico apresenta os principais atores, redes e iniciativas que compõe o Ecossistema de Inovação Social (EIS) voltado à agricultura familiar e à produção orgânica e agroecológica. Essa abordagem responde o Objetivo Específico 3 *“Mapear atores, redes e iniciativas que atuam na agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, com foco na produção orgânica e agroecológica”*.

A partir das relações estabelecidas entre os atores, desenvolvem-se as ações voltadas ao atendimento dos problemas públicos e desafios impostos à sociedade. Essas ações, formais ou informais, podem transitar entre escalas local e global. A cartografia, além de listar os atores, redes e iniciativas e as interações que ocorrem entre eles, busca identificar quais papéis são desempenhados por cada ator de suporte. Também se propõe a descobrir como as iniciativas de inovação social são constituídas (Fraga; Alperstedt, 2022).

Todos esses elementos permitem verificar a existência de um EIS e os fatores que facilitam ou dificultam o desenvolvimento da inovação social em determinado contexto. Nesse



sentido, reafirma-se a importância desse mapeamento. A discussão está organizada em duas partes: a primeira com foco no mapeamento dos atores de apoio e na identificação dos papéis que desempenham. A segunda concentra-se em descrever algumas das iniciativas socialmente inovadoras mapeadas, bem como caracterizá-las como tal, com base nos fundamentos da inovação social.

A Figura 13 apresenta a nuvem de palavras, elaborada com apoio do *software* Nvivo, e ilustra os atores, redes e iniciativas com o maior número de menções. Foram identificados 45 (quarenta e cinco) atores de apoio e redes provenientes de diversos setores da sociedade. Destes, 27 (vinte e sete) estão vinculados à sociedade civil, 11 (onze) ao governo em diversos níveis, 6 (seis) representantes de IES e apenas 1 (um) ator ligado à iniciativa privada. A relação completa, descrição e contato estão sistematizados no Apêndice F.

Figura 13 - Mapeamento dos atores, redes e iniciativas



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Nvivo (2024).

Também foram mapeadas um total de 31 (trinta e uma) experiências inovadoras, das quais 8 (oito) são promovidas pela iniciativa privada, 5 (cinco) pelas Instituições de Ensino Superior, 13 (treze) pelo governo e 5 (cinco) pela sociedade civil. A maioria dessas iniciativas está relacionada à comercialização por meio de feiras, organizadas tanto pelo poder público, quanto pelas IES da região. O próximo tópico se dedica aos atores de apoio mapeados.

#### 4.3.1 Atores de Apoio: categorias e papéis

Esse tópico apresenta a descrição dos atores de apoio mapeados, de acordo com a categoria a qual são vinculados. A categorização adotada embasou-se na Quádrupla Hélice de Carayannis e Campbell (2009), sendo os atores divididos em: universidade, empresa, governo

e sociedade civil. As universidades, no âmbito desse estudo, foram denominadas Instituições de Ensino Superior (IES) para contemplar os Institutos Federais de Educação (IF) presentes na região.

O objetivo é identificar os papéis desempenhados por esses atores no âmbito do EIS. A definição das categorias partiu das proposições presentes na literatura (Correia; Oliveira; Gomez, 2016; Castro-Arce; Vanclay, 2020; Andion *et al.*, 2022) e dos dados empíricos. As adaptações realizadas visaram contemplar as especificidades do contexto e dos atores mapeados. Assim, adotou-se a seguinte categorização: i) agente de recursos, ii) agente de integração de saberes, iii) agente de transparência; iv) agente de conexão e diálogo, v) agente catalisador de visão compartilhada e, vi) agente de promoção e implementação de políticas públicas.

Adotou-se a nomenclatura ‘agente de integração de saberes’, no intuito de valorizar os saberes tradicionais, questão enfatizada pela maioria dos participantes do estudo. Este papel abarca a integração entre conhecimentos científicos, técnicos e tradicionais. O ‘agente catalisador de visão compartilhada’ atua ativamente em prol da construção de uma visão compartilhada, a qual, no âmbito da sustentabilidade, pode ser promovida por meio de ações que permitam avançar rumo ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Fortalecer as narrativas de mudança em torno da agroecologia, preservação ambiental, inclusão social e da importância da agricultura familiar, entre outras temáticas pertinentes ao fortalecimento do EIS, pode impactar em uma maior conscientização e sensibilização da sociedade como um todo. O ‘agente de conexão e diálogo’ promove o desenvolvimento de redes e parcerias, relacionando-se com as interações estabelecidas entre os diferentes atores e atuando como mediador de conflitos.

O ‘agente de recursos’ busca fornecer ou facilitar o acesso aos diferentes tipos de recursos: humanos, financeiros, tecnológicos, etc. O ‘agentes de transparência’ procura facilitar o fluxo de conhecimento e recursos (Castro-Arce; Vanclay, 2020). Por fim, embora não mencionado especificamente no referencial teórico adotado, incorporou-se na categorização o papel de ‘agente de promoção e implementação de políticas públicas’.

Os participantes do estudo, em diferentes momentos, citam a importância dos papéis vinculados ao agente de promoção e implementação de políticas públicas. Estes papéis, para além das funções específicas do governo, incluem os demais atores do EIS que atuam conjuntamente na elaboração de regulamentações, promoção, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à produção sustentável.

### a) Sociedade Civil

Dentre as organizações que fazem parte da sociedade civil estão os movimentos sociais, movimentos sindicais, cooperativas, associações e Organizações Não-Governamentais (ONG). São atores que assumem um protagonismo no contexto da agricultura familiar, pois representam os interesses e dão voz a esse grupo social. Conforme destacado em etapas anteriores, os movimentos sociais e sindicais são bastante ativos na região e na dinâmica da agricultura familiar.

Suas contribuições são fundamentais para capacitar os agricultores familiares na aquisição das condições necessárias para enfrentarem os desafios vigentes. Como exemplo de movimentos sociais, têm-se o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. Uma característica desses movimentos é a criação de identidades coletivas (Wittmayer *et al.*, 2017a).

Nesse sentido, um exemplo é o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que além da valorização do trabalho da mulher no campo e do enfrentamento às questões de gênero, também direciona suas narrativas de mudança para a transformação social rumo à uma sociedade mais justa e sustentável. Atua como agente catalisador de visão compartilhada, sua identidade coletiva está alinhada a temas como agroecologia e o feminismo, conforme pontua uma das entrevistadas

E7 - Eu acho que os movimentos sociais, eles são importantes, então assim, o Movimento das Mulheres Camponesas, eu vejo que tem um debate hoje em dia que fala “sem feminismo não tem agroecologia”[...] aqui no Oeste eu vejo que o MMC é muito importante.

Um ator de destaque nessa categoria é a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) é uma referência de movimento sindical. Com atuação em âmbito nacional, estadual e regional, ela destaca-se na discussão para implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, vinculando-se ao papel de agente de promoção e implementação de políticas públicas.

A federação promove o diálogo para identificar e unificar as demandas dos diferentes grupos de agricultores familiares, desempenhando o papel de agente de conexão e diálogo. O histórico de sua constituição, abrangência e formas de atuação podem ser observados a partir das considerações de alguns dos participantes do estudo

E4 - Primeiramente surgiu a FETRAF-Sul, [...] ela era uma das ferramentas mais poderosas que tinha de discussão política da agricultura. Inclusive boa parte das políticas públicas no Brasil, da agricultura familiar é fruto da discussão dessa ferramenta que foi criada nos três estados do Sul [...].esse processo que a FETRAF vem construindo de sementes alternativas, de produção diferenciada para acrescentar o que? - Acrescentar qualidade de vida lá na propriedade, menos impacto na saúde, mais renda qualificada e, fundamentalmente, que esse sujeito possa ter autonomia de voltar a gerenciar a própria propriedade.

E5 – A FETRAF ela é só sindical e trabalha articulada com esses outros movimentos que envolve as cooperativas ou associações. [...] Então a ideia inicial foi bem sindical e depois vai se articulando num processo bem mais amplo [...] que fez o movimento sindical acabar sendo uma âncora para criar as cooperativas, de criação das cooperativas, de criação de novas experiências, de criação de ONG's.

Os movimentos sociais e sindicais são fundamentais, em especial, para os agricultores familiares que buscam atuar de forma mais independente em relação ao agronegócio. Esses atores promovem a agricultura familiar e sustentável, bem como o fortalecimento do setor. Eles contribuem para o empoderamento dos agricultores por meio de ações de capacitação, apoio ao acesso a recursos e a mercados, e estímulo à formação de redes, ou seja, também atuam como agentes de recursos e agentes de integração de saberes.

Os resultados do estudo demonstram que a partir do surgimento da FETRAF ocorreu o fortalecimento desse ecossistema. Em conjunto com os movimentos sociais, ela contribuiu para que emergissem na região outras organizações, como cooperativas da agricultura familiar e associações. Um exemplo é a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 1989, no município de Chapecó.

Essa associação tem atuação em âmbito regional e é reconhecida pelos participantes do estudo como um ator de referência no contexto da agricultura familiar. Suas atividades abrangem diversos programas, com foco na agroecologia, agroindústrias familiares, ao crédito solidário e assessoria técnica, entre outros. Seu principal objetivo é estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura em grupo na região Oeste de Santa Catarina.

Formada e gerida por grupos de agricultores familiares, a APACO organiza e desenvolve suas atividades de forma cooperada. Busca estabelecer relações com diferentes atores do EIS em prol do fortalecimento da agricultura familiar e da sustentabilidade. Como exemplos de parcerias estabelecidas, tem-se a Cresol, a Rede Ecovida, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e diversas cooperativas da agricultura familiar. A partir dessa descrição, fica evidente a atuação da APACO como agente de recursos, agente de integração de saberes e agente de conexão e diálogo.

E7 – A APACO, eles estão trabalhando com isso, com essa lógica que é a do cooperativismo, da agricultura familiar e da implantação dos sistemas agroflorestais [...] inclusive eles já foram dar duas palestras lá IFSC de São Carlos, justamente porque ali eles viram o potencial de fazer esse trabalho com os agricultores.

A Rede Ecovida foi mencionada por praticamente todos os entrevistados, destacando-se como essencial para a agricultura familiar voltada à produção orgânica e agroecológica. Fundada em Santa Catarina em 1998, a rede é voltada à certificação participativa e atua nos três estados da Região Sul do país, além de parte do estado de São Paulo. São aproximadamente 4.500 famílias de agricultores, organizados em 27 núcleos regionais, contemplando cerca de 350 municípios (Rede Ecovida, 2023).

Caracteriza-se como agente de conexão e diálogo devido a sua atuação em rede. Além disso, a Ecovida fomenta a participação e o desenvolvimento da certificação pelos próprios grupos de agricultores, o que também a vincula aos papéis do agente de integração de saberes e agente de transparência. A própria Rede é considerada uma experiência inovadora, que surge como alternativa para o fortalecimento da agricultura sustentável.

Essa perspectiva sobre a formação da rede e seus processos percebidos como inovações foi destacado por Serva e Andion (2020). Para os autores, o surgimento da Rede Ecovida vincula-se às tentativas de criação de modelos alternativos à Revolução Verde no Sul do Brasil. A inovação também se manifesta no modelo de certificação participativa, que emerge em contraponto ao modelo institucional de certificação por auditoria adotado até então.

As diferenças entre o modelo de certificação por auditoria e o modelo da Rede Ecovida vão além dos procedimentos utilizados (Serva; Andion, 2020). Os processos da rede têm como base a participação e as relações de confiança, promovendo a interação entre diferentes atores, sempre com o protagonismo do agricultor familiar, reforçando sua atuação como agente de transparência, agente de conexão e diálogo e agente catalisador de visão compartilhada.

Da mesma forma, as cooperativas da agricultura familiar foram amplamente mencionadas, uma vez que são organizações que buscam fortalecer esse setor por meio da gestão democrática e participativa, atuando como agente de transparência. Fortemente relacionadas às potencialidades da região, foram citadas como exemplos a Cooper Oeste de São Miguel do Oeste, Cooper Familiar de Chapecó e a Cooper Sabor Colonial, também de Chapecó, com atuação regional. São instituições dedicadas à formação e capacitação, valorização e resgate de saberes tradicionais, atuando como agente de integração de saberes.

Foi enfatizado que uma cooperativa da agricultura familiar não se concentra apenas no retorno financeiro. Sua atuação contempla aspectos sociais, como a melhoria da qualidade de

vida do produtor, questões ambientais e o desenvolvimento da agricultura familiar de forma sustentável, assim, atua como agente catalisador de visão compartilhada.

Como exemplo, foi mencionada a questão do leite, cujas pequenas produções não interessam aos grandes laticínios. No entanto, quando se trata de uma cooperativa da agricultura familiar, os elementos a serem considerados perpassam os aspectos relativos ao tamanho da produção e à viabilidade financeira. Conforme relatam os participantes do estudo

E7 - Eu acho que a própria Cooper Oeste, que é a cooperativa do MST, muito embora ela trabalha com produtos também industrializados [...]ao mesmo aquele agricultor, por exemplo, a questão do leite que estava falando. Que há... ele produz 50 litros de leite [...] é pouquíssimo para uma indústria do leite, só que no assentamento a cooperativa vai lá e pega porque é importante, é o trabalho dessas pessoas. Pega o leite, aí a veterinária ajuda a ver se consegue melhorar um pouquinho e tal.

E6 - Para introduzir no processo produtivo conhecimentos da agroecologia é necessário combiná-los com os conhecimentos tradicionais dos agricultores. Nisso as cooperativas também têm um destacado papel histórico nas comunidades rurais.

Nessa categoria também se encontra a Igreja Católica, outro importante ator para a agricultura familiar. Com uma estreita relação estabelecida ao longo dos anos, principalmente por meio das Pastorais, cujos vínculos contemplam inclusive a formação de alguns dos especialistas que participaram do estudo. Nesse sentido, observa-se uma atuação relativa aos agentes de integração de saberes.

O apoio nas lutas dos homens e mulheres do campo foi marcado pela atuação do bispo Dom José Gomes (1921-2002), cujo apoio foi fundamental para a organização e legitimação de diversos movimentos sociais ligados ao meio rural. Fato que exemplifica o papel da Igreja como agente catalisador de visão compartilhada. A importância dessas relações pode ser percebida a partir das considerações de alguns dos especialistas consultados

E5 – [...] iniciei minha militância com os temas da agricultura familiar, aí na igreja, na teologia da libertação. E com grupos de jovens comunidade eclesial de base e com a Pastoral da Terra. [...] pelos movimentos que veio da igreja, que acabou criando movimentos sociais, tipo MST.

E9 - Nós temos o papel assim de Dom José Gomes, algumas figuras que são muito importantes aqui na região. Isso fez com que nós conquistássemos também políticas e governos mais democráticos que valorizassem essa produção mais alternativas.

Esse tópico não teve a pretensão de esgotar a gama de papéis que as organizações da sociedade civil podem desenvolver em diferentes situações, mas apenas ilustrar possibilidades de atuação a partir da percepção dos participantes do estudo. Foi possível observar que no âmbito da sociedade civil, os atores têm uma atuação abrangente, contemplando todos os papéis da categorização proposta.

Ao promoverem ações de capacitação e formação, atuam como agentes de integração de saberes. São agentes de recursos quando buscam facilitar o acesso a mercados, agregar valor aos produtos da agricultura familiar e possibilitar a certificação. Quando oferecem suporte técnico ou assessoria para apoiar o atendimento às questões burocráticas, como formalização das atividades, acesso a direitos e benefícios sociais, e apoio para gestão da propriedade.

São organizações que buscam, sobretudo, fortalecer a narrativa acerca da importância da agricultura familiar e trabalham para que sua existência não seja invisibilizada. Conforme apontam os especialistas entrevistados, não se trata de desvalorizar o agronegócio, mas de mostrar que ele não é a única alternativa. Assim, os agentes catalisadores de visão compartilhada buscam sensibilizar e conscientizar não apenas os atores do EIS, mas a sociedade como um todo.

Esse papel também é percebido quando buscam evidenciar a importância dessa agricultura para o desenvolvimento sustentável, para a segurança alimentar e nutricional, e para melhorias na qualidade de vida de produtores e consumidores, além da preservação do meio ambiente. A ampla gama de papéis assumidos pela sociedade civil evidencia sua complexidade, formada por diferentes atores de grupo e interesses distintos. Um desafio para o fortalecimento é unificar as demandas e mediar os possíveis conflitos.

Porém, as narrativas de mudanças têm em comum a luta em prol do agricultor familiar e a busca por alternativas para uma sociedade mais justa e sustentável. Por outro lado, a omissão dessas organizações pode contribuir para restringir o desenvolvimento da agricultura familiar, sob a perspectiva desse estudo a inovação social. Dentre os problemas apontados, está justamente a “ausência” desses movimentos quando abordada a questão da juventude rural, por exemplo.

## **b) Instituições de Ensino Superior (IES)**

As Instituições de Ensino Superior (IES) presentes na região são importantes aliadas para o desenvolvimento regional, especialmente no contexto rural, estabelecendo relações tanto com a agricultura familiar quanto com o agronegócio. A literatura evidencia a centralidade do conhecimento como elemento essencial no processo de mudança, ao qual se agregam a essa premissa a capacitação e a pesquisa. Nessa perspectiva, torna-se evidente a relevância dessas instituições e suas contribuições para o desenvolvimento do Ecossistema de Inovação Social.

A atuação dessas instituições ocorre via ensino, pesquisa e extensão, com potencial para servir como modelo a outras organizações, a partir das práticas de gestão adotadas. Nesse sentido, destaca-se a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cujo projeto

do Restaurante Universitário (RU) foi desenvolvido com foco na sustentabilidade. Desde o prédio, que possui estruturas para utilização da energia solar, até a forma de aquisição dos alimentos (Weber; Machado, 2016), que será detalhada nos próximos tópicos.

Para oferecer as contribuições por meio do ensino, as IES precisam pensar a oferta de cursos com base na inclusão e na sustentabilidade. Da mesma forma, é necessário adequar os projetos pedagógicos para incluir disciplinas com temáticas voltada à agricultura familiar, cooperativismo, inclusão social, produção orgânica, agroecologia, entre outros temas pertinentes ao desenvolvimento rural sustentável.

Entretanto, os resultados desse estudo apontam a necessidade de avanços nessa área. A ausência dessas temáticas no âmbito da educação formal pode ser um elemento restritivo para o desenvolvimento das iniciativas de inovação social e o fortalecimento do Ecossistema de Inovação Social, conforme ilustra o relato de um dos entrevistados

E7 - O IFSC trabalha tanto, ensino, pesquisa, extensão [...] Só que assim... o nosso ensino lá, ele não é um técnico voltado especificamente para trabalhar só com agricultura familiar. Então trabalha bastante currículo, é mais voltado para uma produção é... convencional que a gente fala, do agroquímico [...] mas tem algumas matérias que vão tratar da água, ecologia e tal. Então essa é uma coisa que a gente não avançou no nosso currículo do ensino.

A associação de saberes científicos e tradicionais é um dos elementos centrais da inovação social. Um exemplo bastante discutido nesse contexto é o uso das plantas medicinais. Enquanto a pesquisa científica contribui para a legitimação do uso de medicamentos homeopáticos e fitoterápicos, os conhecimentos tradicionais são fundamentais para identificar o potencial de uso das plantas e as práticas de cultivo.

No âmbito da pesquisa, as contribuições podem abranger desde a descoberta de novas espécies até a preservação de sementes e da biodiversidade em geral. Esses exemplos evidenciam a atuação das IES como agentes de integração e saberes, favorecendo a troca de conhecimentos locais, científicos e técnicos, além de fomentar a cocriação e a difusão desses conhecimentos (Castro-Arce; Vanclay, 2020; Andion *et al.*, 2022).

Por meio das atividades de extensão, há uma maior aproximação entre a comunidade universitária e, conseqüentemente, entre a comunidade regional e o agricultor familiar. A exemplo de uma capacitação sobre processos licitatórios realizada pela UFFS, destinada aos atores do EIS. Os participantes foram orientados sobre a documentação necessária e as exigências a serem cumpridas no âmbito das licitações. Esse tipo de ação contribui para ampliar o acesso aos mercados institucionais.



O curso de capacitação materializa a atuação voltada à concessão de recursos humanos, pois são os profissionais vinculados à instituição que conduzem a atividade, ou seja, demonstra o papel de agente de recursos. Da mesma forma, promove uma maior interação entre os atores do EIS. Outra experiência que viabiliza o fortalecimento dessas relações foi relatada por um dos participantes do estudo vinculado ao IFSC, *campus* São Carlos.

E7- [...] então tem um curso de técnico em agropecuária, mas não tem Terra para fazer as experiências. Um pedaço tem, para fazer uma horta, uma unidade de demonstração. Mas não dá para ter animais e uma produção para os alunos aprenderem. Não tem, então as aulas práticas são feitas na casa dos estudantes, na casa dos agricultores.

Conforme relato, embora O IFSC possua cursos voltados à agricultura, não dispõe de local para desenvolver as aulas práticas. A solução encontrada foi realizar essas aulas nas propriedades dos pais dos alunos, em sua maioria agricultores familiares. A ação impactou na dinâmica local, aproximou as famílias e a IES e agregou outros atores importantes, como a Epagri, vinculada ao governo estadual. Esses exemplos evidenciam a atuação de ambas as instituições como agentes de conexão e diálogo.

O foco do agente de conexão e diálogo está em buscar estabelecer parcerias e fortalecer as relações entre os atores. Ações que podem facilitar a formação de redes (Castro-Arce; Vanclay, 2020; Andion *et al.*, 2022). A relação entre as IES e o agricultor familiar é fundamental tanto para o fortalecimento da agricultura familiar quanto para possibilitar que essas instituições cumpram um de seus principais objetivos, ou seja, que contribuam para o desenvolvimento da comunidade em seu entorno.

As parcerias com outros atores também foram destacadas como importantes para a captação de recursos. No âmbito das instituições de ensino, a busca por financiamento pode ocorrer por meio da proposição de projetos de pesquisa e extensão. A atuação como agente de recursos também é observada quando uma instituição de ensino disponibiliza sua estrutura física e tecnológica para realização de eventos, feiras da agricultura familiar, implementação de incubadoras de tecnologias ou negócios sociais, dentre outros.

Assim como as organizações da sociedade civil, as IES também têm papel de destaque na sensibilização e conscientização sobre a importância dessas temáticas. O papel de agente catalisador de visão compartilhada é desenvolvido por meio de atividades como educação formal, eventos, cursos de capacitação, formação, campanhas, publicação de livros e outras produções científicas.

Essas iniciativas são formas de fortalecer as narrativas de mudança relacionadas à agricultura familiar, incluindo a valorização e preservação dos saberes, da cultura e, principalmente, promover a (re)aproximação entre o meio urbano e rural. O estudo também fornece evidências de que, dada a importância dessas instituições, elas podem tanto fomentar quanto dificultar o desenvolvimento da inovação social, destacando assim, a necessidade de avanços por parte desses atores.

Por outro lado, as IES também são promotoras de inovação social, utilizando estrutura física e tecnológica, investimentos e conhecimentos para desenvolver iniciativas nesse sentido, algumas das quais serão detalhadas no decorrer do estudo. A atuação das IES, ou seja, os papéis que essas instituições desempenham, se traduzem a partir das falas de alguns dos participantes do estudo

E2 – [...] a universidade faz por meio de outros projetos de extensão, algumas amarrações com a agricultura. E tem o projeto da feira, alguns outros projetos assim.  
 E3 – Eles fizeram várias ações com relação ao incentivo das compras, teve treinamento sobre compras da agricultura familiar, sobre licitações.  
 E6 - A agroecologia também trata da diversidade, ou seja, da manutenção da diversidade biológica. Há diversos tipos de feijões, favas, alfafas e milhos que estamos tentando preservar. Essa variedade de sementes é fundamental para que possamos continuar produzindo. A universidade também apoia os agricultores no desenvolvimento de sementes, que têm uma grande história em nossa região. [...] Criamos muitas redes de cooperação na região. A universidade está muito pautada na formação de redes relacionadas ao conhecimento, como incubadoras de tecnologia social e solidária.

Não foi observada padronização na atuação das IES, categoria que contempla instituições públicas, privadas e comunitárias. Destacaram-se as instituições públicas, que buscam uma maior aproximação com a agricultura familiar e outros atores do EIS em prol da produção orgânica e agroecológica. No entanto, conforme observam alguns dos entrevistados, existem instituições mais antigas que são fortemente vinculadas ao agronegócio.

E3 – [...] onde eu fui fazer minha pesquisa de doutorado, eles são totalmente as grandes agroindústrias. Eles nem gostam muito das pesquisas relacionadas aos agricultores familiares ou à agroecologia, então, foi bem desafiador.  
 E5 - se pegar a Universidade Federal da Fronteira Sul, ela é um amontoado de movimentos. Tu tinhas um movimento da região de Erechim com uma universidade, lá em Passo Fundo, no Paraná, aqui em Santa Catarina. Eram todos os movimentos para a criação de universidade federal em cada local, que foram se inviabilizando e que ele acabou gerando, pela articulação que tinha a nível da região sul, [...] acabou desembocando na criação da universidade. Então, esse movimento para mim, eu diria com uma primeira leitura, ela é uma universidade que ela teve um movimento para ser criado, que veio de diferentes origens, regiões e que se unifica e cria essa condição.

Mesmo as IES focadas na agricultura familiar enfrentam desafios para implementar seus objetivos. A UFFS, por exemplo, nasceu da mobilização de diferentes movimentos sociais e

possui uma abordagem diferenciada em relação à agricultura familiar. No entanto, foi relatada a dificuldade dessa instituição em avançar de acordo com seu propósito inicial, especialmente na implementação de cursos direcionados os agricultores familiares.

Cursos como agronomia são oferecidos apenas no período diurno, o que inviabiliza o acesso desse público, que era inicialmente o público-alvo. Dentre os obstáculos estão as normas de um sistema já consolidado, que devido a questões como carga horária dos cursos, acaba restringindo o acesso. Isso evidencia, mais uma vez, a necessidade de avanços por parte dessas instituições.

Considerando que tanto o agronegócio quanto a agricultura familiar são fundamentais para o desenvolvimento regional, um cenário que contempla o olhar das IES para ambos é interessante. Contudo, a agricultura familiar não dispõe dos mesmos recursos que o agronegócio, necessitando, portanto, de uma atenção maior. É crucial que as IES mantenham um diálogo constante, de modo que os avanços de um lado não levem ao enfraquecimento de outro. Em outras palavras, espera-se que o empoderamento de um grupo não leve ao desempoderamento do outro.

### **c) Governo**

Os atores ligados ao poder público contemplaram os governos federal, estadual e municipal, bem como suas estruturas organizacionais, como secretarias e ministérios, que atuam para implementar políticas públicas e programas voltados à agricultura familiar e à produção sustentável. Nesse aspecto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foram citados como ferramentas essenciais.

Dentre os órgãos governamentais, a Epagri consiste em um importante ator no âmbito do EIS, cujas formas de atuação podem exemplificar alguns dos principais papéis do governo. Esta instituição, vinculada à Secretaria Estadual Agricultura, está presente em todos os municípios catarinenses e tem como função executar as políticas agrícolas do estado. Suas atividades contemplam pesquisa, assistência técnica, capacitação e fomento às práticas sustentáveis na agricultura familiar.

E10 - A Epagri é uma empresa de pesquisa e extensão rural, nós fizemos parte da extensão rural. Estamos num momento bem interessante da instituição que busca aproximar a pesquisa e a extensão e fazer trabalhos conjugados, que a gente tem percebido que é um grande avanço, um grande ganho, na medida que esse projeto gerado pela pesquisa ele [...] se assenta na prática através de cursos de capacitação, desenvolvimento de projetos a nível de extensão com o acúmulo do conhecimento da

pesquisa. [...] a gente atua como um braço do governo do estado através da Secretaria da Agricultura, que se assenta na Epagri, que se assenta lá nos municípios, a execução das políticas públicas do estado.

O suporte técnico, fornecido por atores como a Epagri, é uma importante ferramenta para a promoção da inovação social, especialmente no fomento à agricultura orgânica e agroecológica, embora esse ator também seja destaque no âmbito da pesquisa e na gestão do conhecimento. Uma iniciativa que exemplifica essa atuação é o incentivo à produção de leite dentro do sistema à base de pasto, para o qual além do suporte técnico, existem outros incentivos para as famílias que queiram aderir ao sistema.

A Epagri evidencia o papel do governo como agente de integração de saberes, por meio de suas ações de pesquisa, capacitação, treinamento e colaboração com o agricultor familiar, buscando valorizar os diferentes tipos de conhecimento. Além disso, ela reflete a atuação do estado como agente de promoção e implementação de políticas públicas, concentrando suas ações na identificação de demandas, planejamento, execução e acompanhamento das ações voltadas à implementação dessas políticas.

Um exemplo foi o projeto desenvolvido para fomentar o uso de energia fotovoltaica, no qual a Epagri promoveu eventos para ampliar os conhecimentos sobre o tema, forneceu suporte técnico para implementar os sistemas nas propriedades rurais e subsídios para facilitar o investimento inicial. Assim, agregam-se aos papéis desempenhados pela Epagri, o agente de recursos, agente de conexão e diálogo e agente catalisador de visão compartilhada, conforme observado por um dos participantes do estudo

E10 - um tempo atrás lá em 2018... foi pré-pandemia, a energia fotovoltaica que é a energia elétrica produzida a partir do sol, estava engatinhando, assim, em termos de adoção pelos agricultores. [...]. Nós fizemos um seminário sobre energia fotovoltaica de um dia lá em Planalto Alegre. Em torno de duzentas pessoas, mais ou menos, participantes, e ali tinham os técnicos da Epagri, tinham os técnicos das agroindústrias que trabalham com suínos, com aves, tinham famílias de agricultores, tinham técnicos de outras empresas que comercializavam energia fotovoltaica, para fazer projetos [...] nós fizemos isso a partir de um projeto que a Epagri executou. Ela elaborou um projeto para a família acessar o crédito junto a uma instituição financeira, com o apoio do governo do estado, a questão das políticas públicas, que dá para uma redução de juros em função de que estava adotando uma tecnologia sustentável [...] e aí nós fizemos o projeto de crédito e foi instalada a primeira usina fotovoltaica dentro de uma propriedade rural [...] A partir dessa experiência nós fizemos um seminário e convidamos todo esse público [...] essas pessoas entendendo o processo, o apoio e vendo uma unidade funcionando à energia fotovoltaica no espaço rural, assim, teve um avanço de uma maneira bem significativa, hoje a gente já perdeu as contas de quantos projetos de energia fotovoltaica existem instalados já nas propriedades.

Uma das funções do governo é a regulamentação, que se constitui em um passo importante para institucionalizar a ação dos órgãos públicos e consolidar práticas mais

sustentáveis. A exemplo das compras institucionais, que contribuem para a inserção econômica dos agricultores familiares e incentivam a produção orgânica e agroecológica, já que os produtos provenientes desse tipo de produção recebem um valor superior aos oriundos da produção convencional.

Os mercados institucionais permitem descrever o governo como agente de promoção e implementação de políticas públicas e agente de recursos. Além disso, demonstram a atuação como agente de transparência, considerando que esta é uma das prerrogativas das ações desenvolvidas pelo poder público. Eles também evidenciam o papel de agente catalisador de visão compartilhada, conforme observa um dos participantes do estudo

E2 – A legislação está sendo aplicada porque, inclusive, o exército; alguns ministérios também estão comprando. Claro, nem sempre se compra em variabilidade. Às vezes tem gente que para cumprir o que precisa. - “ah 30%, então achem um fornecedor, compra tudo em arroz ou tudo em horte”. Mas é um meio de estar fazendo esse recurso público estar chegando a esses fornecedores, mas a gente tem visto e depois que a ideia é implementar como qualquer ideia, a gente começa a lapidar ela. Então, quando veio a legislação, no início, foi muito difícil para as pessoas conseguirem colocar no seu meio agricultor, à medida que foram colocando, começaram a desenvolver ferramentas para melhorar essa relação. Então com passar do tempo tem se potencializado essa compra e algo que as organizações estão fazendo. [...] por exemplo, em um dos nossos RUs, todo o suco vem de polpa de agricultor familiar, porque foi uma relação que foi construída pela obrigatoriedade. Agora, mesmo que ela não exista, pela qualidade do produto, pela logística que eles conseguiram formar, eles continuam efetivando.

Com relação ao Poder Legislativo, o entrevistado que atua junto à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), entende ter a função de organização e articulação, por meio da construção de propostas que possibilitem a consolidação dos objetivos almejados. Essa compreensão acerca do seu papel evidencia a atuação do governo como agente de conexão e diálogo, considerando que busca essa articulação entre os atores para o alcance de objetivos em comum.

Os resultados do estudo destacam que o financiamento de vários dos projetos e iniciativas citados é proveniente de emenda parlamentar. Ou seja, os parlamentares assumem o papel de agentes de recursos. O qual se constitui em um dos papéis essenciais desenvolvido pelo governo por meio da concessão de financiamentos e subsídios.

Em âmbito municipal, a Prefeitura Municipal de Chapecó atua como agente de recursos ao conceder espaço para realização das feiras da agricultura familiar e por meio da aquisição de alimentos para alimentação escolar e abastecimentos dos restaurantes populares. Essas ações também refletem o papel de agente de promoção e implementação de políticas públicas. Esses

são apenas alguns exemplos, mas existem uma série de ações voltadas a esse setor em âmbito municipal.

Os resultados do estudo também apontam dificuldades encontradas na atuação governamental. Entre os fatores listados como limitadores estão a escassez de recursos, a grande quantidade de projetos desenvolvidos que demandam inúmeros conhecimentos específicos e a questão do tempo, tanto dos profissionais quanto dos agricultores familiares. Essas limitações podem restringir o desenvolvimento da agricultura familiar e, por consequência, o desenvolvimento de inovações sociais no âmbito do EIS, conforme pontuam algum dos entrevistados

E6 – Essa é a agricultura familiar. Essa é a agricultura que não recebe subsídios na forma como deveria receber.

E7 - Por exemplo, não vejo o trabalho da EPAGRI de Chapecó lá no assentamento, assim, nunca vi. Eu vou lá bastante [...] e não vejo um trabalho da EPAGRI e ali tem 35 famílias, daria para fazer um monte de coisa legal.

Foi relatada uma certa dificuldade de acesso e o número pouco expressivo de agentes do governo envolvidos com a causa da agroecologia, em especial na Prefeitura Municipal de Chapecó. Fato que acaba inviabilizando o contato para o desenvolvimento pesquisas, conforme relato de um dos entrevistados: “Mas eu acho que esse seria, eu não digo o melhor nome, mas talvez o único dentro da Prefeitura que trabalha com essa questão, fico triste [...]. Uma cidade com mais de 250 mil habitantes ter uma referência (E9)”

No âmbito do governo, os papéis desenvolvidos contemplam suporte técnico, financiamento e subsídios (Andion *et al.*, 2022), ou seja, atuação como agente de recursos. Por meio de políticas e programas, o governo também desempenha um papel importante ligado ao incentivo (PNUD, 2015; Araújo Aguiar; Moreira, 2022), atuando como agente catalisador de visão compartilhada e agente de promoção e implementação de políticas públicas.

As legislações que regulamentam as atividades podem, de certa forma, servir para uma gestão mais adequada das relações sociais (Correia; Oliveira; Gomez, 2016). Ou seja, elas evidenciam a atuação como agente de transparência e agente de conexão e diálogo. Além disso, o governo atua como agente de integração de saberes, valorizando os conhecimentos locais e investindo e pesquisa e capacitação.

#### **d) Iniciativa Privada**

Os atores da iniciativa privada, segundo os resultados da pesquisa, possuem uma atuação muito tímida no que tange ao apoio à inovação social. No entanto, destaca-se que as

empresas privadas foram fortemente relacionadas à promoção da inovação social. Contudo, cabe lembrar que no âmbito desse estudo as inovações sociais e o apoio provenientes da iniciativa privada limitam-se ao desenvolvimento da agricultura familiar sustentável.

Foi citada como exemplo a empresa ABC<sup>9</sup>, que financia projetos desenvolvidos em conjunto com atores da sociedade civil, nos quais atua como agente de recursos. Diante da dificuldade para obter financiamentos, as organizações acessam esse tipo de recurso, mesmo que a fonte não esteja totalmente alinhada aos seus valores. Embora os valores investidos sejam pequenos, é necessário aproveitar as oportunidades, conforme relata uma das participantes do estudo

E3 – [...] Eles falavam: - “Olha a gente não é favorável à ABC, mas a gente precisa do dinheiro para o projeto”. A ABC é uma das grandes empresas ali que monitoram o sistema alimentar e assim ficava meio contraditório. Mas se a ABC tem esse recurso para projeto, vamos pegar.

Outro exemplo de atuação de empresas privadas é a parceria estabelecida entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e uma empresa terceirizada que realiza a gestão dos Restaurantes Universitários (RU). Essa empresa participa do Ecossistema de Inovação Social devido à necessidade de cumprir normativas preestabelecidas que vinculam sua atuação à obrigatoriedade de compra de produtos da agricultura familiar. Nesse sentido, atua como agente de promoção e implementação de políticas públicas.

Ao abordar a experiência das compras dos Restaurantes Universitários, foi relatada uma certa resistência por parte dessas empresas, consideradas dessa forma atores mais propensos a restringir o desenvolvimento de inovações sociais. Dessa forma, a UFFS reforça sua atuação como agente de transparência e agente de conexão e diálogo para mediar os conflitos entre a empresa e os agricultores, conforme descreve um dos participantes do estudo

E2 - Nos nossos editais, onde a gente contrata empresas para trabalhar nos RUs. São elas que tem que entrar com matéria-prima e aí a gente coloca uma obrigatoriedade de que eles comprem de agricultores familiares cadastrados pela Universidade, aqueles alimentos que tiverem um valor igual ou menor do que o de mercado.

O fato de as organizações privadas não terem sido amplamente citadas na discussão acerca da atuação dos atores do Ecossistema de Inovação Social, organizado em torno da agricultura familiar voltada à produção sustentável, pode ser explicado também devido à forte

---

<sup>9</sup> Fictício

influência do agronegócio. Na verdade, observa-se que as referências foram mais voltadas à omissão do que à atuação propriamente dita.

Por exemplo, à falta de espaço dentro dos supermercados da cidade para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, bem como a ausência de uma articulação efetiva para o fornecimento de orgânicos em parceria com restaurantes e chefs de cozinha da região. A divergência de interesses entre esses atores e os demais talvez possa ser um dos obstáculos a serem superados no âmbito desse EIS.

A iniciativa privada, ligada ao agronegócio, quando atua como agente de recursos, muitas vezes fornece recursos que provocam impactos negativos e restringem o desenvolvimento das iniciativas de inovação social voltadas à produção orgânica e agroecológica, como no caso dos transgênicos e dos agroquímicos. Conforme já discutido ao longo desse estudo, as implicações relacionam-se à dependência do agricultor familiar, à redução da diversidade e da qualidade dos alimentos, entre outros.

Nesse sentido, é importante fortalecer a narrativa estabelecida quanto à agroecologia e à produção sustentável e, além dos aspectos sociais e ambientais, destacar também a questão econômica. Tendo em vista que, no âmbito das organizações privadas, o retorno financeiro é um elemento central que pode contribuir para uma maior mobilização desses atores, de modo a tornar sua atuação mais ativa.

Os resultados evidenciam que os atores de apoio que compõem o EIS desenvolvem diferentes papéis para dar suporte ao desenvolvimento da inovação social. Contudo, esses papéis não são estáticos e podem variar dependendo da necessidade da iniciativa de inovação em desenvolvimento, de acordo com o problema a ser enfrentado, bem como com o contexto em que a organização está sendo demandada.

Ou seja, um ator pode desempenhar diferentes papéis e diferentes atores podem estar desempenhando o mesmo papel. Conforme reflete um dos entrevistados ao responder sobre os papéis atribuídos à sua organização

E10 - Então, interessante disso ele varia com o tempo, então determinadas épocas, dependendo da situação de programas que vem do estado ele dá ênfase a alguma área maior e suprida essa área, digamos assim, a gente pode focar numa outra... num outro programa, numa outra área que esteja menos desenvolvida ou o que é, digamos assim, conceitualmente seria mais interessante e a gente trabalha com esse conceito, o esforço é nesse sentido, de fazer conexão entre os programas.

As relações entre os atores, em especial quando envolvem o poder público, ocorrem por meio de fóruns, conselhos e comissões, com representantes dos diversos setores da sociedade.



Como exemplo, foram citados o Fórum Parlamentar das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), da ALESC, e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no âmbito do município de Chapecó.

Da mesma forma, mecanismos como o Conselho Estratégico e Social e os Conselhos Comunitários dos *campi* da UFFS foram citados como fundamentais para o engajamento dos diferentes atores nas atividades propostas pela instituição. No entanto, mesmo em órgãos deliberativos, observam-se dificuldades na tomada de decisão mais participativa. Essas relações podem ser observadas a partir das falas de alguns dos participantes do estudo

E1 - Então os três setores da economia têm suas representações, e tem os independentes, que são terapeutas, que são notórios saberes.

E2 – Ele não tem poder, é um conselho consultivo. Geralmente tinha um representante da sociedade civil, tinham representantes do governo, a Caixa Econômica participava, o Verde Vida, que é uma ONG. Existia representação das igrejas, da própria prefeitura, de universidades. Era uma miscelânea, tem representantes da sociedade civil, do governo, dentre outras organizações.

E1 – [...] essas instâncias colegiadas, a maioria delas são instrumentos pra dizer: - “ó, passou pelo colegiado, foi decidido no colegiado”. Não foi nada! É só espaço de legitimação daquilo que já tinha sido discutido e direcionado anteriormente.

As relações entre os atores do EIS foram consideradas essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar. Ou seja, o agente de conexão e diálogo foi considerando um papel de destaque para estabelecer parcerias, promover a formação de redes e potencializar a ação dos diferentes atores. Nesse sentido, também se destaca a cooperação entre os diferentes atores, conforme pontuam alguns dos entrevistados

E10 – [...] no meu entendimento o desenvolvimento rural no sentido mais amplo ele não acontece por uma ou por outra instituição, ele acontece à medida que as forças atuantes naquele ambiente possam interagir dentro de um processo de planejamento de forma que possa avançar, assim aconteceu com a questão da agroecologia e das outras áreas. [...] essa soma de esforços, que é cada um fazendo o que de melhor tem na sua instituição acaba criando um ambiente favorável

E6 - Precisamos urgentemente refletir sobre como o cooperativismo pode contribuir na construção de outras formas de tecnologia e de mercado que não sejam destrutivas ao meio ambiente e à agricultura familiar. E nisso as nossas universidades, institutos de pesquisa, ONGs e demais movimentos e organizações sociais têm um papel decisivo.

De modo geral, os atores da sociedade civil desenvolvem papéis voltados à formação e capacitação dos agricultores familiares. E são fundamentais para a elaboração de projetos coletivos e desenvolvimento de parcerias que possam ampliar tanto à assistência técnica quanto o acesso à recursos e à mercados. Atuando como agente de recursos, agente de conexão e diálogo e agente de integração de saberes.

Por meio dos movimentos sociais, observa-se o fortalecimento na construção de narrativas de mudança vinculadas ao desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, agroecologia, cooperativismo e economia solidária. Em outras palavras, esses movimentos atuam como agentes catalisadores de visão compartilhada.

Essas organizações são fundamentais para a alteração das estruturas vigentes e para a mudança das relações entre os atores, promovendo assim inovações estruturais. Suas formas de organização e gestão, pautadas pela participação, buscam envolver todos os atores, caracterizando-se, por si só, como inovações sociais, considerando que buscam novas formas de fazer, conhecer e enquadrar (Avelino *et al.*, 2019).

Mesmo no âmbito dessas organizações, existe a necessidade de ampliar as ferramentas de empoderamento, tais como recursos, governança e monitoramento. A falta de incentivo por meio de recursos financeiros, a dificuldade de efetivar práticas de governança por meio de uma gestão participativa e a necessidade de investir no monitoramento e avaliação das ações são desafios enfrentados. Por outro lado, a aprendizagem social mostra-se como uma prática efetiva de empoderamento entre essas organizações e redes.

A atuação das instituições de ensino superior e do governo como agentes de transparência e agente de promoção e implementação de políticas públicas exige avaliação e monitoramento constantes. Assim, essa é uma das ferramentas de empoderamento percebidas no âmbito dessas instituições. No entanto, em relação aos recursos, observa-se uma necessidade de maiores investimentos.

E10 – [...] aí tem o monitoramento, agora, que aponta os alcances, família assistida, as metas atingidas e tal. Em algum momento a gente tem a possibilidade de justificar: - “por que não foi executado nesse espaço?”, e também somos, vamos dizer assim, cobrados, no bom sentido da palavra nessa – “meta porque não alcançou?” E como reorganiza isso? uma questão é projeção e a outra execução, isso vai ajudando a tentar a alinhar a questão do planejamento, qualificar ele.

A aprendizagem social é uma ferramenta de empoderamento fortemente vinculada às instituições de ensino superior, por meio da sua atuação como agente de integração de saberes. Porém, pode oferecer maiores contribuições ao adequar suas ações para atender demandas específicas da agricultura familiar sustentável. Com relação à governança, embora existam instâncias consultivas e deliberativas, observa-se a necessidade de ampliar a participação dos diferentes atores.

### 4.3.2 Iniciativas de Inovação Social

Este tópico apresenta uma breve descrição das iniciativas inovadoras mapeadas, as quais foram caracterizadas como inovações sociais. No âmbito deste estudo, a inovação social é definida como “mudança nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar” (Avelino *et al.*, 2014, p.9). A este conceito foram agregados o empreendedorismo social e as tecnologias sociais, salvo distinções discutidas no referencial teórico.

Muitos dos atores de apoio mapeados no tópico anterior também promovem a inovação social por meio de iniciativas próprias. Conforme observa Rodrigues (2007), a inovação social pode ser promovida por diferentes tipos de atores, emergindo do setor privado, de ações governamentais, da sociedade civil ou das instituições de ensino superior. Por fim, seguindo critérios pré-estabelecidos, foi selecionada uma das iniciativas para realização do estudo de campo.

A coleta de dados teve início a partir de pesquisa na base de dados da Rede Transforma, vinculada à Fundação Banco do Brasil (FBB). Os campos de busca foram utilizados para selecionar iniciativas localizadas na região Oeste e com foco na agricultura familiar. Após filtrar os resultados, três tecnologias sociais promovidas por organizações da sociedade civil e pelo governo foram identificadas, sendo duas associações e um consórcio intermunicipal.

A Associação das Cooperativas e Associações de Produtores Rurais do Oeste Catarinense (Ascooper) foi responsável pelo projeto de utilização do “Sistema Pastoreio Racional Voisin (PRV)” como base tecnológica na produção de leite agroecológico. Por sua vez, o Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental (Consórcio Iberê) introduziu a tecnologia social “Mata Ciliar” e a Associação Pitanga Rosa foi responsável pela iniciativa “Pitanga Rosa: agroecologia, saúde e qualidade de vida” (Transforma, 2023).

Posteriormente, por meio das entrevistas semiestruturadas com especialistas, foram mapeadas mais trinta iniciativas de inovação social. Embora essas iniciativas apresentem múltiplos objetivos, a categorização adotada buscou relacioná-las às potencialidades elencadas pelos participantes do estudo (vide seção 4.2), as quais contemplam: mercados, produção, pluriatividade e cooperação.

Devido à sua característica transversal, presente em todas as iniciativas de inovação social mapeadas, a cooperação não foi relacionada a uma categoria específica. Dessa forma, os resultados foram organizados em três categorias: a) comercialização, b) produção sustentável e c) espaço pluriativo. Ao longo da discussão, foram apontados aspectos relativos à cooperação.

### a) Comercialização

O acesso aos mercados continua sendo um dos principais desafios para o agricultor familiar. Entre os problemas listados, destacam-se a indisponibilidade de espaço para os produtos da agricultura familiar nos supermercados e a ausência da cultura urbana do “ir à feira”. Além disso, o tempo que a atividade exige da família e a necessidade de estabelecer relações de proximidade com os restaurantes locais foram citados como obstáculos a superar.

Por outro lado, foram apontadas várias potencialidades relacionadas a esse tema, especialmente ligadas aos circuitos curtos de comercialização, os quais oferecem benefícios para produtores, consumidores e para o meio ambiente. Também foram citadas as experiências de compras institucionais, fomentadas por programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Diante desses desafios e oportunidades, encontram-se experiências exitosas desenvolvidas na região. Essa categoria reúne o maior número de iniciativas mapeadas, sendo muitas delas feiras da agricultura familiar e feiras agroecológicas. Em Chapecó, algumas delas ocorrem em espaços públicos concedidos pela Prefeitura. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural, o município contava com três feiras autônomas e sete realizadas com o apoio da prefeitura (Chapecó, 2020).

Algumas instituições de Ensino Superior (IES), como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), também disponibilizam espaços para a realização das feiras. Essas iniciativas são consideradas inovações sociais à medida que promovem “*novas relações*” entre as IES e os agricultores, que passam a integrar o contexto da universidade.

Outra experiência inovadora citada pelos participantes do estudo é a cesta de produtos da agricultura familiar. Trata-se de uma assinatura na qual o consumidor paga um determinado valor e recebe em casa, semanalmente, uma cesta com uma variedade de produtos. Além disso, o consumidor tem a opção de incluir adicionais, como vinhos, geleias, queijos, entre outros.

Durante a Pandemia Covid/19, em função do fechamento das feiras da agricultura familiar, a proposta de cestas mobilizou as comunidades. Essas experiências evidenciam “*novas formas de organizar*” ou se auto-organizar. No caso das cestas, a participação e a cooperação são percebidas a partir dessa forma de organização, na qual cada família disponibiliza uma parte dos produtos, conforme relata um dos participantes do estudo

E7 - Então, nessa cesta, na época [...] eu pagava R\$ 20,00. Vem em uma caixa e vinha verdura e o que eles tinham, aipim... mas sempre tinha uma fruta, sempre tinha um grão e tal. [...] E aí outros agricultores também começaram a participar desse processo e de uma forma assim ... vendendo às vezes produtos avulsos.

Outra alternativa que emergiu nesse período foi a venda a partir de encomendas realizadas via *whatsApp*, com entrega a domicílio. Essa prática foi mantida mesmo após a reabertura das feiras, evidenciando “*novas formas de fazer*” a comercialização dos produtos. Essa inovação social teve apoio da Cooper Guatambu, que montou um espaço para armazenamento e comercialização de produtos, contando com uma pessoa para o atendimento, a gestão das vendas e entregas a domicílio.

A iniciativa da Cooper Guatambu foi listada entre as 86 boas práticas encontrados no estado, de acordo com um levantamento realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Contudo, devido ao custo necessário para manter o serviço ativo, a iniciativa não obteve o retorno esperado. Porém, os agricultores buscaram outras formas de comercialização dos seus produtos, como o exemplo da Casa Colonial, localizada no município de Planalto Alegre.

Em Chapecó, o Mercado Público foi destacado pelos participantes do estudo como uma experiência inovadora. Essas iniciativas envolvem diversos atores e tem como foco ampliar o acesso a mercados para os agricultores familiares. Além da questão da renda, os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) foram relacionados à produção para autoconsumo, consolidando-se como uma potencialidade para a agricultura familiar.

A “Concessão sustentável de restaurantes universitários” do RU/UFFS foi selecionada na Chamada Pública do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU/Meio Ambiente), a ação teve por objetivo identificar boas práticas de sustentabilidade e contribuir para sua institucionalização e replicação (A3P, 2018).

A experiência do RU é resultado de uma construção coletiva, envolvendo agricultores familiares, associações, movimentos sociais e cooperativas. Dessa forma, identificam-se elementos de inovação social, como cooperação (Bignetti, 2011) e a participação de todas as partes interessadas. Foram realizados vários seminários e oferecidas capacitações e suporte técnico, com o objetivo de capacitar os agentes propensos a exclusão (André; Abreu, 2006).

E2 – [...] quando nós começamos a pensar, os RUs, em 2011, 2012 não tinha nada em termos de legislação que obrigasse compra da agricultura familiar a nível de ensino superior público [...]. Então nós começamos ter alguns diálogos com os agricultores, com as cooperativas da agricultura familiar, para pensar como é que a gente poderia incluir eles nos nossos processos de compra.

Esses momentos foram uma via de mão dupla, onde os múltiplos atores compartilhavam conhecimentos. Essa valorização dos diferentes saberes evidencia “*novas formas de conhecer*”. O propósito do projeto é incluir os agricultores familiares nos processos de compra, que teriam dificuldade para atuar nesse mercado, caso não houvesse essa iniciativa. O suporte oferecido pela instituição, relativo às questões burocráticas e tecnológicas, permitiu aos agricultores ampliarem sua atuação para atender a outros órgãos públicos.

Embora a inclusão esteja regulamentada, a construção da iniciativa antecede a legislação. Ou seja, não se trata de uma ação passiva para atender à regulamentação, mas sim de uma instituição agindo ativamente na implementação de “*novas formas fazer*”. Com o tempo, a UFFS, que inicialmente intermediava os processos de compra entre os RUs (cuja gestão é terceirizada) e os agricultores familiares, passou a atuar apenas na fiscalização.

Mesmo diante das mudanças significativas no processo de gestão dos RUs, o vínculo com a agricultura familiar foi mantido. Os processos licitatórios para contratação da empresa responsável pela gestão terceirizada já incluem a compra de produtos da agricultura familiar. Embora a instituição tivesse a intenção de que as compras fossem de produtos orgânicos, não foi possível implementar essa questão dentro do processo. No entanto, ela acaba sendo contemplada, conforme ilustra o trecho de uma das entrevistas:

E2 - No início nós discutimos a questão do orgânico, mas em virtude do preço que ele pode ser mais alto, a gente deixou de lado, é só agricultura familiar. Acabamos adquirindo muito produto orgânico, porque é o que esses fornecedores têm, mas não é obrigatório que seja.

De maneira geral, os CCC permitem que se estabeleçam “*novas relações*”, com maior proximidade entre produtor e consumidor. Eles permitem agregar valor aos produtos para o agricultor familiar, devido à redução de intermediários. Para o consumidor, os benefícios vão além dos aspectos financeiros e se refletem na qualidade dos alimentos.

Com relação às “*novas formas de enquadrar*”, um exemplo pode ser observado a partir das considerações de uma das entrevistadas:

E2 – [...] pensando agora em termos de política de alimentação, eu não vejo o restaurante universitário como um simples local de oferta de comida. Ele é um local que nós podemos utilizar para fazer as pessoas trabalharem a educação, alimentar, nutricional. [...] eu não quero, por meio do RU, só alimentar o usuário que vai comer. Eu posso estar em cadeia ajudando a alimentar esses agricultores que estão tendo um rendimento.

As contribuições dessas iniciativas contemplam aspectos sociais, ambientais e econômicos. A questão financeira foi destacada, tendo em vista que é por meio da comercialização que se constitui a renda familiar. As inovações sociais mapeadas representam oportunidades de inserção nos mercados para a agricultura familiar. No entanto, as potencialidades relacionadas à comercialização ainda podem ser melhor exploradas.

Para tanto, são necessárias ações como a implementação de políticas públicas, incentivos e subsídios, além de capacitação e formação. Essas ações requerem a participação de diferentes atores, tornando crucial o estabelecimento de novas parcerias. Por exemplo, fortalecer as relações com a iniciativa privada pode contribuir para ampliar os canais de venda. Da mesma forma, investir na venda direta e na adoção de recursos tecnológicos pode oferecer importantes contribuições para a agricultura familiar.

#### **b) Produção Sustentável**

Os modos de produção da agricultura familiar foram listados como oportunidades para o desenvolvimento do setor, especialmente por ser esse tipo de agricultura que demonstra melhor potencial para práticas sustentáveis. Foram citadas experiências inovadoras vinculadas à produção orgânica e agroecológica e sua certificação, como é o caso da certificação participativa promovida pela Rede Ecovida. A formação de redes, criação de cooperativas e associações evidenciam “*novas formas de organizar*”.

Assim como nos circuitos curtos de comercialização, a produção também foi relacionada ao autoconsumo. Esse aspecto está associado à saúde do produtor e, por consequência, do consumidor, uma vez que a produção excedente normalmente é comercializada. A qualidade e a diversidade dos alimentos foram destacadas como pontos fortes. Conforme descreve um dos participantes do estudo:

E6 - Nós sabemos que um agricultor familiar, ao mesmo tempo que produz também consome parte de sua produção. Essa produção, poderíamos já logo acrescentar, certamente é de maior qualidade porque ele mesmo estará usufruindo desse tipo de alimento.

Práticas como os Quintais Agroecológicos ou Quintais Produtivos foram relacionadas à produção para autoconsumo e às questões de gênero, uma vez que colocam o trabalho da mulher em evidência. Essas práticas consistem em “*novas formas de enquadrar*” e exemplificam a valorização da cultura e da tradição, bem como a combinação dos saberes científicos e tradicionais, ilustrando “*novas formas de conhecer*”.

Associam-se a essas iniciativas, a preservação da biodiversidade, por meio da produção de sementes crioulas e da troca de sementes, as quais também se traduzem em inovações sociais ao representar “*novas formas de fazer*”. Elas consistem em alternativas ao formato vigente, no qual os agricultores precisam comprar as sementes.

A experiência do MMC é destaque nesse cenário, além de outros atores, como as IES e a Epagri, que por meio de suas pesquisas, atuam na preservação da biodiversidade. A importância dessas ações nas considerações de alguns dos participantes do estudo:

E3 – [...] eles brincavam que é como se eles estivessem fazendo uma coisa ilegal, eles tinham os baús das sementes, eles trocavam semente meio que escondido entre eles porque era como se fosse uma prática ilegal. Ou seja, é tão tradicional que você tem que comprar, você depender da cooperativa que parecia que eles estavam cometendo uma transgressão ao trocar sementes, sementes crioulas que eles falam.

E6 - A agroecologia também trata da diversidade, ou seja, da manutenção da diversidade biológica. Há diversos tipos de feijões, favas, alfafas e milhos que estamos tentando preservar.

E10 – [...] trabalha na produção de sementes orgânicas e depois ela (Epagri) repassa isso para a sociedade através disso, a própria produção de milho de qualidade, que é tão rico e tão necessário preservar as cultivares.

Também são citados como experiências inovadoras os Sistemas Agroflorestais (SAF), que apresentam “*novas formas de fazer*” ao integrarem a produção de alimentos à preservação ambiental. Consistem em sistemas de cultivo nos quais, numa mesma área, ocorre o plantio de árvores nativas da vegetação local, árvores frutíferas e outras culturas, seguindo princípios da agroecologia (Santa Catarina, 2021c). Podem ser considerados alternativas à monocultura, já que são voltados ao aumento da diversidade e também se dedicam à preservação da biodiversidade.

Da mesma forma, o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH) foi mencionado como uma inovação amplamente utilizada nos processos de transição da agricultura convencional para a agroecológica. Embora a Epagri seja referência na utilização deste sistema e já trabalhe com ele a mais de 20 anos, foi citada uma parceria entre Epagri e FETRAF.

Este projeto tem por objetivo ampliar a utilização do SPDH em Santa Catarina. Com financiamento proveniente de emenda parlamentar, a iniciativa conta com parcerias entre diferentes atores: FETRAF, Epagri, parlamentares e agricultores familiares, dentre outros, evidenciando o surgimento de “*novas relações sociais*” e também “*novas formas de organizar*”, conforme explicou um dos participantes do estudo:

E4 - Então é um trabalho que a gente está iniciando com 25 técnicos. Nós conseguimos um recurso significativo de emenda parlamentar para nivelar o conhecimento de 25



engenheiro agrônomo e técnicos pro SPDH, para que eles possam atender 500 famílias em Santa Catarina com essa proposta.

Com uma visão ainda mais abrangente, a permacultura também figura entre as iniciativas de inovação social mapeadas. Segundo o Núcleo de estudos em permacultura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a permacultura é considerada uma ciência socioambiental, com foco no planejamento de assentamentos humanos autossustentáveis (Núcleo de estudos em permacultura da UFSC, 2023). Cesar (2019) a define como uma possível inovação social, que utiliza conhecimentos multidisciplinares para criar ambientes rurais ou urbanos produtivos e focados na sustentabilidade.

Ela evidência “*novas formas de fazer*” que se traduzem no uso de técnicas como policulturas, sistemas de captura e armazenamento de água, dentre outros. As “*novas formas de conhecer*” referem-se ao uso de uma abordagem multidisciplinar e à integração de saberes tradicionais e científicos. Observam-se “*novas formas de organizar*”, uma vez que adotam uma abordagem participativa, que busca envolver todas as partes interessadas no processo de planejamento e implementação. Dessa forma, evidencia-se o desenvolvimento de “*novas relações sociais*”, tanto com os agricultores quanto com a comunidade e demais atores envolvidos (Núcleo de estudos em permacultura da UFSC, 2023).

Os “*novos enquadramentos*” vinculam-se à proposta de mudança de mentalidade quanto aos usos da terra e às relações entre o homem e a natureza. Assim, as narrativas de mudança baseiam-se nas éticas e nos princípios da permacultura, que buscam cuidar da terra, das pessoas e do futuro. Com foco na otimização do uso dos recursos naturais, na redução do consumo e dos resíduos, na valorização da diversidade e no uso da criatividade frente aos processos de mudança (Núcleo de estudos em permacultura da UFSC, 2023).

Na região Oeste, foram mapeadas duas experiências de permacultura. A ecoPalha consiste em um lar de permacultura localizado na área rural, aberto ao voluntariado, como o propósito de tornar-se uma ecovila. Produz e comercializa alimentos orgânicos, geleias e molhos (ecoPalha, 2024). E, a Reserva do Ser, que integra as atividades de permacultura urbana, produção agroecológica e turismo, com área de camping e uma pousada (Flora Bamboo, 2024).

A preservação ambiental é o foco da tecnologia social proposta pelo Consórcio Iberê, que abrange sete municípios consorciados e é desenvolvida em parceria com diversas instituições. Essas parcerias estabelecem “*novas relações sociais*” entre os atores envolvidos. O objetivo é criar as condições para que os pequenos agricultores, com propriedades de até 40 hectares, possam recuperar e proteger as Áreas de Preservação Permanentes (APP) degradadas e conservar os recursos hídricos (Transforma, 2023).

O problema central está no uso indevidos das APPS. O projeto tem o propósito de promover a conservação da mata ciliar. A primeira etapa é a sensibilização dos produtores rurais quanto à necessidade de preservação, evidenciando-se um “*novos enquadramento*”, voltado a fortalecer a narrativa acerca da importância dessas áreas e também quanto às responsabilidades dos agricultores familiares e demais atores nesses processos.

A solução é construída a partir da participação de diferentes atores, incluindo a sociedade civil. Uma equipe técnica busca elaborar, orientar e acompanhar os projetos, dessa forma, a iniciativa estabelece “*novas formas de conhecer*”. A iniciativa também promove “*novas formas de organizar*”, a partir da gestão compartilhada localmente, com os municípios que integram o Consórcio. Os resultados do projeto, que é desenvolvido desde 2006, já beneficiaram 424 propriedades, isolando 282 hectares de mata ciliar (Consórcio Iberê, 2024).

Essa inovação social vem acumulando prêmios ao longo dos anos em função dos resultados obtidos. Em 2012, foi contemplada com o Prêmio ANA – (Categoria Organismos de Bacias) e Livro Boas Práticas de Preservação Ambiental da Agricultura Familiar. Em 2015, recebeu o Selo Verde, Prêmio Socioambiental Chico Mendes e Prêmio Fritz Muller, da Fundação do Meio Ambiente (FATMA). Em 2019, recebeu o Prêmio Expressão de Ecologia (Transforma, 2023; Consórcio Iberê, 2024).

A tecnologia social, voltada à utilização do PRV na produção de leite agroecológico, é utilizada pelos agricultores familiares da Ascooper e abrange 25 famílias de cinco municípios. As principais características desse sistema estão na utilização e reposição de energia da própria unidade produtiva, permitindo a conservação e fertilização do solo, o bem-estar animal e dos trabalhadores e a conservação do meio ambiente. Assim, a experiência inovadora apresenta uma proposta pautada em “*novas formas de fazer*” (Transforma, 2023).

O foco na sustentabilidade social e ambiental, por sua vez, demonstra “*novas formas de enquadrar*”. Dentre os resultados observa-se a melhoria na organização das cooperativas e no grupo de agroecologia, a ampliação do alcance social e auxílio na permanência das famílias no campo. As mudanças no relacionamento entre o agricultor e essas organizações podem ser entendidas como “*novas relações sociais*” (Transforma, 2023).

Destaca a satisfação das famílias em trabalhar com essa atividade, que permite a redução no uso de mão de obra e dos custos de produção, aumento da renda e assistência técnica recebida (Transforma, 2023). Ou seja, também apresentam “*novas formas de organizar e conhecer*”. Os entrevistados, reafirmaram alguns desses aspectos “[...] a questão do leite, por exemplo, que tem um alcance social fantástico. O leite é uma das atividades com maior alcance social, em termos de atividade demandada de famílias que fazem parte dessa cadeia produtiva” (E10).

O cultivo de plantas medicinais também é percebido como uma experiência inovadora, relacionada à agroecologia e à produção orgânica. As plantas medicinais têm seu uso regulamentado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e embasa-se em políticas e programas vinculados às Práticas Integrativas e Complementares (PICs) e às Plantas Medicinais e Fitoterápicos, em âmbito nacional e estadual (Brasil, 2016b).

O mapeamento contemplou a experiência do Observatório Catarinense de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Oc-PICS), desenvolvido em conjunto pela UFFS e pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Emergiu a partir de um projeto de extensão vinculado ao Programa Agroecologia e Economia Solidária: espaço de empoderamento social e educativa (PAEPS).

Por meio do PAEPS, o agricultor familiar tem a possibilidade de comercializar na feira agroecológica produtos *in natura* ou processados pela agroindústria familiar, artesanatos e fitoterápicos. Além disso, tem acesso a ações de formação e atividades culturais. O foco está na valorização dos conhecimentos tradicionais, promoção da segurança alimentar, fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável (UFFS, 2018).

Está em processo de discussão a implantação de um Arranjo Produtivo Local (APL) voltado ao fomento da produção de plantas medicinais, livre de agrotóxicos, para fabricação de fitoterápicos. A proposta contempla atores de diferentes setores como governo estadual, prefeituras, representantes da sociedade civil, universidades, dentre outros. Estão envolvidos 20 municípios nesse projeto, que se fundamenta na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).

E1 - Reúne um conjunto diversificado de atores para estabelecer a dinâmica de um arranjo produtivo regional para as plantas medicinais e fitoterápicos [...] e existe um método que a gente desenvolveu para fazer uma produção puxada. Ou seja, o agricultor vai ser convidado a produzir uma determinada quantidade dentro desses 20 municípios. E, estabelecer a compra pelo próprio município desses fitoterápicos, em substituição à medicação que hoje é a alopática, a medicação de laboratório, a química.

As experiências que envolvem as plantas medicinais têm como premissa a questão de valorização dos saberes, sendo um exemplo de “*novas formas de conhecer*”. A partir do uso dessas plantas e dos fitoterápicos no âmbito do SUS, podem ser evidenciadas “*novas formas de fazer*”. Além do tratamento de doenças, as PICs têm como foco a prevenção, ou seja, “*novos enquadramentos*”. O APL é um exemplo de “*novas formas de organizar*”.

A mudança “*nas relações sociais*” é percebida em vários aspectos, nas relações entre os profissionais da saúde e o agricultor familiar, e entre os atores de diferentes instituições que

passam a se engajar e apoiar a causa. Seja por meio do desenvolvimento de pesquisa, capacitação, implementação de políticas, promoção do uso dessas plantas.

E1 - [...] divulgar as práticas integrativas, sensibilizar e produzir o empoderamento dos profissionais [...] é um movimento que tem tudo a ver com a agroecologia, é agroecologia, porque ele não é alopático, não é químico, trabalha com recursos naturais e que tenham por base o não uso de agrotóxicos e veneno [...]. Então, nessa abordagem, existem elementos como, por exemplo, plantas medicinais, os fitoterápicos, que é necessário, obrigatório que seja de produção orgânica

O cultivo de plantas medicinais é desenvolvido por diversas iniciativas de inovação social. Como exemplos, foram citados o Horto Botânico de Chapecó, vinculado à Prefeitura Municipal, o Viveiro Florestal Universitários da Unochapecó, na cidade de Palmitos, o Horto Medicinal Aroma Flor<sup>10</sup>, e em São Carlos, o horto da Família Kern, que também é uma Unidade de Referência Educativa da Epagri. Esta família é reconhecida por produzir grande parte dos alimentos que consome.

Em Chapecó, a Associação Pitanga Rosa utiliza as plantas do horto para produzir florais e fitoterápicos, entre outros produtos. Além disso, atua na conscientização quanto à alimentação saudável e ao uso de agrotóxicos. Esse movimento é percebido em vários municípios da região, com projetos em desenvolvimento para implementação de hortos medicinais, que contam com apoio de atores de diferentes setores da sociedade.

Foram citadas ações relacionadas à energia renovável, voltadas à redução dos custos de produção na propriedade. Um projeto desenvolvido pela Epagri em parceria com múltiplos atores abordou essa temática. Foi realizado todo um trabalho desde a conscientização do agricultor familiar quanto à importância desse tipo de energia e os benefícios que seu uso pode trazer.

Suporte técnico dedicado a informar sobre o funcionamento do sistema a ser implantado. Também foram disponibilizados financiamentos e subsídios para permitir a implementação da tecnologia. Assim, entende-se que esse projeto também se constitui em inovação social, na medida em que buscou estabelecer “*novas relações sociais*” entre os técnicos e os agricultores familiares, por exemplo.

As “*novas formas de fazer*” são percebidas a partir da troca de um sistema de energia elétrica tradicional pela utilização de energia solar ou outras fontes de energia renovável. Todo o trabalho de conscientização por meio de eventos e capacitações também evidenciam “*novos enquadramentos*”, uma mudança na forma de perceber a questão da energia.

---

<sup>10</sup> Para conhecer mais acesse: <https://hortoaromaflor.wordpress.com/nossahistoria/>

É um trabalho que contempla diversas frentes, envolve muitos atores e o estabelecimento de parcerias para promover uma nova narrativa de mudança, conforme relato de um dos entrevistados:

E10 – [...] no caso da energia sustentável quem ganha lá na ponta é o agricultor. Pagava um dinheirão de energia elétrica e passou a economizar um bom recurso. Então isso é um ganho social e também financeiro. Mas é social na medida que as famílias adotam tecnologias ou práticas que baixem o custo de produção, que melhorem a qualidade do alimento.

Foram mapeadas inovações sociais voltadas ao uso de energia renovável, conservação da mata ciliar, dentre outras iniciativas que buscam otimizar o uso dos recursos naturais e/ou reduzir a dependência de insumos externos. São alternativas que podem diminuir os custos de produção, aumentar a produtividade e a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Em comum, essas iniciativas têm o foco na promoção de uma agricultura mais sustentável, especialmente por meio da agroecologia. A adoção de práticas agrícolas sustentáveis como permacultura, agroflorestas, SPDH, consistem em “*novas formas de fazer*”, que ao promoverem a integração entre os conhecimentos locais, técnicos e científicos, evidenciam “*novas formas de conhecer*”.

A cooperação, a formação de redes e o desenvolvimento de parceria entre diferentes atores evidenciam “*novas formas de organizar*”, as quais estabelecem “*novas relações sociais*”. São iniciativas que buscam conciliar a produção de alimentos saudáveis com a conservação do meio ambiente. Ao observarem os aspectos sociais e ambientais, para além dos econômicos, promovem “*novos formas de enquadrar*”.

Os resultados do estudo também evidenciam a importância da agroecologia e o papel da mulher. O trabalho feminino é capaz de criar grandes oportunidades para agregar valor aos produtos e ampliar a renda familiar. Além disso, contribui para conservar a biodiversidade, preservar os saberes locais e resgatar tradições. Essas observações podem ser percebidas a partir das considerações de um dos entrevistados:

E8 – [...] é possível se inovar pela tradição, ou seja, o resgate do saber fazer desses agricultores, a produção, o processamento de alimentos em nível de estabelecimento rural, autoconsumo dessas famílias. [...] há espaço para inovação, na produção desses produtos de qualidade diferenciada [...] você pode por esses produtos tradicionais que aqui eles são conhecidos por produtos coloniais.

Observa-se que alguns elementos discutidos no âmbito da comercialização foram retomados na produção, como é o caso da produção para autoconsumo. Assim, fica evidente que essas categorias são entrelaçadas. Por exemplo, algumas iniciativas de inovação social, como as experiências de permacultura e agroflorestas, foram relacionadas ao turismo rural, que será discutido no âmbito da pluriatividade.

### **c) Espaço Pluriativo**

Ao abordar as potencialidades para a agricultura familiar da região, os entrevistados destacam a importância de aproveitar os recursos disponíveis e a propriedade rural para ampliar a renda familiar. Essa diversificação nas atividades do agricultor familiar é definida como pluriatividade (Schneider, 2003) ou multifuncionalidade (Ploeg, 2015).

A pluriatividade foi muito associada ao turismo rural, a região conta com alguns roteiros voltados a essas atividades. No município de Quilombo encontra-se a Rota Encanto Rurais, premiada pelo Ministério do Turismo em 2018. Posteriormente, também foi lançada a Rota do Gole, que contempla visita à vinícola, cervejaria e cachaçaria (Quilombo, 2024).

Em Arvoredo, a Rota Delícias do Arvoredo (Arvoredo, 2021), e em Chapecó, a Rota Desbrave Chapecó (Chapecó, 2024), são alguns exemplos. Essas rotas consistem em experiências que permitem aos turistas conhecerem as propriedades rurais que integram cada um dos roteiros. É possível, além de contemplar a natureza, fazer a aquisição de produtos da agricultura familiar e ainda aproveitar a gastronomia regional.

Parte das iniciativas de inovação social mapeadas e abordadas no âmbito das categorias “produção sustentável” e “comercialização” também se constituem em espaço pluriativo. A exemplo daquelas experiências vinculadas aos Sistemas Agroflorestais e à Permacultura, para os quais já foram apontados os elementos que os configuram como inovações sociais, sob a perspectiva transformadora. Ou seja, apresentam novas formas de fazer, organizar, conhecer e/ou enquadrar, e têm como premissa a mudança nas relações sociais (Avelino *et al.*, 2014; 2019).

Um exemplo interessante de espaço pluriativo é o Quiosque Pachamama, localizado no assentamento Dom José Gomes, no município de Chapecó. Atualmente, cerca de 30 famílias residem no acampamento, criado em 2005. A iniciativa de inovação social é realizada no espaço que pertence a uma dessas famílias. Os produtos comercializados, em sua maioria, são produzidos na propriedade.

Além disso, o espaço oferta produtos oriundos de outras propriedades da agricultura familiar e da cooperativa da reforma agrária. Esses produtos agroecológicos são a base para as

refeições servidas no local. Evidencia-se, assim, uma “*nova forma de organizar*” as atividades no âmbito da propriedade. A iniciativa vincula-se ao turismo rural tanto pela oferta de refeições quanto por estar aberta para visitação.

Muitos eventos culturais, oficinas e cursos são realizados no local, promovidos pelos proprietários ou em atendimento à demanda de outros atores do Ecossistema de Inovação Social. São momentos de troca de conhecimentos e experiências, que também evidenciam “*novas formas de conhecer*”.

Essa valorização dos saberes e tradições também é observada em função do cultivo de plantas medicinais de produção de fitoterápicos. O espaço permite uma aproximação entre o campo e a cidade, estabelecendo “*novas relações sociais*” entre diferentes atores. A produção desenvolvida por meio de sistema agroflorestal também evidencia “*novas formas de fazer*”.

Os “*novos enquadramentos*”, nesse caso, evidenciam-se pelas narrativas vinculadas às lutas dos movimentos sociais rurais, como MST e MMC. Da mesma forma, a questão da qualidade de vida, agroecologia, alimentação saudável, desenvolvimento rural sustentável fazem parte da dinâmica do local

A Associação Pitanga Rosa, localizada na Linha Faxinal dos Rosas, zona rural do município de Chapecó/SC, tem por objetivo o resgate e a preservação de sementes e mudas crioulas para o cultivo e processamento de plantas medicinais (Transforma, 2023). Esse foco no resgate e manutenção dos conhecimentos tradicionais evidencia “*novas formas de conhecer*”. O processamento das plantas medicinais, o foco na agroecologia, o horto e a agrofloresta são exemplos que evidenciam as “*novas formas de fazer*” adotadas.

As “*novas formas de enquadrar*” são percebidas por meio da atuação com foco na conscientização. As narrativas de mudanças focam na importância da alimentação saudável e no uso de fitoterápicos para prevenção e tratamento de doenças, buscando promover a conscientização acerca da importância da produção de alimentos livres de agrotóxicos (Transforma, 2023). Por estar vinculada ao MMC, também busca destacar o papel da mulher no âmbito da agricultura familiar.

A Associação se constitui em um espaço pluriativo, contando com um horto de plantas medicinais e agrofloresta. O trabalho é realizado por voluntárias e os recursos para manutenção das atividades são provenientes da comercialização de fitoterápicos, chás, dentre outros produtos elaborados a partir das plantas medicinais. Essa forma de atuação evidencia “*novas formas de organizar*”.

Ambos os espaços são abertos para visitação de grupos de estudantes, agricultores familiares e outros atores interessados em conhecer as propriedades e as atividades

desenvolvidas. Essas visitas, além da troca de conhecimentos por meio de oficinas e capacitações, permitem momentos de contato com a natureza, acompanhados de refeições saudáveis. Essa aproximação com diferentes atores é uma forma de estabelecer “*novas relações sociais*”.

As agroindústrias familiares também foram destacadas como exemplo de iniciativas de inovação social, ligadas à pluriatividade. São oportunidades de agregar valor aos produtos ainda na propriedade, valorizando o trabalho do agricultor e da família, ampliando a renda e, por consequência, a qualidade de vida. São observadas a partir dessas experiências inovadoras “*novas formas de fazer e organizar*”.

Exigem também a aquisição de novos conhecimentos e a integração entre os saberes tradicionais e o conhecimento técnico, implicando em “*novas formas de conhecer*”. No entanto, a instalação de uma agroindústria na propriedade demanda investimentos expressivos, tornando-se uma inovação inacessível para muitos agricultores familiares.

Uma iniciativa inovadora localizada no município de Planalto Alegre torna o processo de industrialização possível, mesmo para os agricultores menos capitalizados. Ao permitir a inclusão desses agricultores, estabelece “*novos enquadramentos*”. Por ser desenvolvido a partir da parceria de diferentes atores, o projeto evidencia a construção de “*novas relações sociais*” entre eles.

Ao propor uma solução para o problema dos produtores que não conseguiam se inserir no mercado devido à falta de infraestrutura, ela contempla diferentes elementos da inovação social. Por exemplo, constitui-se em uma resposta ou solução para uma necessidade social (CRISES, 2020), além de promover a inclusão social e a capacitação dos agentes (André; Abreu, 2006).

Essa iniciativa de inovação social permite aos agricultores familiares agregarem valor aos seus produtos e manter a distribuição durante todo o ano, conforme destaca um dos participantes do estudo:

E10 – [...] nós construímos lá em Planalto Alegre, então tem uma agroindústria comunitária e multifuncional. Por exemplo, tem um agricultor que produz maracujá [...] ele processa o maracujá lá nessa agroindústria. [...] que está à disposição dele através de uma política pública municipal. Então ele não construiu uma agroindústria na propriedade, porque isso implicaria um investimento muito grande que do ponto de vista econômico.

É importante mencionar que os resultados da pesquisa demonstram o protagonismo do agricultor familiar nas iniciativas de inovação social. Ao responderem à questão “Conhece



alguma experiência, iniciativa, projeto ou ação que tenha proposto soluções inovadoras para enfrentamento dos desafios existentes na agricultura familiar? Qual(is)?”, os participantes do estudo mencionaram muitas famílias de agricultores que se destacam na região em função das práticas adotadas.

Essas famílias são referência pela sua forma de produção, comercialização, ou ainda pela forma como agregam valor aos produtos ou por potencializarem o uso da propriedade, transformando-a em espaço pluriativo. Reforçam assim a importância da agricultura familiar e seu papel essencial para o alcance do desenvolvimento sustentável, como exemplifica uma das participantes do estudo “[...] tem a família, Kern, eles produzem tudo, tudo, tudo orgânicos. É assim, eles praticamente não compram nada no mercado (E7)”.

A partir dos resultados do estudo, acredita-se que a inovação social pode ser um caminho possível para tornar o meio rural mais atrativo para o jovem. Dessa forma, busca-se uma solução para um dos grandes problemas enfrentados pela agricultura familiar, o êxodo rural. Existe um movimento, ainda tímido, de retorno do jovem para o campo, nesse sentido, é conveniente buscar estratégias que possam fortalecê-lo, conforme descreve um dos entrevistados:

E6 - Embora atualmente tenhamos um aumento do chamado êxodo rural, ao mesmo tempo também temos jovens que estão prontos para ir novamente da cidade para o campo. É um fenômeno novo. E isso é um progresso não só para a região, mas também para todo o país.

Dentre os desafios das iniciativas de inovação social, foi relatado que, em alguns casos, ao vincularem-se a determinado ator político, acabam tornando-se muito “fechadas” para quem não tem a mesma orientação partidária. Porém, além dos aspectos político-partidários, Weaver *et al.* (2017) pontuam que as iniciativas, ao se tornarem mais formalizadas, demandam mais recursos para sua manutenção.

Assim, podem enfrentar um dilema entre manter-se atuando de forma independente e preservar seus valores iniciais, ou ampliar sua abrangência e correrem o risco de perder sua essência. Para Wittmayer *et al.* (2017a), ao fornecer recursos, os agentes externos podem fazer exigências que contrapõe os valores seminais dessas iniciativas. O Ecossistema de Inovação Social (Figura 14), relacionado à agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, pode ser visualizado em *Google My Maps*.

Figura 14 - Ecossistema de Inovação Social



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O EIS, nesse contexto, é composto por um conjunto de atores de apoio e iniciativas de inovação social de diferentes setores da sociedade (governo, instituições de ensino, organizações privadas e sociedade civil) e das interações que estabelecem. São esses atores que por meio dos papéis que desempenham podem restringir ou fomentar o desenvolvimento da inovação social (Chueri; Vasconcelos; Dos Santo, 2019).

A dinâmica do EIS favorece a troca de conhecimento, formação de redes, colaborações e estabelecimento de parcerias. Permite também identificar os desafios a serem superados e auxiliam na captação de recursos. Se traduz em um espaço para criação de alternativas inovadoras voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, por meio da ampliação do acesso a mercados, produção sustentável, empoderamento, dentre outros.

Dentre as iniciativas de inovação social mapeadas, a Associação Pitanga Rosa foi selecionada para participar da quarta etapa do estudo, que realiza uma análise a partir dos pressupostos da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST). A escolha da Associação atendeu aos critérios de seleção pré-estabelecidos, que incluem: i) interesse em participar do estudo; ii) desenvolvimento de ações relacionadas à agricultura familiar orgânica e/ou agroecologia.

### 4.3.3 Síntese do tópico

Esse tópico teve por objetivo mapear os atores de apoio, redes e iniciativas de inovação social no contexto da agricultura familiar, especialmente aquela voltada à agroecologia e à

produção orgânica. Foi possível verificar a existência de um Ecossistema de Inovação Social (EIS) nessa área na região Oeste de Santa Catarina.

A primeira parte da discussão concentrou-se no mapeamento dos atores de apoio que foram divididos em quatro categorias: sociedade civil, governo, instituições de ensino superior e iniciativa privada. Foram identificados 45 atores de apoio, sendo que mais de 60% deles são ligados à sociedade civil, contemplando cooperativas, associações, movimentos sociais, ONGs, dentre outros.

Os papéis que esses atores desempenham no âmbito no EIS foram sistematizados a partir de seis categorias: i) agente de recursos, ii) agente de integração de saberes, iii) agente de transparência, iv) agente de conexão e diálogo, v) agente catalisador de visão compartilhada e, vi) agente de promoção e implementação de políticas públicas.

Na segunda parte, o foco mapear e caracterizar as experiências inovadoras encontradas no âmbito do EIS. Foram identificadas 31 iniciativas de inovação social, a maioria delas, cerca de 40% foram implementadas por órgãos governamentais. Essas iniciativas foram relacionadas às potencialidades elencadas pelos participantes do estudo na sessão anterior. Neste caso, a sistematização contemplou três categorias: comercialização, espaço pluriativo e produção sustentável.

#### 4.4 INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA NA ASSOCIAÇÃO PITANGA ROSA

Esse tópico dedica-se a analisar a iniciativa de inovação social Associação Pitanga Rosa, a partir dos pressupostos da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST). Também apresenta as contribuições dessa associação para o desenvolvimento sustentável e para o (des)empoderamento, conforme Objetivos Específicos 4 “*Identificar os impactos da inovação social no alcance do desenvolvimento sustentável*” e 5 “*Identificar os impactos da inovação social no (des)empoderamento dos atores envolvidos.*”.

Compreende a análise em nível micro, ao focar na iniciativa de inovação social selecionada. Além disso, contempla a perspectiva multinível, ao identificar as conexões existentes entre os diferentes níveis de análise (macro, meso e micro). Estruturado a partir de três etapas, contempla a descrição da iniciativa, seguida de análise a partir dos pressupostos IST. A terceira etapa aborda os impactos das ações da Associação no (des)empoderamento e no desenvolvimento sustentável.

#### 4.4.1 A Associação Pitanga Rosa

Alguns dos elementos encontrados no âmbito da Associação Pitanga Rosa, que permitem caracterizá-la como uma iniciativa de inovação social, foram apresentados no tópico 4.3.2. Com base na atuação da associação, foram identificadas “*novas formas de fazer, conhecer, organizar e enquadrar*”, bem como a construção de “*novas relações sociais*” (Avelino *et al.*, 2020) com os diferentes atores que compõe o Ecossistema de Inovação Social (EIS).

A entidade se identifica como uma tecnologia social devido ao trabalho que desenvolve e suas formas de organização, as quais são pautadas na coletividade e no voluntariado. Essa caracterização reside no fato de que “seus processos e produtos apresentam alternativas para problema sociais de forma simples, sustentável e inovadora” (Frigo, 2021, p. 6), conforme descrito em seus materiais de divulgação. Considerando que neste estudo entende-se que a inovação social pode contemplar as características das tecnologias sociais, justifica-se a escolha da iniciativa como unidade de análise nesta etapa da pesquisa.

A presente discussão, tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o processo de formação, identificar os principais atores com os quais se relaciona, os problemas para os quais busca soluções e os desafios enfrentados. A análise embasa-se nas informações obtidas por meio de entrevista com a presidente da Associação. Além disso, contempla dados secundários coletados nas redes sociais da Pitanga Rosa, materiais de divulgação, documentos, cartilhas de orientação e documentários, que sintetizam sua história.

O histórico de formação da Associação é entrelaçado à trajetória da sua fundadora e atual presidente. Reconhecida por seu protagonismo como líder comunitária, integrante do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), participou de inúmeras lutas e conquistas de direitos para as mulheres camponesas, a exemplo da aposentadoria e da licença-maternidade. Foi nesse contexto permeado por desafios impostos às mulheres do campo e de resistência e união na busca por soluções para os problemas sociais, que teve início a experiência com as plantas medicinais.

Na organização, no movimento, a gente aprendeu junto com o Movimento de Mulheres Camponesas, foi a escola da minha vida. Então, foi onde a gente se reafirmou no trabalho de camponesa, feminista e autônoma que a gente podia tocar nossa luta (No Quintal, 2021, 6 min).

A entrevistada relata que na década de 1970 participou de cursos promovidos pela Igreja Católica, que assim como o MMC, possui um importante papel em sua formação. A preocupação da Igreja Católica e suas ações voltadas à saúde foram representadas pela campanha da fraternidade, intitulada “Saúde para Todos”. Que por sua vez, culminou na criação da Pastoral da Saúde. A visibilidade do tema em âmbito nacional fortaleceu as discussões em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme evidenciam os relatos:

[...] daí naquele ano da campanha da fraternidade que era “Saúde pra Todos”, surgiu a importância de se criar uma pastoral também pra a saúde. Daí que criamos a Pastoral da Saúde, que nós começamos no Diocese de Chapecó, e foi uma das pioneiras, primeira que criou a Pastoral da Saúde. E daí na Pastoral da Saúde, tinha vários itens que a gente seguia, trabalhar mais a questão da fitoterapia, que era as práticas com os remédios, com o chá. Era também a questão da política de saúde, que é onde nós também fomos indo. Que a gente começou a pensar em um plano de saúde melhor, que é onde se fundou também a questão dos SUS, foi também através da pastoral, e também tinha a prática da homeopatia (No Quintal, 2021, 14 min).  
E11 - Então, na verdade, assim, eu já vinha trabalhando, o meu trabalho já vem ligado, assim, à Pastoral da Saúde que iniciamos. Antes de criar a Pastoral da Saúde eu já trabalhava como agente comunitária de saúde da comunidade. Tinha feito já através da igreja, das pastorais, assim, uma capacitação que a comunidade apontou, me apresentou e eu fui fazer a capacitação e depois eu trabalhava, depois a gente criou a Pastoral da Saúde, né, na diocese de [...], depois surgiu em 1983 o movimento momento das mulheres camponesas, que também nasceu aqui em Chapecó, e aí eu fui participante, eu fui da comissão organizadora. E, na pastoral da saúde eu fui sempre uma das pioneiras que iniciou e estava sempre, sempre estive nessa participação, e através dessa participação eu fui fazendo meus cursos, fui cursando, fui estudando mais, fui me capacitando.

É a partir dessas vivências junto ao MMC e à Igreja Católica, associadas ao perfil e atuação como liderança comunitária que surge a motivação para a fundação da Associação Pitanga Rosa. Pautada pelas demandas vinculadas à promoção da saúde e da qualidade de vida, especialmente a partir das plantas medicinais, da alimentação saudável e da luta contra o uso dos transgênicos e dos agrotóxicos.

Embora o trabalho tenha um longo histórico de desenvolvimento, iniciado por volta de 1986 de maneira informal, a Associação foi formalizada apenas em 2016. Um dos fatores que culminaram esse novo estágio da iniciativa de inovação social, foi uma mudança na gestão municipal. A entrevistada relata que atuava no horto municipal, o qual ajudou a implementar a convite da gestão anterior. Porém, a nova administração não demonstrou interesse em dar continuidade ao projeto naquele momento.

A partir de então, os esforços voltaram-se para o fortalecimento de um grupo informal de mulheres que também estavam engajadas no trabalho com plantas medicinais. Esse processo de transição teve início em 2005 e contou com o apoio do MMC, especialmente por meio dos

saberes de educadoras populares vinculadas ao movimento social. Foi um período dedicado a fomentar a discussão sobre os benefícios do uso das plantas medicinais.

Essa disseminação das discussões para o âmbito regional, amplia o interesse pela temática. Repercutindo no fortalecimento do grupo, conforme relata a entrevistada acerca desse momento de transição “[...] e as mulheres foram vindos de outros, de outras comunidades e foi fortalecendo, e aí eu comecei de deixar um pouco de saída, me afastar um pouco de tanto ir para o município e aprofundar mais aqui (E11)”.

Localizada na zona rural do município de Chapecó, atualmente a Pitanga Rosa conta com cerca de 40 voluntárias, muitas delas integrantes do MMC. São mulheres que se dedicam às diversas atividades da Associação, voltadas ao enfrentamento de problemas relativos à saúde da comunidade. A saúde é compreendida pelo grupo sob uma perspectiva integral, que contempla além do cultivo das plantas medicinais e da produção dos medicamentos fitoterápicos, a preservação da biodiversidade, especialmente, por meio do trabalho com as sementes crioulas.

As atividades da Associação Pitanga Rosa são pautadas nos seguintes valores “Preservação da vida e da biodiversidade, compromisso e empoderamento social, colaboração, sustentabilidade e voluntariado”. A visão consiste em “Ser uma referência na construção e socialização de práticas relacionadas às plantas medicinais, alimentação saudável e preservação da biodiversidade, no Oeste Catarinense” (Associação Pitanga Rosa, 2023b). Sua missão está focada em:

[...] desenvolver práticas, ações e projetos que envolvam a preservação de sementes e mudas crioulas para cultivo e processamento de plantas medicinais, conscientizando sobre a importância da alimentação saudável e o uso da fitoterapia, como alternativas para melhoria da qualidade de vida e preservação da biodiversidade ”(Associação Pitanga Rosa, 2023b).

Essa missão, se traduz em objetivos focados na promoção da agroecologia e na conscientização sobre alimentação saudável. A partir do estudo e pesquisa alternativa sobre as plantas medicinais e as sementes crioulas, bem como a capacitação e formação nessa área. As linhas de atuação adotadas contemplam:

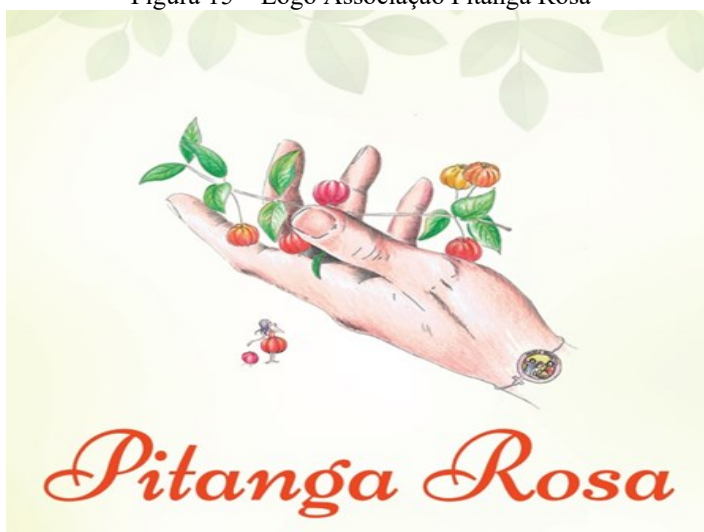
- i) Atuação em rede pela qualidade de vida e preservação da natureza;
- ii) Socialização de práticas e conhecimentos tradicionais;
- iii) Integração sociocultural;
- iv) Implantação de hortos medicinais;

- v) Desenvolvimento local e
- vi) Formação de multiplicadores.

O grupo é guiado pelo lema “Resgatar, registrar e praticar os saberes populares sobre o processamento de plantas medicinais, produtos artesanais e fitoterápicos, compartilhando conhecimentos e experiências de maneira transformadora” (Associação Pitanga Rosa, 2023b).

A Figura 15 apresenta a logo da Pitanga Rosa.

Figura 15 – Logo Associação Pitanga Rosa



Fonte: Associação Pitanga Rosa (2023b).

Esse trabalho coletivo foi responsável pela implantação de um horto de plantas medicinais e sementes crioulas. As atividades incluem a realização de cursos de capacitação, preparação de hortas nos quintais das propriedades, além da distribuição de plantas e sementes aos membros da comunidade (Transforma, 2023). Muitas dessas ações são realizadas em parceria com outros atores do EIS, como prefeituras, cooperativas, movimentos sociais, universidades e escolas.

Os desafios citados condizem com alguns dos apontados nas etapas anteriores da pesquisa: uso de agrotóxicos, penosidade do trabalho rural, falta de interesse por parte dos jovens de permanecer no campo, associado ao envelhecimento da população rural. Além disso, a falta de valorização da agricultura familiar e de políticas públicas a essas temáticas são fatores que restringem o avanço da inovação social, conforme relato da entrevistada:

E11 - É um desafio fazer isso que a gente faz porque quando a gente diz que dá para plantar sem veneno, dá para plantar, tem forma de plantar, mas tem que aprofundar mais ainda um jeito de produção. [...] Daí eu acho que tem que explorar um tipo que combatesse o mato sem agrotóxico, fosse uma maquininha, [...] ou um fertilizante que passe e combata os insetos, né, também os matos, dessa forma eu acho que tem que

aprofundar mais, senão vai desanimar e quem vem aí não vai mais fazer. [...] Eu acho que ainda temos muito desafio para resistir para fazer aquilo que a gente faz.

A Associação Pitanga Rosa vem obtendo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, por meio de premiações em âmbito estadual, municipal e nacional. A exemplo do Prêmio ‘Mulheres rurais que produzem o Brasil sustentável 2014’, promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres de Presidência da República. Prêmio Culturas Populares 2017, edição Leandro Gomes de Barros, promovido pelo Ministério da Cultura. Com o Projeto “Pitanga Rosa: sabedoria tradicional aplicada ao cultivo e processamento de plantas medicinais no oeste catarinense” (Associação Pitanga Rosa, 2023b).

Edital de Linguagens 2019, no segmento Patrimônio Cultural Material e Imaterial, promovido pela Secretaria de Cultura de Chapecó/SC. Com o Projeto “Pitanga Rosa: tradição, cultura, preservação e difusão de saberes ancestrais”. Prêmio de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (FBB), em 2019, na categoria Mulheres na Agroecologia. Em 2020 foi contemplada com o Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc - SC da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), na categoria Cultura Popular, Tradicional e Alimentar (Associação Pitanga Rosa, 2023b; Transforma, 2023).

O documentário No Quintal da Rosalina, lançado em 2021, conta um pouco da história dessa iniciativa e de sua fundadora. O filme também foi contemplado com recursos públicos, provenientes de edital de fomento em nível municipal. Em 2022, a Associação Pitanga Rosa foi declarada instituição de interesse público, por meio da Lei nº 7.658/2022 da Prefeitura Municipal de Chapecó (Chapecó, 2022).

Esse reconhecimento representa a trajetória de sucesso dessas mulheres que se dedicam a compartilhar seus saberes, resgatar tradições e preservar o meio ambiente. Mulheres que pensam na saúde das pessoas e do planeta a partir de uma perspectiva diferenciada, que visa romper com padrões dominantes. Perspectiva que será discutida nas próximas seções, sob a lente da Teoria da Inovação Social Transformadora.

#### **4.4.2 Elementos da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST)**

Esse tópico apresenta a análise dos dados referentes ao estudo de campo realizado na Associação Pitanga Rosa. A sistematização contempla cinco categorias: narrativas de mudança, eventos críticos, inovações sociais, mudança estrutural e transformação social. Essa categorização se deu a partir dos elementos centrais da Teoria da Inovação Social



Transformadora (Avelino *et al.*, 2020), adaptações realizadas em estudos anteriores (Oliveira, 2021) e aquelas realizadas para atender as especificidades dessa pesquisa.

Retomando o *framework* proposto por Wittmayer *et al.* (2019), para entender e analisar as narrativas de mudança é necessário considerar o contexto, os atores e o enredo envolvidos nos processos de mudança. Esses elementos permitem compreender a construção, análise e os papéis dessas narrativas. O contexto representa o “por que?” a mudança é necessária, os atores “quem?” pode realizá-la e o enredo refere-se ao “como?” será alcançada.

A Associação Pitanga Rosa atua em um contexto dominado pela monocultura e pelo uso intensivo de agrotóxicos. A degradação ambiental, a poluição das águas e plantas e o foco no tratamento de doenças em detrimento da prevenção foram alguns dos problemas atuais citados. Todos esses fatores impactam na saúde das pessoas e do planeta e evidenciam a necessidade de mudanças na relação estabelecida entre homem e natureza.

Diante desse cenário, as transformações almeçadas pelo grupo estão focadas, principalmente, na saúde do ser humano, na qualidade de vida e na preservação do meio ambiente. O enredo, ou seja, as estratégias utilizadas para chegar a esse futuro desejado, tem como premissa o fortalecimento da agricultura familiar e a autonomia da mulher camponesa. Uma das frentes de atuação da Pitanga Rosa consiste no desenvolvimento de ações de conscientização relacionadas a essas temáticas.

Nesse sentido, as narrativas de mudança compartilhadas e disseminadas, são pautadas na abordagem agroecológica, participação, cooperação, voluntariado e no feminismo. Contemplam a segurança alimentar, o cultivo e uso das plantas medicinais, preservação das tradições e da biodiversidade locais. “Então, para nós, enquanto camponesa, enquanto mulheres, enquanto grupo Pitanga Rosa, nós acreditamos em outra alternativa, que é a agroecologia, que é o caminho de todos os seres vivos” (Pitanga, 2017, 26 min).

Sublinha-se a questão da saúde orientada por uma perspectiva integral, com foco na substituição do tratamento pela prevenção de doenças por meio da medicina popular. A medicina popular é entendida como os conceitos e práticas desenvolvidas por povos ancestrais e repassadas entre as gerações. Buscam tratar as causas das doenças, por meio de preparos artesanais. Já a saúde integral, refere-se a entender o bem-estar não apenas a partir do corpo físico, mas considerando aspectos mentais e emocionais (Frigo, 2021).

Os diferentes atores que compõe o EIS e desenvolvem relações com a iniciativa de inovação social influenciam nos processos de mudança (Wittmayer *et al.*, 2019). Nesse sentido, o Movimento da Mulheres Camponesas (MMC) e a Igreja Católica, por meio da Pastoral da Saúde, foram citados como fundamentais para o início das atividades da Associação. Ou seja,

são atores que impulsionam o desenvolvimento da inovação social, assim como as parcerias com atores como Cresol, Sesc.

O poder público é reconhecido como um dos atores essenciais para promover o desenvolvimento da inovação social e impactar positivamente nos processos de mudança. No entanto, sua atuação também pode ser restritiva, seja por meio da implementação de regulamentações que limitam as atividades da agricultura familiar, seja pela omissão na formulação de políticas públicas voltadas às demandas desse grupo social. Apesar desses fatores, o poder público é fundamental para institucionalizar ações focadas na mudança social e para o fortalecimento das narrativas de mudança.

Da mesma forma, a relação com as Instituições de Ensino Superior são uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que a pesquisa pode auxiliar na catalogação das plantas medicinais, a Pitanga Rosa compartilha suas experiências, evidenciando assim a associação entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico. “Nós temos recebido muitos estudantes, inclusive a nível de Brasil, que vem conhecer um pouco a experiência, que vários estudantes conhecem essas alternativas e divulgando um pouco isso. Então, a parceria com a universidade é bem importante” (Pitanga, 2017, 19 min.).

De modo geral, o estudo de campo permitiu constatar a consonância entre o discurso e as práticas adotadas. Em outras palavras, é possível afirmar que Associação desenvolve suas ações, adotando uma visão alinhada com as suas narrativas de mudança, as quais, também demonstram ser condizentes com aquelas adotadas no âmbito do MMC. Assim, a consolidação dessa visão coletiva pode estar relacionada ao fato de que a maioria das voluntárias também integrar esse movimento social.

Ressalta-se que o grupo é formado por mulheres, revelando a importância do seu papel no contexto da agricultura familiar. Esses são alguns dos elementos que contribuem para a formação de identidade individual e coletiva e, por consequência, para o empoderamento dessas voluntárias (Wittmayer *et al.*, 2015b).

Algumas das narrativas de mudança observadas em nível micro, confirmam achados nas fases anteriores do estudo. A exemplo da abordagem da agroecologia, importância da agricultura familiar, preservação da biodiversidade. Além da necessidade de ampliação de políticas públicas específicas para este grupo, especialmente voltadas aos jovens e mulheres e à produção sustentável.

A necessidade de valorização da agricultura familiar e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável são percebidas a partir das práticas adotadas pelos agricultores familiares. As quais se evidenciam em diferentes formas de produzir, comercializar, agregar

valor aos produtos, ao ainda em relação ao uso da propriedade. Essas formas alternativas de atuação, encontradas no âmbito do EIS, foram caracterizadas como inovações sociais.

Com relação aos desafios enfrentados, nas etapas anteriores foram abordadas questões inerentes à agricultura familiar e suas organizações e às relações estabelecidas com o agronegócio e com o poder público. O estudo de campo reafirmou alguns desses achados, como a preocupação com a penosidade do trabalho, com o envelhecimento da população do campo e com o êxodo rural. Além disso, apontou uma preocupação com relação ao meio ambiente e a necessidade de implementar soluções que possam substituir o uso de ‘veneno’.

E11 - Eu acho que a minha consideração... quero deixar... assim, como um desafio que é difícil, como vai ser futuramente a próxima geração? Que eles, na verdade, vão cobrar quem já passou, que aí como é que vai ser daqui alguns anos, do jeito que está indo, como é que fica a questão da água, questão do ambiente, questão de tudo, como é que vai ficar, então isso é um desafio que vai tocando.

[...] o sistema do capital, em si, o lucro cresce dia a dia, se olhar pelo tamanho e a quantidade que existe de farmácia e atendimento médico, especialista para outro e para outro poderia nem existir tanta doença, mas você vê tanto que o povo procura por esses atendimentos [...] Eu acho que isso a gente tem que ter preocupação para o futuro de quem vem depois de nós, depois dos nossos filhos, depois dos nossos netos que vem como é que vai ser, a vivência, o jeito, o ambiente, a terra, nossa terra está cada dia pedindo socorro

E11- É muito, muito dessa questão é uma questão de veneno, que isso nós não produzimos se for para usar com agrotóxico, porque o remédio é para ser nosso remédio, então não vamos usar com veneno. [...] que seu alimento seja seu remédio e seu remédio seja seu alimento.

Os eventos críticos foram adotados em substituição aos *game-changers* que compõe a heurística da Teoria da Inovação Social Transformadora. Considerando as especificidades dessa pesquisa, foi identificada a necessidade de contemplar eventos de menor amplitude em relação aos *game-changers*, que costumam ter abrangência nacional ou global. No entanto, seguiu-se o princípio proposto pela IST, segundo o qual, é mais importante identificar como os atores percebem os eventos do que os definir (Avelino *et al.*, 2019).

No âmbito desse estudo, os eventos críticos abarcam desde acontecimentos de nível global como a Revolução Verde, até mudanças de governo, alterações nas estruturas públicas ou mecanismos regulatórios em âmbito nacional ou municipal. Um exemplo que pode ser incluído nessa categoria são as secas vivenciadas na região em diferentes momentos. Com relação à Associação Pitanga Rosa, alguns dos eventos importantes que impactaram seu desenvolvimento ocorreram mesmo antes de sua formalização.

Dentre os eventos que impactaram no início das atividades relacionadas ao uso das plantas medicinais, por meio da fitoterapia, estão a campanha da fraternidade “Saúde para Todos”, que culminou na criação da Pastoral da Saúde da Igreja Católica. O despertar para as

possibilidades de uso das plantas medicinais agregou o conhecimento prévio das agricultoras com conhecimentos técnicos voltados ao processo de produção dos medicamentos.

A entrevistada também menciona a importância da fundação do Movimento das Mulheres Camponesas, que reuniu essas mulheres com objetivos em comum. As quais foram se organizando em grupos, que além de produzir medicamentos tornaram-se espaços para compartilhar experiências e aprendizado. Todos esses eventos ofereceram contribuições valiosas para a formação e a disseminação das narrativas de mudança em torno das plantas medicinais.

Paralelamente, E11, então agente de saúde, foi convidada pela Prefeitura de Chapecó para desenvolver um projeto voltado à implantação do horto municipal. Esse evento, demonstra a importância do tema e sua institucionalização, visto que passa de uma iniciativa de grupos informais para uma ação de maior amplitude, tornando-se parte da estrutura pública. No entanto, esse processo, que pode ser percebido como uma mudança estrutural, foi interrompido por um novo evento crítico, a mudança na gestão municipal, cujos novos gestores não demonstraram interesse na continuidade do projeto.

Assim, os esforços voltaram-se para o grupo informal de mulheres que trabalhavam com as plantas medicinais na comunidade. Por solicitação do MMC, a entrevistada relata que passou a dedicar-se também a ações de conscientização e capacitação sobre o uso das plantas medicinais em vários municípios da região. Esse trabalho impactou em uma maior visibilidade para o grupo, ampliação no número de voluntárias, culminando formalização do grupo.

Essa reestruturação que levou um grupo informal de mulheres a configurar-se como associação, trouxe um destaque ainda maior para a iniciativa de inovação social. “E a gente foi incentivando as outras comunidades a ter ali, pois eu fui treinando as outras que estavam vindo. E aí além das companheiras minha que é daqui da comunidade foi surgindo outras companheiras” (Pitanga, 2017, 2 min).

Alguns desses eventos críticos, foram identificados também nas etapas anteriores do estudo, dentre eles a relação da Igreja Católica com a agricultura familiar. Que no caso da Associação, traduz-se principalmente a partir da formação de atuação da Pastoral da Saúde e as formações oferecidas às agricultoras.

A emergência dos movimentos sociais rurais e sua colaboração para o fortalecimento dessa área materializa-se a partir da formação do MMC e seu impacto na disseminação de práticas e conhecimentos sobre plantas medicinais. O relato acerca do processo de implementação do horto e sua interrupção devido à mudança na administração municipal,

evidenciam tanto a capacidade do poder público em fomentar ou restringir as inovações sociais quanto a resiliência dessas mulheres.

Foi a partir desse acontecimento que a Associação Pitanga Rosa se fortaleceu e, posteriormente, foi formalizada passando a receber maior apoio e reconhecimento. Ou seja, esse evento crítico, impactou nos rumos de desenvolvimento da iniciativa de inovação social (Avelino *et al.*, 2019). Retomando a discussão anterior, reafirma-se que essa associação pode ser entendida como uma iniciativa de inovação social.

Suas práticas além de promoverem novas relações sociais, contemplam novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar (Avelino *et al.*, 2014). Tem com propósito buscar soluções novas para problemas sociais (CRISES, 2020), com base em princípios como a cooperação, participação (Bignetti, 2011) e capacitação (André; Abreu, 2006). O caráter inovador, nesse caso é observado a partir do resgate das tradições, a exemplo do cultivo e uso das plantas medicinais e da preservação e troca de sementes. Destaca-se que a inovação não precisa ser essencialmente algo novo (Almeida, 2014).

Na inovação social, o ineditismo pode ser concebido a partir da utilização conhecimentos e soluções existentes, aplicadas em novos contextos. Os quais podem gerar mudanças institucionais, resultando em melhorias no bem-estar social (Cesar, 2019). O uso de práticas agroecológicas, se configura em *novas formas de fazer*, que priorizam a preservação ambiental, saúde, harmonia e foco no valor social em alternativa ao valor monetário.

E11 - [...] nós se mantemos mesmo com aquilo que entra de contribuição, não temos a contribuição mensal, nós temos, sim, a pessoa que leva [...] é um valor simbólico, porque na verdade pega um vidro ali, um meio litro de xarope por vinte reais, a ideia é essa" [...]E para nós isso é um motivo, assim, de harmonia, de bem estar, não é, assim, aquela preocupação que a gente faz para ser lucrativa.

As *novas formas de organizar* além dos, princípios agroecológicos são observados nas formas de atuação do grupo, que ocorre por meio do voluntariado. São práticas que podem evidenciar *novas formas de conhecer* práticas agrícolas sustentáveis e alternativas para o cultivo e processamento das plantas. A associação entre os saberes tradicionais e científicos, ocorre em função das relações desenvolvidas com outros atores, como as escolas e universidades da região. Também destaca a importância em passar os conhecimentos para as gerações futuras.

Com relação as *novas formas de enquadrar*, observa-se a agricultura voltada a produção de alimentos de forma sustentável e saudável em oposição aos modos de produção convencionais com base no uso de agrotóxicos. Reenquadra o sucesso obtido a partir de

objetivos para além dos financeiros e o próprio processo de produção, que passa a contemplar desde a preparação das sementes até o processamento das plantas para a produção dos fitoterápicos.

Em síntese, as formas de fazer adotados levam em consideração o impacto ambiental, as necessidades não apenas das gerações atuais, mas também das gerações futuras, reenquadrando a agricultura em um contexto ampliado, focado na sustentabilidade e na responsabilidade intergeracional. As inovações sociais são observadas nos seguintes elementos:

- i) abordagem da produção orgânica e agroecológica;
- ii) perspectiva integral da saúde, com foco na prevenção;
- iii) foco no valor social;
- iv) conscientização sobre impactos ambientais e alimentação saudável;
- v) resgate das técnicas de cultivo e uso das plantas medicinais e aprimoramento dos métodos de produção e processamento;
- vi) preservação da biodiversidade;
- vii) valorização do papel da mulher na agricultura familiar.

A mudança estrutural pode ser percebida em vários momentos, internamente quando o grupo é formalizado. Por outro lado, a implantação do horto municipal, a formação da Pastoral da Saúde e o surgimento do Movimento das Mulheres Camponesas foram mudanças que tiveram impacto nas atividades da Pitanga Rosa.

Em um contexto mais amplo, as alterações que ocorreram a partir do advento peste suína, que pode ser entendida como um evento crítico, promoveram mudanças estruturais que impactaram na dinâmica da agricultura familiar. O aumento das exigências impostas aos pelas agroindústrias, impactou na exclusão de uma parcela de agricultores familiares, que ao se organizarem com o apoio de outros atores, promovem mudança estrutural a partir da formação de diversos movimentos sociais.

No que se refere as plantas medicinais, as mudanças estruturais produziram avanços tanto nas formas de uso, quanto no modo como são percebidas pela sociedade. Inicialmente não havia comprovação da eficiência dos fitoterápicos produzidos, conforme relatado por E11, as atividades não eram bem vistas. Contudo com o passar do tempo vão ganhando relevância, inclusive científica, a partir do desenvolvimento de pesquisas que validam a eficácia desses medicamentos. Atualmente, essa área, que conta com uma ampla legislação que à legitima e regulamenta, conforme abordado anteriormente na discussão sobre o contexto institucional.

Assim, como outras Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS), também se verifica a utilização das plantas medicinais, por meio dos fitoterápicos e florais, no âmbito

no Sistema Único de Saúde (SUS). A relação estabelecida entre a iniciativa de inovação social e as instituições de ensino da região, refletem essas mudanças. A Associação recebe os estudantes que a visitam para aprender sobre as plantas medicinais e demais atividades realizadas. Os prêmios e homenagens recebidos pela Pitanga Rosa, materializam os avanços ocorridos ao longo do tempo.

Foi possível identificar todas as categorias vinculadas à Teoria da Inovação Social Transformadora, narrativas de mudança, inovações sociais, mudança estrutural e eventos críticos. O Quadro 23, sintetiza os elementos da IST e alguns dos aspectos observados. Conforme Avelino *et al.* (2014), é na interação entre a inovação social, a mudança estrutural, os eventos críticos e as narrativas de mudança que ocorre a transformação social. O diferencial da transformação social é que ela abarca toda a sociedade, sendo identificada em nível global.

Quadro 23 – Síntese dos elementos da IST

Elementos da IST	Aspectos observados
Narrativas de Mudança	Segurança alimentar e nutricional, preservação ambiental, biodiversidade, tradições, feminismo, agroecologia, qualidade de vida.
Eventos Críticos	Pastoral da Saúde, MMC, campanha da fraternidade “Saúde para Todos”, implementação do horto municipal.
Mudanças Estrutural	Formalização da associação, reconhecimento público, adoção do uso de fitoterápicos no SUS, políticas plantas medicinais, Pastoral da Saúde e MMC.
Inovação Social	Troca de sementes, produção de fitoterápicos, agrofloresta, voluntariado, agroturismo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Alguns eventos, como a formação do MMC e da Pastoral da Saúde, podem ser considerados tanto eventos críticos como mudanças estruturais. São eventos críticos, a medida em que promovem impactos no desenvolvimento das atividades da associação. Da mesma forma, se constituem em mudança estrutural devido a promoverem alterações nos regimes vigentes (Avelino *et al.*, 2014), por meio da criação de novas organizações.

Percebe-se a coevolução entre esses elementos em diversos momentos, a medida em que determinado evento crítico é responsável por gerar narrativas de mudança, as quais impactam no desenvolvimento de inovações sociais, que por sua vez, podem promover mudanças mais amplas nas estruturas sociais, ou seja, mudanças estruturais. No entanto, o foco está em identificar como os atores percebem e utilizam esses eventos e não em sua definição, propriamente dita (Avelino *et al.*, 2019).

Observa-se que esses elementos influenciam uns aos outros, e não são fixos. Por exemplo, em um contexto ruptura no desenvolvimento do projeto do horto municipal (*evento crítico*), ocorreu o fortalecimento das *narrativas de mudança* em torno das plantas medicinais. A disseminação dessas narrativas, por sua vez, impactou na ampliação do grupo de mulheres

que compõe a Associação, contribuindo para o fortalecimento das inovações sociais e no desenvolvimento de *mudanças estruturais*, como a formalização.

Algumas das narrativas de mudança do MMC são compartilhadas pela Associação Pitanga Rosa. Conforme Frigo (2021), o foco do movimento está na discussão dos direitos sociais e a vida das mulheres agricultoras. Dentre as demandas observadas, uma diz respeito à saúde da comunidade, considerando que a produção de alimentos contaminados por agrotóxicos, resulta em diversas doenças.

Essa relação também é explicitada a partir de um trecho do documentário Pitanga (2017, 5 min.) “Esse grupo também tem a contribuição do Movimento das Mulheres Camponesas, porque nós participamos do movimento das mulheres e daí a gente traz muito ensinamento também e muita organização de lá”.

Cabe destacar que esse movimento social também resultou de um evento crítico, a exclusão de agricultores familiares gerada pelos processos de modernização que alteraram o sistema de integração. Assim, reforça-se a tese de que as transformações sociais, ocorrem a partir da interação entre esses diferentes tons de mudança e inovação, em diferentes níveis, ao longo do tempo.

As principais transformações sociais identificadas no estudo de campo, contemplam mudanças nas relações sociais estabelecidas entre os diferentes atores do EIS. Essa proposta já foi reaplicada em outros locais da região, como Águas Frias, Saudades, Pinhalzinho e Nova Erechim (Transforma, 2024).

Os resultados indicam que as mudanças na percepção acerca do uso de plantas medicinais por parte da sociedade como um todo, especialmente devido a sua institucionalização por meio de políticas públicas. Empoderamento individual e coletivo, fomento ao uso de práticas sustentáveis por meio da agroecologia e da produção orgânica. Os principais impactos observados relacionados ao desenvolvimento sustentável e ao empoderamento serão discutidos no próximo tópico.

#### **4.4.3 Desenvolvimento Sustentável e (des)empoderamento**

Esse tópico está focado na discussão sobre os impactos da inovação social transformadora no desenvolvimento sustentável. Com base nos resultados obtidos e/ou almejados pela Associação Pitanga Rosa, os quais foram vinculados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A análise também buscou identificar as potenciais contribuições para o (des)empoderamento dos agricultores familiares.



Destaca-se que conceito de empoderamento adotado nesse estudo centra-se na sua essência, conforme seus propósitos iniciais, baseados em premissas como a participação ativa de diferentes atores e as relações de poder que estabelecem, abarcando aspectos individuais e coletivos. Sob a perspectiva da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST), o empoderamento pode ser alcançado por meio de quatro ferramentas: governança, aprendizagem social, recursos e monitoramento.

Um dos elementos mais destacados no estudo de campo, foi o empoderamento viabilizado pela *aprendizagem social*, a qual ocorre por meio da troca de saberes entre as voluntárias e do envolvimento e participação de outros atores nas atividades desenvolvidas. As ações da Associação estão relacionadas com a fitoterapia e a homeopatia, práticas que exigem conhecimentos específicos para que seja possível aproveitar seus benefícios (Frigo, 2021).

As participantes do grupo nem sempre possuem conhecimentos prévios, assim, a formação é fundamental e consiste em um dos pré-requisitos para atuar na Associação Pitanga Rosa. Conforme observa uma das voluntárias “Uma das questões que a gente desenvolveu bem forte aqui é a questão da formação. Essas mulheres que vêm para o grupo têm formação, seja através do Movimento de Mulheres Camponesa, com elaboração de material, cartilha, estudo” (Pitanga, 2017, 18 min).

Além disso, a troca de conhecimentos entre os membros durante as atividades cotidianas é uma prática contínua que contribui para o aumento de competências. Ao priorizar a formação a Pitanga Rosa possibilita o desenvolvimento de novas habilidades e/ou ampliação das capacidades. Essa ênfase no conhecimento e na aprendizagem social, pode ser percebida a partir do diálogo entre uma das fundadoras da associação e uma voluntária mais jovem:

[...] - E isso eu quero deixar assim, pra você também, essa história minha que eu te ajudei, que eu passei pra você, tanta coisa que você vai guardar isso pra você. Porque aquilo que a gente... o conhecimento que a gente tem pra a gente, isso ninguém tira da gente, ninguém tira (No Quintal, 2021, 21 min).

Dessa forma, verifica-se o *empoderamento individual*, processo essencial para a transformação de um sujeito passivo em agente de mudanças (Sen, 2010). Essa transformação efetiva-se à medida em que a participação dessas mulheres na Associação contribui para o atendimento das necessidades psicológicas básicas. As quais além da competência, contemplam a autonomia e o relacionamento (Avelino *et al.*, 2020). Aspectos que podem ser percebidos a partir do relato:

Então veio essa conquista que tanto eu queria, que era mostrar a minha experiência, o meu conhecimento e que eu fazia ele sempre escondidinho, sempre abafadinho para que ninguém soubesse que eu fazia meu chá, que eu fazia nossos remédios, vitamina, que eu fazia, eu sempre escondi. Aí a partir daí o movimento... o movimento começou a dar autonomia para que nós também pudéssemos fazer com as companheiras, e que as mulheres começassem a fazer essa prática (Pitanga, 2017, 4 min)

O fomento à participação na tomada de decisões pode ser um importante aliado no desenvolvimento da autonomia. O relacionamento, por sua vez, vincula-se ao senso de pertencimento a esse grupo. Nesse sentido, destaca-se que a **governança** adotada na Pitanga Rosa é pautada na participação ativa das voluntárias na tomada de decisões e pela gestão colaborativa, impactando no empoderamento. Fica implícita também nos processos de produção, demonstrando a gestão das atividades e o controle da qualidade em cada etapa desde o cultivo até a embalagem dos produtos, conforme relatos:

Então daí o grupo daí foi cada vez se aperfeiçoando mais no sentido de grupo, trabalho coletivo dessa parte coletivo e do trabalho da mulher mesmo assim, né? Esse jeito de nós fazer, organizar as plantas medicinais, ela precisou também de uma organização, uma organização nossa, porque nós fomos vendo com o passar do tempo que nós precisava se reunir semanalmente aqui porque senão não dava conta (Pitanga, 2017, 7 min.)

A maioria das plantas que nós produzimos são plantas nativas e aquelas que nós mesmos produzimos aqui mais de mostruário e tudo aquilo que nós produzimos nós fazemos também a manipulação, manipulamos plantas, fazemos todo um processo de secagem, embalagem” (E11).

Porém, conforme evidenciou a discussão teórica, o empoderamento em nível individual por si só não é suficiente para a transformação social. Embora tenha um papel fundamental nesse processo, ao contribuir para que as pessoas passem de sujeitos passivos a agentes de mudança. No entanto, essas transformações requerem ações que contemplem as relações estabelecidas com outros atores (nível relacional) e questões amplas, acerca dos interesses da sociedade como um todo (nível contextual) (Casagrande *et al.*, 2018).

Tanto o nível relacional, quanto o contextual, impactam no empoderamento coletivo, que pode ser observado por meio da formação de uma rede de apoio entre as participantes do grupo, embasada na aprendizagem social. Relatos extraídos dos materiais de divulgação da Associação evidenciam esse ciclo de aprendizagem, empoderamento e replicação do conhecimento:

Há mais ou menos seis anos conheci o Pitanga Rosa. Até então eu fazia tratamento com vários tipos de remédios convencionais para dores. Comecei a tratar com plantas medicinais e tive melhora, daí comecei a participar como voluntária, pois no grupo aprendi muito [...] Agora sei que todas as doenças tem uma causa com fundo emocional ou psicológico, onde podemos tratar com homeopatia, florais e outras

terapias que temos no grupo Pitanga Rosa. Sou grata por fazer parte do grupo e poder ajudar outras pessoas (Marines Gomes dos Santos, 2021) (Frigo, 2021, p.6).

Então, com essa instrução a gente consegue também fazer esse intercâmbio com o movimento das mulheres em outros espaços, então muitas vezes, muitas de nós vamos levar nossa experiência em outros grupos do movimento das mulheres no estado de Santa Catarina, então isso também é bem importante assim. (Pitanga, 2017, 17 min). A Associação Pitanga Rosa é muito importante para a nossa comunidade, porque ela nos anima, nós vamos lá fazemos remédios, nós conversamos e os tratamentos tem ajudado muita gente, principalmente agora, com essas doenças que estão aí [...] Há muitos anos nós convivemos ali, trabalhando, fazendo o que é preciso, ajudando as pessoas que necessitam [...] É uma família muito unida.” (Geni Killian Pedroso, 2021 *apud* Frigo, 2021, p.7).

Esses achados demonstram a importância da formação de redes e suas contribuições para o fortalecimento das relações estabelecidas na comunidade, para o incentivo à cooperação e para o desenvolvimento de uma cultura pautada na participação ativa e com foco no bem-estar coletivo. Como contrapartida as voluntárias além da formação têm acesso a sementes, mudas e medicamentos, conforme observa-se nos seguintes trechos:

Esse medicamento serve muito para nós, porque nós vivemos assim, como nós produzimos, ajudemos fazer e tudo. A gente tem acesso de levar aquilo que precisa lá na família, no dia a dia (Pitanga, 2017, 10 min.)

Sempre que a gente se machuca, se a gente tem uma dor, ah, corre lá na vó, pega um remédio, ela está sempre ajudando a gente, ensinando (Pitanga, 2017, 17 min.).

Dentre os principais *recursos* identificados estão o conhecimento e a mão-de-obra das voluntárias. A estrutura física contempla a sede e a área de implantação do horto, que foi disponibilizada no espaço da propriedade de uma das fundadoras da Associação. A importância desses recursos, é abordada no seguinte trecho:

Agora a gente pretende identificar, melhorar essa visibilidade, dar mais visibilidade para ele, não é aqui. Mas tem muitas espécies já foram catalogadas mais de 150 espécies, então para nós isso também é um avanço. E esse horto é o nosso pano de fundo aí para visibilidade do grupo, porque quando a gente precisa a gente vai para o horto, pega, muda, distribui, elas têm esse objetivo. E tem um espaço já que a gente criou [...], que é lá que a gente ferve o chá, ajeita, faz o xarope, encaminha a pomada e tal (Pitanga, 2017, 20 min.).

Recursos financeiros são obtidos por meio de emenda parlamentar, prêmios recebidos e, especialmente por meio da comercialização dos medicamentos e demais produtos. Considerando que a Associação faz uso de recursos públicos, prestação de contas e a transparência na utilização desses recursos são rigorosas. A exemplo do projeto “Oficinas de boas práticas no processo de produção orgânica e sustentável de alimentos, desde a preparação

de sementes até a colheita” (Figura 16), cujo financiamento foi proveniente do Termo de Fomento: SICONV N. 927372/2022 (Associação Pitanga Rosa, 2023b).

Figura 16 – Cartilha de Orientação Técnica



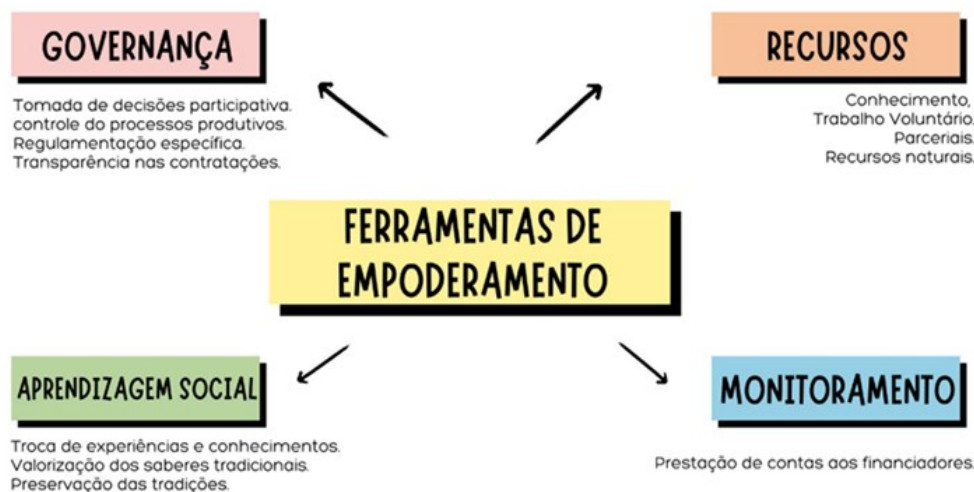
Fonte: Associação Pitanga Rosa (2023a).

Toda a documentação referente à execução do projeto está disponível nas redes sociais da Associação Pitanga Rosa. As datas de realização das oficinas também são divulgadas previamente. Após a realização, são disponibilizadas as fotos que comprovam o desenvolvimento das atividades. Dessa forma, observa-se que a *avaliação e o monitoramento* são atividades que fazem parte da rotina dessa iniciativa.

Retomando a questão da governança, destaca-se essas formas de atuação também podem ser vinculadas à governança externa. Considerando que Associação segue regulamentações específicas e observa princípios como a transparência. As evidências coletadas permitiram identificar que as práticas desenvolvidas no âmbito da Associação Pitanga Rosa levam ao empoderamento individual e coletivo, embasadas nas ferramentas de empoderamento: governança, aprendizagem social, recursos e monitoramento (Figura 17).

Os resultados demonstram a aprendizagem social, o recurso e governança como ferramentas valiosas de empoderamento, utilizados pela associação. O monitoramento, ainda poderia ser ampliado, para além das prestações de contas, considerando que suas práticas não foram abordadas ou identificadas nas mesmas proporções que as demais ferramentas. Demonstrando que pode estar vinculado às obrigações legais exigidas pelos órgãos financiadores.

Figura 17 – Ferramentas de empoderamento



Fonte: Adaptado de Avelino *et al.* (2020).

Diferente do observado nas etapas anteriores da pesquisa, o estudo de campo não enfatiza a questão da renda e do acesso a mercados, elementos que também se constituem em oportunidades de empoderamento. Retomando a perspectiva de Kleba e Cruz (2021), o empoderamento observado na Associação Pitanga Rosa vincula-se à vertente focada em cidadãos engajados em movimentos sociais, os quais dedicam-se a mobilização de práticas que promovam a melhoria na qualidade de vida e aumentem a autonomia.

Observa-se que a captação de recursos pode implicar na redução da autonomia na tomada de decisões. Assim ao atender as exigências de determinados financiadores, pode ocorrer desempoderamento. Devido a isso, a Associação tem uma perspectiva de continuar atuando com foco em recursos como o voluntariado, de modo a se desvirtuar de seus valores e não perder sua essência.

Em nível macro, as exigências dos frigoríficos aos agricultores familiares por meio do sistema de integração, acabaram excluindo um grupo de agricultores menos capitalizados. Assim, enquanto naquele momento inicial os agricultores integrados foram empoderados, os excluídos desse sistema foram desempoderados. também foi observado em nível macro, quando as exigências impostas aos agricultores familiares no sistema de integração geraram a exclusão de um grupo, gerando desempoderamento.

Conforme destacado anteriormente, os indivíduos empoderados podem atuar como agentes do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é importante mencionar que os problemas para os quais a Associação Pitanga Rosa busca solução, estão alinhados com os desafios identificados nas etapas anteriores do estudo. A necessidade de mudanças é percebida

especialmente em relação às questões ambientais, considerando que a agricultura tradicional não tem o meio ambiente como foco.

Os principais desafios apontados referem-se ao uso excessivo de agroquímicos e ao avanço dos transgênicos, os quais impactam a sociedade como um todo. Esse modo de produção aumenta a dependência do agricultor familiar em relação ao sistema financeiro e às grandes corporações, afetando sua qualidade de vida.

Todos esses fatores enfraquecem a agricultura familiar e contribuem para o aumento do êxodo rural. As barreiras incluem também desafios relativos à saúde, segurança alimentar, necessidade de preservação da biodiversidade, questões de gênero, dentre outros desafios para os quais se tem buscado soluções em âmbito global.

Diante desse contexto, destaca-se a importância de “pensar globalmente e agir localmente” em consonância com a Agenda 2030 e as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Observar esse plano global é fundamental quando se trata da agricultura familiar, que conforme pontuado anteriormente, possui papel crucial para o alcance das metas propostas.

As iniciativas de inovação social têm vinculado sua atuação aos ODS, conforme observa-se no banco de dados da Rede Transforma. A Associação Pitanga Rosa, enquanto tecnologia social certificada, foi relacionada aos ODS 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, ODS 5 “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar meninas e mulheres” e ODS 13 “Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos” (UN General Assembly, 2015; Transforma, 2023).

Na prática, algumas das atividades que podem ser vinculadas ao ODS 3 “Saúde e bem-estar”, consistem no cultivo de plantas medicinais, na produção dos medicamentos fitoterápicos e na promoção de práticas voltadas ao bem-estar. Práticas essas, que contemplam a saúde a partir de uma perspectiva integral, que também remete às contribuições da Associação para a valorização das mulheres e o enfrentamento a questões de gênero, assim vincula-se ao ODS 5 “Igualdade de Gênero”.

E a gente ouve ultimamente, está muito em alta, o Laudato si' do Papa Francisco, que ele fala sobre o cuidado da casa comum. Nós mulheres agricultoras do movimento já viemos falando disso há muito tempo. O cuidado com a natureza, o cuidado com os animais, a importância do remédio que cura e não do remédio que ele simplesmente, como é que eu diria, ele ameniza a dor, mas ele não cura a causa e a planta medicinal ou a planta, o remédio, a medicina alternativa, ela cura a causa da doença (Pitanga, 2017, 19 min).

No âmbito do Plano de Ação Global da Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas, o Pilar 3 “Promover a equidade de gênero na agricultura familiar e o papel de liderança das mulheres rurais” também destaca a importância da mulher. Devido a sua relevância, esse pilar é considerado transversal e está integrado a todos os demais (FAO, 2019b).

A respeito do ODS 13 “Ação contra a mudança global do clima”, as principais contribuições estão na forma de produzir do agricultor familiar, no respeito ao meio-ambiente e na proposta estabelecer uma nova conexão entre o homem e à natureza. Essa relação respeitosa pode ser observada a partir da concepção de algumas das voluntárias da Pitanga Rosa:

Essa harmonia que nós buscamos e procuramos diariamente fazer a nossa parte. Aprendi que jamais eu faço uma cova para plantar uma planta, eu faço um berço” (Pitanga, 2017, 26 min).

Cuidar das flores, dos rios e dos campos significa olhar as origens. Todos já sabem os horrores dos diversos tipos de poluição: ambiental, alimentar, sonora... Quem sabe estejamos chegando ao fim de um ciclo e, ao recomeçá-lo, perceberemos a importância da vida simples e saudável. A atenção dada as ervas, tão humildes e pequeninas, talvez seja o início de um mundo novo que está chegando, cheio de amor e de calor humano” (Andréia da Silva Fossá, 2016 *apud* Frigo, 2021, p.17).

De modo complementar, o estudo permitiu vincular as ações da Associação também ao ODS 2 “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorias da nutrição e promover a agricultura sustentável”. E, ao ODS 15 “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”.

A questão da alimentação saudável é central para a Pitanga Rosa, o trabalho de conscientização quanto à produção agroecológica contribui para o fomento a produção de alimentos saudáveis. A partir do desenvolvimento dessas atividades, vincula-se ao ODS 2 “Fome Zero e Agricultura Sustentável”. Esse direcionamento, pode ser identificado a partir do seguinte trecho:

“Pensar cada vez que nós colocamos a... Arrumamos a nossa mesa pra nossa família, saber o que é que nós estamos colocando pra nossa família? Que qualidade tem esse prato de alimento aqui? [...] sempre procurem a poder se alimentar de uma alimentação natural, de uma alimentação saudável (Pitanga, 2017, 25 min).

A troca e preservação de sementes crioulas, o desenvolvimento da agroecologia e a agrofloresta são exemplos de ações voltadas à preservação da biodiversidade e podem ser associadas ao ODS 15 “Vida Terrestre”. São práticas que refletem um dos princípios básicos

do desenvolvimento sustentável, que é a preocupação com as gerações futuras, conforme demonstram os seguintes relatos.

Eu participo do grupo como voluntária, fico mais na parte da preservação das sementes crioulas. [...] No nosso grupo nós damos muita importância para o resgate das sementes, pois muitas delas estão em extinção. Nós resgatamos para fazer o plantio e a gente ter uma diversidade de alimentação, porque a nossa saúde também depende disso. Nós achamos que a semente é o patrimônio da humanidade a serviço dos povos. [...] não dá pra nós correr o risco de deixar que ela só vise lucro, mas sim, ela tem que servir como alimento para as populações de agora e as que hão de vir [...]. Então: “*que o seu alimento seja o seu remédio e que o seu remédio seja o seu alimento.*” (Carmen da Rosa Killian Munarini, 2021 *apud* Frigo, 2021, p. 5)  
 “[...] a gente tem que ter preocupação para o futuro de quem vem depois de nós, depois dos nossos filhos, depois dos nossos netos que vem como é que vai ser, vivência, o jeito, o ambiente, a terra, nossa terra está cada dia pedindo socorro” (E11).  
 Nós estamos num espaço cedido, é uma passagem por aqui. Que rastros eu quero deixar, né? Então que eu possa deixar muitas sementes boas aí pra germinar e dar bons frutos no futuro (Pitanga, 2017, 27 min.)

Embora as atividades da Associação Pitanga Rosa possam abarcar outros Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os resultados do estudo de campo permitiram estabelecer vinculações com cinco deles. Os objetivos mais destacados e as contribuições observadas estão sintetizados no Quadro 24.

Quadro 24 – Principais contribuições para o alcance dos ODS

ODS	Descrição	Contribuições
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	Conscientização sobre a segurança alimentar e redução do desperdício de alimentos.
3	Saúde e Bem-estar	Cultivo de plantas medicinais e produção de medicamentos
5	Igualdade de Gênero	Empoderamento das mulheres camponesas
13	Ação contra a mudança global do clima	Os modos de produção empregados, a exemplo da agrofloresta.
15	Vida Terrestre	Preservação da Biodiversidade por meio da troca de sementes.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esses achados estão alinhados com a visão dos especialistas e com a literatura consultada. Mesmo que se reconheça a importância da inovação social para o desenvolvimento sustentável no contexto da agricultura familiar, é necessário criar um ambiente favorável para sua efetiva implementação. O que requer atuação conjunta dos diferentes atores que compõe o EIS, como pontua um dos entrevistados:

E10 - [...] no meu entendimento o desenvolvimento rural no sentido mais amplo, ele não acontece por uma ou por outra instituição. Ele acontece à medida que as forças atuantes naquele ambiente possam interagir dentro de um processo de planejamento de forma que possa avançar. Assim aconteceu com a questão da agroecologia e das outras áreas.



#### 4.4.4 Síntese do tópico

Esse tópico apresentou as principais características da Associação Pitanga Rosa, entendida como uma iniciativa de inovação social que atua na promoção da agricultura sustentável, da segurança alimentar e da saúde e bem-estar. Com foco no cultivo de plantas medicinais e produção de medicamentos fitoterápico e homeopáticos, percebe a saúde a partir de uma perspectiva integral, que abarca o ser humano e a natureza.

A análise permitiu identificar todos os elementos da inovação social transformadora: eventos críticos, narrativas de mudança, inovação social e mudança estrutural. Ao buscar compreender o processo de inovação social da Associação, foram resgatados eventos críticos observados em nível mais amplo que tiveram impacto na sua formação e desenvolvimento. A exemplo, da Campanha da Fraternidade com foco na saúde, na criação da Pastoral da Saúde e das legislações específicas, que também se traduzem em mudanças estruturais.

As narrativas de mudança refletem a relação das voluntárias com o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e são pautadas em questões relacionadas a saúde, agroecologia, feminismo, alimentação saudável. Esses elementos coevoluem ao longo do tempo, gerando transformações sociais, as quais impactam e são impactadas pelo empoderamento dos diferentes atores que compõe o EIS.

Nesse sentido, o estudo de campo evidenciou a aprendizagem social como a principal ferramenta de empoderamento. Também observados esforços relacionados à governança aos recursos. Entende-se que a avaliação e o acompanhamento poderiam receber um pouco mais de atenção, considerando que não foram abordados de forma recorrente.

Com relação aos ODS, foram observadas ações que contribuem para o alcance das metas, especialmente relacionadas à saúde, agricultura sustentável e preservação da biodiversidade, questões de gênero e a responsabilidade com as gerações futuras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como foco as inovações sociais em sua perspectiva transformadora (Avelino *et al.*, 2019), o desenvolvimento sustentável e o empoderamento no contexto da agricultura familiar. O objetivo geral consistiu em “*Analisar como a Inovação Social Transformadora pode promover o desenvolvimento sustentável e o (des) empoderamento dos agricultores familiares da Região Oeste de Santa Catarina*”.

A pesquisa buscou responder a questão norteadora: “*Como iniciativas de inovação social, voltadas à agricultura familiar, contribuem para o desenvolvimento sustentável e promovem o (des) empoderamento dos atores envolvidos?*” Para alcançar os objetivos propostos, foram coletados dados em diferentes momentos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas e estudo de campo.

A partir de análise multinível, foi explorada a complexidade das abordagens adotadas e as relações entre elas. A metodologia utilizada, foi inspirada na proposta do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF), voltada ao mapeamento de Ecossistemas de Inovação Social (EIS). Desenvolvida a partir de quatro fases distintas, ela permite conhecer, acompanhar e analisar o ecossistema (Andion *et al.*, 2022).

A primeira etapa, nível macro de análise, buscou conhecer o contexto contemplando aspectos históricos, o ambiente institucional e as principais demandas sociais da região (Andion *et al.*, 2022). Essa etapa foi vinculada ao Objetivos Específicos (OE) 1 “*Descrever o contexto da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina.*” e OE 2 “*Identificar as principais potencialidade e desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar*”.

A formação histórica do oeste catarinense explica algumas das características ainda presentes na região. Dentre elas o complexo agroindustrial e o sistema de integração, que se traduz na relação entre o agronegócio e o agricultor familiar. A constituição das propriedades em pequenos lotes e a industrialização tardia, justificam a predominância da agricultura familiar.

Observou-se a forte presença dos movimentos sociais e as relações estabelecidas ao longo do tempo com atores como a Igreja Católica. A análise dos diferentes ciclos vivenciados pelos agricultores, evidenciou eventos críticos, formação de narrativas de mudança compartilhadas e a mobilização de diferentes atores. Elementos que resultaram em novas formas de organização, pautadas na cooperação, associação e colaboração.

Essas mudanças contribuíram para o empoderamento dos agricultores familiares e para o surgimento de alternativas de produção, comercialização, estratégias para agregar valor à produção e novas formas de utilização da propriedade. Muitas dessas potencialidades foram citadas pelos especialistas (OE2), dentre elas: produção, comercialização, pluriatividade e cooperação.

Foram elencados os principais desafios presentes nesse contexto, alguns deles inerentes à agricultura familiar e suas organizações: questões climáticas, acesso à terra, penosidade do trabalho, infraestrutura inadequada, questões de gênero e ideológicas. São fatores que implicam na falta de interesse do jovem em permanecer no campo, o que associado ao envelhecimento da população rural favorece o avanço do êxodo rural.

Os principais problemas nas relações com o agronegócio, contemplam o uso excessivo de agrotóxicos e a dependência do agricultor familiar, em especial aos vinculados ao sistema de integração. A relação com o poder público também foi considerada um desafio, conforme descrito por Andion *et al.* (2022), a carência de políticas públicas voltadas a essa categoria e à agricultura sustentável, são barreiras que dificultam o fortalecimento da agricultura familiar.

A terceira etapa dedicou-se à “*Mapear atores, redes e iniciativas que atuam na agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, com foco na produção orgânica e agroecológica*” (OE3). A cartografia, no nível meso, permitiu identificar os múltiplos atores que compõe o EIS, os quais foram categorizados como: Instituições de Ensino Superior (IES), governo, iniciativa privada e sociedade civil.

Além disso, foram analisadas as relações estabelecidas entre esses atores e identificados os diferentes papéis que desempenham no âmbito do EIS: i) agente de recursos, ii) agente de integração de saberes, iii) agente de transparência, iv) agente de conexão e diálogo, v) agente catalisador de visão compartilhada e vi) agente de promoção e implementação de políticas públicas.

As iniciativas mapeadas validaram as potencialidades apontadas pelos especialistas: i) comercialização, ii) produção sustentável e iii) espaços voltados à pluriatividade. Essas práticas, caracterizadas como inovações sociais, contemplam circuitos curtos de comercialização, compras institucionais, agroecologia, agroflorestas, turismo rural, agroindústrias familiares, cultivo e manipulação de plantas medicinais, dentre outras. Destaca-se que a cooperação foi observada em todas as categorias em diferentes iniciativas.

Os resultados evidenciaram a existência de um Ecossistema de Inovação Social no contexto da agricultura familiar da região. Identificou-se um conjunto atores de apoio e iniciativas de inovação social que representam diferentes setores da sociedade. Bem como

normas legais e culturais, recursos e infraestrutura. Elementos que permitem ou inibem o desenvolvimento da inovação social (Chueri; Vasconcelos; Dos Santo, 2019).

Em outras palavras, o EIS consiste em um ambiente no qual ocorrem interações entre governo, instituições de ensino, organizações privadas e sociedade civil, que trabalham em prol de um objetivo comum. Esse ambiente favorece a troca de conhecimentos, formação de redes e colaborações. Seu funcionamento permite a identificação de desafios, a captação e gestão de recursos e a criação de alternativas viáveis.

No contexto da agricultura familiar, essas interações promovem o acesso a mercados, produção sustentável e empoderamento, dentre outros. Na Pitanga Rosa, o EIS é observado nas relações entre diferentes grupos de mulheres ou entre as voluntárias e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Um exemplo prático consiste na parceria com universidades, que resultou na catalogação das plantas do horto medicinal da Associação. Que por sua vez, contribui com a formação de estudantes, ao repassar conhecimentos e práticas embasadas em seus saberes.

Por fim, a quarta etapa consistiu em “*Identificar os impactos da inovação social no alcance do desenvolvimento sustentável*” (OE 4) e “*Identificar os impactos da inovação social no (des)empoderamento dos atores envolvidos*” (OE 5) Foi relatado o histórico e o processo de formação da Associação Pitanga Rosa, sua caracterização como inovação social e uma análise à luz da Teoria da Inovação Social Transformadora (IST).

Muitas das narrativas de mudança adotadas pela Associação são compartilhadas com o MMC, dentre elas a agroecologia, a preservação da biodiversidade e a segurança alimentar. São enfatizadas, questões de gênero, a importância do papel da mulher no contexto rural e a valorização das tradições, saberes e cultura das comunidades. Além disso, adotam uma perspectiva integral da saúde, promovida pelo uso de plantas medicinais.

No estudo de campo foram observadas todas as categorias definidas com base na IST: narrativas de mudança, eventos críticos, inovação social e mudança estrutural. Esses elementos coevoluem ao longo do tempo e impactam na transformação social. Destaca-se que a principal transformação observada consiste no empoderamento das voluntárias, que se expande para a comunidade como um todo.

A análise do empoderamento foi desenvolvida com base nas perspectivas da aprendizagem social, recursos, governança e monitoramento (Avelino *et al.*, 2019). No contexto da Associação todos esses elementos convergem para que o empoderamento de fato ocorra, destacando-se como catalisador para a transformação social em direção ao desenvolvimento sustentável. Em nível macro, as mudanças na relação entre agricultor e

agroindústria, empoderaram agricultores familiares mais capitalizados, e desempoderaram um grupo que não conseguia atender as exigências impostas.

Observa-se que a Associação atua para superar desafios como o uso excessivo de agrotóxicos, a preservação da biodiversidade e a produção para autoconsumo, impactando na manutenção da qualidade e na diversidade dos alimentos. Exemplifica as potencialidades existentes na região, a partir de suas formas de produção focadas na agroecologia, agrofloresta e na pluriatividade. Esses desafios e potencialidades reafirmam os achados em fases anteriores do estudo.

Os atores de destaque no fomento à inovação social no âmbito da Associação são os movimentos sociais, as instituições de ensino e as pastorais da igreja católica. Já a atuação do governo, em muitos casos, devido a fatores como mudanças estruturais e enfraquecimento de políticas públicas podem restringi-la. O mesmo ocorre com a legislação, regramentos muito rígidos dificultam o desenvolvimento de iniciativas inovadoras. No entanto, é por meio da legislação e institucionalização que práticas como o uso de plantas medicinais podem ser legitimadas.

Achados em nível macro, como a relação da agricultura familiar com a Igreja Católica e com os movimentos sociais também foram evidenciados empiricamente. A igreja teve papel importante na formação da Associação, fomentando práticas ligadas às plantas medicinais e apoiando a luta das agricultoras. Porém, atualmente percebe-se um enfraquecimento dessa atuação.

Os resultados do estudo evidenciam que a inovação social transformadora pode ser vista como estratégia para o desenvolvimento sustentável e para o empoderamento na agricultura familiar. As práticas inovadoras adotadas contribuem para o empoderamento dos agricultores, tornando-os agentes ativos nos processos de mudança. Como resultado observam-se melhorias na saúde, na qualidade de vida, na redução da pobreza, na segurança alimentar, preservação ambiental, dentre outros.

Destaca-se que sobretudo que a inovação social não foi observada apenas em relação ao oferecimento de novos produtos e serviços oferecido. Mas a partir de seus processos de organização, das relações estabelecidas entre os atores. Conforme pontuam (Santo; Andion, 2022), o processo social de mudanças nas interações e práticas que faz parte da inovação social, requer mobilização e engajamento dos atores, além de sua continuidade ao longo do tempo.

Em termos teóricos, o estudo contribui para avançar a compreensão da inovação social em uma perspectiva transformadora, no contexto rural. Uma área pouco explorada, considerando que estudos anteriores tem focado em contextos urbanos (Santo, Andion, 2022;

Santo, 2023). A IST permitiu uma visão holística sobre as iniciativas de inovação social e suas ações em prol do empoderamento e do desenvolvimento sustentável .

A pesquisa relaciona a inovação social ao alcance dos ODS na medida em que demonstra como as iniciativas de inovação social podem contribuir para melhorias na saúde, qualidade de vida, preservação da biodiversidade, produção sustentável. Também amplia o conceito de empoderamento, ao evidenciar como as práticas de inovação social podem contribuir para a transformação social.

Avançar na discussão sobre a inovação social, em especial na perspectiva transformadora é essencial para promover o fortalecimento das iniciativas que atuam nessa área. Contudo, conforme já observado por (Fraga; Alperstedt, 2022), além da dificuldade em identificar o tipo de organização ou iniciativa envolvidas nesses processos. Muitos desses atores não utilizam os conceitos de inovação social explicitamente, embora as atividades desenvolvidas evidenciem “novas formas de fazer, organizar, conhecer e enquadrar” (Avelino *et al.*, 2020)

Com relação aos aspectos metodológicos, as principais contribuições estão na proposta de testar a metodologia desenvolvida pelo OBISF, agregada à IST. Essa associação resultou em um método robusto e eficaz para mapear ecossistemas de inovação social no contexto da agricultura familiar. O desenvolvimento do estudo a partir da visão de especialistas permitiu uma compreensão ampliada sobre o contexto da agricultura familiar na região, contemplando os desafios e potencialidades.

A perspectiva multinível adotada permitiu captar a complexidade das relações entre os diferentes atores que compõe o Ecossistema de Inovação Social. O mapeamento ofereceu importantes contribuições para a compreensão dos papéis desempenhados por esses atores e a importância da formação de redes, parcerias e colaborações. Além disso, possibilitou a identificação de quais desses atores impulsionam ou restringem o desenvolvimento da inovação social.

As contribuições práticas da tese, são observadas tanto no mapeamento do EIS quanto no estudo de campo. Considerando que permitiram conhecer iniciativas de inovação social e práticas inovadoras que podem ser reaplicadas e/ou fortalecidas. Ou seja, são soluções reais e possíveis de serem implantadas, que oferecem contribuições para o alcance do desenvolvimento sustentável e do empoderamento dos atores.

Ao demonstrar, por meio de exemplos concretos, como essas iniciativas inovadoras atuam para a transformação social, a pesquisa contribui para o seu fortalecimento e ampliação de sua visibilidade. Além disso, os dados e sugestões apresentados podem embasar a

formulação de políticas públicas, a construção de novas parcerias e o fortalecimento das relações já estabelecidas.

Dentre as limitações encontradas, tem-se o fato de o estudo de campo ter sido realizado em apenas uma iniciativa de inovação social e na entrevista restrita à sua fundadora. Apesar de trazer muitos elementos e uma visão ampla sobre a iniciativa, seria interessante agregar a visão de outros atores com os quais a Associação se relaciona. Contudo, essa fase foi limitada devido a indisponibilidade de alguns dos atores contatados, pela disponibilidade da pesquisadora e pela limitação de tempo para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, pesquisas futuras poderiam ampliar o número atores consultados. Outra possibilidade é implementar a etapa proposta pelo OBISF relativa ao estudo etnográfico, realizado nas iniciativas de inovação social. Tendo em vista as diferenças encontradas entre o contexto nacional e os países desenvolvidos, onde concentraram-se os estudos que fundamentam o desenvolvimento da IST, sugere-se a aplicação dessa teoria em novos estudos em âmbito nacional e regional que possam promover adequações considerando a realidade de países como o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

ABRAPCH - Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). **ABRAPCH 2021**. Disponível em: <https://abrapch.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ADAMS, T. *et al.* Tecnologia Social e Economia Solidária: desafios educativos. **Diálogo**, n. 18, p. 13–35, 2011.

ADNER, R. Match your innovation strategy to your innovation ecosystem. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 4, p. 98-107, 2006.

AFONSO, R. *et al.* Transit Project: Inovação e empreendedorismo social na América Latina. In: IX WORKSHOP DE LA RED EMPRENDESUR, 2015, Mar del Plata. **Promoviendo el emprendedorismo innovador en América Latina**. Compilado por Roberto Giordano Larena. Mar del Plata: Universidad FASTA, 2015.

AGOSTINI, M. R. **O processo de inovação social como resposta aos vazios institucionais: uma análise multidimensional em diferentes contextos sociais**. 2017. 295 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2017.

AGOSTINI, M. R. *et al.* Uma visão geral sobre a pesquisa em inovação social: Guia para estudos futuros. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 14, p. 385-402, 2017.

AL HAKIM, G. *et al.* Women's empowerment as an outcome of NGO projects: Is the current approach sustainable? **Administrative Sciences**, v. 12, n. 2, 2022.

ALMEIDA, M. L. de. **Rede de inovação: a articulação de estado, empresa e universidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

ANDERSSON, F. da S. **Processos de empoderamento e agroecologia: valorizando o trabalho das mulheres rurais?** 2015, 197 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, Pelotas, 2015.

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 1, p. 181-200, 2020.

ANDION, C. *et al.* Social innovation ecosystems and sustainability in cities: a study in Florianópolis, Brazil. **Environment Development and Sustainability**, v. 24, n. 1, p. 1259-1281, 2022.



ANDRADE, Á. A. X. DE *et al.* Políticas públicas e agricultura familiar: um estudo de caso no território rural São Mateus em Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, p. 143-162, 2019.

ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.

ALVORD, S. H.; BROWN, L. D.; LETTS, C. W. Social entrepreneurship and societal transformation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 40, n. 3, p. 260–282, 2004.

ARANTES, C. da S. C. *et al.* Sucessão geracional e gênero no meio rural: análise bibliométrica e agenda de pesquisa. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 60., 2022, Natal. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

ARAUJO AGUIAR, T. C.; MOREIRA, V. F. Papeis dos atores institucionais no ecossistema de negócios tecnológicos de impacto social: evidências de Campina Grande - PB. **Gestão & Regionalidade**, [s. 1.], v. 38, n. 113, 2022.

ARAUJO DA SILVA JUNIOR, J. C. *et al.* Forecast of electric energy generation potential from swine manure in Santa Catarina, Brazil. **Environment Development and Sustainability**, v. 22, n. 3, p. 2305–2319, 2020.

ARAÚJO, R. O. A.; CÂNDIDO, G. A. Tecnologia social e inovação social: interação indutora do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. **Espacios**, v. 36, n. 13, 2015.

ARVOREDO. **Portal de Turismo de Arvoredo**. 2021. Disponível em: <https://turismo.arvoredo.sc.gov.br/post-19438/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO PITANGA ROSA. **Cartilha de orientação técnica**: boas práticas na produção orgânica e sustentável de alimentos: da preparação das sementes à colheita. Chapecó: Catavento Produção Cultural, 2023a.

ASSOCIAÇÃO PITANGA ROSA. Quem somos nós. **Blog da Associação Pitanga Rosa**. Chapecó, 2023b. Disponível em: <https://associacaopitangarosa.blogspot.com/2023/03/>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Revista de Administração**, v. 47, n. 3, p. 370-384, 2012.

AVELINO, F. Power in sustainability transitions: analysing power and (dis)empowerment in transformative change towards sustainability: power in sustainability transitions. **Environmental Policy and Governance**, v. 27, n. 6, p. 505–520, 2017.

AVELINO, F. Theories of power and social change. Power contestations and their implications for research on social change and innovation. **Journal of Political Power**, v. 14, n. 3, p. 425-448, 2021.

AVELINO, F. *et al.* **Game-changers and transformative social innovation**: the case of the economic crisis and the new economy. TRANSIT working paper. Rotterdam: DRIFT 2014.

AVELINO, F. *et al.* Game-changers and transformative social innovation. **Ecology and Society**: a journal of integrative science for resilience and sustainability, v. 22, n. 4, 2017.

AVELINO, F. *et al.* Transformative social innovation and (dis)empowerment. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 145, p. 195-206, 2019.

AVELINO, F. *et al.* Translocal empowerment in transformative social innovation networks, **European Planning Studies**, v. 28, n. 5, p. 955-977, 2020.

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública. **Boas Práticas A3P**. 2018. Disponível em: <https://a3p.eco.br/sobre-chamada-publica/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BACKHAUS, J.; GENUS, A.; WITTMAYER, J. M. Introduction: the nexus of social innovation, sustainable consumption and societal transformation. *In*: BACKHAUS, J. *et al.* (eds). **Social innovation and sustainable consumption**: research and action for societal transformation. London: Routledge, 2018, p. 1-11.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

BANSAL, S., GARG, I., SHARMA, G.D. Social entrepreneurship as a path for social change and driver of sustainable development: A systematic review and research agenda. **Sustainability**, v. 11, n. 4, p. 01-28, 2019.

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2010.

BEGNINI, S.; ALMEIDA, L. E. D. F. de. Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação. **Interações**, v. 17, n. 4, p. 547-560, 2016.

BEZERRA-DE-SOUSA, I. G.; TEIXEIRA, R. M. Relações Conceituais entre empreendedorismo social e inovação social. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 4, p. 81-99, 2019.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências, e focos de pesquisas. **Ciências Sociais em Revista**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BOGGS, J. S.; RANTISI, N. M. The 'relational turn' in economic geography. **Journal of Economic Geography**, v. 3, n. 2, p. 109-116, 2003.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. Agroecologia e sua epistemologia. **Interciencia**, v. 37, n. 9, p. 711-716, 2012.

BOZHIKIN, I., MACKE, J., DA COSTA, L.F. The role of government and key non-state actors in social entrepreneurship: A systematic literature review. **Journal of Cleaner Production**, v. 226, p. 730-747, 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 jul. de 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de maio de 1999. Disponível em: [http://www3.servicos.ms.gov.br/iagro\\_ged/pdf/489\\_GED.pdf](http://www3.servicos.ms.gov.br/iagro_ged/pdf/489_GED.pdf). Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jul. 2003a.

BRASIL. Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2003b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006a. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 maio 2006a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/958>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2006b.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2006c.

BRASIL. Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2007.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 2.960 de 09 de dezembro de 2008. Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2009a.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. de 2009b.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009c. Aprova os Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. de 2010.**

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 ago. de 2012.**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 26, de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. **Diário Oficial União, Brasília, DF, 4 maio 2014.**

BRASIL. Decreto nº 8.473 de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de jun. de 2015.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019.** Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: MDA, 2016a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016b.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 [...] **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mai. de 2017a.**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mais orgânicos na mesa do brasileiro em 2017.** Brasília: MAPA, 2017b. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/463455/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2021.**

BRASIL. Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 2023a**

BRASIL. Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 abr. 2023b.

BRASIL. Decreto nº 11.582, de 28 de junho de 2023. Altera o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, para dispor sobre comissões com atuação na agricultura orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jun. 2023c.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2023d.

BRASIL. Portaria SG/PR nº 164, de 14 de agosto de 2023. Aprova o Edital nº 01/2023/CNAPO, que regerá o processo de Seleção Pública dos representantes da Sociedade Civil na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, previsto no Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 ago. 2023e.

BRASIL. Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023. Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, [...], para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 2023f.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2023g. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Secretaria Geral. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2023h. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/outubro/mais-r-250-milhoes-para-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. ¿Ser o no sucesor? A qué aspira la juventud rural de Rio Grande do Sul. **Rev. latinoam. Cienc. Soc. Niñez Juv**, v. 19, n. 3, p. 212-234, 2021 .

BUENO, A. C. de P. **Uma coalização de design para a transformação social**: propondo diálogos estratégicos entre ecossistemas criativos. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado em Design Estratégico) - Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Porto Alegre, 2018.

CAJAÍBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014.

CALVÉS, A. E. Empowerment: the history of a key concept in contemporary development discourse, **Revue Tiers Monde**, v. 200 n. 4, p. 735-749, 2009.

CAMPOS, I. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre a pequena produção e agroindústria no oeste catarinense. 1987. 353 f. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional) - Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - UFPB – *Campus Campina Grande*, Paraíba, 1987.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. *In*: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (Org.).

**Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: MDA/SAF, 2009, p. 9-64.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In*: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. de. (org.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011, p. 45-80.

CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. J. 'Mode 3'and'Quadruple Helix': toward a 21st century fractal innovation ecosystem. **International journal of technology management**, v. 46, n. 3-4, p. 201-234, 2009.

CASAGRANDE, J. L. *et al.* Empoderamento no programa 'mulheres sim' do IFSC. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 12, n. 3, p. 30-50, 2018.

CASTRO-ARCE, K., VANCLAY, F. Transformative social innovation for sustainable rural development: An analytical framework to assist community-based initiatives, **Journal of Rural Studies**, v. 74, p. 45-54, 2020.

CAULIER-GRICE, J. *et al.* **Social innovation overview**: a deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe”(TEPSIE), European Commission 7. framework programme. **Brussels: European Commission, DG Research, 2014.**

CAZELLA, A. A. *et al.* Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n.1, p.21-47, 2020.

CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. *In*: CEFAÏ, D.; Joseph, I. (org.). **L'héritage du pragmatism**: confits d'urbanité et épreuves de civisme. Paris: La Tour d'Aigues; Éditions de l'Aube, 2002, p. 51-82.

CEFAÏ, D. Investigar los problemas públicos con más y allá de Joseph Gusfield. *In*: GUSFIELD, J. **La cultura de los problemas públicos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014, p. 11-54.

CESAR, E. F. da S. **As inovações sociais e o decrescimento**: uma análise integrativa. 2019. 107 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2019.

CHAPECÓ. **Lei nº 6.677 de 18 de dezembro de 2014**. Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural de Chapecó e dá outras providências. Chapecó, 2014. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ukfea>, Acesso em: 12 nov. 2022.

CHAPECÓ. **Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó (PDRC)**. 2015. Prefeitura Municipal, 2015.

CHAPECÓ. **Lei nº 7.162 de 20 de junho de 2018**. Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 6.677, de 18 de dezembro de 2014 e dá outras providências. Prefeitura Municipal, Chapecó, 22 jun. 2018.

CHAPECÓ. **Lei nº 7.720 de 07 de janeiro de 2019**. Dispõe sobre a regulação de feiras-livres de agricultores na macrozona urbana do município de Chapecó. Chapecó, 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/tgrdw>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CHAPECÓ. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Relatórios**. 2020. Disponível em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/conteudo/36/secretaria-de-desenvolvimento-rural>. Acesso em: 05 fev. 2023

CHAPECÓ. **Lei nº 7.658, de 14 de junho de 2022**. Declara de utilidade pública a Associação Pitanga Rosa. Prefeitura Municipal, Chapecó, 16 jun. 2022.

CHAPECÓ. **Desbrave Chapecó**. 2024. Disponível em: <https://chapeco.sc.gov.br/desbravechapeco/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHUERI, L.; VASCONCELOS, A.; DOS SANTOS, R. P. An observational study on the challenges faced by actors in a social innovation ecosystem. *In: Proceedings of the 11th International Conference on Management of Digital EcoSystems*. New York, 2019. p. 219-223.

CIPOLLA, C. *et al.* Coproduced game-changing in transformative social innovation: reconnecting the “broken city” of Rio de Janeiro. **Ecology and Society**, v. 22, n. 3, 2017.

CLOUTIER, J. Qu’est-ce que l’innovation sociale? *In: CRISES*. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. Québec: Cahiers du CRISES, 2003.

CMMAD - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COLETTI, T. **Agroindústria suinícola e agricultura familiar**: uma “crônica” sobre a trajetória histórica no oeste catarinense. 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2009.

COLETTI, T. **Paisagem rural e patrimônio cultural da agricultura familiar no oeste catarinense**. 2020. 393 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

COLLIS, J.; HUSSEY R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, v. 31, n. 1 p. 149-186, 2010.

CONRADIE, I.; HUMAN-HENDRICKS, A.; ROMAN, N. Sosiale weerbaarheid, strukturele kwesbaarheid en instaatstellende geleentede in Genadendal, Suid-Afrika. **Tydskr vir Geesteswetenskappe**, v. 60, n. 1, p. 164-181, 2020.

CONSÓRCIO IBERÊ. **Projetos**. 2024. Disponível em: <http://www.iber.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CORREIA, S. É. N.; OLIVEIRA, V. M. de; GOMEZ, C. R. P. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 102-133, 2016.

COSTA, B. R. L. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 15-37, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISES - Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2014-2015**. Quebec, 2015.

CRISES - Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **Actes du 20ème Colloque annuel des étudiant-e-s de cycles supérieurs du CRISES**. Quebec, 2020.

CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. Social entrepreneurship and social innovation: are both the same? *In: Proceedings of the 2nd International Conference on Project Economic Evaluation*. Universidade do Minho, 2014. p. 75-84.

DACIN, P. A.; DACIN, T. M.; MATEAR, M. Social entrepreneurship: Why we don't need a new theory and how we move forward from here. **The Academy of Management Perspectives**, v. 24, n. 3, p. 37-57, 2010.

DAGNINO, R.; DIAS, R.; NOVAES, H.T. Evolução do Desenvolvimento Científico e Tecnológico da América Latina: O Caso Brasileiro. *In: SEBASTIÁN, J. (coord.). Claves del desarrollo científico y tecnológico de América Latina*. Madrid: Fundación Carolina y Siglo XXI, 2007, p. 225-260.

DAGNINO, R. Tecnologia Social. *In: GAIGER, L. I., et al. (org.). Dicionário Internacional de outra economia*. Portugal: Gráfica Coimbra, 2009, p. 315-321.

DALLA TORRE, C. *et al.* The role of agency in the emergence and development of social innovations in rural areas. Analysis of two cases of social farming in Italy and the Netherlands. **Sustainability**, v. 12, n. 11, 2020.

DE BORBA, M. L.; MACEDO, M.; TEIXEIRA, C. S. Parcerias Estratégicas para Formações do Ecosistema Inovador do Norte Catarinense. **Revista Espacios**, v. 38, n. 26, 2017.



DEES, J.G. The meaning of social entrepreneurship. The Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership. Kansas City: MO and Palo Alto, CA, 1998.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Penso, 2006.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *In*: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, J. P. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 63-82.

DIONISIO, M. The evolution of social entrepreneurship research: a bibliometric analysis. **Social Enterprise Journal**, v. 15, n. 1, p. 22-45, 2019.

DOMANSKI, D.; HOWALDT, J.; KALETKA, C. A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context – on the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. **European Planning Studies**, v. 28, n. 3, p. 454-474, 2020.

DUFAYS, F.; HUYBRECHTS, B. Connecting the dots for social value: a review on social networks and social entrepreneurship. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 5, n. 2, p. 214-237, 2014.

DUMITRU, A. *et al.* **Social learning in social innovation initiatives**: learning about systemic relations and strategies for transformative change. TRANSIT Brief, 4, TRANSIT: EU, 2017.

DUQUE, T. O.; VALADÃO, J. A. D.; SOUZA, G. C. de. Tecnologias sociais e administração pública tupiniquim: uma articulação a partir da teoria da possibilidade de Guerreiro Ramos. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 39, n. 3, p. 259-269, 2017.

ECOPALHA. **ecoPalha**. 2024. Disponível em: <http://ecopalha.org/index2.php>. Acesso em: 10 fev. 2024.

EICHLER, G.M.; SCHWARZ, E. J. what sustainable development goals do social innovations address? A systematic review and content analysis of social innovation literature. **Sustainability**, v. 11, n. 2, p. 522, 2019.

ELETROSUL. **Obras da Usina de Biogás em Santa Catarina**. 2024. Disponível em: <https://www.cgteletrosul.com.br/destaque/obras-da-usina-de-biogas-em-santa-catarina>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ELIAS L. de P. *et al.* Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019.

ELIAS, L. de P. **Sistemas alimentares sustentáveis e agricultura familiar no contexto do desenvolvimento recente do Estado de Santa Catarina**. 2020. 233 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Econômico, Instituto de Economia , Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2020.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2001.

ELSHAER, I. *et al.* The impact of women's empowerment on sustainable tourism development: Mediating role of tourism involvement. **Tourism Management Perspectives**, v. 38, 2021.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Governo do Estado investe R\$ 4,5 milhões em projetos para captação, armazenagem e uso da água no meio rural**. 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/06/24/governo-do-estado-investe-r-45-milhoes-em-projetos-para-captacao-armazenagem-e-uso-da-agua-no-meio-rural/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

EVANS, P. Collective Capabilities, culture, and Amartya Sen’s development as freedom. **Studies in Comparative International Development**, v. 37, n. 2, p. 54-60, 2002.

EXTERCKOTER, R. K. **Resiliência e desenvolvimento regional: o papel da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina**. 2016. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2016.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The future of food and agriculture: trends and challenges**. Rome: FAO, 2017.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Mais de 820 milhões de pessoas passam fome no mundo. 2019a. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680101>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Putting family farmers at the centre to achieve the SDG**. UN Decade of Family Farming. 2019b. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca4532en/ca4532en.pdf>>. Acessado em: 04 dez. 2020.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome: FAO, 2022.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORA BAMBOO. **Pousada Flora Bamboo**. Chapecó, 2024. Instagram: @pousadaflorabamboochapeco. Disponível em: <https://www.instagram.com/pousadaflorabamboochapeco?igsh=MXAxMnBudDRtNDhmcw>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FOROUDI *et al.* Intellectual evolution of social innovation: A bibliometric analysis and avenues for future research trends. **Industrial Marketing Management**, v. 93, p. 446-465, 2021.

FOSSÁ, J. L. **A agricultura familiar e as alterações promovidas pelo PRONAF no estado de Santa Catarina**. 2021. 232 f. (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2021.

FOSSÁ, J. L. Alterações na agricultura familiar de Santa Catarina a partir do PRONAF. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 53, n. 1, p. 168-185, 2022.

FRAGA, M. C.; ALPERSTEDT, G. D. Public arena for the promotion of women's rights: a study of the social innovation ecosystem in Florianópolis, Brazil. *In: XLVI Encontro da ANPAD*, 46., 2022, *on-line*. **Anais [...]**. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022.

FRANZONI, G. B.; SILVA, T. N. da. Inovação social e tecnologia social. o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 37, p. 353-386, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da tecnologia social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, p. 302-320, 2014.

FRIGO, D. **Cartilha didática: na trilha dos saberes ancestrais**. Ilustração: BETTU, M. Chapecó: Associação Pitanga Rosa; Catavento Produção Cultural, 2021.

GALICIA GALLARDO, A. P. *et al.* Resisting socio-ecological vulnerability: agroecology and indigenous cooperativism in La Montaña, Guerrero, Mexico. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n.1, p. 65-85, 2021.

GEELS, F.W. **Technological transitions and system innovations: a co-evolutionary and socio-technical analysis**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005.

GEELS, F.W. Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. **Research Policy**, v. 39, n. 4, p. 495-510, 2010.

GEELS, F.W.; SCHOT, J. The dynamics of transitions: a socio-technical perspective. *In: GRIN, J.; ROTMANS, J.; SCHOT, J. (eds.), Transitions to sustainable development*. New directions in the study of long term transformative change. New York: Routledge, 2010, p. 9-101.

GIEHL, P. R. **O valor social gerado e percebido em empreendimentos econômicos socioinclusivos: um estudo de múltiplos casos.** 2014. 192 f. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, R. A. de O. S. **Mapeamento do ecossistema de inovação do município de São José com vistas a sua ativação e orquestração.** 2021, 149 f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2021.

GONÇALVES, M. S.; D'ANGELO, M. J.; ROCHA, R. G. Generating shared value: intersection between organizations that invest in social innovation. **Social Responsibility Journal**, v. 18 n. 8, p. 1505-1519, 2022.

GOUVÊA, R. de. Agronegócio, a força que move Santa Catarina. **Agropecuária Catarinense**, v. 32, n. 3, p. 15-16, 2019.

GRISA, C. *et al.* As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 78-108, 2020.

GUIMARÃES, G. M. A.; RIBEIRO, F. L.; ECHEVERRÍA, A. R. Importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de municípios com predominância do agronegócio. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 1, n. 2, 2011.

HAIR J. R. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAMAD, A. F. *et al.* Ecossistema de inovação na educação: uma abordagem conectivista. *In:* EHLERS, A. C. S. T. ; TEIXEIRA, C. S.; SOUZA, M. V. **Educação fora da caixa: tendência para a educação no século XXI.** Florianópolis: Bookess, 2015, p. 9-32.

HATT, S. *et al.* Towards sustainable food systems: the concept of agroecology and how it questions current research practices. A review. **Biotechnology, Agronomy, Society and Environment**. v. 20, p. 215-224, 2016.

HAXELTINE, A. *et al.* Transformative social innovation: a sustainability transitions perspective on social innovation. **Proceedings of the Nesta Conference Social Frontiers: the next edge of social science research**, London: CGU, 2013.

HAXELTINE, A. *et al.* Building a middle-range theory of Transformative Social Innovation; theoretical pitfalls and methodological responses. **European Public & Social Innovation Review**, v. 2, n. 1, 2017.

HUR, M.H. Empowerment. *In:* GELLMAN, M.D.; TURNER, J.R. (eds.) **Encyclopedia of Behavioral Medicine.** New York: Springer, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html>. Acesso em: 05 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Ifoam - International Federation of Organic Agriculture Movements. **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends**. 2024. Disponível em: <http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2024.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ITS - Instituto de Tecnologia Social. **Áreas de atuação: tecnologia social**. 2023. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/areas-de-atuacao-tecnologia-social/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2016.

KLEBA, J. B.; CRUZ, C. C. From empowerment to emancipation: a framework for empowering sociotechnical interventions. **International Journal of Engineering, Social Justice and Peace**, v. 8, n. 2, p. 28-4, 2021.

KONRAD, J.; SILVA, C. A. da. Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à integração. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

KRAUS, S. *et al.* Social entrepreneurship: An exploratory citation analysis. **Review of Managerial Science**, v. 8, n. 2, p. 275-292, 2014.

KROTH, D. *et al.* Juventude rural e sucessão familiar: o que dizem jovens da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina? In: SILVA, É. N.; ONÇAY, S. T. V. (eds.) **Extensão Universitária na UFFS: trajetórias, alcances e desafios**. Chapecó: Editora UFFS, 2020.

KRUGER, S. D. *et al.* Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da Região Oeste de Santa Catarina. **Extensão Rural**, v. 25, n. 4, p. 57-70, 2019.

KUMARI, R. *et al.* Co-creation for social innovation in the ecosystem context: The role of Higher Educational Institutions. **Sustainability**, v. 12, n. 1, p. 307, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

- LAZZARI, A. de G. R. **As Narrativas de mudança no contexto da economia compartilhada**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Negócios, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2019.
- LEADBETTER, C. **The rise of social entrepreneurship**. London: Demos, 1997.
- LOORBACH, D., *et al.* The economic crisis as a game-changer? Exploring the role of social construction in sustainability transitions. **Ecology and Society**, v. 21, n. 4, 2016.
- LOORBACH, D. *et al.* Transformative innovation and translocal diffusion. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 35, p. 251-260, 2020.
- LOPES, B.; DOULA, S. Deficiências no processo de compras governamentais do Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus impactos no desenvolvimento local. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 48, p. 175-192, 2019.
- MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: A teoria institucional. *In*: CLEGG, S. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 3.
- MAIR, J.; MARTI, I. Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 36-44, 2006.
- MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. **Cadernos EBAPE BR**, v. 18, n. spe, p. 680-696, 2020.
- MANOEL, A. A.; ANDION, C. Agricultura urbana, inovação social e governança: um estudo em Florianópolis. **Cad Metrop**, v. 25, n. 57, p. 563-90, 2023.
- MARINI GOVIGLI, V. *et al.* The green side of social innovation: Using sustainable development goals to classify environmental impacts of rural grassroots initiatives. **Environmental Policy and Governance**, v. 32, n. 6, p. 459-477, 2022.
- MARQUES, F. C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura**: a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- MATTEI, T. F.; MICHELLON, E. Panorama da agricultura orgânica e dos agrotóxicos no Brasil: uma análise a partir dos censos 2006 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 4, 2021.
- MAURER, Â; SILVA, T. N. da. Analytical dimensions for identifying social innovations: Evidence from collective enterprises. **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 6, p. 123-145, 2014.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, n. 6, p. 493-520, p. 493-520, 1998.

MEDEIROS, C. B. *et al.* Inovação social e empreendedorismo social: Uma análise sob a perspectiva da economia solidária. **GESTÃO.Org**, v. 15, n. 1, p. 61-72, 2017.

MEDINA, G.; NOVAES, E.; TEIXEIRA, S. M. Desenvolvimento local em territórios empobrecidos: possibilidades de inclusão social e produtiva de produtores rurais. **Interações**, v. 18, n. 1, p. 27-40, 2017.

MILANI, R. *et al.* Problemas de governança em cooperativas de produtores de leite no Estado do RS. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, p. 80-95, 2020.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MORGAN, A. *et al.* Desenvolvimento municipal rural com base nas suas potencialidades: aplicação da matriz de Condicionantes, Potencialidades e Deficiências - CPD. **Economia e Desenvolvimento**, v. 27, n. 1, 2015.

MORT, G.; WEERAWARDENA, J.; CARNEGIE, K. Social entrepreneurship: towards conceptualization and measurement. **American Marketing Association. Conference Proceedings**, v.13, n. 5, 2002.

MOTTER, C. **O agronegócio de carnes de aves e suínos e a especialização regional do Oeste Catarinense**. 2020. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

MOULAERT, F. *et al.* Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MOULAERT, F.; MEHMOOD, A. Towards a social innovation (SI) based epistemology in local development analysis: lessons from twenty years of EU research. **European Planning Studies**, v. 28, n. 3, p. 434-453, 2020.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MULGAN, G. *et al.* **Social innovation: what it is, why it matters, how it can be accelerated**. Oxford: Skoll Centre for Social Innovation, 2008.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation**. London: The Young Foundation, 2010.

NACHTIGALL, Y. D. L. *et al.* Estratégias em promoção aos objetivos de desenvolvimento sustentável: Experiências com a reprodução de tecnologias sociais no Brasil. **Economia e Desenvolvimento**, v. 32, n. 8, p. 01-10, 2020.

NEHRING, R.; De La O Campos, A. P. Rural poverty reduction in the 21st century. **Policy in Focus**, v. 16, n. 1, 2019.

NEUMEIER, S. Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **The Geographical Journal**, v. 183, n. 1, p. 34-46, 2017.

NIEDERLE, P. A. *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 270-291, 2019.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. supl. 1, p. 9-24, 2014.

NOTTAR, L. A.; FAVRETTO, J. A. Determinação dos jovens rurais e a sucessão na agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 55, p. 343-358, 2021.

NO QUINTAL da Rosalina. Direção de Taulan Cesco. Chapecó: Motirõ Filmes, 2021. 1 DVD (38 min.).

NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA DA UFSC. **O que é permacultura?** 2023. Disponível em: <https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do cooperativismo**. 2024 Disponível em: <https://www.somos.coop.br/conheca-o-coop/#historia>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. **Oslo manual 2018: guidelines for collecting, reporting and using data on innovation**. 4. ed. Paris: OECD Publishing, 2018.

OLIVEIRA, D. de. **Inovação social no meio rural: do acampamento na antiga Fazenda Annoni até a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR)**. 2021. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2021.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Agricultura familiar desempenha papel central na conquista de objetivos globais**. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/84055-artigo-agricultura-familiar-desempenha-papel-central-na-conquista-de-objetivos-globais#:~:text=Sem%20os%20500%20milh%C3%B5es%20de,fome%20zero%20e%20agricultura%20sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 12 ago. 2024.



OXFAM - Oxford Committee for Famine Relief. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxford, UK: Oxfam, 2020.

OXFAM - Oxford Committee for Famine Relief. **Desigualdade S.A.** Oxford, UK: Oxfam, 2024.

PAGE, N.; CZUBA, C. E. Empowerment: What is it? **Journal of Extension**, v. 37, n. 5, p. 1-5, 1999.

PARTZSCH, L.; ZIEGLER, R. Social entrepreneurs as change agents: a case study on power and authority in the water sector. **International Environmental Agreements Politics Law and Economics**, v. 11, n. 1, p. 63-83, 2011.

PEL, B. *et al.* **From research design to meta analysis guidelines**. TRANSIT deliverable 5.1, TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement n. 613169, 2015.

PEL, B. *et al.* **Governance**: co-productions challenges in Transformative Social Innovation (TRANSIT Brief; 2), TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement n. 613169, 2015.

PEL, B. *et al.* **The Critical Turning Points database**: concept, methodology and dataset of an international Transformative Social Innovation comparison, (TRANSIT Working Paper # 10), TRANSIT: EU SSH.2013.3.3.2-1 Grant agreement n. 613169, 2017.

PEL, B. *et al.* Unpacking the social innovation ecosystem: an empirically grounded typology of empowering network constellations, *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, v. 33, n. 3, p. 311-336, 2019.

PEL, B. *et al.* Towards a theory of transformative social innovation: A relational framework and 12 propositions. **Research Policy**, v. 49, n. 8, p. 104080, 2020.

PEL, B.; ZUIJDERWIJK, L.; DIMITRU, A. **Critical turning points data repository started**: on breakthroughs, setbacks and surprises in processes of Transformative Social Innovation. 2015. Brussels :TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1. Grant agreement 613169, 2015.

PEL, B.; WALLENBORN, G.; BAULER, T. Emergent transformation games: exploring social innovation agency and activation through the case of the Belgian electricity blackout threat. **Ecology and Society**, v. 21, n. 2, 2016.

PENNINK, C.; ZUIJDERWIJK, L. **Governance Tools for Transformative Social Innovation**: 2nd Training tool, TRANSIT Deliverable 6.4, TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement n. 613169, 2015.

PEREDO, A. M.; MCLEAN, M. Social entrepreneurship: A critical review of the concept. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 56-65, 2006.

PEYLOUBET, P. *et al.* Desarrollo local a partir del uso de tecnología social: un enfoque alternativo. **Cuaderno Urbano**, v. 9, n. 9, p. 169, 2010.

PINHO, D. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

PITANGA Rosa. Associação Pitanga Rosa. Chapecó: Catavento Gestão e Produção Cultural, 2017. Vídeo (30 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TcAyEYGRDzA&t=4s> . Acesso em: 20 ago. 2023.

PLOEG, J. D. VAN DER. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. *In*: PLOEG, J. D. VAN DER; LONG, N. A. (eds.) **Born from with In: practices and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-31.

PLOEG, J. D. VAN DER. O que é, então, o campesinato? *In*: PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 33-73.

PLOEG, J. D. VAN DER. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. *In*: HEBINCK, P. *et al.* (ed.). **Rural development and the construction of new markets**. New York: Routledge, 2015.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Mercados inclusivos no Brasil: desafios e oportunidades do ecossistema de negócios**. PNUD Brasil, 2015.

POLI, O. L. Camponeses no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, v. 15, n. 14, p. 11-62, 2001.

POT, F.; VAAS, F. Social innovation, the new challenge for Europe. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 57, n. 6, p. 468-473, 2008.

POZZEBON, M.; FONTENELLE, I. A. Fostering the post-development debate: the Latin American concept of tecnologia social. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 9, p. 1750-1769, 2018.

POZZEBON, M.; TELLO-ROZAS, S.; HECK, I. Nourishing the social innovation debate with the “social technology” south American research tradition. **VOLUNTAS International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 32, n. 3, p. 663–677, 2021.

PROJETASC. **Portal de Gestão de Projetos do Governo do Estado de Santa Catarina**. 2022. Disponível em: <https://www.projeta.sc.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PURTIK, H.; ARENAS, D. Embedding social innovation: Shaping societal norms and behaviors throughout the innovation process. **Business & Society**, v. 58, n. 5, p. 963-1002, 2019.

QUILOMBO. **Portal do Turismo**. 2024. Disponível em: <https://turismo.quilombo.sc.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RADIN, J.C.; CORAZZA, G. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

REDE ECOVIDA. **Rede Ecovida de Agroecologia**. 2023. Disponível em: <https://www.ecovida.org.br/>. Acesso em outubro de 2023.

RIBAS, F. T. T. **O papel dos atores sociais sobre o processo de inovação social à luz da teoria do trabalho institucional**. 2021. 112 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2021.

RIP, A.; KEMP, R. Technological change. *In*: RAYNER, S.; MALONE, E.L. (eds.), **Human choice and climate change**: v. 2. Resources and Technology, Columbus, Ohio: Battelle Press, 1998, p. 327-399.

RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 43, p. 111-128, 2007.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.

ROLLIN, J.; VINCENT, V. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec**. Québec: Réseau québécois en innovation sociale, 2007.

ROVER, O. Gestão política e desenvolvimento na Região Oeste de Santa Catarina. **Cadernos da CEOM**, v. 22, n. 30, p. 101-118, 2010.

SACHS, I. Prefácio. *In*: VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTA CATARINA. Lei nº 8.676 de 17 de junho de 1992. Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Florianópolis, 24 jun. 1992.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.103, de 12 de agosto de 1996. Regulamenta no âmbito do estado de Santa Catarina o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF [...] e estabelece outras providências. **Diário Oficial**, Florianópolis, 12 ago. 1996.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 10.731, de 30 de março de 1998. Dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira e estabelece outras providências. **Diário Oficial**, Florianópolis, 30 mar. 1998.

SANTA CATARINA. Lei nº 14.361 de 25 de janeiro de 2008. Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina. **Diário Oficial**, Florianópolis, 25 jan. 2008.

SANTA CATARINA. Lei nº 14.829, de 11 de agosto de 2009. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 11 ago. 2009.

SANTA CATARINA. Lei nº 17.677, de 11 de janeiro de 2019. Institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política Estadual de Incentivo às Feiras de Produtos Orgânicos. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 14 jan. 2019a.

SANTA CATARINA. Lei nº 17.706, de 22 de janeiro de 2019. Dispõe sobre as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 23 jan. 2019b.

SANTA CATARINA. **Governo do Estado de Santa Catarina**. 2021a. Disponível em: <https://www.sc.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2021.

SANTA CATARINA. Lei nº 18.079 de 22 de janeiro de 2021. Altera a Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992, e estabelece outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 24 jan. 2021b.

SANTA CATARINA. Lei nº 18.200, de 13 de setembro de 2021. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 14 set. 2021c.

SANTA CATARINA. Lei nº 18.355, de 17 de março de 2022. Dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos órgãos e entidades públicas do Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 13 mar. 2022.

SANTO, A. L. do E. **No rural tem inovação social!** a trajetória dos processos de mobilização e resistência do assentamento rural Taquaral. Campo Grande: Life Editora, 2023.

SANTO, A. L. do E.; ANDION, C. Imigração e cidades: uma cartografia da arena pública de apoio aos imigrantes e refugiados em Florianópolis. **Interações**, v. 21, n. 4, 2020.

SANTO, A. L. do E.; ANDION, M. C. M. Inovação social rural: aprendizados de uma experiência brasileira. *In: XLVI Encontro da ANPAD, 46., 2022, on-line. Anais [...]*. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022.

SANTO, A. L. do E.; VOKS, D. Rethinking border studies: participation and social innovation in border zone development. **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 99, 2021.

SCHMITT, C. J. *et al.* **Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios:** aprendizados do Programa Ecoforte. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2020.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares na agricultura. *In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócios e recursos naturais.* Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SCOTT, W. R. The organization of environments: network, cultural and historical elements. *In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. Organizational environments: ritual and rationality.* London: Sage Publications, 1992.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations:** ideas and interests. Los Angeles: Aufl., 2008.

SEELOS, C.; MAIR, J. Social entrepreneurship: Creating new business models to serve the poor. **Business Horizons**, v. 48, n. 3, p. 241-246, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVA, M.; ANDION, C. Inovação e autonomia social numa rede de produção agroecológica: uma análise da certificação participativa na Rede Ecovida. **Ciências em Debate**, v. 4, 2020

SIMÕES DO CARMO, M. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, v. 45, p. 1-16, 1998.

SOBROSA NETO, R. de C. **Modelo de gestão e avaliação para projetos envolvendo o nexu água, energia e alimentos sob a ótica da sustentabilidade, da indústria 4.0 e dos ODS**. 288 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Florianópolis, 2023.

SOUZA, A. C. A. A. de; POZZEBON, M. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 93, p. 231-254, 2020.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 205-222, 2014.

SPINOSA, L. M., SCHLEMM, M. **Identificação de valores e artefatos para cultura para inovação**. IBQP - Instituto Brasileiro da Qualidade e da Produtividade. Curitiba. 2014

STAM, E. Entrepreneurial ecosystems and regional policy: A sympathetic critique. **European Planning Studies**, v. 23, n. 9, p.1759-1769, 2015.

TAIT, M. M.; NEVES, E. F.; GONÇALVES, G. Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: Uma aproximação. **Economia e Desenvolvimento**, v. 32, n. Esp, p. e9, 2020.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. **Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES**. Québec: Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales, 2005.

TAYLOR, J. B. Introducing social innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 6, n. 1, p. 69-77, 1970.

TERLAU, W.; HIRSCH, D.; BLANKE, M. Smallholder farmers as a backbone for the implementation of the Sustainable Development Goals. **Sustainable Development**, v. 27, n. 3, p. 523-529, 2019.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**. v. 3, n,2, p. 20-27, 2009.

THOMAS, H. De las tecnologías apropiadas a las tecnologías sociales: conceptos/estrategias/diseños/acciones. *In*: IV Seminario Ibero-Americano de ciencia y tecnología del centro experimental de la vivencia de la economía, 4., 2009. **Anais [...]**. Córdoba: 2009.

TOMAZZONI, G. C.; SCHNEIDER, S. Cooperativismo na agricultura orgânica no Brasil: contribuições de Chayanov. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, p. 1-16, 2020.

TONEZER, C. *et al.* O Estado, o mercado e as usinas hidrelétricas da região oeste catarinense. **Revista Grifos**, v. 25, n. 41, p. 286-303, 2016.

TRACEY, P.; PHILLIPS, N. The distinctive challenge of educating social entrepreneurs: A postscript and rejoinder to the special issue on entrepreneurship education. **Academy of Management Learning and Education**, v. 6, n. 2, p. 264–271, 2007.

TRANSFORMA. **Rede de Tecnologias Sociais**. 2023. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

TRIVELLI, C. Rural poverty challenges in Latin America in light of the 2030 Agenda for Sustainable Development. **Policy in Focus**, v. 16, n. 1, 2019.

TROIAN, A.; MACHADO, E. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50, p. 109-128, 2020.

TYE, M. *et al.* Social media for empowerment in social movements: The case of Malaysia's grassroots activism, **Communications of the Association for Information Systems**, v. 42, p. 408-430, 2018.

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Agricultura familiar do Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/noticia/agricultura-familiar-do-brasil-e-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 08 nov. 2023.

UN GENERAL ASSEMBLY. **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/publications/transforming-our-world-2030-agenda-sustainable-development-17981> Acesso em: 15 jul. 2023.

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul. Pró-reitoria de Extensão e Cultura. **Processo nº 23205.001262/2018-28**, Chapecó: UFFS, 2018.

VALADARES, A.; ALVES, F. A redução do número de estabelecimentos familiares e o pessoal ocupado na agricultura familiar: hipóteses à luz da análise dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. **Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise**, Brasília: IPEA, n. 70, 2020.

VAN BELLEN, H. M. As dimensões do desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação. **Revista de Ciências da Administração**, v.12, n. 27, p. 143-168, 2010.

VAN DER HAVE, R. P.; RUBALCABA, L. Social innovation research: An emerging area of innovation studies? **Research Policy**, v. 45, n. 9, p. 1923-1935, 2016.

VAN WIJK, J. *et al.* Social Innovation: Integrating micro, meso, and macro level insights from Institutional Theory. **Business & Society**, v. 58, n. 5, p. 887-918, 2018.

VON DENTZ, E. **A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à complexidade econômica regional**. 2022. 484 f. Tese (Doutorado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2022.

YUNUS, M. **Creating a world without poverty: social business and the future of capitalism**. New York: Public Affairs Books, 2008.

WAQUIL, P. D. As especificidades regionais e socioculturais da pobreza rural na Região Sul do Brasil. *In: A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional*. MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org. da Série); BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (org. dos Textos) Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17)

WEAVER, P. M., *et al.* **Resourcing, monitoring and evaluation: scaling challenges and pathways**. TRANSIT Brief, 5, TRANSIT: EU, 2017.

WEBER, J.; MACHADO, N. S. Sustainable public biddings: The case of Universidade Federal da Fronteira Sul's university restaurant. **RACE**, v. 15, n. 2, p. 419-446, 2016.

WILLIAMSON, O. E. The new institutional economics: Taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, Sep. 2000.

WITTMAYER, J. M. *et al.* **Methodological guidelines Batch 2**. TRANSIT Deliverable 4.3. TRANSIT: EU, 2015a.

WITTMAYER, J. M. *et al.* **Narratives of change: how social innovation initiatives engage with their transformative ambitions**. TRANSIT working paper, 4, TRANSIT: EU, 2015b.

WITTMAYER, J. M. *et al.* **Transformative social innovation - What have we learned in four years of research**. TRANSIT Brief, 6, TRANSIT: EU SHH.2013.3.2-1 Grant agreement: 613169, 2017a.

WITTMAYER, J. M. *et al.* Actor roles in transition: Insights from sociological perspectives. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 24, p. 45-56, 2017b.

WITTMAYER, J.M. *et al.* Narratives of change: How social innovation initiatives construct societal transformation. **Futures**, v. 112, n. 102433, 2019.

WOODALL, J. R.; WARWICK-BOOTH, L.; CROSS, R. Has empowerment lost its power? **Health Education Research**, v. 27, n. 4, p. 742-745, 2012.

ZAHRA, S. A., *et al.* A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of Business Venturing**, v. 24, n. 5, p. 519-532, 2009.

ZUCATTO, L. C. **Análise de uma cadeia de suprimentos orgânica orientada para o desenvolvimento sustentável: uma visão complexa.** 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.



## APÊNDICE A - PARTICIPANTES DO PROJETO TRANSIT

Instituição/Local	Grupo	Pesquisadores
Erasmus University of Rotterdam, the Netherlands	DRIFT - Dutch Research Institute For Transitions	Flor Avelino; Julia Wittmayer; Helmi Hansma; Derk Loorbach; Jan Rotmans; Sarah Rach.
	IHS - Institute for Housing & Urban Development Studies	Nigel Browne; Saskia Ruijsink; Stefana Cozan; Gerjan van Zoest; Donia Tawakol; Veronica Olivotto; Carley Pennink; Linda Zuijderwijk; Alexandra Tsatsou
University of Maastricht, the Netherlands	ICIS - International Centre for Integrated assessment and Sustainable development	René Kemp; Paul Weaver; Julia Backhaus; Tim Strasser
University of East Anglia, United Kingdom	3S-group - Science, Society, Sustainability (3s group), University of East Anglia	Alex Haxeltine; Noel Longhurst; Gill Seyfang; Tom Hargreaves; Jason Chilvers; Timothy O'Riordan
Université Libre de Bruxelles, Belgium	ULB-CEDD - Université Libre de Bruxelles, Centre de'Etudes du Développement Durable Institut de Gestion de l' Environnement et d' Aménagement du Territoire.	Tom Bauler; Grégoire Wallenborn; Bonno Pel
Aalborg University, Denmark	AAUn - Centre for Design, Innovation and Sustainable Transitions (DIST)	Jens Dorland; Michael Søgaard Jørgensen; Morten Elle; Helle Elmquist Schmidt
University of Sussex, United Kingdom	SPRU - Science Policy Research Unit	Adrian Smith; Sabine Hielscher
Universidad Nacional de Quilmes, Argentina	IEC-UNQ - Instituto de Estudios sobre la Ciencia y la Tecnología	Facundo Picabea; Santiago Garrido; Lucas Becerra; Hernán Thomas; Paula Juarez
Rio de Janeiro Federal University, Brasil	COPPE- Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia	Carla Cipolla; Roberto Bartholo; Ivan Bursztyn; Eliane Guerra; Rafael Marinelli; Rita Afonso
Universidade da Coruña, Spain	People-Environment Research Group - El Grupo de Investigación Persona-Ambiente	Ricardo García Mira; Adina Dumitru; Isabel Lema Blanco; Marta Álvarez
University of Natural Resources and Life Sciences Vienna, Austria	GWN, BOKU - Centre for Global Change and Sustainability at the University of Natural Resources and Life Sciences	Iris Kunze
Research and development SME, Hungary	ESSRG - The Environmental Social Science Research Group	Bálint Balázs; György Pataki; Réka Matolay

Fonte: Projeto TRANSIT (2021).

## APÊNDICE B - REDES NO PROJETO TRANSIT

Nº	Local	Rede	Descrição
1	Alemanha, Polônia, Hungria e França	Ashoka	Rede de apoio financeiro a empreendedores sociais.
2	Canadá, Holanda, Alemanha e Suíça	BIEN (Basic Income Earth Network)	Rede que conecta pessoas comprometidas com renda básica
3	Brasil, Portugal e Itália	DESIS Network (Design for Social Innovation and Sustainability)	Rede de design para inovação social e sustentabilidade.
4	Holanda, Tunísia, Bélgica, Finlândia e Reino Unido	ENoLL (European Network of Living Labs)	Foco em pesquisa, desenvolvimento e inovação cocriativa, centrada no humano e orientada ao usuário.
5	Inglaterra, Holanda e Argentina	FabLabs	Oficinas de fabricação digital abertas para comunidades locais.
6	Bélgica, Itália, Dinamarca e Reino Unido	Febea (The European Federation of Ethical and Alternative Banks)	Diferentes tipos de cooperativas de crédito.
7	Holanda, Alemanha, Reino Unido e Portugal	GEN (Global Ecovillage Network)	Rede de ecovilas e outras comunidades intencionais.
8	Reino Unido e Argentina	Hackerspaces	Oficinas de fabricação digital dirigidos ao usuário.
9	Holanda, Brasil, Áustria e Reino Unido	Impact Hub	Rede Global de empreendedores sociais.
10	Dinamarca, Espanha, França e Bélgica	INFORSE (International Network for Sustainable Energy)	Rede internacional de ONGs de energia sustentável.
11	Argentina, Uruguai e Alemanha	ICA (International Co-operative Alliance)	Associações que colaboram na produção de habitat sustentável inclusivo.
12	Argentina, Chile, Uruguai e Hungria	LVC (La Via Campesina)	Agricultura familiar utilizada para a promoção da justiça social e da dignidade.
13	Alemanha, Hungria, Dinamarca e Romênia	Living Knowledge Network	Rede de "science shops" e entidades de pesquisa baseadas na comunidade.
14	Brasil e Holanda	OIDP Network (International Observatory of Participatory Democracy)	Rede de comunidades e municípios reinventando a forma como o dinheiro público é gasto e priorizado.
15	Suíça, Brasil, Bélgica e Romênia	RIPESS (Réseau intercontinental de promotion de l'économie sociale solidaire)	Rede de promoção da Economia Social Solidária.
16	Hungria, Espanha, Áustria, Suíça, EUA, Austrália e Europa	Seed Exchange Network	Protege a biodiversidade, defendendo a liberdade de sementes para integridade, auto-organização e diversidade
17	Austrália, EUA, Grécia, Itália, Espanha e Holanda	SC (Shareable – Sharing Cities)	Conexão e capacitação de iniciativas de compartilhamento urbano visando uma transformação compartilhada.
18	EUA, México, Itália, Espanha e Alemanha	Slow Food International Association	Rede que vincula alimentação a um compromisso com o desenvolvimento local e global sustentável.
19	Reino Unido, Japão, EUA e Espanha	Time Banks	Rede que facilita as trocas recíprocas de serviços.
20	Dinamarca e Reino Unido	Transition Towns	Comunidades de base que trabalham na 'resiliência local'.

Fonte: Adaptado de projeto TRANSIT (2021).

### APÊNDICE C - PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A TEORIA DA INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA

Título	Autores	Ano	Periódico (Qualis)
The economic crisis as a <i>game-changer</i> ? Exploring the role of social construction in sustainability transitions.	Loorbach <i>et al.</i>	2016	Ecology and Society (A1)
Emergent transformation games: exploring social innovation agency and activation through the case of the Belgian electricity blackout threat.	Pel; Wallenborn; Bauler	2016	Ecology and Society (A1)
Power in Sustainability Transitions. Analysing Power and (Dis)Empowerment in Transformative Change towards Environmental and Social Sustainability.	Avelino	2017	Environmental Policy and Governance (A2)
<i>Game-changers</i> and transformative social innovation.	Avelino <i>et al.</i>	2017	Ecology and Society (A1)
Coproduced game-changing in transformative social innovation: Reconnecting the “broken city” of Rio de Janeiro.	Cipolla <i>et al.</i>	2017	Ecology and Society (A1)
Transformative social innovation and (dis)empowerment.	Avelino <i>et al.</i>	2019	Technological Forecasting and Social Change (A1)
Narratives of change: How social innovation initiatives construct societal transformation.	Wittmayer <i>et al.</i>	2019	Futures (A1)
Unpacking the social innovation ecosystem: an empirically grounded typology of empowering network constellations.	Pel <i>et al.</i>	2019	Innovation: The European Journal of Social Science Research (A1)
Towards a theory of transformative social innovation: A relational <i>framework</i> and 12 propositions.	Pel <i>et al.</i>	2020	Research Policy (A1)
Translocal empowerment in transformative social innovation networks.	Avelino <i>et al.</i>	2020	European Planning Studies (A1)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

## APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando um estudo com a finalidade de **analisar como a Inovação Social Transformadora pode promover o desenvolvimento sustentável e o (des) empoderamento dos agricultores familiares da Região Oeste de Santa Catarina**. Para tanto, estão sendo conduzidas entrevistas com duração aproximada de 25 a 40 minutos, de acordo com o entrevistado. As entrevistas serão gravadas, transcritas e devidamente arquivadas após o término da pesquisa. Embora o estudo não proporcione benefícios diretos aos participantes, sua colaboração será importante para a construção de conhecimento científico nesta área e poderá beneficiar perspectivas de intervenções futuras. O único incômodo previsto é o de disponibilizar o tempo para a realização das entrevistas. É importante salientar que a participação é voluntária; portanto, caso não queira participar, você não precisa assinar este termo. O participante pode interromper a entrevista a qualquer momento, se assim desejar, sem sofrer qualquer prejuízo. Os resultados globais do estudo serão publicados posteriormente no Repositório Digital Lume - UFRGS, porém com o seu anonimato assegurado.

Esta pesquisa é coordenada pela doutoranda Josiane Weber, da Escola de Administração da UFRGS, com quem podem ser obtidas maiores informações, caso seja do seu interesse (e-mail: josiweber@yahoo.com.br ou telefone (49) 988272740).

Pelo presente Termo de Consentimento, eu, [Nome do participante], declaro que sou maior de 18 anos e que fui informado sobre os objetivos e a justificativa da pesquisa, e estou de acordo em participar da mesma.

Fui igualmente informado:

- a) Da liberdade de participar ou não da pesquisa, bem como do meu direito de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto me traga qualquer prejuízo;
- b) Da garantia de receber resposta a qualquer dúvida acerca dos procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- c) Da segurança de que não serei identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações registradas;
- d) Que as informações obtidas através das entrevistas serão arquivadas sem identificação pessoal junto ao banco de dados do pesquisador responsável;

Data     /     /    

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do pesquisador responsável

## APÊNDICE E - ROTEIROS PARA ENTREVISTAS

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Programa de Pós-Graduação em Administração Doutorado em Administração

#### Instrumento de Pesquisa 1: Entrevistas exploratórias (Etapas 2 e 3)

Sou doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS) e estou realizando uma pesquisa de cunho científico com o objetivo de compreender como iniciativas de inovação social desenvolvidas na Região Oeste de Santa Catarina, voltadas à agricultura familiar e agroecologia, contribuem para o desenvolvimento sustentável, e promovem o (des)empoderamento dos atores envolvidos. As informações são confidenciais e a sua identidade não será revelada. A pesquisa não lhe traz qualquer prejuízo e estou à sua disposição para esclarecer qualquer dúvida. Suas respostas serão muito importantes para o avanço do estudo e lhe remeterei, assim que finalizados e avaliados, os resultados deste trabalho. Muito obrigada! Josiane Weber. Fone: (49) 98827-2740, e-mail: josiweber@yahoo.com.br.

O senhor (a) autoriza gravar esta entrevista?

( ) Sim. ( ) Não.

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Local:

Hora de início:

Hora do Término:

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA - ESPECIALISTAS**

Nome:.....

Idade:.....

Formação:.....

Organização:.....

Cargo/Função:.....

1. Qual a sua relação ou experiência (pessoal, acadêmica e/ou profissional) com a agricultura familiar e com a agroecologia/produção orgânica?
2. Diante de sua experiência, quais os principais desafios e potencialidades da agricultura familiar e da agroecologia/produção orgânica na Região Oeste de Santa Catarina?
3. Como a agricultura familiar e a agroecologia se diferenciam das práticas tradicionalmente estabelecidas (produção, gestão, comercialização, conhecimento)? Como se relacionam com estas práticas?

4. Quais eventos, tendências ou elementos (econômicos, sociais, ambientais, culturais, políticos etc.) contribuem para o fortalecimento ou enfraquecimento da agricultura familiar e da agroecologia? Como? (fatores ou acontecimentos que influenciam/influenciaram)
5. Qual seria o cenário ideal para reverter os problemas enfrentados nestas áreas? Que mudanças seriam necessárias?
6. O(A) senhor(a) acredita que a agricultura familiar e a agroecologia contribuem para a transformação social e o desenvolvimento sustentável? Se sim, de que forma?
7. Conhece alguma experiência, iniciativa, projeto ou ação que tenha proposto soluções inovadoras para enfrentamento dos desafios existentes? Qual(is)?
8. Descreva sua organização e os principais objetivos organizacionais?
9. A organização desenvolve ações com foco na agricultura familiar e/ou produção orgânica e agroecológica? Quais? Como você avalia estas ações?
10. É realizada avaliação e/ou monitoramento das ações desenvolvidas? Se sim, como?
11. Na sua percepção, quais os principais impactos (ambientais, sociais e econômicos) da atuação da sua organização em prol da agricultura familiar e da produção orgânica e/ou agroecológica?
12. O senhor(a) ou sua organização fazem parte de alguma associação, rede, cooperativa etc. voltada à agricultura familiar e/ou à agroecologia? Qual(is)?
13. Quem são e como se relacionam os principais atores (governo, iniciativa privada, sociedade civil, outras IES) envolvidos nestas áreas?
  - a) Percebe a existência de conflitos nas relações?
  - b) Como a sua organização se relaciona com os demais atores?
  - c) Quais desses atores influenciam os processos de mudança? Como?
14. Sinta-se à vontade para outras considerações que julgue importante sobre a sua trajetória que não foram contempladas nesse roteiro.
15. O senhor(a) conhece outras pessoas com conhecimento nestas áreas que poderia indicar para participação neste estudo? Quem? Como contatar?

## Instrumento de Pesquisa 2: Entrevista Iniciativa de Inovação Social (Etapa 4)

Sou doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS) e estou realizando uma pesquisa de cunho científico com o objetivo de compreender como iniciativas de inovação social desenvolvidas na Região Oeste de Santa Catarina, voltadas à agricultura familiar e agroecologia, contribuem para o desenvolvimento sustentável e promovem o (des)empoderamento dos atores envolvidos. As informações são confidenciais e a sua identidade não será revelada. A pesquisa não lhe traz qualquer prejuízo e estou à sua disposição para esclarecer qualquer dúvida. Suas respostas serão muito importantes para o avanço do estudo e lhe remeterei, assim que finalizados e avaliados, os resultados deste trabalho. Muito obrigada! Josiane Weber. Fone: (49) 98827-2740, e-mail: josiweber@yahoo.com.br.

O senhor (a) autoriza gravar esta entrevista?

( ) Sim. ( ) Não.

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Local:

Hora de início:

Hora do Término:

### Roteiro de Entrevista – Iniciativa de Inovação Social

Nome:.....

Idade:.....

Escolaridade:.....

Organização:.....

Cargo/Função:.....

1. Histórico da Associação (como iniciou)
2. Números de associados, e principais atividades desenvolvidas pela associação?
3. Como é a produção e comercialização dos produtos?
4. Quais os principais desafios enfrentados? Como foram superados, ou que o(a) senhor(a) acredita que seria necessário para superá-los?
5. É realizada avaliação e/ou monitoramento das ações desenvolvidas? Se sim, como?
6. O que influenciou ou influencia esse os processos de mudança? Como?
7. Quem influenciou ou influencia esse os processos de mudança? Como?
8. A Associação está vinculada à alguma:
  - ( ) Rede – Qual (is) \_\_\_\_\_
  - ( ) Cooperativa – Qual (is) \_\_\_\_\_
  - ( ) Sindicato – Qual (is) \_\_\_\_\_

- ( ) Movimento Social – Qual (is) \_\_\_\_\_
- ( ) Outras organizações – Qual (is) \_\_\_\_\_

9. Qual a relação estabelecida com o governo e com as instituições de ensino?
10. Essas organizações (Questões 8 e 9) influenciam o desenvolvimento das atividades da Associação? Se sim, de que forma?
11. Na sua percepção, quais os principais impactos (ambientais, sociais e econômicos) em função da atuação da Associação junto às voluntárias, suas famílias?
12. Quais as principais potencialidades para a agricultura familiar dessa região?
13. O(A) senhor (a) acredita que a agricultura familiar e a agroecologia contribuem para a transformação social e o desenvolvimento sustentável? Se sim, de que forma?
14. Sinta-se à vontade para outras considerações que julgue importante sobre a sua trajetória que não foram contempladas nesse roteiro.
15. O(A) senhor(a) poderia indicar outra pessoa, que tenha relação com a iniciativa para participar deste estudo? Quem? Como contatar?



**APÊNDICE F - ATORES DA AGRICULTURA FAMILIAR**

<b>Nome</b>	<b>Contato</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tipo</b>	<b>Setor</b>
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)	<p>Palácio Barriga Verde Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 Florianópolis – SC / CEP: 88020-900 Fone: (48) 3221-2500 E-mail: <a href="mailto:ci@alesc.sc.gov.br">ci@alesc.sc.gov.br</a></p> <p><a href="https://www.alesc.sc.gov.br/">https://www.alesc.sc.gov.br/</a> <a href="https://www.instagram.com/assembleiasc/">https://www.instagram.com/assembleiasc/</a></p>	Além das legislações, foram citadas as contribuições por meio de diversos mandatos de deputados, principalmente por meio de recurso de emenda parlamentar.	Ator de apoio	Governo
Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)	<p>Av. Porto Alegre, 223 E - sala 02, Chapecó – SC / CEP: 89814-100 Fone: (49) 3322-0154 - E-mail: <a href="mailto:apaco@apaco.org.br">apaco@apaco.org.br</a></p> <p><a href="http://www.apaco.org.br/">http://www.apaco.org.br/</a> <a href="https://www.facebook.com/apaco.org/">https://www.facebook.com/apaco.org/</a> <a href="https://www.instagram.com/apacosc/">https://www.instagram.com/apacosc/</a></p>	Organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, fundada em 1989, com sede em Chapecó. Tem como objetivo estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina.	Ator de apoio	Sociedade Civil
ASAS AGROFLORESTA (Albring Sistema Agroflorestais)	<p>Rua Beato Roque - Linha Pauli São João do Oeste - SC / CEP: 89897-000 Fone: (49) 9973-1460</p> <p><a href="https://www.instagram.com/agrofloresta.asas/">https://www.instagram.com/agrofloresta.asas/</a></p>	Espaço pluriativo que além de combinar a produção de alimentos com a floresta, desenvolve ações voltadas à educação ambiental. Atua com: abelhas indígenas; bioconstruções; plantas medicinais e ecoturismo.	Iniciativa de Inovação Social	Iniciativa Privada
Associação das Cooperativas e Associações de Produtores Rurais do Oeste Catarinense (ASCOOPER)	<p>Rua Santa Catarina, 90 - Centro Formosa do Sul – SC / CEP: 89859-000 Fone: (49) 99129-9873 E-mail: <a href="mailto:redascooper@gmail.com">redascooper@gmail.com</a></p>	Associação de Cooperativas responsável pela tecnologia social 'PRV - Pastoreio Racional Voisan'.	Ator de apoio	Sociedade Civil
Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR)	<p>Av. General Osório, 500 Francisco Beltrão – PR / CEP: 85604-240 Fone: (46) 98802 8020 / (46) 35242488 E-mail: <a href="mailto:assesoar@assesoar.org.br">assesoar@assesoar.org.br</a></p>	Associação de agricultoras e agricultores Familiares, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Relaciona-se com diferentes atores sociais, focados no fortalecimento da agricultura familiar e da educação do campo.	Ator de apoio	Sociedade Civil

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
	<a href="https://assesoar.org.br/">https://assesoar.org.br/</a> <a href="https://www.facebook.com/assesoar/">https://www.facebook.com/assesoar/</a>			
Associação Pitanga Rosa	Faxinal dos Rosas Chapecó / CEP: 89800-974 Fone: (49) 991 931313  <a href="https://www.facebook.com/people/Associa%C3%A7%C3%A3o-Pit%C3%A1nga-rosa/100064047943010/">https://www.facebook.com/people/Associa%C3%A7%C3%A3o-Pit%C3%A1nga-rosa/100064047943010/</a>	Constituída por mulheres, a maioria integrante do MMC, e suas famílias, promove o resgate e preservação de sementes e mudas crioulas. Suas ações são desenvolvidas por meio de trabalho voluntário e coletivo. O grupo que trabalha com o processamento de plantas medicinais; homeopatia; fitoterápico; florais vibracionais. Também busca conscientizar acerca da importância da fitoterapia e do consumo de alimentos livre de agrotóxicos.	Iniciativa de inovação Social	Sociedade Civil
Cargill Agrícola S.A.	Rodeio Chato S/N Margens da Rod. 480 Chapecó - SC / CEP: 89802-000 Fone: (49) 5099-3545 / 0800 643 1214  <a href="https://www.cargill.com.br">https://www.cargill.com.br</a> <a href="https://www.instagram.com/cargill/">https://www.instagram.com/cargill/</a>	Empresa multinacional, privada do ramo do agronegócio. Trabalha com o processamento e a produção de alimentos, possui cerca de 160 mil funcionários distribuídos por 70 países.	Ator de apoio	Iniciativa Privada
Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)	Rua Barão de Santa Tecla, 510 Pelotas – RS / CEP: 96010-140 Fone: (53) 3272-3930 / (53) 3272 3930 E-mail: <a href="mailto:pelotas@capa.org.br">pelotas@capa.org.br</a> / <a href="mailto:capasul@terra.com.br">capasul@terra.com.br</a>  <a href="https://capa.org.br/">https://capa.org.br/</a> <a href="https://www.facebook.com/CAPAPelotas">https://www.facebook.com/CAPAPelotas</a>	Organização da sociedade civil, criada em 1978, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Atua nos três estados da região sul. Tem por objetivo disseminar, entre famílias de produtores rurais, práticas econômica e ecologicamente sustentáveis e oferecer alternativas para permanência no campo.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO)	Rodovia Admar Gonzaga, 1346 CCA/UFSC / Itacorubi Florianópolis – SC / CEP 88034-000 Fone: (48) 3334-3176 E-mail: <a href="mailto:cepagro@cepagro.org.br">cepagro@cepagro.org.br</a>  <a href="https://cepagro.org.br/">https://cepagro.org.br/</a>	Organização não governamental, fundada em 1990. Possui foco na formação de redes produtivas locais. Composta por uma equipe multidisciplinar, participa de redes e espaços voltados à construção da agroecologia.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Restaurante Universitário da UFFS	Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul Chapecó – SC / CEP 89815-899 Fone: (49) 2049 6496 / (49) 2049 6497 E-mail: <a href="mailto:ru.ch@uffs.edu.br">ru.ch@uffs.edu.br</a>  <a href="https://www.uffs.edu.br/">https://www.uffs.edu.br/</a>	O processo de compras de alimentos da agricultura familiar para os Restaurantes Universitários da UFFS, foi destaque na Agenda A3P. O primeiro RU entrou em funcionamento no ano de 2014, no campus Chapecó.	Iniciativa de Inovação Social	Instituição de Ensino

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
Consórcio Iberê	Avenida Senador Atilio Fontana, 591E - Efapi Chapecó – SC / Cep:89809-000 Fone: (49) 3321- 8091 E-mail: <a href="mailto:administrativo@ibere.org.br">administrativo@ibere.org.br</a>  <a href="http://www.ibere.org.br/">http://www.ibere.org.br/</a>	Fundado em 1989, o Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental, consiste em uma associação pública, sem fins lucrativos. Composto por sete municípios, atua na identificação de problemas ambientais da região e aplicação de metodologia de gerenciamento ambiental participativa.	Ator de Apoio	Governo
Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF)	SCS Quadra 01 – Blo “I” Ed. Central, 6º andar / Salas 603 a 606 - Asa Sul Brasília – DF / CEP 70304-900 Fone: (61) 3032-8857 / E-mail: <a href="mailto:secgeral@fetraf.org.br">secgeral@fetraf.org.br</a>  <a href="https://contrafbrasil.org.br/">https://contrafbrasil.org.br/</a> <a href="https://www.instagram.com/contrafbrasil/">https://www.instagram.com/contrafbrasil/</a>	Nasceu em 2004, em função da necessidade de fortalecimento da representação dos agricultores familiares. Presente em 18 estados, possui cerca de 600 associações e sindicatos vinculados e representa aproximadamente 500 mil agricultores. Atua em prol da consolidação da produção sustentável e solidária.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF)	Rua Acácias, nº 318 D - Centro Chapecó – SC / CEP 89812-010 Fone: (49) 3324-6435 E-mail: <a href="mailto:cooperhaf@cooperhaf.org.br">cooperhaf@cooperhaf.org.br</a>	Fundada em 2001, atua em 12 estados brasileiros. Desenvolve parcerias para promover habitação digna no meio rural, levando qualidade de vida ao agricultor familiar.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Cooperativa de Produção Artesanal de Guatambu (Cooper Guatambu)	Estrada Porto Chalana, S/Nº - Centro (Anexo à Secretaria Municipal da Agricultura) Guatambu – SC / CEP 89817-000 Fone: (49) 3336-0054 / (49) 3336-0102 E-mail: <a href="mailto:agricultura@guatambu.sc.gov.br">agricultura@guatambu.sc.gov.br</a>	Constituída em 2007, a cooperativa conta com cerca de 50 associados, que produzem e comercializam seus produtos em feiras, supermercados e restaurantes da região. Busca fortalecer a agricultura familiar e fomentar a produção orgânica.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL)	Av. Porto Alegre, 223 E – Centro Chapecó – SC / CEP 89802-132 Fone: (49) 3330-5800 <a href="mailto:ouvidoria@cresolcentral.coop.br">ouvidoria@cresolcentral.coop.br</a>  <a href="https://cresol.com.br/central-brasil/">https://cresol.com.br/central-brasil/</a> <a href="https://www.instagram.com/cresolcentral/">https://www.instagram.com/cresolcentral/</a>	O Sistema de cooperativas de crédito, nasceu em 1996. Atualmente conta com mais de 700 mil cooperado e está presente em 17 estados brasileiros. Busca incentivar a diversidade de produção da agricultura familiar e processo sucessório.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)	Rua Ferdinando Tusset – Jardins Chapecó – SC / 89801-970 Fone: (49) 2049-7510 E-mail: <a href="mailto:epagri@epagri.sc.gov.br">epagri@epagri.sc.gov.br</a>	Criada em 1991, trata-se de uma empresa pública, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. Congrega os trabalhos de pesquisa e extensão rural e	Ator de Apoio	Governo

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
	<a href="https://www.epagri.sc.gov.br/">https://www.epagri.sc.gov.br/</a> <a href="https://www.instagram.com/epagri/">https://www.instagram.com/epagri/</a>	pesqueira, atuando com foco no fortalecendo desse setor.		
Feira Agroecológica e de Economia Solidária da UFFS	Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul Chapecó – SC / CEP 89815-899	Realizada a partir do projeto de extensão “Agroecologia e economia solidária: espaço de empoderamento social e educativo”. Além de comercialização de produtos o espaço da feira é utilizado para realizar atividades de conscientização e formação, como palestras e oficinas sobre alimentação saudável e qualidade de vida.	Iniciativa de Inovação Social	Instituição de Ensino
Feira Sustentável da Agricultura Familiar da Unochapecó	Servidão Anjo da Guarda, 295-D – Efapi Chapecó – SC / CEP 89809-900 Fone: ( 49) 3321-8000  <a href="http://www.unochapeco.edu.br">www.unochapeco.edu.br</a> <a href="https://www.instagram.com/feirinha_uno_afamiliar">www.instagram.com/feirinha_uno_afamiliar</a>	Realizada com apoio da Fundação Cargill, trata-se de um espaço que além da venda de produtos de proveniente da agricultura familiar e de artesanato, também promove oficinas e ações culturais. Constitui-se dessa forma em um espaço de socialização entre os membros da comunidade acadêmica e do entorno da universidade.	Iniciativa de Inovação Social	Instituição de Ensino
Feira da Economia Solidária do IFSC	Rua Nereu Ramos, 3450D, Seminário Chapecó – SC / CEP 89813-000 Fone: (49) 3313-1240  <a href="https://www.ifsc.edu.br/">https://www.ifsc.edu.br/</a>  <a href="http://www.saocarlos.ifsc.edu.br">www.saocarlos.ifsc.edu.br</a>	A feira é parte do projeto “O (a)preço dos produtos alimentares orgânicos: uma análise entre consumo e valores sociais”, realizado no IFSC. Conta com a participação de estudantes, docentes e servidores, além da parceria com os produtores rurais.	Iniciativa de Inovação Social	Instituição de Ensino
Feiras Municipais	FEIRA CENTRO - CALÇADÃO Rua Benjamin Constant, 2 - Centro, Chapecó – SC / 89801-072 Representante: Katia Barp Fone: (49) 99200-6050  FEIRA CENTRO - CLEVELÂNDIA Rua Clevelândia, 2406 - Centro Chapecó - SC / 89802-411 Representante: Cleiton Amann Fone: (49) 99992-3339  FEIRA BELA VISTA Rua Delfin Moreira, Bela Vista	Espaços de comercialização de produtos da agricultura familiar de produtos de Chapecó e da região. Desenvolvidas com apoio da prefeitura municipal, consistem em um dos principais meios de comercialização para muitos agricultores.	Iniciativa de Inovação Social	Governo

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
	<p>Chapecó – SC / CEP 89804-151 Representante: Vicerino Zampiron</p> <p>FEIRA EFAPI Rua Beija-Flor, 2-120, Efapi Chapecó - SC / CEP 89809-760 Representante: Maikon F Pedruzzi Fone: (49) 98826-0117</p> <p>FEIRA PRESIDENTE MÉDICI Rua Sete de Setembro, 1659D Presidente Médiçi - Chapecó - SC / 89806-152 Representante: Milton Barella Fone: (49) 98813-9963</p> <p>FEIRA PARQUE DAS PALMEIRAS Rua Martin Girardi, 73, Parque das Palmeiras Chapecó - SC / CEP 89803-700 Representante: Vanderlei Savaris Fone: (49) 98853-2892</p> <p>FEIRA SÃO CRISTÓVÃO Rua Pres. Castelo Branco, 590, São Cristóvão Chapecó - SC / CEP 89803-170 Representante: Jaqueline dos Santos Fone: (49) 98922-3577</p> <p>FEIRA CRISTO REI Esquina da Rua Pomerode com a Faxinal dos Guedes</p> <p>FEIRA SANTO ANTONIO Rua Manaus, anexo ao campo de futebol.</p> <p>FEIRA CONDOMINIO BEM VIVER Ac. Canário da Terra - Seminário, Chapecó – SC / CEP 89813-140</p>			

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
	<a href="https://chapeco.sc.gov.br/conteudo/106/feiras-deprodutoscoloniaiseagroecologicos-de-chapeco">https://chapeco.sc.gov.br/conteudo/106/feiras-deprodutoscoloniaiseagroecologicos-de-chapeco</a>			
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF)	Rua das Acácias, 318 - Palmital, Chapecó – SC / CEP 89814-230 Fone: (49) 93329-8987 / (49) 3329-8987 E-mail: <a href="mailto:imprensa@fetrafsc.org.br">imprensa@fetrafsc.org.br</a>  <a href="https://fetrafsc.org.br/">https://fetrafsc.org.br/</a> <a href="https://www.facebook.com/fetrafsantacatarinasc">https://www.facebook.com/fetrafsantacatarinasc</a>	Criada em 1997, como FETRAFSC, é uma organização sem fins lucrativos que representa trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina. Foi o ponto de partida para a criação da FETRAF-SUL, em 2001 e posteriormente da CONTRAF, em 2004. São 168 mil estabelecimentos vinculados em SC.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Santa Catarina	Rua Acácias, 318, Palmital Chapecó, SC / CEP 89814-233 Fone: (49) 3329-8987	Atua para o fortalecimento da agricultura familiar, na promoção de uma agricultura mais sustentável e na defesa dos interesses do agricultor familiar.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Grupo Herança Viva de Agroecologia	Av. Porto Alegre, 223 - Centro Chapecó – SC / CEP 89814-100 Fone: (49) 3322-0154  <a href="http://www.apaco.org.br">www.apaco.org.br</a>	Formado no ano 2000, este grupo conta com a participação de produtores rurais voltados à produção orgânica e/ou em processo de transição.	Iniciativa de Inovação Social	Sociedade Civil
Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina (ICAF)	Rua Acácias, 318, Palmital Chapecó, SC / CEP 89814-233 Fone: (49) 3329-8987 / (49) 99802-9580 E-mail: <a href="mailto:icafsc@icafsc.com.br">icafsc@icafsc.com.br</a>  <a href="https://www.icafsc.com.br/">https://www.icafsc.com.br/</a> <a href="https://www.instagram.com/icaf.sc/">https://www.instagram.com/icaf.sc/</a>	Organização sem fins lucrativos, instituído em 1989 por um grupo de agricultores. Passou por algumas transformações ao longo do tempo e atualmente atua, como entidade de ATER. Suas ações são voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da produção de alimentos sustentáveis.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)	Rua Nereu Ramos, 3450D, Seminário Chapecó – SC / CEP 89813-000 Fone: (49) 3313-1240  <a href="https://www.ifsc.edu.br/">https://www.ifsc.edu.br/</a>  R. Aloísio Stoffel, 1271 - Jardim Alvorada São Carlos – SC / CEP 89885-000 Fone: (49) 3325-4149  <a href="http://www.saocarlos.ifsc.edu.br">www.saocarlos.ifsc.edu.br</a>	Primeira instituição federal de ensino no Oeste Catarinense, em 2006 inaugura o campus Chapecó. Além de atuar na formação de filhos de agricultores da região, possui ações de pesquisa e extensão que contribuem para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar na região.	Ator de Apoio	Instituição de Ensino
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens Av. Thomas Edison, 301 - Barra Funda, São Paulo – SP / 01140-000	Organização coletiva que emergiu na década 1980, por meio de experiências locais e regionais, voltadas ao enfrentamento dos desafios impostos	Ator de Apoio	Sociedade Civil

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
	<p>Fone/Fax: (11) 3392 2006 / (11) 3392-2660  <b>E-mail:</b> <a href="mailto:secretaria@atingidos.org">secretaria@atingidos.org</a></p> <p><a href="https://mab.org.br/">https://mab.org.br/</a>  <a href="https://www.instagram.com/atingidosporbarragens/">https://www.instagram.com/atingidosporbarragens/</a></p>	em função da implantação de hidrelétricas. Em 1991, o movimento se organiza em âmbito nacional, hoje presente em 19 estados. A luta contempla além dos direitos dos atingidos, o debate sobre “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”.		
Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)	<p>Centro de Formação Maria Rosa  Rua Sete de Setembro, 2070d, Presidente Médici Chapecó – SC /  CEP 89801-142  Fone: (49) 3322-2539  E-mail: <a href="mailto:informammc@gmail.com">informammc@gmail.com</a></p> <p><a href="https://www.facebook.com/mmcsantacatarina?locale=pt_BR">https://www.facebook.com/mmcsantacatarina?locale=pt_BR</a>  <a href="https://mmcbrasil.org/">https://mmcbrasil.org/</a></p>	Movimento social fundado em 2004, voltado à defesa dos direitos das mulheres do campo. A luta contempla a causa feminista e a busca pela transformação da sociedade. Atua em defesa da construção de uma agricultura camponesa, popular, feminista e agroecológica.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	<p>Rua Acácias, 318, Palmital  Chapecó, SC / CEP 89814-233  Fone: (49) 3328987</p> <p><a href="mailto:comunicacao@mpabrasil.org.br">comunicacao@mpabrasil.org.br</a>  <a href="https://mpabrasil.org.br/">https://mpabrasil.org.br/</a>  <a href="https://www.facebook.com/mpacampesinato">https://www.facebook.com/mpacampesinato</a>  <a href="https://www.instagram.com/mpa.brasil/">https://www.instagram.com/mpa.brasil/</a>  <a href="https://twitter.com/mpa_campesinato">https://twitter.com/mpa_campesinato</a></p>	Movimento camponês, de caráter nacional, que nasceu em 1996. Sua base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. Atua, em conjunto com outros movimentos populares, para resgatar a identidade e a cultura camponesa e para o alcance de uma sociedade mais justa e fraterna. Atualmente, está presente em todas as regiões do país, em 17 estados.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	<p>R. das Acácias, 318 - Palmital,  Chapecó – SC / CEP 89814-230  Fone: (49) 93329-8987 / (49) 3329-8987</p> <p><a href="https://mst.org.br/">https://mst.org.br/</a>  <a href="https://www.instagram.com/movimentosemterra/">https://www.instagram.com/movimentosemterra/</a>  <a href="https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/">https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/</a></p>	Presente em Santa Catarina desde 1985, o MST está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. Sua luta principal é pela reforma agrária e sua organização já possibilitou a cerca de 450 mil famílias conquistarem a terra.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Pastorais Igreja Católica	<p>Av. Getúlio Dorneles Vargas, 121 S - Centro Chapecó – SC /  CEP 89801-000  Fone: (49) 3322-3045  E-mail: <a href="mailto:diocese@diocesechapeco.org.br">diocese@diocesechapeco.org.br</a></p> <p><a href="https://diocesechapeco.org.br/">https://diocesechapeco.org.br/</a></p>	As Pastorais da Igreja Católica atuam na comunidade e na sociedade e têm uma forte relação com a agricultura familiar na região. Foram citadas como exemplo, Pastoral da Juventude, Pastoral da Saúde e a Pastoral da Terra. Esta última, em especial, foi criada para apoiar a causa e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.	Ator de Apoio	Sociedade Civil

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
Reserva do Ser (Flora Bamboo)	Rua Joao Goularte 1485 D, Esplanada Chapecó – SC / CEP 89812-580 Fone: (49) 99941-4583 E-mail: simo.marcon.jan@gmail.com	Eco Hostel e Permacultura Urbana. Além da hospedagem e da vivência das práticas preconizadas pela permacultura, são realizadas palestras, oficinas e atividades culturais. São oferecidos cursos de dança, reiki e yoga, dentre outros.	Iniciativa de Inovação Social	Iniciativa Privada
Ecopalha Estação de Permacultura	Sede Figueira – Chapecó/SC E-mail: contato@ecopalha.org Fone: (49) 99201-6762  <a href="https://www.ecopalha.org/news.php">https://www.ecopalha.org/news.php</a>	Estação de permacultura, aberta à visitação ou voluntariado. Construções, produção e consumo seguem princípios da permacultura. Existe a pretensão de torna-se ecovila no futuro.	Iniciativa de Inovação Social	Iniciativa Privada
Fórum Parlamentar de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (FORPICS)	Palácio Barriga Verde Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 Florianópolis – SC / CEP: 88020-900 Fone: (48) 3221-2500 E-mail: ci@alesc.sc.gov.br  <a href="https://www.alesc.sc.gov.br/">https://www.alesc.sc.gov.br/</a> <a href="https://www.instagram.com/assembleiasc/">https://www.instagram.com/assembleiasc/</a>	Composto por 35 entidades, o FORPICS tem por objetivo incentivar a promoção de políticas públicas voltadas às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). As PICS são recursos terapêuticos, com base em plantas medicinais, aromaterapia, biodança, florais, musicoterapia, dentre outros.	Iniciativa de Inovação Social	Governo
Prefeitura Municipal de Chapecó	Av. Getulio Vargas, 957S Chapecó / CEP 89812-000 Fone: (49) 3321-8400  <a href="https://www.chapeco.sc.gov.br/">https://www.chapeco.sc.gov.br/</a>	Responsável por implementar e executar políticas públicas para regulamentar e apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar.	Ator de Apoio	Governo
Quiosque Pachamama	Assentamento Dom José Gomes Linha Água Amarela, Chapecó/SC Fone: (49) 988077504  <a href="https://www.instagram.com/quiosque.pachamama/">https://www.instagram.com/quiosque.pachamama/</a>	Vendas de produtos orgânico, serve refeições. Espaço localizado dentro do Assentamento Dom José Gomes, também realiza atividades como palestras, oficinas e eventos culturais.	Iniciativa de Inovação Social	Iniciativa Privada
Recanto dos Pinhais	Linha Colônia Cella Chapecó – SC / CEP: 89815899 Fone: (49) 98810 - 2222  <a href="https://www.instagram.com/recantodospinhais/">https://www.instagram.com/recantodospinhais/</a>	Cantina italiana, localizada na área rural. Oferece refeições e atende eventos fechados. Além disso, possui cabanas para locação. Um exemplo das potencialidades do turismo rural.	Iniciativa de Inovação Social	Iniciativa Privada
Rede Ecovida	Rua Francisco Hipólito Rolim, 317, sl 1 - Centro Três Cachoeiras-RS / CEP 95580-000 E-mail: <a href="mailto:contato@ecovida.org.br">contato@ecovida.org.br</a>	Fundada em Santa Catarina em 1998, a Ecovida é voltada à certificação participativa e atua nos três estados da Região Sul do país, e também em parte do estado de São Paulo. São cerca de 4.500	Ator de Apoio	Sociedade Civil



Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
	<a href="http://ecovida.org.br/">http://ecovida.org.br/</a>	famílias de agricultores, organizados em 27 núcleos regionais, contemplando cerca de 350 municípios.		
Secretaria de Desenvolvimento Rural	Nereu Ramos, 1750E, Passo dos Fortes Chapecó – SC / CEP 89805-100 Fone: (49) 2049-9116 E-mail: <a href="mailto:agricultura@chapeco.sc.gov.br">agricultura@chapeco.sc.gov.br</a>  <a href="https://www.chapeco.sc.gov.br/con">https://www.chapeco.sc.gov.br/con</a>	Este é o órgão da Prefeitura Municipal de Chapecó que possui uma maior aproximação com a agricultura familiar. Atua na extensão e difusão tecnológica, inspeção sanitária, controle de notas fiscais rurais e no licenciamento e fiscalização ambiental. Um dos programas coordenados pela Secretaria, são as feiras livres do município.	Ator de Apoio	Governo
Cooperativa Central Sabor Colonial	Av. Nereu Ramos, 1750 E, Passos dos Fortes Fone: (49) 3322-0634 / (49) 3322-0634 Email: <a href="mailto:cooperativacentral@saborcolonial.com.br">cooperativacentral@saborcolonial.com.br</a>  <a href="http://saborcolonial.com.br/">http://saborcolonial.com.br/</a>	Criada em 2010, a cooperativa tem a finalidade de reunir cooperativas de produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. Coordena a compra e venda de produtos e organiza o trabalho das cooperativas filiadas.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Selo Sabor Colonial	Av. Nereu Ramos, 1750 E, Passos dos Fortes Fone: (49) 3322-0634 / (49) 3322-0634 Email: <a href="mailto:cooperativacentral@saborcolonial.com.br">cooperativacentral@saborcolonial.com.br</a>  <a href="http://saborcolonial.com.br/">http://saborcolonial.com.br/</a>	Consolida a experiência desenvolvida pela APACO em parceria com vários movimentos e entidades ligados à agricultura familiar catarinense.	Iniciativa de Inovação Social	Sociedade Civil
Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura familiar (SINTRAF)	Rua Clevelândia, 315D - Centro Chapecó – SC / CEP 89802-410 Fone: (49) 3322 2612 E-mail: <a href="mailto:chapeco@fetrafsul.org.br">chapeco@fetrafsul.org.br</a>  <a href="https://www.facebook.com/sintrafcco/">https://www.facebook.com/sintrafcco/</a>	O sindicato, com sede em Chapecó, é entidade representativa dos agricultores familiares de Chapecó, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta e Arvoredo.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Fortaleza <i>Slow Food</i> queijo colonial de leite cru de Seara	Seara – SC / 89770-000 E-mail: <a href="mailto:contato@slowfoodbrasil.com">contato@slowfoodbrasil.com</a>  <a href="https://slowfoodbrasil.org.br/asfb/">https://slowfoodbrasil.org.br/asfb/</a> <a href="https://www.instagram.com/slowfood.brasil/">https://www.instagram.com/slowfood.brasil/</a>	As Fortalezas Slow Food promovem a qualificação e regularização dos alimentos tradicionais, que tem risco de extinção, seja por questões ambientais ou de legislação. Em Seara (SC), são cerca de 20 agricultores que organizam a produção deste produto em torno da Fortaleza.	Iniciativa de Inovação Social	Sociedade Civil
Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF)	Av. Porto Alegre, 223 E - sala 02, Chapecó – SC / CEP 89814-100 Fone: (49) 3322-0154 E-mail: <a href="mailto:ucaf@ucaf.org.br">ucaf@ucaf.org.br</a>  <a href="https://ucaf.org.br/">https://ucaf.org.br/</a>	Entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1999. Tem como objetivo apoiar os agricultores familiares e proprietários de pequenas agroindústrias. Busca a união de forças para prestação de serviços voltados à produção, gestão, qualidade, marketing e comercialização.	Ator de Apoio	Sociedade Civil

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul Chapecó – SC / CEP 89815-899 Fone: (49) 2049-2600 E-mail: <a href="mailto:contato@uffs.edu.br">contato@uffs.edu.br</a>  <a href="https://www.uffs.edu.br/">https://www.uffs.edu.br/</a>	Instituição pública de ensino superior criada em 2009. Abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Possui seis campi, distribuídos nos três estados da região Sul. A UFFS possui forte relação com os movimentos sociais e atua em prol da agricultura familiar, do cooperativismo e da sustentabilidade.	Ator de Apoio	Instituição de Ensino
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	Servidão Anjo da Guarda, nº 295-D, Efapi Chapecó – SC / CEP 89809-900. WhatsApp: (49) 3321-8000 E-mail: <a href="mailto:queroestudar@unochapeco.edu.br">queroestudar@unochapeco.edu.br</a>  <a href="https://www.unochapeco.edu.br/">https://www.unochapeco.edu.br/</a>	Instituição comunitária, cuja mantenedora é a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), criada em 1970. Busca oferecer contribuições para o desenvolvimento regional. Atenta às necessidades da comunidade e das organizações do seu entorno, atua por meio da pesquisa, do ensino e da extensão.	Ator de Apoio	Instituição de Ensino
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	Av. Nereu Ramos, 3777-D, Seminário Chapecó - SC / CEP 89813-000 Fone: (49) 3319-2600 E-mail: <a href="mailto:marketing@unoesc.edu.br">marketing@unoesc.edu.br</a>  <a href="https://www.unoesc.edu.br/">https://www.unoesc.edu.br/</a> <a href="https://www.facebook.com/unoescoficial">https://www.facebook.com/unoescoficial</a> <a href="https://www.instagram.com/unoescoficial/">https://www.instagram.com/unoescoficial/</a>	Instituição de ensino comunitária, nascida em 1960 e mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc). Tem como missão oferecer contribuições, por meio de ensino, pesquisa e extensão para o processo de desenvolvimento humano e social, com sustentabilidade. Com sede em Joaçaba, está presente em cerca de dez municípios da região.	Ator de Apoio	Instituição de Ensino
União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)	Rua Esparta, 46E, Centro Chapecó – SC / CEP 89805-025 Fone: (49) 3361-4878 E-mail: <a href="mailto:unicafe@unicafesc.com.br">unicafe@unicafesc.com.br</a>  <a href="http://unicafesc.org.br/">http://unicafesc.org.br/</a>	Organização Não Governamental, fundada em 2006, representa atualmente cerca de 97 cooperativas. Sua missão é ‘tornar o cooperativismo um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável e solidário dos produtores e agricultores familiares’.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
VIA CAMPESINA (Movimento Camponês Internacional)	E-mail: <a href="mailto:viacampesina@viacampesina.org">viacampesina@viacampesina.org</a>  <a href="https://viacampesina.org/en/">https://viacampesina.org/en/</a>	A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais, que articula os processos organizativos deste grupo.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Cooperoeste Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste	Rod. BR 163, Km 76, Lª Bela Vista das Flores São Miguel do Oeste – SC / 89900-000 Fone: (49) 3631 0200 E-mail: <a href="mailto:cooperoeste@cooperoestesc.com.br">cooperoeste@cooperoestesc.com.br</a>	Fundada em 1996, a cooperativa é responsável pela industrialização de cerca de 550 mil litros de leite por dia, uma das maiores indústrias de laticínios do estado. Criada e administrada por membros do	Ator de Apoio	Sociedade Civil

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
	<a href="https://cooperoestesc.com.br/">https://cooperoestesc.com.br/</a>	MST, possui 400 colaboradores e 1600 famílias cooperadas.		
Terra Viva	Rod. BR 163, Km 76, L <sup>a</sup> Bela Vista das Flores São Miguel do Oeste – SC / 89900-000 Fone: (49) 3631 0200 E-mail: <a href="mailto:contato@terravivasc.com.br">contato@terravivasc.com.br</a>  <a href="https://terravivasc.com.br/">https://terravivasc.com.br/</a>	A Marca Terra Viva - Produtos da Reforma Agrária, foi criada em 1996 e é de propriedade da Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina (CCA/SC), que representa 13 cooperativas.	Inovação Social	Sociedade Civil
Verduras Luzzi	Linha Rodeio Bonito - s/n Interior Chapecó – SC / CEP 89800-001 Fone: (49) 99998-6403 E-mail: <a href="mailto:atendimento@verdurasluzzi.com.br">atendimento@verdurasluzzi.com.br</a>  <a href="https://www.verdurasluzzi.com.br/">https://www.verdurasluzzi.com.br/</a>	Diferencia-se na comercialização de produtos por meio de cesta mensal, pedidos pelo site, delivery. Os produtos são 100% orgânicos.	Iniciativa de Inovação Social	Iniciativa Privada
Família Kern	Comunidade Alto São Pedro São Carlos - SC / CEP 89885-000 Fone: (49) 33251 916 E-mail: <a href="mailto:luizakern1107kern@gmail.com">luizakern1107kern@gmail.com</a>  <a href="https://www.facebook.com/sitiovidaesaude/about">https://www.facebook.com/sitiovidaesaude/about</a>	Todos os alimentos consumidos pela família são orgânicos e produzidos na propriedade, que é uma Unidade de Referência Educativa da Epagri. Além da produção para autoconsumo, são cultivadas plantas medicinais. Além disso o espaço recebe grupos de visitantes e é referência no turismo rural da região.	Iniciativa de Inovação Social	Iniciativa Privada
Mercado Público Regional	Av. Nereu Ramos, 1750-E, Passo dos Fortes Chapecó – SC / CEP 89801-020	Espaço voltado à comercialização de produtos da agricultura familiar de Chapecó e região. São realizadas feiras de produtos, flores, mudas, etc. Trata-se de um espaço que além da comercialização oferece opções de cultura e fomenta a valorização das tradições e dos produtos coloniais.	Iniciativa de Inovação Social	Governo
Saga - Instituto de Desenvolvimento Regional	Av. Nereu Ramos, 1750E - Passo dos Fortes, Chapecó – SC / CEP 80060-901 Fone: (49) 3322-8006  <a href="http://institutosaga.org.br/">http://institutosaga.org.br/</a>	Fundada em 1998, caracteriza-se como OSCIP (Organização Social de Interesse Público). Atua na promoção e aceleração do desenvolvimento socioeconômico regional. Cria projeto que apoiam os pequenos agricultores, desenvolve ações com foco na sustentabilidade, produção orgânica e agroecologia, dentre outros. Fornece assistência técnica, realiza estudo de viabilidade, pesquisas e articula parcerias por meio de convênios, contratos e acordos.	Ator de Apoio	Sociedade Civil

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
O Quintal da Minha Casa	Rua Clevelândia, 516-E Chapecó – SC / CEP 89802-201 Fone: (49) 99968-1514  <a href="https://www.facebook.com/oquintaldaminhacasa">https://www.facebook.com/oquintaldaminhacasa</a>	Mercearia, café e padaria de produtos orgânicos. Realiza entrega de cestas.	Iniciativa de Inovação Social	Iniciativa Privada
Fundação Banco do Brasil (FBB)	Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 2 Lote 22 Ed Tancredo Neves - 2º andar - Asa Sul Brasília – DF / CEP 70200-002 Fone: (61) 3108-7000  <a href="http://www.fbb.org.br">www.fbb.org.br</a>	Fundada em 1985, a FBB foi constituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Brasília (DF). Tem por objetivo contribuir com a transformação social e com o desenvolvimento sustentável. Responsável pelo prêmio de tecnologias sociais, possui um banco de dados composto por tecnologias sociais em diversas áreas.	Ator de Apoio	Governo
Cooper Familiar	Rua Aquiles Tomazelli, 160 D, Centro Chapecó-SC / CEP 89814-010 Fone: (49) 3329-6032 E-mail: <a href="mailto:cooperfamiliar@saborcolonial.com.br">cooperfamiliar@saborcolonial.com.br</a>  <a href="http://www.saborcolonial.com.br/cooper-familiar">http://www.saborcolonial.com.br/cooper-familiar</a>	A Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar, foi constituída em 1995. Possui como foco a agricultura orgânica, agricultura familiar e o desenvolvimento do meio rural com inclusão social. Atua para estruturar e consolidar a produção, industrialização e comercialização de produtos da agricultura familiar.	Ator de Apoio	Sociedade Civil
Rota Encanto Rurais de Quilombo	Quilombo – SC / CEP 89850-000 Fone: (49) 99818-4904  <a href="https://turismo.quilombo.sc.gov.br/">https://turismo.quilombo.sc.gov.br/</a>	Contempla diversas propriedades rurais de Quilombo. A rota de turismo rural foi lançada a partir de uma parceria do Sebrae com a Prefeitura Municipal e tem foco em pequenas agroindústrias familiares. Recebeu Prêmio Nacional de Turismo do Ministério do Turismo em 2018.	Iniciativa de Inovação Social	Governo
Observatório Catarinense de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (OC-Pics)	Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul Chapecó – SC / CEP 89815-899 Fone: (49) 2049-2600 E-mail: <a href="mailto:observatoriocatarinense.pics@gmail.com">observatoriocatarinense.pics@gmail.com</a>  <a href="https://www.facebook.com/ObservatorioCatarinensedasPICS/">https://www.facebook.com/ObservatorioCatarinensedasPICS/</a>	Institucionalizado pela UFFS, o Observatório conta com a parceria da UDESC. Busca disseminar as PICs como política de promoção à saúde. O principal objetivo é mapear os municípios que utilizam as terapias na rede básica de saúde e oferecer capacitação aos profissionais.	Iniciativa de Inovação Social	Instituição de Ensino
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Unidade Avançada Santa Catarina  Av. Getúlio Dorneles Vargas, 180 - 196S, Centro Chapecó – SC / CEP 89802-001 Fone: (49) 3312-3050 E-mail: <a href="mailto:thiago.juvino@incra.gov.br">thiago.juvino@incra.gov.br</a>	Autarquia Federal, criada em 1970, responsável por formular e executar a política fundiária nacional.	Ator de Apoio	Governo

Nome	Contato	Descrição	Tipo	Setor
	<a href="https://www.gov.br/incra/pt-br">https://www.gov.br/incra/pt-br</a>			
Prefeitura Municipal de Guatambu	Rua Manoel Rolim de Moura, 825 – Guatambu – SC / CEP 89817-000 Fone: (49) 3336-0097	Responsável por implementar e executar políticas públicas para regulamentar e apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar.	Ator de Apoio	Governo
Prefeitura Municipal de Planalto Alegre	Rua Sete de Setembro, 1, Planalto Alegre – SC / CEP 89882-000 Fone: (49) 3335-0066	Responsável por implementar e executar políticas públicas para regulamentar e apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar.	Ator de Apoio	Governo
Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)	Rua Beloni Trombeta Zanin, 680 E, Bairro Santo Antônio Chapecó – SC / CEP: 89.815-630  Fone: (49) 2049-9524 E-mail: faleconosco.ceo@udesc.br	Instituição pública de ensino superior, a UDESC conta com o Centro de Educação Superior do Oeste (CEO). Dessa forma, busca atender demandas da região, ofertando os cursos de Enfermagem, Engenharia de Alimentos e Zootecnia.	Ator de Apoio	Instituição de Ensino

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

### APÊNDICE G – MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ

Município	Número de habitantes
Águas de Chapecó	6.544
Águas Frias	2.341
Bom Jesus do Oeste	2.136
Caibi	6.112
Campo Erê	8.312
Caxambu do Sul	3.462
Chapecó	227.587
Cordilheira Alta	4.585
Coronel Freitas	9.900
Cunha Porã	11.150
Cunhataí	1.972
Flor do Sertão	1.575
Formosa do Sul	2.481
Guatambu	4.692
Iraceminha	3.901
Irati	1.887
Jardinópolis	1.520
Maravilha	26.463
Modelo	4.227
Nova Erechim	5.163
Nova Itaberaba	4.327
Novo Horizonte	2.366
Palmitos	16.144
Pinhalzinho	21.103
Planalto Alegre	2.907
Quilombo	9.773
Saltinho	3.727
Santa Terezinha do Progresso	2.317
Santiago do Sul	1.211
São Bernardino	2.239
São Carlos	11.456
São Lourenço do Oeste	24.501
São Miguel da Boa Vista	1.794
Saudades	9.874
Serra Alta	3.249
Sul Brasil	2.386
Tigrinhos	1.606
União do Oeste	2.364
<b>Total</b>	<b>459.354</b>

Fonte: IBGE (2022)<sup>11</sup>

<sup>11</sup> IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 17 dez. 2022.

## APÊNDICE H – LEGISLAÇÃO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

<b>Abrangência</b>	<b>Ano</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Escopo</b>
Estadual	1992	Lei nº 8.676	Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e dá outras providências (Santa Catarina, 1992).
Nacional	1996	Decreto nº 1.946	Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e dá outras providências (Brasil, 1996).
Estadual	1996	Decreto nº 1.103	Regulamenta no âmbito do estado de Santa Catarina o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) [...], e estabelece outras providências (Santa Catarina, 1996).
Nacional	1999	Instrução Normativa nº 07	Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais (Brasil, 1999).
Nacional	2003	Lei nº 10.831	Regulamenta a produção de orgânicos (Brasil, 2003b).
Nacional	2003	Lei nº 10.696	Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (Brasil, 2003a).
Nacional	2006	Decreto nº 5.813	Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências (Brasil, 2006b).
Nacional	2006	Portaria nº 971	Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (Brasil, 2006a).
Nacional	2006	Lei nº 11.326	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006c).
Nacional	2007	Decreto nº 6.323	Regulamenta a Lei 10.831/2003 (Brasil, 2007).
Estadual	2008	Lei nº 14.361	Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (Santa Catarina, 2008).
Nacional	2008	Portaria Interministerial nº 2.960	Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Brasil, 2008).
Nacional	2009	Instrução Normativa nº 19	Aprova os Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica (Brasil, 2009c).
Nacional	2009	Lei nº 11.947	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (Brasil, 2009a).
Estadual	2009	Lei nº 14.829	Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, e adota outras providências (Santa Catarina, 2009)
Nacional	2009	Lei nº 12.187	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências (Brasil, 2009b).
Nacional	2010	Lei 12.188	Estabelece diretrizes para a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares (Brasil, 2010).
Nacional	2012	Decreto nº 7.794	Institui a Política Nacional de Agroecologia e produção Orgânica (PNAPO) (Brasil, 2012).
Municipal	2014	Lei nº 6.677	Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural de Chapecó e dá outras providências (Chapecó, 2014).
Nacional	2014	Resolução RDC nº 26	Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos (Brasil, 2014).
Nacional	2015	Decreto nº 8.473	Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326/ 2006, e dá outras providências ((Brasil, 2015).

Nacional	2017	Decreto nº 9.064	Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2017a).
Municipal	2018	Lei nº 7.162	Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 6.677, de 18 de dezembro de 2014 e dá outras providências (Chapecó, 2018)
Estadual	2019	Lei nº 17.677	Institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política Estadual de Incentivo às Feiras de Produtos Orgânicos (Santa Catarina, 2019a).
Estadual	2019	Lei nº 17.706	Dispõe sobre as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de Santa Catarina (Santa Catarina, 2019b).
Municipal	2019	Lei nº 7.220	Dispõe sobre a Regulação de Feiras-Livres de Agricultores na Macrozona Urbana do Município de Chapecó (Chapecó, 2019).
Estadual	2021	Lei nº 18.079	Altera a Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992, e estabelece outras providências (Santa Catarina, 2021b).
Estadual	2021	Lei nº 18.200	Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO (Santa Catarina, 2021c).
Nacional	2021	Lei nº 14.284	Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil (PAB) e define metas para taxas de pobreza (Brasil, 2021). (Revogada)
Estadual	2022	Lei nº 18.355	Dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos órgãos e entidades públicas do Estado de Santa Catarina (Santa Catarina, 2022).
Municipal	2022	Lei nº 7.658	Declara de utilidade pública a Associação Pitanga Rosa (Chapecó, 2022).
Nacional	2023	Medida Provisória nº 1.166	Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Brasil, 2023a)
Nacional	2023	Decreto nº 11.582	Altera o Decreto nº 7.794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e o Decreto nº 6.323/2007, para dispor sobre comissões com atuação na agricultura orgânica (Brasil, 2023c).
Nacional	2023	Lei nº 14.628	Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; [...] (Brasil, 2023d).
Nacional	2023	Portaria SG/PR nº 164	Aprova o Edital nº 01/2023/CNAPO, que regerá o processo de Seleção Pública dos representantes da Sociedade Civil na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, previsto no Decreto nº 7.794/2012 (Brasil, 2023e).
Nacional	2023	Decreto nº 11.476	Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166/2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA (Brasil, 2023b).
Nacional	2023	Lei nº 14.660	Altera o art. 14 da Lei nº 11.947/2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher (Brasil, 2023f).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).